Seu dinheiro
"Guia Valor de Fundos de Investimento" lista 1.849 carteiras para o público em geral
Caderno especial

Aviação
Acordo entre Azul e Gol é prelúdio de fusão e deve chamar atenção do Cade, dizem analistas B5

Empresas Centenárias
Investimento em tecnologia e inovação é a aposta para os próximos cem anos
Caderno especial

Sábado, domingo e segunda-feira, 25, 26 e 27 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6009 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Seu dinheiro
"Guia Valor de Fundos de Investimento" lista 1.849 carteiras para o público em geral Caderno especial

Aviação
Acordo entre Azul e Gol é prelúdio de fusão e deve chamar atenção do Cade, dizem analistas B5

Empresas Centenárias
Investimento em tecnologia e inovação é a aposta para os próximos cem anos Caderno especial

Sábado, domingo e segunda-feira, 25, 26 e 27 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6009 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Com pressão de caixa, empresas buscam injeção de capital de controladores

Estratégia Desde novembro foram cerca de 30 operações, com 80% dos casos voltados para equilíbrio financeiro

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Com forte pressão de caixa, um grupo de empresas de capital aberto está recorrendo ao bolso de seus controladores para uma injeção de capital. O objetivo dessas companhias é conseguir um respiro em seus balanços, diante de um período longo de juros altos e de crise em alguns setores, como varejo e saúde. Os desembolsos já somam cerca de R$ 22 bilhões nos últimos doze meses, segundo levantamento feito pelo **Valor**.

De acordo com a FTI Consulting, desde novembro foram cerca de 30 aumentos de capital, com 80% dos casos voltados para equilíbrio financeiro. Da lista, 10 empresas estavam queimando caixa (Ebitda negativo) e 15 estavam com uma alavancagem acima de 5 vezes. "Muitas empresas aguardaram para tentar fazer captações e a melhora da economia, até que não se pode mais esperar. Quem tem alternativa de fazer um aumento de capital, recorre a esse instrumento", diz Luciano Lidemann, da FTI. Ele aponta uma maior concentração dessa lista de empresas no setor de varejo, infraestrutura e construção.

O executivo afirma, por outro lado, que as empresas precisam, mesmo com a injeção de capital, olhar as razões que levaram a um aumento de alavancagem — e que essas questões precisam ser enfrentadas. "Dificilmente a mera entrada de liquidez e redução de alavancagem resolvem o problema por si só", alerta.

A maior injeção de capital, de R$ 12 bilhões, será capitaneada por Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles, na Americanas, colocada como obrigatória pelos credores da companhia para um acordo, após a descoberta da fraude contábil. Na empresa do setor de saúde Dasa, a família Bueno teve de colocar dinheiro em dois momentos, diante da alta alavancagem da companhia. No último aporte, anunciado neste mês, a família vai colocar R$ 1,5 bilhão. Outra empresa do setor de saúde, a Oncoclínicas também lançou mão de um aumento de capital de R$ 1,5 bilhão. Página B1

Zona portuária do Rio ganha apelo entre moradores da cidade

Alessandra Saraiva
Do Rio

Projetos residenciais na zona portuária do Rio de Janeiro têm atraído moradores da cidade. Ao lado da região central e próxima da zona sul, a área passa por um processo de revitalização, cujo pontapé foi dado em 2009. Na época, surgiu a primeira legislação para reerguê-la economicamente. Desde então, com algumas "paradas" no meio do caminho (como em 2020, devido à pandemia), governo municipal, iniciativa privada e Caixa uniram forças para reviver a área. E consideram o ano de 2024 um marco para essa parte do município.

A localidade deve receber neste ano fluxo de moradores sem precedentes na história recente. A prefeitura contabiliza, até abril de 2024, lançamentos de 12 empreendimentos e de 9.129 apartamentos na zona portuária. As construções devem gerar acréscimo de 27 mil moradores na região, aumento de 90% na população da zona portuária, também segundo a administração municipal. Página A4

Diversidade

DIVULGAÇÃO

Uma das poucas negras na alta liderança do setor financeiro nos EUA, Erika Irish Brown, do Citi, afirma que diversidade não é filantropia, gera resultados e deve ser baseada em dados. Pág. C6

Governo acelera ações de adaptação

Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt
De Brasília

A tragédia no Rio Grande do Sul obrigou o governo federal a acelerar a apresentação de uma política mais consistente de mitigação e adaptação aos eventos climáticos extremos. O plano deve ser anunciado em algumas semanas. Em outra frente, o Ministério dos Transportes trabalha em medidas para elevar a resiliência de empreendimentos do setor. Segundo o governo, algumas das cidades tomadas pela água estavam entre as que têm maior capacidade para lidar com desastres, o que demonstra o desafio na resposta ao aquecimento global. Página A6

Reconstrução do RS enfrentará gargalos

Taís Hirata e Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A reconstrução do Rio Grande do Sul demandará investimentos bilionários, mas a necessidade de recursos não é o único desafio. Uma das preocupações que já começam a surgir é o risco de gargalos na execução das centenas de obras que deverão mobilizar construtoras, fornecedores de diversos tipos de insumos, fabricantes de equipamentos, além de mão de obra de forma intensiva. Há um temor tanto de escassez quanto de disparada de preços desses serviços e produtos, segundo fontes envolvidas no processo e especialistas em infraestrutura.

O tema já está no radar da Secretaria de Reconstrução Gaúcha. "Teremos que tratar de possíveis gargalos na execução do plano. Haverá muitas obras ao mesmo tempo, tem que ter atenção grande à questão de máquinas, matéria-prima, mão de obra, tudo isso vai ser mobilizado em uma intensidade que nunca se viu", diz o secretário, Pedro Capeluppi.

Claudio Frischtak, sócio da consultoria Inter.B, aponta que a falta de empreiteiros já é uma realidade no país, por exemplo, em linhas de transmissão de energia. No caso do Sul, diz ele, há um agravante devido à concentração das obras em território e em um curto espaço de tempo. Página B4

Valores compartilhados por Brasil e EUA os tornam parceiros confiáveis

Marangon e Abrão Neto A16

Vinculações de despesas têm grande peso nos problemas fiscais do país

Sergio Lamucci A2

Otimismo diminui e bolsa decepciona

Matheus Prado e Augusto Decker
De São Paulo

A expectativa positiva para a bolsa de valores brasileira que se via no início do ano acabou ficando para trás. Investidores e analistas contavam com o início do ciclo de baixa dos juros nos Estados Unidos e o aprofundamento dos cortes da Selic por aqui, em meio a um cenário econômico favorável, como fatores que sustentariam a bolsa, rumo a novos recordes. As projeções indicavam que o Ibovespa poderia estar em torno de 144 mil pontos no fim de 2024. Mas o que se vê agora, com a frustração dos melhores cenários, é o principal índice acionário local com desvalorização acumulada de 7,36% no ano, aos 124.306 pontos. "Em 2024, os emergentes em geral não tiveram fluxo", diz Jennie Li, estrategista de ações da XP. "Ficamos sem comprador marginal entrando, e isso ajudou a sustentar a queda da bolsa este ano." Páginas C1 e C2

Emergência climática

GABRIEL REIS/VALOR

Johan Rockström, um dos mais famosos climatologistas, e o megaempresário britânico Richard Branson visitam o Brasil e falam a Daniela Chiaretti sobre os "Guardiões do Planeta". Página A18

'Executivo de Valor' chega à 24ª edição

Stela Campos
De São Paulo

Acontece hoje a 24ª edição do prêmio **"Executivo de Valor"**, que reconhece os líderes que mais se destacaram na gestão de suas empresas em 2023, eleitos por um júri de 15 consultorias de talentos. A cerimônia de premiação será realizada no hotel Rosewood, em São Paulo, com transmissão ao vivo nas plataformas do **Valor**. Serão premiadas as lideranças em 20 setores, além de 4 categorias especiais: executivo à frente de startup; presidente de conselho de administração; liderança jovem; e liderança em atividades voltadas à sociedade.

Desde a primeira edição, em 2000, 239 líderes já receberam o prêmio, que se tornou referência para o mercado por ser um termômetro das habilidades mais valorizadas em cada período econômico brasileiro. A diversidade está evoluindo, e mais executivas estão entrando na lista. Página B2

Destaques

Desafios do jovem aprendiz
Pesquisa do movimento Juventudes Potentes mostra que a maioria dos jovens da periferia demonstra interesse em ser contratada como aprendiz. No entanto, poucos conseguem acessar as vagas para entrar cedo no mercado de trabalho. A2

Aura eleva aposta no MT
Mineradora de ouro e cobre, a Aura Minerals comprou o direito de exploração de duas novas minas no Mato Grosso, aumentando o potencial de recursos e reservas no projeto Matupá. B1

Indicadores

Indicador	Data		Valor
Ibovespa	24/mai/24	-0,34 %	R$ 17,4 bi
Selic (meta)	24/mai/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	24/mai/24		10,46% ao ano
Dólar comercial (BC)	24/mai/24		5,1502/5,1508
Dólar comercial (mercado)	24/mai/24		5,1668/5,1674
Dólar turismo (mercado)	24/mai/24		5,1849/5,3649
Euro comercial (BC)	24/mai/24		5,5875/5,5902
Euro comercial (mercado)	24/mai/24		5,6053/5,6060
Euro turismo (mercado)	24/mai/24		5,6565/5,8365

O peso das vinculações de despesas no problema fiscal do país

Sergio Lamucci

Com menos de um ano de vigência, o novo arcabouço fiscal já tem a credibilidade arranhada. O governo afrouxou em abril a meta de resultado primário (exclui gastos com juros) de 2025 e dos anos seguintes, e o ajuste das contas públicas depende muito de um aumento forte e incerto de receitas, visto com ceticismo por muitos analistas. O grande desequilíbrio fiscal do país está no lado do gasto, mas enfrentar o problema com determinação não está na agenda do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenham falado nas últimas semanas sobre a necessidade de se discutir a vinculação de despesas.

A maior parte dos gastos obrigatórios cresce a um ritmo insustentável, por estarem vinculados ao aumento da receita ou ao reajuste do salário mínimo. Nesse cenário, essas despesas tomam espaço cada vez maior do orçamento, comprimindo os já esquálidos gastos discricionários (aqueles que o governo controla), como o investimento.

A vinculação de despesas é o principal motivo para o desequilíbrio crônico das contas públicas, diz o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper. É o caso dos gastos com saúde e educação, atrelados à variação da receita, ou o piso previdenciário e de benefícios assistenciais, reajustados pelo salário mínimo, que voltou a ser corrigido no atual governo pela inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos antes.

"Quando você vincula uma despesa a uma receita, essa despesa tende a crescer acima da inflação, pois a tendência de médio prazo da receita é crescer no mesmo ritmo da atividade econômica. Logo, essa despesa vinculada vai crescer em termos reais [descontada a inflação] ao longo do tempo", afirma Mendes, chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda de 2016 a 2018. "O mesmo ocorre quando você indexa uma despesa a uma variável que tem crescimento real, como o salário mínimo."

Em maio de 2023, o mínimo já foi corrigido acima da inflação. Isso tem um efeito imediato sobre os gastos com aposentadorias e pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC, voltados para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência). Nas contas de Mendes, a vinculação ao mínimo, em vigor há pouco mais de 18 meses, fará os gastos com a Previdência ficarem R$ 16 bilhões mais elevados neste ano do que se fossem reajustados pela inflação, enquanto as despesas com o BPC ficam R$ 5 bilhões maiores.

Em texto recomendado por Haddad, o economista Bráulio Borges, da LCA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, diz que "o salário mínimo é uma variável que deve sim ser reajustada ao longo do tempo em termos reais, refletindo ganhos de produtividade da mão de obra, mas é uma variável que deve regular o mercado de trabalho, ou seja, a vida de quem está participando ativamente da produção econômica". Já as aposentadorias e pensões deveriam ser reajustadas apenas pela inflação, mantendo o poder de compra ao longo do tempo, escreve Borges.

Com o novo arcabouço fiscal, voltaram a valer as vinculações à receita dos pisos de gastos da União com saúde e educação. No período de vigência do teto de gastos, eles eram corrigidos pela inflação passada. No caso da saúde, as despesas mínimas devem equivaler a pelo menos 15% da receita corrente líquida (RCL). Nos cálculos de Mendes, os gastos com a área neste ano serão quase R$ 60 bilhões maiores do que se houvesse a correção da despesa mínima de 2022 (o último ano antes da alteração da regra) pela inflação.

Já o gasto com educação precisa corresponder a pelo menos 18% da receita líquida de impostos. No entanto, as despesas para essa área já superam o mínimo legal. Com isso, Mendes considera não ser possível dizer que haja um efeito direto da alta do dispêndio mínimo com educação no gasto total.

Reportagem de Jéssica Sant'Ana, Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta publicada pelo **Valor** na semana passada mostra que os gastos mínimos em educação e saúde até 2028 deverá crescer 106% e 56% em relação ao valor do ano passado, segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Pelas projeções do Ministério do Planejamento, vão sobrar R$ 11,753 bilhões em 2028 para as despesas discricionárias do Executivo, após a dedução dos dispêndios mínimos com educação e saúde. Mudar o critério de variação desses gastos é algo que a equipe econômica cogita, mas a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com a alteração não deve ocorrer neste ano. A mudança não seria aprovada com tranquilidade, mas é menos difícil do que desvincular o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo.

Mendes afirma que "acabar com as vinculações não significa autorização para corte imediato de gastos nas áreas protegidas". Segundo ele, isso não ocorreria porque a maioria dos gastos é obrigatória, como o pagamento de aposentadorias, benefícios sociais e salários. "O fim das vinculações ajudaria a fazer com que o ritmo de crescimento da despesa diminuísse ao longo tempo. Com ela crescendo em ritmo menor que o PIB e a receita, fica mais fácil equilibrar as contas no médio prazo."

As vinculações protegem basicamente gastos correntes, nota Mendes. "Nas despesas protegidas, até há algum investimento dentro de saúde e educação (construção de escolas e hospitais), mas a maior parte é gasto corrente, fortemente concentrada em benefícios previdenciários e assistenciais e gasto com pessoal da saúde e educação." Além disso, há outras não vinculadas, mas também rígidas, como os dispêndios com pessoal fora das áreas de saúde e educação e os precatórios. "A única despesa com flexibilidade para ser cortada acaba sendo o investimento."

Alguém poderá dizer que os gastos com juros são muito altos. Sem dúvida — as despesas financeiras do setor público consolidado totalizaram R$ 745,7 bilhões nos 12 meses até março, ou 6,76% do PIB. Mas, para reduzi-las sem voluntarismo, é fundamental reforçar a percepção de que as contas públicas são sustentáveis, o que passa pelo combate ao crescimento dos gastos. Um passo importante seria enfrentar as vinculações de despesas. Isso abriria espaço para o recuo mais forte da Selic e a queda dos juros de longo prazo, hoje acima de 6%, descontada a inflação, como indicam os títulos do Tesouro corrigidos pelo IPCA que vencem em 2045 e 2050. Com juros estruturalmente mais baixos, a dinâmica da dívida seria mais favorável, exigindo um esforço fiscal menor para estabilizar o nível de endividamento em relação ao PIB.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

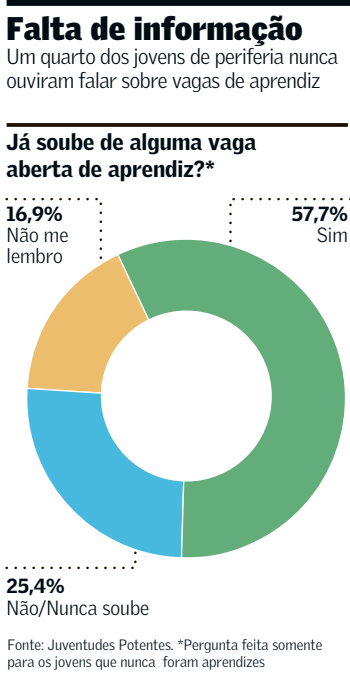
Educação Maioria deseja participar do programa, mas poucos conseguem vaga, aponta pesquisa

Na periferia de SP, jovem aprendiz é realidade distante

Rafael Vazquez
De São Paulo

Jovens que moram na periferia de São Paulo demonstram alto interesse em serem contratados na modalidade de jovem aprendiz para entrar cedo no mercado de trabalho, mas poucos conseguem acessar as vagas. Segundo a pesquisa "Percepções e expectativas do jovem-potência sobre a Lei da Aprendizagem", do movimento Juventudes Potentes, 60,4% das pessoas entre 15 a 24 anos gostariam de ter a experiência, mas apenas 1,5% nessa faixa etária trabalham como jovem aprendiz e somente 5,1% já trabalharam a partir do programa.

O estudo, que ouviu 600 pessoas entre 15 e 29 anos das regiões sul e leste da cidade de São Paulo, destaca uma série de obstáculos observadas para que jovens da periferia tenham acesso às vagas da Lei do Aprendiz, de 2000, que estabelece cotas de contratação de aprendizes por empresas de médio e grande portes.

Conforme explica a gerente do movimento Juventudes Potentes, Nayara Bazzoli, um dos obstáculos é que as empresas de médio e grande porte, em geral, estão distantes das regiões periféricas da cidade. "As oportunidades ofertadas, principalmente em empresas de médio e grande porte, estão distantes das periferias paulistanas. Como consequência, um jovem periférico vai ter dificuldades de acessá-las por falta de informação sobre as vagas, sem falar que em alguns casos estamos falando de pessoas com maior dificuldade de acesso à internet e sites de emprego", diz a gerente do movimento. "Muitas vezes a escola pública tampouco fala sobre esses programas e deixa de apontar os caminhos", acrescenta.

Falta de informação
Um quarto dos jovens de periferia nunca ouviram falar sobre vagas de aprendiz

Já soube de alguma vaga aberta de aprendiz?*

Fonte: Juventudes Potentes. *Pergunta feita somente para os jovens que nunca foram aprendizes

Há ainda outras causas apontadas pelos próprios jovens ouvidos na pesquisa. Segundo o levantamento, ao serem questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar as oportunidades do programa jovem aprendiz, 56,2% apontaram que a divulgação das vagas precisa ser aprimorada, já que um quarto nunca ouviu falar do programa *(ver quadro ao lado)*, enquanto 46,3% pedem que as empresas façam parcerias diretas com escolas e organizações formadoras que atuam nas periferias — essa pergunta permitia mais de uma resposta dos entrevistados.

Outras respostas para a mesma questão indicam que os jovens sugerem a ampliação de vagas em empresas próximas às zonas periféricas de São Paulo e, ainda, que os processos seletivos sejam menos exigentes, com destaque para relatos que apontam apreensão com pedidos de empresas que pedem sobrequalificação para quem ainda está buscando a primeira oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. "As empresas poderiam ajudar mais fazendo melhorias no processo seletivo. Cuidar para que o jovem seja bem recebido e passe por um bom processo de adaptação", sugere Bazzoli.

A gerente do Juventudes Potentes, movimento articulado pela ONG United Way Brasil em parceria com a Lab & Tal Consultoria, afirma que melhorias no acesso ao programa Jovem Aprendiz para moradores da periferia podem contribuir para a redução da desigualdade de oportunidades ao longo do tempo.

"Ser jovem aprendiz ajuda a abrir portas, a conhecer novos ambientes, permite a possibilidade de errar e aprender e ter uma experiência formal de trabalho que não é o 'corre da periferia', não é aquele empreendedorismo por necessidade. Quem consegue acesso ao programa aprende sobre estrutura, responsabilidade, governança no trabalho e uma empresa para colocar no currículo", diz Nayara Bazzoli.

Falta de crédito põe em risco projeto "carbono zero" em emergentes

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O Brasil pode atrair US$ 2 trilhões e atingir a neutralidade na emissão de carbono nos próximos 30 anos. Pode ir além, se conseguir US$ 3 trilhões, e tornar-se carbono-positivo, com soluções que poderiam sequestrar ainda mais gases-estufa. Isso dobraria o nível do investimento privado no país até 2050. Transportes, indústria, energia, agricultura e florestas seriam setores que mobilizariam mais recursos. A descarbonização poderia ser vetor de desenvolvimento e da economia nacional. Mas a dúvida é se há financiamento climático para isso. O fluxo de recursos global têm ficado nos países ricos e migrado menos a emergentes e o mundo em desenvolvimento.

Os dados são de um estudo lançado em 2022 pelo Boston Consulting Group (BCG), em Nova York, durante o Brazil Climate Summit, evento que reune alunos e ex-alunos da Columbia University, pesquisadores e investidores. "Hoje é preciso financiar a descarbonização muito mais nos países emergentes", diz Arthur Ramos, diretor-executivo e sócio do BCG. "Os países ricos estão mais preparados para fazer captações, emitir títulos verdes, explorar oportunidades do que os emergentes", diz ele. "Não se nada de braçada. Há um 'gap' grande para trazer esses investimentos aqui", continua.

A atualização do relatório será apresentada hoje, em Paris, na primeira edição europeia do Brazil Climate Summit. O encontro, que já teve edições em Nova York, busca agora conectar o empresariado brasileiro ao europeu e colocar o país na rota de investimentos para a descarbonização da economia global. A edição europeia acontece em parceria com alunos das escolas de negócios Insead e HEC. A Maraé Investimentos, a EB Capital, Converge Capital e o BCG são cofundadores do evento.

Uma das oportunidades brasileiras, em destaque no relatório, são as soluções baseadas na natureza, com a recuperação de áreas degradadas, por exemplo. "Há avanços do setor privado, com iniciativas de reflorestamento e restauração", diz Ramos. "Existe aqui um braço importante de negócios acontecendo", continua. A avaliação se alicerça em quatro pilares —natureza, energia renovável, agricultura sustentável e produtos industriais verdes.

Na agricultura, a recuperação de áreas degradadas pode tanto reduzir o perfil de emissões do setor, quanto desenvolver essas terras dentro de conceitos sustentáveis, de integração lavoura-pecuária-floresta, diz o executivo. No estudo se lê que práticas sustentáveis podem aumentar a produtividade, resiliência e reduzir a dependência por produtos químicos.

"Energia continua caminhando bem e é uma área de fortaleza do país", segue Ramos. O diretor-executivo do BCG cita progresso de biocombustíveis e biomassa, como etanol de segunda geração e combustíveis de aviação. "Produtos brasileiros podem atender as especificidades dos princípios regulatórios europeus como o CBAM, o mecanismo de ajuste de fronteira. Nosso perfil de energia elétrica é muito limpo".

A descarbonização global irá exigir investimentos anuais entre US$ 4 trilhões a US$ 5 trilhões —com pico estimado em US$ 10 trilhões ao ano por volta de 2030. Pelas projeções do estudo "Seizing Brazil's Climate Potential", a demanda por culturas agrícolas deve crescer perto de 50% até 2050. "Mesmo que o país seja líder em agricultura sustentável, com produtividade três vezes maior do que a média mundial, ainda há espaço para melhorias, especialmente na implementação de práticas de agricultura regenerativa", diz nota à impresna.

Um dos gargalos, aponta Ramos, é que há muita discussão no Congresso, mas "não se consegue aprovar a lei do mercado de carbono", registra. Do lado do Executivo foram colocados vários planos —o de Transformação Ecológica, o agrícola e de recuperação de pastagens, o que diminui o risco cambial dos investimentos. "Um indicador muito importante é a redução do desmatamento, que os investidores olham com cuidado", cita.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Infraestrutura Com novas construções, população da região deve crescer 90%, prevê prefeitura

Zona portuária finalmente ganha apelo para moradores no Rio de Janeiro

Alessandra Saraiva
Do Rio

O cabeleireiro Luis Antonio dos Santos Carvalho, de 49 anos, sempre teve o "sonho da casa própria", desde que começou a trabalhar profissionalmente, há 12 anos. A pesquisa para comprar um imóvel ficou mais séria a partir de 2018. Como o expediente diário é em Botafogo, na zona sul do Rio, buscou inicialmente opções perto do trabalho, com valores e alternativas de financiamento compatíveis com a capacidade de pagamento. A renda mensal de Carvalho se situa entre R$ 8 mil e R$ 10 mil. "Mas o que eu encontrava perto [do trabalho] era muito caro", lembra, uma vez que Botafogo tem um dos metros quadrados mais caros da capital fluminense.

"E o que eu encontrava que era barato ficava longe do trabalho", completa. Até que, em 2021, soube de lançamento de projetos residenciais na zona portuária do Rio, ao lado da região central da cidade e próximo da zona sul. As condições eram atraentes e o cabeleireiro comprou uma unidade em janeiro de 2022, com entrega prevista para janeiro de 2025. Mas que, segundo ele, pode ser antecipada para este ano.

A futura "casa própria" de Carvalho faz parte do projeto de revitalização da zona portuária da capital fluminense, cujo pontapé foi dado em 2009, quando surgiu a primeira legislação para reerguer a área economicamente. Desde então, com algumas "paradas" no meio do caminho (como em 2020, devido à pandemia), governo municipal, iniciativa privada e Caixa uniram forças para reviver a área. E consideram o ano de 2024 como um marco para a região.

Isso porque, 15 anos após a primeira lei em prol da revitalização, a localidade deve receber neste ano fluxo de moradores sem precedentes na história recente. A prefeitura contabiliza, até abril de 2024, lançamentos de 12 empreendimentos e de 9.129 apartamentos na zona portuária. As construções devem gerar acréscimo de 27 mil moradores na região, aumento de 90% na população da zona portuária, também segundo a prefeitura.

"O nosso primeiro empreendimento que foi o Rio Wonder [Rio Wonder Condomínio Praia Formosa, lançado na planta em 2021], de 1.240 unidades, vai ser entregue agora a partir de junho", diz o vice-presidente da Cury Construtora, Leonardo Mesquita. A empresa foi uma das primeiras a investirem em projetos residenciais na área recentemente. "Com outro lançamento [residencial] que acabamos de fazer em abril, chegamos perto de 7.500 unidades lançadas ali [na zona portuária]", completa.

A construtora, que atua no Rio de Janeiro e em São Paulo, espera encerrar o ano com valor geral de vendas (VGV) de R$ 5,5 bilhões este ano, contra cerca de R$ 4,5 bilhões no ano passado. O VGV é o valor calculado pela soma do valor potencial de venda de todas as unidades de um empreendimento. "O Rio representa em torno de 35% [das operações da empresa]", diz. "A operação no Rio cresceu muito em função do porto [de projetos residenciais na zona portuária]", acrescenta.

Um dos aspectos que atraíram a companhia para a região foi a preexistência de infraestrutura urbana, principalmente em transportes, diz o executivo. "Tem um VLT, é do lado da rodoviária; você está perto do metrô. É uma região na cidade onde até todo o cabeamento é subterrâneo."

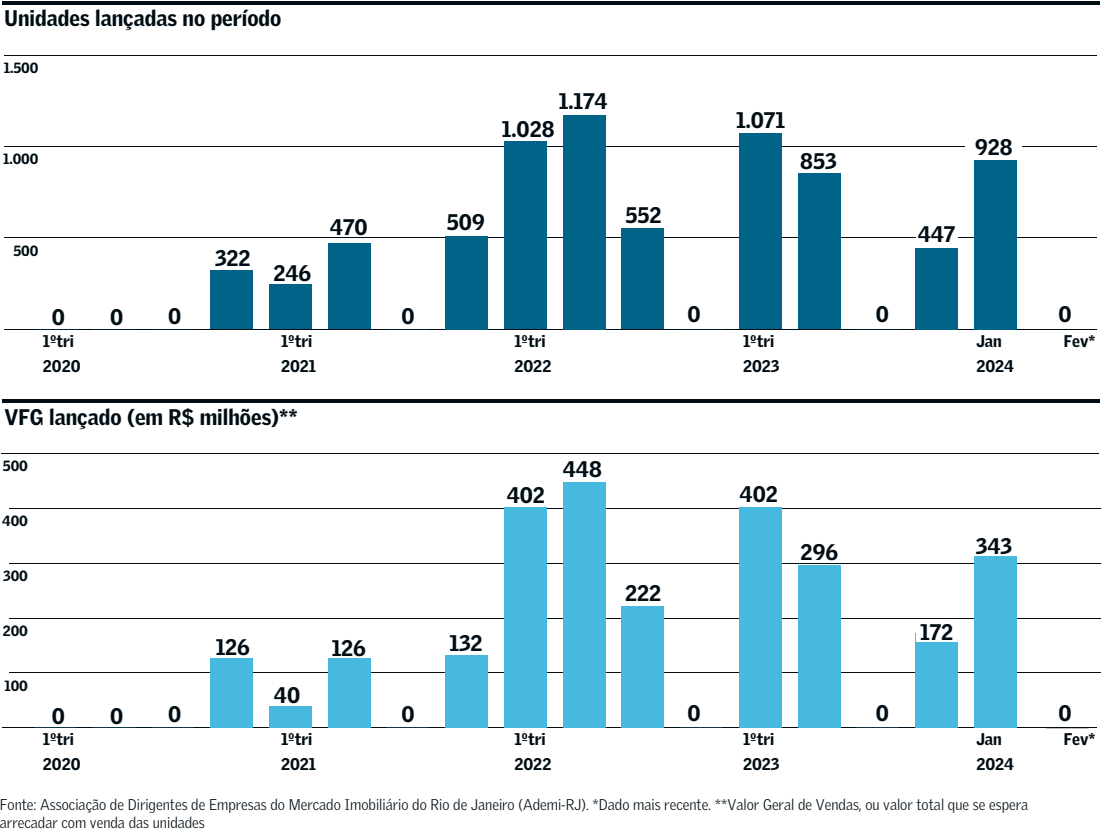
Para Mesquita, a revitalização da região no Rio não difere do que ocorreu com outras zonas portuárias em grandes metrópoles no mundo. "Normalmente, grandes cidades têm uma zona portuária que é focada em algo 'premium'. Veja o que aconteceu com Puerto Madero [área restaurada do cais de Buenos Aires]: se pegou uma zona que não era muito usada e se colocaram restaurantes, um planejamento para aquela área. O Rio não tinha isso [planejamento para uso de sua zona portuária]", diz.

O arquiteto e urbanista Miguel Pinto Guimarães concorda. E vai além: para ele, a zona portuária tem potencial para se tornar um "Puerto Madero" carioca. Mas adverte que transformações como essa são empreendimentos de longo prazo. "É preciso um investimento contínuo, um planejamento contínuo, ininterrupto", completa ele, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto vencedor para modernizar o Jardim de Alah, parque entre os bairros de Ipanema e Leblon. Para Guimarães, em duas décadas a região do porto poderia se tornar tão dinâmica quanto é, hoje, Puerto Madero.

"A região vem se consolidando com vocação residencial"
Sérgio Henrique Bini

É importante, porém, contar com o direcionamento do gestor público, salientou. O arquiteto lembrou que, no passado, terrenos mais baratos na região oeste da capital acabaram "puxando", via especulação imobiliária, o crescimento do Rio por aquela região da cidade. Para Guimarães, é preciso valorizar, com oportunidades de novos empreendimentos, áreas dotadas de infraestrutura, de saneamento, de transporte — como é o caso da zona portuária carioca. "Nunca interessou ao gestor público planejar as cidades, porque eles não vão inaugurar em quatro anos, não vão inaugurar em oito anos. Então, nunca se investiu em urbanismo. O Rio de Janeiro [a prefeitura], diferentemente de muitos lugares, tem hoje um pensamento voltado para o urbanismo."

O desenvolvimento urbano precisa, porém, ser acompanhado de estímulos para que a iniciativa privada também se interesse por investir em determinadas áreas. É o que pensa Thiago Dias, subsecretário-executivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Rio. "O que houve [com a zona portuária] foi política pública bem desenhada, com estímulos corretos, de maneira republicana, de maneira técnica. E toda vez que você consegue desenhar esse tipo de modelo de incentivo, a iniciativa privada responde positivamente."

Dias acrescenta que o empreendimento é concatenado com o Reviver Centro, plano de recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região central do Rio, que fica ao lado da zona portuária. "Acreditamos tanto nisso que expandimos a operação [de revitalização da zona portuária do Rio] até São Cristovão." O subsecretário se refere à Lei Complementar nº 267/2023, do Poder Executivo, sancionada em dezembro do ano passado, que trata dessa expansão.

No entendimento de Carlo Caiado (PSD), presidente da Câmara dos Vereadores do Rio, a parceria do Executivo com o Legislativo foi fundamental para decolar o projeto do "Porto Maravilha" , termo usado pela prefeitura do Rio para os planos de revitalização da zona portuária carioca.

Caiado salientou que o pontapé inicial, para a reurbanização da região, se deu por meio de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), constituída pela prefeitura da cidade há 15 anos. De maneira sucinta, esse é um mecanismo que abre exceção, em uma localidade, na Lei de Uso e Ocupação do Solo (que vale para a cidade toda). É válida para requalificar uma área da cidade, a fim de atrair melhorias, via incentivos, para instalação de projetos e investimentos de iniciativa privada.

No caso da zona portuária, a OUC foi regulamentada por lei municipal em 2009 e abrangia 5 milhões de metros quadrados, incluindo parte dos bairros do Caju, Gamboa, Saúde, Santo Cristo e centro da cidade. E, na prática, a nova lei mencionada por Dias, de dezembro de 2023, que trata de expansão até bairro de São Cristóvão, acrescentou 3,7 milhões de metros quadrados à região portuária delimitada pela OUC.

Para construir na zona portuária, é necessário adquirir os Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs). As Cepacs são uma espécie de título que dá direito ao proprietário de construir além dos limites determinados pelo código municipal de edificações. Para a região do porto, quase todas as Cepacs disponíveis foram compradas em 2011 pelo Fundo de Investimentos Imobiliários Porto Maravilha (FIIPM), administrado pela Caixa.

Com o dinheiro da venda dos Cepacs, o gestor municipal efetuou obras na área, de infraestrutura e de instrumentos urbanísticos de arte e lazer, como a derrubada do viaduto da Avenida Perimetral, em 2013; a construção do Museu do Amanhã e da Orla Conde, inaugurados em 2015.

Para construir no porto, o empreendedor tem que fazer a compra do terreno. Na hora de adquirir o potencial construtivo, a empresa precisa comprar o Cepac da Caixa. "A Caixa 'comprou' o potencial construtivo [da área], com essa legislação que foi aprovada, e estabeleceu um mercado para esse potencial construtivo", diz Caiado.

O interesse da iniciativa privada por Cepacs do porto do Rio — e, na prática, de investir na região —, no entanto, demorou a decolar. Em maio de 2016, o **Valor** informou que menos de 17% dos Cepacs no fundo gerido pela Caixa haviam sido revendidos, segundo auditoria conduzida Tribunal de Contas da União (TCU).

Mas a maré de demanda fraca deu sinais de virada, nos anos seguintes. Entre 2017 e 2019, 22 empresas instalaram sedes em edifícios novos no porto, o que levou a um acréscimo de 12,5 mil pessoas a circular diariamente na região.

"O Rio tem hoje um pensamento voltado para o urbanismo"
Miguel Guimarães

Mas, com o passar do tempo, ficou claro que o projeto não deslancharia se o perfil da região fosse majoritariamente comercial. "O projeto em si teve as suas dificuldades. Inicialmente a ideia era fazer um desenvolvimento, uma vocação mais comercial para a região", admitiu Sérgio Henrique Oliveira Bini, vice-presidente de fundos de investimento da Caixa. O executivo explicou que, nos anos de 2020 e 2021, se iniciaram conversas com a prefeitura, o mercado, investidores e incorporadoras sobre possíveis caminhos para o desenvolvimento do porto.

Na prática, as conversações levaram a uma grande mudança, no entendimento dos players interessados no projeto, de qual seria o perfil da área, comentou. "Então, [depois das conversas] começou a se sair de uma vocação mais comercial para uma vocação mais residencial [no perfil dos empreendimentos]. E algumas incorporadoras que foram pioneiras acreditaram nisso", comenta. Hoje, na área, a Caixa atua como financiador para interessados em comprar imóveis ou para construir na área; como investidora, via FGTS, do Fundo de Investimentos Imobiliários Porto Maravilha, e como administradora do FIIPM.

"A região vem se consolidando com vocação residencial. Temos em torno de 8 mil unidades lançadas. As primeiras começam a ser entregues neste ano" acrescenta o executivo da Caixa. "Se formos pensar que em cada uma delas [das 8 mil unidades] morem duas ou três pessoas, estamos falando de mais de 20 mil pessoas morando na região", diz.

Sobre os novos residentes na área, Marcos Saceanu, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio (Ademi-RJ), comenta que o ano de 2024 "é o momento de colher o fruto plantado". Saceanu disse que os novos moradores vão passar a fazer propaganda da região: "Quem vai começar a falar bem da região é o morador. Isso traz um grau de confiança, uma credibilidade diferente do que só o governo falar, ou só uma associação falar, ou só um empreendedor falar, ou todos falarem junto." Este "boca a boca" pode elevar demanda por residências na área e estimular a entrada de mais interessados em investir na região.

Claudio Hermolin, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro, concorda. Na visão dele, a região portuária tem potencial para ganhar cerca de 25 mil unidades habitacionais (número que inclui os lançamentos já realizados), em horizonte de longo prazo. E ele lembra de outra vantagem que esse fluxo maior de residentes pode atrair, para a região. Com maior número de moradores na área, isso atrairá, organicamente, interesse em construções de pequenos e grandes comércios. "Na hora em que se começa a ter as pessoas morando, essas pessoas começam a demandar produtos e serviços na região", lembra. "A nossa expectativa é que, ali, vire uma nova centralidade do Estado do Rio."

No último dia 19 a prefeitura anunciou mais uma novidade para a área, o projeto Parque do Porto. A área será localizada atrás dos antigos armazéns da zona portuária e incluirá uma nova orla, formada por um conjunto de praças flutuantes, na baía de Guanabara. Ciclovias e um novo píer de cruzeiros para turistas estão inclusos no empreendimento.

LEO PINHEIRO/VALOR

Leonardo Mesquita, da Cury Construtora: preexistência de infraestrutura urbana foi um dos motivos que atraíram a empresa para a zona portuária do Rio

Novas construções na zona portuária

Após auge da pandemia, região teve lançamentos na maioria dos trimestres

Fonte: Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (Ademi-RJ). *Dado mais recente. **Valor Geral de Vendas, ou valor total que se espera arrecadar com venda das unidades

Clima Sem alternativa e com medo de saques, moradores permanecem na zona norte de Porto Alegre

Debaixo d'água, população reclama de descaso

Fernanda Canofre
De Porto Alegre

O casal Patricia Schafer de Oliveira e Cristiano de Oliveira, de 46 e 48 anos, chegou a deixar para trás, debaixo d'água, o prédio onde ficam a estética, a barbearia e a casa da família, numa esquina da Vila Farrapos, zona norte de Porto Alegre. A mensagem de um vizinho, porém, avisando sobre tentativa de invasão ao segundo piso, os fez retornar na semana passada.

"As noites estão complicadas, estão ocorrendo muitos saques. Não tinha como deixar vazio, já perdemos nosso comércio, nosso ganha-pão", diz Patrícia, que mora a vida toda ali. "A gente já perdeu tudo embaixo, e aí perder tudo em cima?", complementa Cristiano.

Os pais dela, com 75 e 85 anos, foram para o apartamento de um familiar no litoral. Depois de uma publicação que ela fez mostrando o Exército passando na rua, distribuindo água e cestas básicas, seu Instagram e o terraço da casa se transformaram numa espécie de ponto de apoio local.

Mensagens de pessoas pedindo mantimentos, água, fralda, leite, colchão, ração, ajuda para resgate de animais que ficaram nas casas, chegam diariamente. No sábado (25), militares deixaram ali doações e vizinhos, usando barcos e GPS, levaram a pessoas ilhadas em ruas mais para dentro do bairro, que ainda estão com água a até dois metros de altura.

Na região, que abrange ainda outras comunidades no bairro Humaitá, mais de vinte dias após o início das inundações e alagamentos na capital gaúcha, há muitas pessoas que resistem em casas e à beira da BR-290, alegando medo de saques. Moradores ali e em outros bairros da zona norte, como o Sarandi, reclamam da demora de uma solução por parte do poder público e falam em descaso.

O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) afirma que três das nove bombas cedidas pela Companhia de Saneamento de São Paulo (Sabesp) começaram a operar no sábado, no Sarandi. A colocação de outra na região do Humaitá foi adiada para segunda. Outros locais serão definidos de acordo com a urgência, diz a nota enviada ao **Valor**. No pico das enchentes, apenas quatro das 23 casas de bomba da capital funcionaram. Até este domingo, eram 11.

A Brigada Militar na região — a PM gaúcha — diz que há patrulhamento, mas moradores afirmam que viram poucas vezes a presença de policiais militares. Por ali, há casas abertas, algumas com sinais de arrombamento, outras com portões que parecem torcidos pela força da água. Circulando pela Vila Farrapos e Humaitá, é possível ver pessoas com barcos ou embarcações improvisadas e há quem caminhe pelas águas, sem proteção. O Estado já registrou quatro mortes por leptospirose e investiga mais de 800 casos da doença.

A avenida Padre Leopoldo Brentano, ao lado da Arena do Grêmio, tomada por torcedores e bares em dias de jogos, agora parece um rio de água parada, com carros submersos e abandonados à volta.

"Ajudamos nos resgates e damos auxílio nas residências. Estamos nos virando. Vamos resistir até o momento que der, porque não tem como largar o bairro, a gente se criou aqui", diz Carlos Reinaldo Jr., 27, autônomo, que perdeu o mercado e depósito abertos há poucos meses, no entorno. Com um bote inflável e um caiaque, ele e um amigo carregam cestas básicas para família e vizinhos. Só na casa dele são oito pessoas, incluindo a irmã, grávida, que saiu para fazer exames e voltou. "Ela não quis ficar longe da mãe e de nós."

FOTO: FERNANDA CANOFRE

Carlos Reinaldo Jr., à direita, junto com amigo, enfrenta as águas para levar mantimentos à família e vizinhos

As casas ali estão sem luz e a água está imprópria ao consumo. Vizinhos se emprestam geradores para carregar telefones, e conhecidos fora dali levando mantimentos até as vias mais próximas, ainda acessíveis, além do reforço das doações entregues pelo Exército.

"O problema é o tempo que está durando a água, que não tende a baixar. Não há perspectiva de melhora", diz o tenente João Eduardo Ávila, comandante da companhia que atua nos bairros Humaitá e Sarandi. "Nosso trabalho, terminados os resgates, é com parte humanitária, manutenção dos donativos, remoção de materiais das casas." Na última quarta moradores bloquearam trecho da BR-290, em protesto, pedindo medidas ao escoamento da água. O prefeito Sebastião Melo (MDB) e o ministro Paulo Pimenta (PT), encarregado da pasta extraordinária para reconstrução do RS, foram ao local.

A recicladora Janaína Gonçalves da Silveira, 45, participou de reunião com a prefeitura. "A alternativa que a gente dá, eles dizem que já tentaram", diz ela, que está morando em acampamento na rodovia, com vizinhos, animais e pertences que conseguiram salvar. Com a abertura de mais uma pista do corredor humanitário, o trânsito ficou rente a eles. "Nem dormimos direito. Passa caminhão, carro, parece que vem derrubando tudo."

"Essa água não vai descer tão fácil. Essa é nossa realidade e está sendo esquecida pela prefeitura", afirma a doméstica Tatiane da Silva Marinho, 45. "A gente não quer sair para não deixar ninguém mexer no que nos sobrou." Parte da comunidade também aguarda o andamento do processo de realocação, com contrapartidas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), por obras da ponte nova do Guaíba. A autarquia não retornou à reportagem.

> "As noites estão complicadas, estão ocorrendo muitos saques"
> *Patricia S. Oliveira*

O Dmae explica que há diferentes situações na zona norte da capital. Comportas foram abertas durante a semana para agilizar o escoamento nos bairros Humaitá, Anchieta e pontos do Quarto Distrito, diz em nota, mas há locais de acúmulo que precisam de bombeamento. A prefeitura também diz que "todo o sistema contra cheias está sendo reavaliado."

Já no Sarandi, onde houve deterioração de estruturas e extravasamento em diques, a água inundou duas casas de bomba. A prefeitura diz que elas devem ser ligadas assim que possível. "[Ali] e em pontos da zona norte, há áreas em que os terrenos são mais baixos do que o nível do Guaíba, diferentemente da área do Centro/Cais Mauá. Por isso, é necessário o bombeamento para o escoamento", diz o texto.

Na região da Vila Nova Brasília, também no Sarandi, nas laterais do dique do Passo das Pedras, conhecido como arroio Sarandi, casas foram derrubadas na enchente e, em outras, onde a água baixou, não sobrou nada.

Moradores que voltaram para avaliar estragos, como a talonadora Rute Souza, 35, procuravam também documentos para encaminhar pedidos de auxílio. Outros, como Diane Barreto, 50, auxiliar de serviços gerais, relatam dificuldade com as plataformas online. "Não consigo mexer em celular. Sei mandar mensagem, atender, ligar, mas essas coisas, não".

Quem tem casa ainda inundada espera o recuo da água. É o caso de Cláudia Santos, 45, também auxiliar de serviços gerais. "Das outras vezes, eu ficava dentro d'água, já fiquei três dias assim. Só que dessa vez a água estava ali em cima", explica, apontando para o telhado.

Cláudia, o marido — que está com câncer — e os filhos estão na casa de um irmão dela, no município de Alvorada. Em 2023, após uma enchente, ela recebeu móveis e auxílio de R$ 3 mil, tudo perdido agora. "Não tenho para onde ir nem como pagar aluguel, não tenho nada, nem móveis mais", diz. "Se eles nos derem outro local, a gente quer. Mas a princípio, vamos ter que voltar para cá." Até sexta a prefeitura de Porto Alegre contabilizou 41 mil pessoas afetadas por enchentes cadastradas no Registro Unificado. A base de dados, diz a prefeitura, será usada para definir políticas públicas nas áreas de habitação, saúde e assistência social, entre outros. **Ver também página A6**

Clima Mapeamento atual mostra que cidades do RS como Porto Alegre eram consideradas de capacidade 'muito alta' para lidar com desastres hidrológicos

Governo corre para preparar cidades contra crise climática

Murillo Camarotto
De Brasília

FOTO: EDUARDO RODRIGUES/AGÊNCIA PIXEL PRESS/FOLHAPRESS

Pelotas está na lista das cidades com capacidade adaptativa "muito alta"

Tomadas pelas águas há quase um mês, cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas têm uma capacidade "muito alta" para lidar com desastres hidrológicos como inundações, enxurradas e alagamentos. Ao menos é esta a classificação desses municípios no "Adapta Brasil", mapeamento organizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia que mostra o quão preparadas as regiões estão para responder aos efeitos das mudanças climáticas.

A tragédia gaúcha obrigou o governo federal a acelerar a apresentação de uma política mais consistente de mitigação e adaptação aos eventos climáticos extremos. O plano está sendo coordenado pela Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente e deve ser anunciado e detalhado em algumas semanas. A tendência é que uma nova autarquia seja criada para tratar do tema, mas ainda não se sabe a qual ministério a estrutura estará vinculada.

Os dados do Adapta Brasil evidenciam a urgência da política. Se regiões com índices de capacidade adaptativa elevada para enchentes estão há semanas submersas, aquelas com níveis mais precários podem representar um risco alto para suas populações.

Segundo o mapeamento, todo o Norte e Nordeste, além dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, apresentam índice de capacidade adaptativa "baixo". Neste grupo, Maranhão, Piauí e Paraíba têm índice considerado "muito baixo".

Os três Estados da região Sul, junto com São Paulo e Mato Grosso do Sul, apresentam índice "médio" para adaptação, enquanto Rio de Janeiro e Espírito Santo têm avaliação considerada "alta". Somente o Distrito Federal aparece com nível "muito alto" no levantamento, que considera indicadores como capacidade de investimento público municipal e renda, governança e gestão de risco de desastres de inundações, enxurradas e alagamentos e capacidade municipal em cidadania e políticas setoriais.

Quando analisados em nível municipal, portanto, os dados mostram índices considerados "muito altos" em Porto Alegre e nas principais cidades em torno da Lagoa dos Patos. A capital gaúcha, inclusive, apresenta nota máxima no índice de capacidade adaptativa, que varia de 0 a 1.

Para Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e especialista em políticas públicas do Observatório do Clima, a preparação dos municípios brasileiros para os eventos climáticos adversos é um processo complexo e, principalmente, custoso. Ela lembra que dois terços das cidades do país têm menos de 20 mil habitantes e, consequentemente, um orçamento insuficiente para fazer frente à infraestrutura necessária para responder aos desastres.

"A adaptação envolve muito dinheiro. Há medidas que não são tão complexas, como programas de recuperação de vegetação nativa ou de melhoria da drenagem urbana, mas como fazer isso em uma situação de falta de recursos?", ela questiona. "Então, o governo federal tem que ter uma atuação forte, ajudar Estados e municípios e oferecer recursos a fundo perdido. Municípios que alagam todo ano não tem capacidade de endividamento."

Apesar de todo o estrago visto no Rio Grande do Sul, a inundação poderia ser ainda mais destruidora se tivesse ocorrido em Santa Catarina, registra o diretor-executivo do Centro Brasil no Clima, Guilherme Syrkis, que acompanha de perto as políticas regionais de adaptação. Segundo ele, a geografia e a localização das cidades catarinenses, entre outros fatores, as tornam muito mais vulneráveis que as gaúchas.

O desenvolvimento de um plano de adaptação, de acordo com ele, passa justamente pelo estudo das vulnerabilidades locais e o mapeamento dos principais riscos. Também é fundamental a participação da sociedade civil, das empresas e da população para começar a entender o que deve ser feito em cada localidade.

> "Municípios que alagam todo ano não tem capacidade de endividamento" *Suely Araújo*

Adaptação problemática
Maior parte do Brasil tem capacidade de resposta baixa

Fonte: MCTI

Para além do risco das enchentes, a ocorrência de ondas de calor é um problema que deve se tornar frequente e, por isso, observado com a devida prioridade. "A onda de calor mata muito mais e é uma morte silenciosa. A pessoa passa calor demais e morre de infarto, por exemplo. A região Nordeste e o Rio de Janeiro precisam ter alguns parâmetros para alertar a população sobre isso", acrescenta Syrkis.

Apesar de reconhecer o problema fiscal, ele lembrou que algumas medidas de adaptação podem ter um custo menor com boa eficácia. Para o caso das altas temperaturas, por exemplo, ele cita o exemplo de um programa do governo indiano que pinta as casas de branco, o que diminui a absorção do calor. "Fazer isso nas comunidades pobres do Brasil já ajudaria bastante", explicou.

Recentemente, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, confirmou o plano de criação de uma autarquia específica para cuidar das políticas de adaptação. Não confirmou, entretanto, se seria esta a materialização da autoridade climática do governo federal, cuja criação foi anunciada, mas nunca saiu do papel.

Para Suely Araújo, o ideal é que a estrutura funcione dentro do Ministério do Meio Ambiente e que haja orçamento disponível tanto para este órgão específico quanto para os ministérios que tocarão obras específicas de cada infraestrutura de adaptação.

"Adaptação é identificar os riscos e vulnerabilidades e adotar medidas como reforço dos diques, como considerar o conceito das 'cidades esponja'; é desenvolver soluções baseadas na natureza e olhar a infraestrutura de modo diferente", diz Syrkis. "O gestor público vai ter que colocar os óculos da resiliência climática. Não dá mais para um secretário de obras mandar construir uma ponte em uma altura na qual ela pode ser facilmente inundada."

Impacto no sistema de transporte do país entra na mira de ministério

Rafael Bitencourt
De Brasília

Convencidos de que os eventos climáticos vão continuar a impactar o sistema de transporte no Brasil, o governo quer garantir maior resiliência da infraestrutura com medidas que vão de adaptar os contratos de concessão à nova realidade, criar um sistema de alerta de riscos de desastres nas rodovias até instituir uma nova instância de governança interministerial para tratar do tema, um "Comitê de Infraestrutura Resiliente".

O subsecretário de sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, afirmou que o ministro Renan Filho defende que seja assumida uma "posição institucional" voltada para a mitigação de riscos e adaptação dos ativos mantidos pelo setor público ou privado.

"Já revisamos as diretrizes, criamos uma agenda de trabalho e, agora, vamos estabelecer uma instância de gestão, que é o comitê interministerial. Nele, a gente vai discutir e tomar decisão junto com o Ministério dos Portos e Aeroportos, para ter também a dimensão de impacto intermodal", disse o subsecretário, em entrevista ao **Valor**.

O técnico do governo informou que a nova diretriz vai influenciar no desenho dos projetos da fase de concepção até o licenciamento ambiental. A ideia, segundo ele, é que os empreendimentos já nasçam com o "DNA de resiliência", sejam as futuras obras públicas, sejam os ativos destinados para novas concessões.

O ministério já estabeleceu a diretriz de destinar 1% do faturamento das novas concessões de rodovias para prevenir ou minimizar os efeitos de tragédias causadas pelos fenômenos climáticos mais severos. Os projetos da quinta etapa de concessão de rodovias — a exemplo do trecho da BR-381, em Minas Gerais, com leilão marcado para agosto — já obedecem a essa nova regra.

Benevides considera que a captura de um percentual mínimo da receita, que ele chama de "cláusula de sustentabilidade", deve ser levada para os contratos mais antigos de rodovias.

CARINA LEÃO/MT

> "Vamos estabelecer uma instância de gestão, que é o comitê interministerial" *Cloves Benevides*

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou que já começou a chamar 14 concessionárias para negociar a inclusão da cláusula contratual criada para tornar os projetos mais resilientes.

A proposta conta com o apoio do setor. "Todas as iniciativas de ampliação da resiliência das rodovias brasileiras, assim como de outras infraestruturas, são importantes frente às mudanças climáticas e devem ser tratadas como prioritárias", destacou a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

A entidade informou que "está promovendo estudos especializados para mapear os riscos" nos principais corredores rodoviários do país. "A ideia é que, nos próximos meses, o levantamento de pontos mais vulneráveis em rodovias concedidas, que justifiquem, por exemplo, novos investimentos para que os trechos tornem-se mais resilientes às intercorrências climáticas".

Além do senso de urgência provocado pela tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, o governo já vinha identificando riscos relacionados a fenômenos climáticos em anos anteriores. Este foi o caso das enchentes que atingiram o litoral norte do Estado de São Paulo, no início de 2023. Além de afetarem rodovias estaduais, os deslizamentos de terra interditaram a BR-101, no trecho de concessão de Ubatuba até a divisa com o Rio de Janeiro.

Desde então, a ANTT adotou medidas preventivas, junto com a concessionária, para minimizar possíveis impactos aos usuários da rodovia na região, no caso das chuvas se repetirem no mesmo volume este ano. Mais do que reforçar a estrutura das encostas de morros (taludes), o trabalho envolve maior disponibilização de ambulâncias e carros de resgate em mais pontos da rodovia.

Em paralelo à discussão sobre os ajustes contratuais, o governo tem contratado estudos de mapeamento de risco nos sistemas de transporte que vão poder orientar os investimentos em infraestrutura resiliente e também auxiliar na proposta de criar um mecanismo de alerta.

Benevides avalia que, após identificar "pontos críticos" de uma rodovia — onde existe maior risco de inundação, por exemplo — que vão receber recursos, a concessionária poderá manter um sistema com o cadastro atualizado dos usuários frequentes do trajeto, incluindo empresas de logística. A proposta é fazer chegar a eles um alerta sempre que os centros meteorológicos avisarem de algum comportamento atípico do clima.

"A gente está estudando isso. A ideia é fazer um 'hackathon' [desafio de inovação] para criar aplicativo que diga: 'pare', 'procure um abrigo'. E, assim, evitar que o pior aconteça", explicou o técnico do Ministério dos Transportes.

Contas públicas Mudança de cenário vai exigir corte de gastos para melhorar quadro fiscal, diz Santander

Alívio da 'inflação do PIB' na dívida está perto do fim

Marta Watanabe
De São Paulo

Diferentemente do que se esperava em 2019, antes da pandemia de covid-19, a dívida bruta do Brasil não ultrapassou os 100% como proporção do PIB, e o indicador deve chegar ao fim do ano com uma queda de 9,3 pontos percentuais em relação a 2020. Um dos fatores-chave para isso foi o deflator do PIB, que nos últimos anos ultrapassou a inflação em magnitude muito maior que a esperada. O menor nível de endividamento permitiu redução da percepção de risco fiscal no Brasil. Ao mesmo tempo, houve deterioração fiscal em vários países.

O quadro permitiu ao Brasil experimentar, desde a pandemia, uma melhora na classificação entre os países emergentes mais endividados. O Brasil, que ficou entre as três primeiras posições dos emergentes mais endividados de 2017 a 2019, caiu para a 11ª posição em 2021. Embora tenha voltado a subir no ranking em 2022 e 2023, o país deve ficar em sétimo lugar em 2024.

As observações estão em relatório especial do banco Santander sobre a dívida pública. Elaborado pelos economistas Ítalo Franca e Ana Júlia Carvalho, o estudo baseia-se em parâmetros e projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) e destaca que a "ajuda" do deflator do PIB não deve perdurar. O quadro, apontam, mostra que um ajuste com cumprimento da atual regra fiscal e medidas de contenção de gastos obrigatórios será componente central para permitir perspectiva de redução do endividamento do país e recuperação do grau de investimento.

O deflator do PIB mede o nível de preços de bens e serviços integrantes do PIB, algo como uma "inflação do PIB". Há cinco anos o Panorama da Economia Mundial do FMI — World Economic Outlook —, cita Carvalho, projetou que de 2019 a 2024 o deflator do PIB ultrapassaria a inflação ao consumidor em 3 pontos percentuais (p.p.) e que a relação dívida bruta/PIB subiria 3 p.p. também.

Considerando o que já foi observado até 2023, a estimativa atual do FMI, divulgada este ano para igual período, é que o deflator do PIB fique 11,5 p. p. acima da inflação ao consumidor. Para a dívida, a previsão é de redução em 0,4 p.p. No grupo dos emergentes, diz Carvalho, o Brasil foi o país com o maior crescimento de deflator do PIB em relação à inflação.

Um deflator de PIB rodando acima da inflação ao consumidor, porém, não garante necessariamente redução do endividamento. O histórico mostra que no Brasil, de forma peculiar, esse deflator costuma variar acima da inflação, diz Carvalho. Ela destaca que apenas em três dos últimos 24 anos o Brasil teve deflator do PIB inferior à inflação. Nos 21 anos em que o deflator superou a inflação, em 11 houve redução do endividamento, em 2,98%, em média. Nos demais dez anos houve crescimento da dívida, em 3,61% em média.

Segundo Carvalho, a maior variação do deflator do PIB se explica em grande parte pelo índice CRB [Commodity Reserch Bureau], que reflete o ciclo de commodities. Esse itens, diz Franca, têm participação importante na atividade econômica do país e também impulsionam a arrecadação. "Esse efeito é mais acentuado no Brasil do que em outros países, e os dados mostram que quanto maior a surpresa nesse fenômeno, maior o efeito no indicador de endividamento."

O estudo destaca que em 2003, quando a diferença entre deflator

Deflator do PIB muito acima da inflação

Projeções do Panorama Econômico Mundial do FMI* para países emergentes

Diferença entre deflator do PIB e inflação - 2019 a 2024 (em p.p.)**

	Previsão de 2019	Previsão de 2024
Brasil	3,1	**11,5**
Malásia	-1,1	**7,5**
Chile	0,1	**5,8**
Indonésia	0,0	**5,4**
Jamaica	-0,6	**5,1**
Peru	0,6	**3,6**
República Dominicana	1,4	**3,5**
Bolívia	-1,7	**2,5**
Hungria	-0,8	**2,0**
Colômbia	0,0	**1,1**
Vietnã	-2,0	**0,6**
Honduras	-3,1	**0,5**
Panamá	-0,4	**0,3**
México	0,1	**-0,4**
África do Sul	-0,2	**-0,5**
Uruguai	1,0	**-1,6**
Índia	-0,6	**-2,3**
Guatemala	2,2	**-5,2**
Filipinas	-0,1	**-5,5**
Bangladesh	-0,1	**-14,9**
Egito	0,3	**-21,6**

Variação da dívida bruta/PIB - 2019 a 2024 (em p.p.)**

	Previsão de 2019	Previsão de 2024
Brasil	3,30	**-0,39**
Malásia	-2,00	**9,35**
Chile	1,56	**12,18**
Indonésia	-0,73	**8,75**
Jamaica	-29,23	**-26,78**
Peru	-1,74	**6,05**
República Dominicana	1,49	**5,89**
Bolívia	5,07	**28,03**
Hungria	-9,42	**9,33**
Colômbia	-10,07	**2,01**
Vietnã	-4,96	**-7,32**
Honduras	-3,44	**1,64**
Panamá	-2,02	**13,90**
México	1,21	**3,69**
África do Sul	17,15	**19,34**
Uruguai	2,43	**2,26**
Índia	-3,43	**7,44**
Guatemala	1,39	**1,18**
Filipinas	-1,84	**19,90**
Bangladesh	2,24	**9,45**
Egito	-13,22	**16,27**

Fonte: FMI, com elaboração do Santander

> "Há processo que não foi completado e riscos de não se completar à frente"
> *Ítalo Franca*

do PIB e a inflação atingiu o pico histórico, de 4,8 p.p. a relação dívida bruta/PIB do país caiu 4,6 p.p. No período mais recente, em 2021, o deflator ficou 3 pontos percentuais acima da inflação e o endividamento caiu 7,1% p.p. Em 2022 o deflator superou a inflação em 3 p.p. e o endividamento caiu 5%.

"Tivemos muita surpresa inflacionária que tende a diminuir à frente. Houve fatores positivos, como redução do nível de dívida, com distância menor com os pares dada por classificação melhor no ranking de endividamento, ajustes na tentativa de consolidação fiscal e PIB maior", cita Franca. Ele lembra, porém, que esse momento de menor nível de endividamento passou. O estudo destaca que para 2024 o FMI espera que o deflator exceda a inflação, mas em nível menor, de 1,2 p.p. e estima alta da dívida brasileira em 2 p.p..

"Estamos em processo de tendência de alta do endividamento e a evolução do PIB será determinante para ganhar tempo na consolidação fiscal", diz Franca. Embora ainda sejam incertos os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul no PIB e as medidas da União em socorro ao Estado estejam caminhando com cautela, há, diz, de qualquer forma, trajetória altista de dívida e o equilíbrio sustentável das contas demanda cumprimento da regra fiscal. É preciso, diz, enfrentar o debate sobre o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias e o efeito disso nos gastos discricionários, num ambiente em que se busca maior nível de investimento público e ter crescimento.

Para ele, entre as agendas mais importantes nesse sentido está o debate sobre o piso de saúde e educação. "Há espaço para atender à demanda sem vincular gastos às receitas, debatendo a alocação de recursos e contendo também pressões de aumento em outra rubricas, na busca por maior eficiência."

A agência de rating Moody's alterou neste mês a perspectiva para a nota de crédito soberano do Brasil de estável para positiva, refletindo mais robusto do PIB do que nos anos pré-pandemia, como consequência de reformas estruturais, aponta Carvalho. Mas comparando o Brasil com mercados emergentes e os da América Latina, observa, os pares têm melhor desempenho na atividade econômica (1 nível acima do Brasil) e na política fiscal (2 níveis acima). Para Franca, as agências reconhecem a situação favorável das contas externas do Brasil, o PIB que surpreendeu positivamente, a redução do endividamento e o encaminhamento de reformas, como a tributária. "A história é 'vamos dar o benefício da dúvida, mas há riscos porque o processo não foi completado e há riscos de não se completar adiante."

INÊS 249

13 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- **PROVA ESPECIAL -** LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H**
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**
- **PROVA ESPECIAL -** VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**

14 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL -** GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**

15 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS
- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL -** JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H**
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

INÊS 249

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

Mês	Em % TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	Em R$ UPC	Salário mínimo
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**4,39**	**2,73**	**2,27**	**1,22**	**0,24**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**11,99**	**6,85**	**5,44**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	2023	Var. %	abril 2024	2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**
	fev/24 Valor**	**Var. %***	**jan/24 Valor****	**Var. %***	**fev/23 Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24 Valor	**Var. %***	**jan/24 Valor**	**Var. %***	**fev/23 Valor**	**Var. %***
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	2023	12 meses	Número índice mai/24	abr/24	dez/23	mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	-	0,21	1,67	4,72	3,77	-	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	-	0,31	-0,60	-3,18	-3,04	-	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	-	0,29	-1,46	-5,60	-5,41	-	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	-	0,32	1,73	3,40	3,00	-	728,84	716,46	711,01
INCC-M	-	0,41	1,09	3,32	3,48	-	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	-	0,33	1,51	3,15	2,77	-	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana mai/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024			+
4ª	30/08/2024			Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mar/24 Valor	% do PIB	fev/24 Valor	% do PIB	mar/23 Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.741,7**	**61,14**	**6.693,6**	**60,90**	**5.788,9**	**55,97**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-29,1	-0,26	-28,1	-0,26	12,7	0,12
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-757,2	-6,87	-743,3	-6,76	-753,1	-7,28
Dívida fiscal líquida	**7.528,0**	**68,27**	**7.465,0**	**67,92**	**6.529,3**	**63,13**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.382,3	66,95	7.340,8	66,79	6.513,2	62,97
Dívida externa líquida	-640,7	-5,81	-647,2	-5,89	-724,4	-7,00
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.792,6	52,53	5.749,5	52,31	4.878,0	47,16
Governos Estaduais	843,0	7,64	841,2	7,65	812,5	7,86
Governos Municipais	55,9	0,51	53,5	0,49	38,4	0,37
Empresas Estatais	50,1	0,45	49,4	0,45	60,0	0,58
Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	**mar/24 Valor**	**% do PIB**	**fev/24 Valor**	**% do PIB**	**mar/23 Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**998,6**	**9,06**	**1.015,1**	**9,24**	**618,9**	**5,98**
Governo Federal**	828,5	7,51	846,6	7,70	461,1	4,46
Banco Central	86,7	0,79	77,9	0,71	106,7	1,03
Governo regional	75,4	0,68	83,0	0,76	44,0	0,43
Total primário	**252,9**	**2,29**	**268,2**	**2,44**	**-74,8**	**-0,72**
Governo Federal	-37,6	-0,34	-28,6	-0,26	-299,9	-2,90
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-23,3	-0,21	-15,2	-0,14	-41,9	-0,40

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março 2024	2023	Var. %	março 2024	2023	Var. %
Receita total	**670,3**	**615,6**	**8,88**	**198,8**	**183,3**	**8,48**
Receita Adm. Pela RFB**	443,2	400,0	10,78	121,9	110,9	9,94
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,2	142,2	6,35	50,9	47,2	7,84
Receitas Não Adm. Pela RFB	75,9	73,5	3,40	25,9	25,1	3,26
Transferências a Estados e Municípios	**133,5**	**123,8**	**7,85**	**35,0**	**32,0**	**9,19**
Receita líquida total	**536,8**	**491,9**	**9,14**	**163,9**	**151,3**	**8,33**
Despesa Total	**516,7**	**458,4**	**12,70**	**165,4**	**158,6**	**4,27**
Benefícios Precidenciários	213,4	202,7	5,27	72,5	68,4	5,97
Pessoal e Encargos Sociais	87,9	85,1	3,23	28,2	27,5	2,39
Outras Despesas Obrigatórias	102,3	66,9	52,84	23,3	23,0	1,26
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,1	103,6	9,09	41,4	39,7	4,39
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,1**	**33,4**	**-39,77**	**-1,5**	**-7,4**	**-79,26**
Discriminação	**mar/24 Valor**	**Var. %**	**fev/24 Valor**	**Var. %**	**mar/23 Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,2	1,55	-0,2	-	-0,1	-31,26
Discrepância estatística	-0,2	-	0,7	-37,44	-2,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-1,9**	**-96,72**	**-57,9**	**-**	**-10,1**	**-75,42**
Juros Noniminais	**-55,2**	**-3,14**	**-57,0**	**-21,18**	**-59,0**	**1,92**
Result. Nominal do Gov. Central	**-57,1**	**-50,29**	**-114,9**	**-**	**-69,1**	**-30,18**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Segurança Pública Depois do edital paulista, governo federal lança diretrizes para câmeras corporais

Câmeras policiais antecipam embate de 2026

Análise

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

O edital para a compra de novas câmeras para os uniformes da Polícia Militar de São Paulo reúne dois temas do embate antecipado da corrida sucessória de 2026, a segurança pública e a eficiência administrativa. Depois de polemizar em torno do programa durante a campanha eleitoral e ao longo do primeiro ano de sua gestão, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, espera convencer que as novas câmeras, além de estarem em linha com o enxugamento de gastos pretendido, são também mais eficientes. O edital enfrenta forte resistência de entidades civis que apontam enfraquecimento do controle da atividade policial.

Atado na disputa pelo enxugamento da máquina, seja pelos compromissos eleitorais, seja pelas dificuldades internas e resistência do Congresso e do Judiciário, o governo federal reage com o anúncio de que editará, na terça-feira, as diretrizes para as câmeras corporais das polícias estaduais.

A elaboração dessas diretrizes havia sido anunciada em janeiro, ainda na gestão Flávio Dino, mas só agora, mais de três meses depois da posse do segundo titular da Pasta da Justiça deste governo, Ricardo Lewandowski, serão conhecidas.

O ministro vale-se da enchente gaúcha para justificar o atraso no lançamento da portaria. Não adianta o teor. Diz apenas que as diretrizes condicionarão a liberação de verbas para o programa. Sobre as exigências, se limita a dizer que o armazenamento das imagens é "caríssimo".

Lewandowski esteve na sexta-feira com Tarcísio Freitas na posse do novo procurador-geral de Justiça, Paulo Sergio Costa, em São Paulo. O novo PGJ, que comanda o MP-SP, que faz o controle externo das polícias, era o nome da preferência de Mario Sarrubo, que o antecedeu no cargo e hoje é secretário nacional de segurança pública do MJ.

Se o governo federal corre atrás do atraso, o paulista ainda custa a convencer dos predicados da mudança. O fim da gravação ininterrupta deixará ao alvitre policial a decisão de ligar a câmera. O potencial de embates que envolve a atividade arrisca mantê-las desligadas em situações de conflito.

Além disso, a redução de um ano para um mês do armazenamento de imagens inviabiliza a investigação e o processo judicial relativos à atividade policial. A atuação do Ministério Público, da Defensoria Pública ou mesmo dos Tribunais de Justiça excede 30 dias.

A necessidade de reduzir o custo do programa para adaptá-lo ao enxugamento da máquina, que vai do corte de isenções tributárias à extinção de órgãos públicos, conforme decreto publicado esta semana, também está por se provar.

Documento divulgado por 18 entidades que acompanham a política de segurança paulista, entre as quais o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto Sou da Paz e o Justa, diz que o programa de câmeras representa 0,47% do orçamento das polícias de São Paulo. Calcula que o custo anual, por câmera, é de R$ 9,5 mil, menos do que os R$ 11,1 mil pagos pela polícia canadense.

A mudança no programa de câmeras dos uniformes policiais marca uma nova inflexão de Tarcísio no tema. Depois da Operação Verão, que deixou, segundo o MP-SP, 77 mortos na Baixada Santista, o governador foi denunciado no Tribunal Penal Internacional.

O governador reagiu com um "tô nem aí". Mais recentemente, reconheceu que errou. Em abril, pesquisa Genial/Quaest concluiu que a segurança pública paulista tinha a pior avaliação entre os quatro Estados (SP, GO, PR e MG) pesquisados. A aprovação dos paulistas à política de segurança pública de Tarcísio (33%) é menos da metade do patamar alcançado por aquela adotada pelo governador Ronaldo Caiado (69%) em Goiás.

No mês anterior, uma pesquisa Datafolha havia aferido 88% de aprovação para as câmeras. Por se tratarem de pesquisas feitas por dois institutos em datas distintas, a única inferência possível é que não é o uso de câmeras que contribui para a baixa aprovação da política de segurança pública.

Milton Leite nega relação com PCC

De São Paulo

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União), negou ter envolvimento com um esquema de lavagem de dinheiro do PCC na capital paulista por meio de empresas de transporte público da cidade, e disse ser alvo de uma ação que visa "assassinar sua reputação". Leite teve os sigilos fiscal e bancário quebrados por determinação da Justiça, segundo reportagem publicada pela "Folha de S. Paulo".

A investigação em que o sigilo do vereador foi quebrado é a mesma que resultou na operação "Fim da Linha" desencadeada pelo Ministério Público de São Paulo em abril, para apurar a lavagem de dinheiro do crime organizado por meio de empresas de ônibus. Segundo reportagem da "Folha", promotores do Gaeco (grupo de combate ao crime organizado) afirmaram que Leite teria tido "papel juridicamente relevante na execução dos crimes sob apuração" envolvendo a Transwolff, uma das empresas investigadas. Na denúncia oferecida pela Promotoria à Justiça, no entanto, o presidente da Câmara Municipal não aparece como um dos alvos da operação e é arrolado como testemunha.

Em nota, Leite disse desconhecer "qualquer quebra de sigilos fiscal e bancário" e afirmou que seus dados bancários já foram analisados "exaustivamente" pelo MP, depois que ele abriu "por livre e espontânea iniciativa" esses dados fiscais aos promotores. "(Tentam) assassinar minha reputação em um ano eleitoral, sem base em novos documentos e desconsiderando decisões judiciais já tomadas."

INÊS 249

Cadê o Cade que estava aqui?

Bruno Carazza

Nos meus tempos de criança no interior de Minas, creme dental era chamado de dentifrício – e isso rendeu muita gozação de meus amigos quando me mudei para Belo Horizonte para fazer faculdade. (Décadas depois, num supermercado na região do Douro, em Portugal, vi numa gôndola que lá eles também usam a palavra dentifrício; estranha conexão linguística entre povos da montanha dos dois lados do Atlântico.)

Na mesma época em que riam do meu modo de falar, nos anos 1990 muita gente se referia a creme dental simplesmente como Kolynos – exemplo clássico de metonímia, em que a liderança da marca é tão forte que o consumidor se refere a ela como sinônimo para o próprio produto. Mas em 1995 a Colgate, a segunda colocada do mercado, comprou a Kolynos, gerando uma concentração de 78% no mercado de cremes dentais.

O caso Colgate-Kolynos talvez tenha sido o primeiro que chamou a atenção do Brasil para um órgão criado em 1962 e que por três décadas havia se transformado em mero cartório para ratificação de atos de fusão e aquisição de empresas: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Com a adoção do Plano Real, porém, o governo FHC resolveu incluir o combate ao abuso do poder de mercado como parte de sua estratégia de guerra à hiperinflação, empoderando o conselho. Desde então, vários casos de renome alçaram o Cade às manchetes dos jornais e até às conversas de bar, principalmente depois da fusão entre Brahma e Antarctica (1999) formando a Ambev, a novela sem fim da compra da Garoto pela Nestlé e a formação da BRF com a integração da Sadia e da Perdigão, entre tantas outras operações menos famosas.

O Cade também ganhou protagonismo no combate a cartéis: ao condenar de postos de gasolina a grandes empreiteiras que fraudaram licitações, o órgão de defesa da concorrência brasileiro passou a ser respeitado no Brasil e no exterior.

Essa trajetória de sucesso, porém, não está imune a críticas. Ainda durante a gestão de FHC, o Cade foi acusado de ter sido leniente com práticas anticoncorrenciais que levaram a recém-privatizada Vale a dominar o mercado de minério de ferro, assim como de acatar sem muita resistência a política de campeões nacionais de Lula e Dilma que levaram à formação de grandes conglomerados em diversos setores.

Esses temores de uma complacência do órgão de defesa da concorrência com a visão desenvolvimentista do governo voltaram à tona na semana passada. Na quarta, o Cade aceitou um pedido da Petrobras para reconsiderar um acordo firmado em 2019 em que ela se obrigava a vender ativos de refinaria e gasodutos para aumentar a competição no mercado de óleo e gás.

Acontece, porém, que a própria decisão de 2019 do Cade se deu sob a acusação de o órgão ter cedido à pressão do então ministro Paulo Guedes para tentar, na marra, quebrar o domínio da Petrobras no setor de combustíveis e, assim, forçar um "choque de preços de energia".

Essa inconstância nas decisões tem origem em algumas debilidades institucionais.

O órgão tem duas instâncias principais: a Superintendência-Geral, que analisa os processos, e o Tribunal, que toma as decisões. No entanto, há sete anos, esses órgãos vêm sendo comandados pelas mesmas pessoas. Alexandre Barreto de Souza assumiu a presidência do Tribunal em 2017, tendo Alexandre Cordeiro Macedo como superintendente-geral. Ao fim dos respectivos mandatos, eles trocaram de posição em 2021 e 2022, com Macedo herdando a presidência do conselho julgador e Barreto passando a comandar a instrução dos processos na Superintendência-Geral.

Além do personalismo, em que dois indivíduos se apossaram dos postos de comando manobrando para permanecer no poder, há as conexões políticas. Cordeiro Macedo já foi chamado de "meu menino" por ninguém menos que Ciro Nogueira (PP-PI) e é visto como representante dos interesses do Centrão na presidência do Cade.

Essa ingerência política na autoridade antitruste brasileira é potencializada por outros dois problemas institucionais. Ao contrário de muitas agências reguladoras, o Cade não possui uma carreira própria — seus técnicos provêm de servidores cedidos de outros órgãos ou são nomeados sem concurso público para cargos comissionados. Sem poder contar com um corpo técnico especializado e com estabilidade, o risco de assédio moral e captura por interesses políticos e privados aumenta consideravelmente.

Além disso — e aqui as agências regulatórias sofrem da mesma fragilidade — o Cade está dominado pelo fenômeno das portas giratórias. Seus conselheiros, ao final do mandato, são geralmente contratados a peso de ouro por escritórios de advocacia e, passada a quarentena, defendem interesses de empresas com processos no órgão em que atuavam. Para muitos, portanto, a indicação para um cargo no Cade é vista como mero trampolim profissional, e não o exercício de uma missão de interesse coletivo.

Com suas competências comprometidas pelo personalismo de seus dirigentes, forte influência política, falta de estrutura de pessoal e interesses pessoais de seus integrantes, o Cade vem perdendo protagonismo e caminha para voltar a ser uma repartição meramente carimbadora de autorizações para fusões de empresas.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras). Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Congresso Pano de fundo da disputa é evitar a aproximação com o governo Lula e manter postura de maior enfrentamento com o PT

Presidente tenta reeleição e divide bancada ruralista

Raphael Di Cunto, Rafael Walendorff e Marcelo Ribeiro
De Brasília e Foz do Iguaçu (PR)

Atual presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o deputado Pedro Lupion (PP-PR) tem conversado com outros integrantes da bancada ruralista e empresários do setor para alterar o estatuto do grupo e se reeleger para mais um mandato, segundo apurou o **Valor**. O pano de fundo desse movimento é manter a postura de mais oposição ao governo Lula e evitar uma aproximação com o petista.

Tradicionalmente, o vice-presidente da frente é eleito para suceder o presidente após um mandato de dois anos. O atual vice é o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que se declara de "centro" e é próximo do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Jardim foi relator de projetos importantes do Executivo, como o combustível do futuro, autor do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) e presidente da comissão do marco legal do hidrogênio de baixo carbono. Em todos, buscou diálogo com o governo para aprovação.

Lupion tem argumentado a seus colegas, segundo relatos obtidos pelo **Valor**, que Jardim seria muito governista para exercer a presidência da frente e não contaria com a maioria dos integrantes para essa eleição. O agro, tem ressaltado nesses encontros, é "de direita" e exige postura mais combativa contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como para enfrentar a permissividade com as invasões de terra.

Já os aliados do deputado do Cidadania rebatem, dizendo que Lupion adota postura exageradamente ideológica, de ataques ao governo e quase nenhum diálogo, e que com isso a pauta do agro não tem avançado como poderia.

Um dos exemplos citados por quem defende a postura mais "comedida" foi o cancelamento de reunião com o secretário do Ministério da Fazenda Bernard Appy sobre a regulamentação da reforma tributária na terça-feira para que a frente recebesse o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Lupion argumenta que foi comunicado em cima da hora da visita pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e que preferiu remarcar o debate para esta terça-feira.

A discussão em torno da sucessão foi precipitada por um discurso do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em evento com produtores de etanol em abril. "Parabéns, Pedro, por liderar a frente. Aqui faço quase uma convocação: chegou a hora de planejarmos a sua sucessão e estamos diante do Arnaldo Jardim, que não pode fugir dessa missão, tem que ser o próximo presidente da FPA", disse Fávaro na ocasião.

O movimento para alterar o estatuto e reeleger Lupion já estava no radar de aliados do deputado do PP, mas a fala antecipou e intensificou as conversas. A visão deles é que Fávaro busca maior influência no grupo e, com isso, se fortalecer no ministério. Mas a ala bolsonarista da frente rejeita qualquer mínima relação com o governo Lula. E parte das entidades que patrocinam o Instituto Pensar Agro (IPA), mantenedor da frente, também "não está à vontade" com uma aproximação.

"É necessário ser combativo nesse governo. Se não fosse a FPA juntar os parlamentares, não sei onde estaríamos. Estaríamos indo ladeira bem abaixo", discursou o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass), Gladir Tomazelli, em evento do setor em Foz do Iguaçu (PR) na sexta-feira, ao fazer elogios a Lupion.

O parlamentar respondeu que tem "a honra de ser presidente em um dos momentos mais difíceis" para o agro. "Todos os dias eles [o governo] nos dão motivo para brigar, para reclamar. Infelizmente, nossa FPA deixou, por necessidade, de ser uma frente que era estritamente propositiva, pois tínhamos um governo aliado, para ser frente parlamentar que joga na defensiva, e somos obrigados a fazer isso o tempo todo", afirmou no evento. Ele ressaltou que é preciso ter pontes com o governo e conversar para resolver problemas para a política agrícola, mas que a esquerda faz "oposição a nós" e que a bancada tem conseguido avançar suas pautas ao "vencer no voto".

> "É necessário ser combativo nesse governo"
> *Gladir Tomazelli*

De outro lado, há um grupo dentro da bancada que defende o diálogo com todos os campos políticos com independência. Ex-presidente da frente, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) deu um "puxão de orelha" em Lupion durante jantar em Brasília recentemente e afirmou que o paranaense "tem seus arroubos" à direita, mas que "o caminho é o centro".

Procurado pelo **Valor**, Jardim não quis comentar a sucessão, mas rejeitou a pecha de governista, ressaltou que é de "centro" e que não possui cargos no governo. "A FPA tem na defesa do produtor rural e do setor agro a sua razão de ser. E deve fazer isso prevalecer acima de qualquer circunstância política ou ideológica", pontuou.

Já Lupion negou que esteja em conversas para se reeleger. Disse que Arnaldo Jardim é um dos "melhores" da bancada e seria "um excepcional presidente". "Só falarei em sucessão na FPA no momento correto. Meu mandato só termina em fevereiro de 2025", afirmou. Ele também rebateu as críticas de que colocaria a ideologia acima dos interesses do setor e afirmou que a unidade da bancada "foi comprovada novamente" na semana passada com a aprovação de projeto para proibir o pagamento de auxílios do governo a quem invadir propriedades, do qual foi relator.

A cúpula da frente trabalha para negociar um acordo entre os dois deputados e seus grupos. A estratégia é reeleger Lupion, que continuaria no comando nos dois últimos anos do governo Lula, mas oferecer uma "alternativa" para Jardim, como a relatoria de projetos no Congresso e continuar na vice-presidência. O plano mais ambicioso é que ele troque o Cidadania pelo PSD e assuma o lugar de Fávaro no Ministério da Agricultura com a promessa de melhorar a interlocução do governo com o setor. A troca é discutida desde o ano passado, mas Fávaro se manteve no cargo com apoio de Lula.

ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pedro Lupion: presidente da FPA é criticado por adotar postura ideológica

ZECA RIBEIRO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Arnaldo Jardim: deputado é visto por parte da bancada como governista

Alcolumbre pressiona Marina por exploração de petróleo

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Na esteira da tragédia climática no Rio Grande do Sul, um grupo de parlamentares retomou a pressão contra a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O movimento, liderado pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tem como pano de fundo o embate pela liberação da exploração de petróleo na margem equatorial brasileira, que depende do aval do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Na última semana, Alcolumbre apresentou e aprovou um convite para Marina prestar esclarecimentos à CCJ sobre a agenda ambiental defendida pelo ministério. A decisão de fazer um requerimento de próprio punho teve como objetivo marcar posição. No documento, o parlamentar sugere uma possível "inação" da ministra no Rio Grande do Sul.

"Foram apresentados vários questionamentos, por diversos membros da comissão, sobre a atuação e eventual inação do MMA e de sua titular, Marina Silva", justificou Alcolumbre.

Não é segredo no Congresso que Alcolumbre está insatisfeito com a postura de Marina desde o ano passado. A situação piorou quando, em meio às enchentes no Sul, Marina criticou a atuação do Congresso. Um dos alvos da ministra foi justamente o projeto que busca diminuir a reserva legal da Amazônia, pautado pelo presidente da CCJ. A matéria acabou sendo retirada de pauta após forte reação negativa.

Além disso, Marina tem sinalizado que precisaria de apoio do Congresso para ter mais recursos na pasta. O MMA recebeu menos de 1% das emendas individuais e de comissões permanentes (R$ 77,3 milhões), segundo levantamento exclusivo feito pelo **Valor**. Os congressistas têm à disposição um total de R$ 44,7 bilhões.

Os parlamentares, por sua vez, rebatem que o problema é reflexo da falta de diálogo de Marina com o Legislativo.

"Alguma vez a ministra procurou algum senador para fazer uma emenda sobre essa questão?", questionou Omar Aziz (PSD-AM). "A preocupação da Marina é com o exterior, não é com o interior, com o Brasil. No dia em que ela vier aqui discutir com a comissão e pedir ajuda do Senado, não tenha dúvida de que ninguém se negará a ajudar o ministério", emendou Aziz.

O **Valor** apurou que, na audiência com Marina, Alcolumbre e a bancada do Norte querem focar justamente na exploração de petróleo na margem equatorial e na suposta falta de diálogo de Marina com congressistas do Norte sobre a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) que será realizada em Belém (PA), em 2025.

Após a sessão que aprovou o convite a Marina, na semana passada, Alcolumbre disse ao deputado amapaense Vinícius Gurgel (PL) que também pretendia convocar o presidente do Ibama, Renato Agostinho, mas o regimento veda a iniciativa. A convocação só pode ser feita para os ministros ou subordinados diretos ao presidente da República.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) ironizou o convite feito a Marina, dizendo ter sido um gesto "simpático" e "afável". "É óbvio que ela deve aceitar o convite. Um convite tão simpático, tão afável do pessoal", disse Jaques ao **Valor**.

Aliados de Marina confirmam que ela deve ir ao colegiado. Procurado, o ministério não quis se manifestar oficialmente.

Secretário-executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini considera que o convite a Marina é uma jogada política de Alcolumbre, mas com pouco efeito prático, já que a decisão final continua sendo do Ibama.

"Alcolumbre tem pretensões eleitorais. No Estado dele, essa questão da exploração do petróleo acabou virando uma falsa galinha dos ovos de ouro. Parece que vai resolver todos os problemas de pobreza do Amapá. Normalmente, quando você tem exploração de petróleo, isso é vendido assim", avaliou Astrini.

Para Astrini, Alcolumbre tenta tirar o foco das críticas que a comissão recebeu por pautar projetos que contrariam ambientalistas. "É ele quem deveria prestar esclarecimentos sobre o que fará com a pauta ambiental."

Eleições Com apenas um prefeito eleito em 2020, legenda aposta em alianças com a direita e atrai políticos para disputar eleição

Novo muda regras e usa fundo eleitoral para crescer

César Felício
De Brasília

Depois de eleger apenas um prefeito e 29 vereadores em 2020, o Novo se prepara para disputar a eleição com estratégia similar à de outros partidos de pequeno porte no país. A sigla abandonou o purismo que a fazia não aceitar detentores de mandato eletivo filiado a outros partidos e aceitou em suas fileiras 150 vereadores e três prefeitos. A flexibilidade também leva o Novo a formar alianças com partidos do campo da direita e a lançar mais candidaturas. Ao contrário do que fez em eleições anteriores, o partido também usará os recursos do fundo eleitoral.

"Em 2020, o partido disputou a prefeitura em 46 municípios. Este ano deverão ser cerca de 600", afirmou o presidente nacional da sigla, Eduardo Ribeiro. O dirigente não estima quantos vereadores o Novo projeta eleger, mas ressalta que há 5 mil pré-candidatos. Em relação a prefeitos, a meta é vencer em 80.

Registrado em 2014, o Novo surpreendeu nas eleições de 2018, vencendo em Minas Gerais com Romeu Zema e obtendo 2,5% para presidente com João Amoêdo, quinto colocado. Até então, o partido tinha extremo rigor em relação a eleições: não usava fundos públicos, não aceitava políticos veteranos de outros partidos e não fazia alianças.

O apoio ao governo Bolsonaro, nas votações no Congresso e na participação de integrantes da sigla em cargos de segundo escalão no Ministério da Economia, rachou o partido. De lá para cá, o único traço que segue sem alterações é a linha de defesa irrestrita da economia de mercado. O conservadorismo nos costumes, contudo, que não era um traço relevante em 2018, ganhou mais força agora.

REPRODUÇÃO/ INSTAGRAM

Ribeiro, presidente do Novo: conservadorismo nos costumes avança na sigla

> Em 2020, partido disputou prefeituras de 46 municípios; agora serão cerca de 600

Um exemplo do pragmatismo do Novo é Santa Catarina. Em Florianópolis, a sigla apoiará a reeleição de Topazio Neto, do PSD, que deve ter o endosso da maioria de partidos da direita. Em Blumenau e Joinville, cidades maiores que a capital, o Novo pretende ter reciprocidade.

Ao todo, o Novo terá candidato a prefeito em 14 capitais, nenhuma delas em vantagem. O partido deve apoiar o PSD em Curitiba, compondo a coligação do vice-prefeito Eduardo Pimentel. O partido tinha opções para a eleição na capital paranaense: o ex-deputado Deltan Dallagnol ou sua mulher, Fernanda. E em João Pessoa, espera formar uma chapa com o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, fornecendo a vice na chapa do ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga.

Nas capitais do Sul e Sudeste o partido selecionou três mulheres para a disputa, todas em situação pouco competitivas nas pesquisas: Luisa Barreto, em Belo Horizonte; Marina Helena, em São Paulo e Carolina Sponza, no Rio de Janeiro.

No caso de Minas Gerais, em função do Novo já ter nomes para 2026 nas majoritárias, a perspectiva de aliança é maior. Em Minas o atual governador Romeu Zema pode disputar o Senado e o vice-governador, Mateus Simões, deve disputar o governo no exercício do cargo. Em Porto Alegre, o Novo projeta lançar o deputado estadual Felipe Camozzato.

O partido também lançará mulheres em Macapá (Sharon Dyan) e Manaus (Maria do Carmo Albuquerque). Em Belém, Porto Velho e Rio Branco, a sigla marcará presença com Italo Abati, Ricardo Frota e Emerson Thomaz.

No Nordeste, o principal candidato do Novo será o senador Eduardo Girão em Fortaleza. O desafio para Girão será se destacar em uma direita congestionada por candidaturas próprias do União Brasil (Capitão Wagner) e PL (André Fernandes). Ainda haverá candidatos próprios em Aracaju (José Paulo Silva), Teresina (Tonny Kerley) e Recife (Técio Teles).

No Centro-Oeste, o partido lança Humberto Figueiró em Campo Grande, Leonardo Rizzo em Goiânia e Reginaldo Teixeira em Cuiabá.

Moraes nega recurso de Bolsonaro e Braga Netto contra inelegibilidade

Mariana Assis
De Brasília

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, rejeitou um recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-ministro Walter Braga Netto contra decisão da Corte de condená-los por abuso de poder político e econômico no âmbito das comemorações do Bicentenário da Independência, em 2022, e que os tornou inelegíveis para os pleitos seguinte por oito anos.

Na decisão publicada no sábado (25), Moraes cita questões processuais ao negar o pedido para que o caso seja analisado no Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado também negou o argumento de que houve cerceamento da defesa.

A defesa afirmou que recorrerá da decisão dentro do prazo de três dias, contados a partir da publicação do despacho de Moraes.

Bolsonaro e Braga Netto formaram chapa para concorrer ao Palácio do Planalto nas eleições de 2022. Em outubro do ano passado, a Corte Eleitoral os condenou por abuso de poder político e econômico nas comemorações do 7 de setembro de 2022 em Brasília e no Rio de Janeiro (RJ).

Na ocasião, Bolsonaro já estava inelegível por oito anos por outra decisão do TSE, de junho, que o condenou por prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores em 18 de julho de 2022, na qual fez falsas acusações contra o sistema eletrônico de votação. Naquele julgamento, Braga Netto, que compôs a chapa de Bolsonaro à reeleição, foi excluído da sanção, uma vez que não ficou demonstrada sua responsabilidade na conduta.

Nas comemorações do Bicentenário da Independência, em 2022, Bolsonaro e Braga Netto assistiram ao desfile cívico-militar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e fizeram comício em trio elétrico, destaca Moraes na decisão. Depois, o ex-presidente seguiu para a praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde acompanhou celebrações à data realizou comício.

"A prova dos autos demonstra, de forma inequívoca, que os investigados buscaram fazer do Bicentenário da Independência e das comemorações oficiais da data cívica um potente fator de mobilização eleitoral. A narrativa apresentada foi a de que a presença dos apoiadores dos candidatos, ao lado das Forças Armadas, tornaria o ato decisivo na "luta do bem contra o mal", imagem que o primeiro investigado evocava como mote na disputa contra seu principal adversário no pleito", diz Moraes na decisão.

No recurso apresentado, a defesa de Bolsonaro e Braga Netto afirma que não houve irregularidades. "Ao contrário do que defende o acórdão recorrido, ao sustentar a ilegalidade de que o primeiro Recorrente tenha convocado os cidadãos para as festividades do 7 de setembro, o que se tem nos autos é, muito diferente disso, a evidência de um Presidente da República que valoriza os atos simbólicos, notadamente aqueles cívico-militares, cuja simpatia jamais negou, sem que isso corresponda a qualquer mácula digna de lhe ceifar a capacidade eleitoral passiva", contrapõem os advogados.

Judiciário Futura presidente do TSE defende necessidade de regulamentação da Inteligência Artificial e das redes sociais no Brasil e no mundo

‘Fake news’ e IA são desafios à democracia, afirma Cármen Lúcia

BRUNA BRANDAO/MARIE CLAIRE

Cármen Lúcia é entrevistada pela diretora de Marie Claire Brasil, Maria Rita Alonso, no Power Trip Summit

Camila Cetrone
Marie Claire, de Belo Horizonte

As desinformações e impasses ao lidar com as novas tecnologias são uma grande ameaça não ao Brasil, mas também a outras democracias mundiais. Foi o que afirmou a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia na abertura da 10ª edição do Power Trip Summit, em Belo Horizonte.

A ministra lidera uma mobilização do Judiciário sobre a necessidade da regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil e no mundo. Este, aliás, é um dos grandes desafios da ministra que, neste ano, vai presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de junho.

“Desde 2012 [quando presidiu o TSE pela primeira vez] acabou o mundo e começou outro. Era outra eleição, outro Brasil, outra experiência. As tecnologias mudaram as formas de viver, de conviver, de afastar as pessoas, de conduzir e tentar algemar as liberdades. O desafio é esse: nada é mais grave do que a questão das tecnologias, as desinformações – que nada mais é do que criar mentiras”, afirmou em entrevista a Maria Rita Alonso, diretora de Marie Claire Brasil.

A ministra afirma que tem tido cuidado ao emitir resoluções sobre o tema, com foco nas eleições municipais que ocorrem esse ano. Ela afirmou que é dever legal do TSE estabelecer normas a partir de leis para garantir “um processo eleitoral democrático”.

“Hoje, todos os comitês e órgãos institucionais e internacionais, todos preocupados. Não há tema mais preocupante por causa das liberdades que podem ser restringidas e até acanhadas, ao ponto de esvaziadas, do que essa questão da ausência de normas nesta matéria de Inteligência Artificial. Não só, mas do uso e abuso das tecnologias.”

A ministra voltou a defender que haja a regularização das redes sociais. Neste ano, o projeto de lei nº 2630/20, apelidado de PL das “Fake News”, chegou a ganhar foco no Congresso, mas teve tramitação paralisada após impasses no texto.

“Regulamentar as redes sociais é imprescindível. Isso não quer dizer, de forma alguma, a captura da liberdade de expressão. Isso é preciso até para que comecemos a saber o que é isso”, disse a ministra.

Ela continuou a afirmar que uma das grandes desinformações é de que restringir o abuso das plataformas e tecnologias seria uma maneira de censura. Pessoas da sociedade civil e parlamentares contrários à lei chegaram a apelidar o projeto de PL da Censura.

“Censura é proibido e ponto. Uma expressão como manifestação da liberdade está garantida nos textos constitucionais e convenções internacionais. A expressão como instrumento de crime é e sempre foi um ilícito de injúria, calúnia e difamação. Nunca ninguém falou que isso era contra a liberdade de expressão.”

A ministra ainda rebateu comentários que apontam que o STF vem sendo usado por ministros para atacar a liberdade de expressão. “Já pensou se não tivesse o STF? É só tirar e ver se funciona”, afirmou.

“Sou de uma geração quase centenária que soube o que é não ter liberdade, de ter que fazer prova de direito constitucional com o Congresso Nacional fechado. A gente é livre sob uma constituição que assegura direitos, e em que há um juiz para garantir a aplicação dos direitos que conquistamos até aqui. Se não, nós voltaríamos a uma situação de caos. Ou seja, vão sobreviver os mais fortes física, psicológica e economicamente. É voltar à barbárie.”

> “Nada é mais grave do que a questão das tecnologias”
> *Cármen Lúcia*

Atualmente, Cármen Lúcia é a única mulher a integrar o Supremo Tribunal Federal. Ela defendeu abertamente a indicação de uma jurista negra para a vaga aberta após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, em setembro de 2023. No entanto, foi escolhido o ministro Flávio Dino.

A ministra foi questionada se havia alguma diferença de quando atuava ao lado das ministras Ellen Gracie – a primeira a chegar ao STF, em 1973 – e Weber. “Claro. E temos juristas e advogadas super competentes e habilitadas para o cargo. Acho também que é um recado, especialmente, para a comunidade jurídica no Brasil que é muito conservadora, em grande parte machista.”

A ministra afirma, por exemplo, que além das poucas ministras que chegaram no STF, até hoje não houve uma presidente mulher à frente da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB). Além disso, das 27 seccionais do país, só há cinco presidentes mulheres, e apenas uma mulher foi Procuradora Geral da República no Ministério Público – Raquel Dodge.

“A comunidade jurídica é muito fechada, também, porque os homens têm um jeito de circular mais e se conhecer. Não sou contra os tais clubes do charuto, nós é que devíamos criar o clube do perfume. Os homens formam redes de comunicação, e nós, mulheres, não temos isso”, afirma a ministra.

“Nessa altura da vida não quero mais falar de igualdade, mas de igualação. Não somos as mesmas no querer, mas igualmente livres naquilo que é da dignidade de todas”

O principal encontro de líderes mulheres do Brasil, o Power Trip Summit, promovido por Marie Claire com patrocínio de L’Oréal Paris e Vivo, apoio de Magalu e Musquée, parceria educacional de MUST University e apoio institucional do Instituto Inhotim, é realizado nos dias 26, 27 e 28 de maio, no Hotel Fasano Belo Horizonte, em Minas Gerais. Em sua 10ª edição, o evento aborda o tema “Visionárias” e reunirá na plateia executivas, CEOS e líderes da sociedade civil nos campos dos negócios, cultura, beleza, moda, política, ciência e tecnologia. O Instituto Inhotim, sede de um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil e o maior museu a céu aberto do mundo, é parte da agenda desta 10ª edição.

Cenário Política de estatização e de excesso de regulações de López Obrador afastaram grupos privados capazes de ampliar sistema

Escassez de energia põe em alerta investidores no México

Pedro Borg
De São Paulo

Um blecaute que atingiu várias cidades em todo o México no início do mês escancarou um risco preocupante às centenas de empresas que buscam o país como porta de entrada ao mercado americano: a fragilidade do seu sistema elétrico, pressionado por uma crescente demanda de consumo e oferta limitada de energia.

Analistas apontam que o México atravessa um período de grande estresse no sistema elétrico, com um forte aumento no consumo provocado pelas ondas de calor e queda na oferta das hidrelétricas em razão da prolongada seca. Essa combinação fez cair a margem de reserva de operação da rede — a diferença entre oferta e demanda — de 6% (valor mínimo de segurança) para menos de 3% durante o "estado de alerta" do sistema elétrico no início do mês, quando vários Estados foram afetados por blecautes entre os dias 7 e 10.

Eles apontam a política de investimentos no setor elétrico do governo de Andrés Manuel López Obrador como o principal fator para a situação atual, por priorizou planos de reestatização em vez de projetos para aumentar a capacidade de geração de energia.

Em fevereiro, o governo concluiu a recompra de 13 usinas geradoras de eletricidade da espanhola Iberdrola por US$ 6,2 bilhões — 12 termelétricas a gás e um parque eólico. Com essa aquisição, o Estado mexicano agora controla mais de 50% da geração de energia elétrica do país, de uma fatia de 38% quando López Obrador tomou posse em dezembro de 2018.

O presidente mexicano tem minimizado as preocupações e o risco de novos blecautes. E sugere que o problema está no fato de "metade da geração de energia estar a cargo de empresas privadas".

Nos últimos cinco anos, apesar da demanda crescente, López Obrador pouco adicionou em capacidade de geração de energia, com um aumento estimado até o fim de seu mandato de só 4,4 GWh, segundo Juan Pablo Londoño-Agudelo, analista-chefe da consultoria Wood Mackenzie para mercados de energia da América do Norte. Ele observa que esse ritmo de acréscimo é insuficiente para atender as projeções de crescimento do consumo de eletricidade do próprio governo.

Relatório de março da Secretaria de Energia do México (Sener) aponta que o consumo de eletricidade no país nos próximos 15 anos crescerá a uma taxa anual de 2,5%. Em 2037, o consumo de eletricidade será de aproximadamente 479.987 GWh — 43,9% maior do que o registrado em 2022.

Só que essas projeções não levam em conta os possíveis incrementos no consumo provocados pelo nearshoring. O México é um dos países que mais vem atraindo fábricas da Ásia, que buscam driblar as crescentes restrições comerciais derivadas das tensões entre EUA e China se instalando mais perto do mercado americano. Só em 2023, mais de 350 projetos industriais foram iniciados no México, segundo a plataforma de dados imobiliários Solili. Empresas como Tesla e BYD já anunciaram que irão construir fábricas no país.

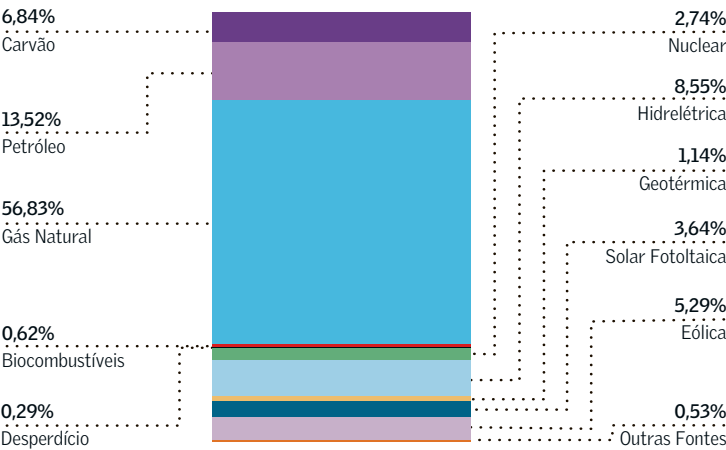
Mas pode faltar eletricidade para todas essas fábricas.

"A demanda vai aumentar, haja energia ou não. Neste momento, estamos enviando um sinal muito negativo para os investidores, pois não há energia suficiente nem mesmo para cobrir a demanda atual", disse Miriam Grunstein, sócia da consultoria Brilliant Energy.

Apesar de o relatório da Sener prever um aumento na capacidade de geração de energia do país de 66,8% entre 2022 e 2027, analistas veem os planos com desconfiança.

"O governo publica anualmente planos de expansão da rede, mas o que se vê nesses planos e o que se vê na realidade é bastante contraditório", diz Londoño-Agudelo, da Wood Mackenzie. Segundo ele, não há planos concretos do governo para aumentar a oferta de energia no curto e médio prazo.

"Não é mais uma questão de o México ter capacidade suficiente [de produção], mas sim uma questão de estar mais preparado para atender a situações extremas, como aconteceu com o pico de demanda em abril-maio", disse Londoño-Agudelo.

A prioridade de López Obrador em retomar o controle estatal do setor de energia significou uma forte retração do investimento privado no México, com a paralisação na emissão de novas permissões para empresas atuarem no setor de eletricidade, disse Grunstein.

"Tudo está travado, primeiro, no âmbito administrativo, com reguladores que não liberam licenças, e também no âmbito legislativo, inclusive constitucional, criando muita incerteza. Onde houve mais movimento foi no poder Judiciário, e isso é ruim porque tudo foi judicializado", disse Grunstein.

A política de López Obrador para nacionalizar o setor elétrico do país desencadeou diversas disputas judiciais, especialmente aquelas voltadas a reverter reforma de 2013 do setor de energia, que abriu o mercado para empresas estrangeiras. Isso trouxe insegurança jurídica aos investimentos.

"Muitos clientes e muitas empresas do setor já estão prontas para começar [a investir no México]. Estão com muita vontade; o México é um país gigante, com muito potencial na região da América Latina, especialmente para a geração de energia limpa", disse Londoño-Agudelo. "As empresas só estão esperando melhorar essa incerteza regulatória e a incerteza em relação aos seus investimentos, para voltar a investir no país".

Para analistas a eleição de um novo governo no próximo dia 2 de junho não deve alterar o cenário de risco de escassez de energia no México. Isso porque López Obrador deve garantir a eleição à Presidência de Claudia Sheinbaum, sua protegida e candidata do seu partido, o Morena.

Segundo levantamento do barômetro Eleitoral da Bloomberg, que unifica diversas pesquisas, Sheinbaum atualmente conta com 59% das intenções de voto. Em um segundo lugar distante, com 29% das intenções de voto, está Xóchitl Gálvez, pela coligação dos partidos de oposição, Força e Coração pelo México. Essa larga diferença se mantém desde o início da disputa, quando as duas principais candidatas foram definidas no fim do ano passado.

Embora alguns analistas tenham a expectativa de que Sheinbaum possa adotar uma postura mais pragmática ao setor de energia, a maioria vê uma continuidade das políticas de López Obrador.

"Sheinbaum deverá focar na soberania energética e apoiar empresas estatais, mas pode aumentar o foco no desenvolvimento de fontes renováveis em comparação com López Obrador", disse a S&P em relatório recente.

Análise do Wilson Center, um centro de pesquisas dos EUA, das falas e publicações da candidata governista mostram que Sheinbaum defende "a força das estatais para garantir o fornecimento de energia" e que ela apoiou os planos de estatização do setor de eletricidade de López Obrador.

Mix energético do México
Gás é principal matriz de eletricidade - em %

Fonte: IEA. Elaboração: Valor Data; Wood Mackenzie

> "Não há energia suficiente nem mesmo para cobrir a demanda atual"
> *Miriam Grunstein*

Milei vive o seu momento mais difícil

Análise

Humberto Saccomandi
Para o Valor, de São Paulo

Prestes a completar seis meses na Presidência da Argentina, Javier Milei atravessa o momento mais difícil de seu governo. Incertezas na economia, dificuldades na política, polêmicas internas e externas e protestos compõem um quadro desafiador para o presidente e o país nos próximos meses.

Nas últimas semanas, o dólar blue (paralelo), que havia ficado estável por vários meses, voltou a subir, tocando o patamar de 1.300 pesos. Segundo economistas argentinos, o setor agroexportador está segurando a venda da safra à espera de melhor cotação do dólar oficial, que está praticamente estável desde dezembro. Só que desvalorizar o câmbio oficial é um risco para o governo, pois pode reverter o quadro atual de queda na inflação. Essas incertezas fizeram cair os títulos da dívida e subir o risco-país na semana passada.

O PIB argentino, divulgado também na semana passada, caiu 5,3% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período de 2023. Em março, a queda foi de 8,4%. Uma forte contração já era esperada diante do ajuste fiscal promovido pelo governo, mas os dados foram piores do que o previsto.

Para piorar a situação da economia, o país está sofrendo de falta de gás. O governo teve de anunciar na semana passada um corte no fornecimento de gás para setores da indústria, com objetivo de manter o abastecimento para a população, em meio a uma forte onda de frio. A falta de reajuste no preço do gás tem desestimulado a produção interna.

A duas semanas de completar seis meses no cargo, Milei não conseguiu aprovar ainda nenhuma reforma no Congresso argentino, onde sua base de apoio é minoritária. Dois meses atrás, ele pediu um amplo acordo político aos governadores (seu partido não governa nenhuma província), que ele chamou de pacto de maio. No sábado, no feriado nacional de 25 de maio, Milei discursou sozinho em Córdoba. Não houve pacto, e os governadores não apareceram.

O impasse político ameaça causar a primeira baixa importante na equipe de governo. Segundo a mídia argentina, o chefe de Gabinete, Nicolás Posse, amigo antigo de Milei, estaria para deixar o cargo. O motivo seria um desentendimento com a irmã do presidente, Karina. Milei a trata pelo apelido de "el jefe" (com o artigo no masculino).

Há uma semana estourou a crise com a Espanha, depois que Milei, num evento em Madri que reunia partidos de ultradireita, chamou de corrupta a mulher do premiê espanhol, o esquerdista Pedro Sánchez. A Espanha exigiu um pedido de desculpas, que não foi atendido. Milei retuitou acusações. O governo espanhol retirou sua embaixadora de Buenos Aires, num rompimento de relações.

Apesar de talvez agitar sua base mais radical, a crise com a Espanha ameaça prejudicar a recuperação econômica argentina. Empresas espanholas (e europeias) podem relutar em investir no país. E pode haver menos disposição dos europeus e dos EUA (Milei apoia Trump nas eleições americanas) de aprovar um novo empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), pleiteado pela Argentina. Esse dinheiro novo permitiria ao governo acelerar o fim dos controles de capital no país, que também desestimulam os investimentos.

Essa crise externa não foi o único gol contra de Milei. Na quarta-feira à noite, ele cantou num show de rock, como parte de divulgação de seu novo livro. Uma das músicas, Panic Show, popular na campanha eleitoral, diz: "Sou o rei de um mundo perdido". Uma coisa era a campanha, e outra é cantar a música numa festa na véspera da divulgação de dados ruins do PIB e na semana em que foi divulgado que o nível de pobreza subiu para 55% (com 18% da população vivendo em indigência, mais do que o dobro de um ano atrás).

O mais grave, porém, são os protestos. Há quase duas semanas, professores, policiais, médicos, enfermeiros e outras categorias de funcionários públicos estão em mobilização na província de Missiones, na fronteira com o Brasil. Eles exigem recomposição salarial, diante de inflação acumulada de quase 300% nos últimos 12 meses. Mas as contas das províncias enfrentam forte pressão, pois Milei praticamente cortou os repasses de verba do governo federal, para gerar o alardeado superávit fiscal e para pressionar os governadores a apoiá-lo no Congresso. Economistas, políticos e analistas alertam para o risco de que os protestos se alastrem pelo país. Já há tensão na província vizinha de Corrientes.

Ao menos por enquanto, a aprovação a Milei resiste. Pesquisa do instituto Opina Argentina, de 21 de maio, apontou que 48% dos entrevistados aprovam o presidente (ante 50% em abril) e 48% desaprovam (ante 49%). Mas para 75%, a maior parte do ajuste está sendo paga pelo cidadão comum. Pesquisa da consultoria Zuban Córdoba y Asociados, divulgada ontem, também mostrou nível estável de aprovação: 46,6% contra 53,2% que desaprovam o governo. Porém, pela primeira vez, a pesquisa indicou dois opositores com imagem melhor que a do presidente: o deputado Leandro Santoro (centro-esquerda) e o kichnerista Axel Kicillof, governador da província de Buenos Aires.

Lição britânica: custa caro corrigir a globalização

Greg Ip
Dow Jones Newswires

Joe Biden, que luta para se reeleger presidente dos EUA com índices de aprovação ruins, pode considerar ter sorte em pelo menos um aspecto: ele não é Rishi Sunak.

O premiê do Reino Unido convocou eleições para 4 de julho e, assim como Biden, se defronta com um profundo pessimismo da opinião pública em relação à economia. Mas, ao contrário do americano, Sunak não pode alegar que o pessimismo não tem ligação com os dados concretos.

O Reino Unido tem um dos piores desempenhos entre as maiores economias do mundo desde que a pandemia de covid-19 começou, em 2020, com crescimento menor, inflação mais alta e investimentos mais fracos do que seus pares.

A culpa é da falta de sorte e das escolhas ruins. A responsabilidade por algumas dessas escolhas cabe aos conservadores, em particular à decisão de abandonar a União Europeia. Mas isso não significa que o Partido Trabalhista, que pode formar o próximo governo, fará algo melhor. E disso é possível tirar lições para o resto do mundo: sejam quais forem as falhas da globalização, dar-lhe as costas pode custar caro e ser difícil de reverter.

Comecemos com a falta de sorte. Assim como nos EUA, a inflação é uma das principais preocupações das pessoas no Reino Unido. Embora o último número divulgado, de 2,3%, não seja alto em relação a outros países, o aumento acumulado dos preços desde fevereiro de 2020 foi maior no Reino Unido do que nos EUA ou na zona do euro (a partir de um índice que corrige as diferenças de medição).

Os preços da energia aumentaram em todos os países depois que a Rússia invadiu a Ucrânia, mas no Reino Unido subiram mais do que na maioria; o Reino Unido importou muito pouco gás da Rússia, mas bastante da Noruega e dos EUA, cujos preços dispararam depois que a Rússia cortou seu fornecimento para a Europa ocidental.

Em relação à mão de obra, sua oferta tem estado fraca, o que mantém o desemprego baixo, a quantidade de vagas em aberto alta e o crescimento salarial vigoroso, contribuindo para a pressão inflacionária. Isso tem impedido cortes nas taxas de juro.

Raramente o desempenho econômico pode ser associado à decisão específica de um líder. Os conservadores cometeram erros durante a pandemia, como desrespeitar regras de distanciamento que eles mesmos estabeleceram, mas o país foi rápido em vacinar sua população.

Além disso, embora os choques dos últimos anos tenham atingido quase todo o mundo, o Reino Unido tem sido singularmente ineficaz para lidar com eles. O crescimento fraco junto com a inflação persistente se explicam em parte pela produtividade estagnada (produção por trabalhador), que por sua vez pode ser atribuída a uma queda no investimento que começou depois que o Reino Unido votou a favor de sair da UE em 2016, com apoio de Sunak.

Entre o início de 2016 e o fim de 2023, o investimento britânico caiu 17% em relação a outras economias desenvolvidas, segundo o J.P. Morgan. Metade disso pode ser vinculado às barreiras administrativas e à incerteza provocadas pelo Brexit. Conservadores apostaram no contrário: que fora da UE e com pouca regulamentação, tornariam-se um ímã para investimento estrangeiro, um centro para a exportação de serviços muito valorizados e um parceiro de livre comércio dos EUA e da China.

O Reino Unido já apostava na globalização muito antes do Brexit. O "Novo Trabalhismo", sob o então premiê Tony Blair, adotou o Consenso de Washington, pelo qual bens, serviços, capitais e ideias atravessariam as fronteiras de forma cada vez mais livre.

Em um mundo assim, não importava que o Reino Unido tivesse se desindustrializado. A crença era que poderia sustentar sua decisão porque se destacava em setores como meios de comunicação, finanças e ensino superior. Mas o Brexit ocorreu quando a globalização começava a retroceder: a China tornava-se mais explícita na ofensiva de promover campeões nacionais à custa do Ocidente e Donald Trump adotava tarifas para proteger indústrias americanas e punir a China.

Em um mundo em fragmentação, multinacionais querem estar em todos os blocos econômicos, e o Reino Unido saiu do maior deles.

O Partido Trabalhista afirma estar pronto para esse mundo novo. "A globalização, como a conhecíamos, está morta", disse em março Rachel Reeves, provável ministra das Finanças em um governo trabalhista. Ela cobrou uma "estratégia industrial moderna", capaz de expandir a "capacidade produtiva nacional", identificar setores "críticos para determinar o futuro" e aprofundar as "vantagens comparativas" que o Reino Unido já tem.

Contudo, não importa quem vença as eleições, o Reino Unido não tem os recursos dos EUA para subsidiar investimento ou fabricantes de marca para ancorar a produção e a inovação nacionais.

O país poderia compensar isso se conseguisse acesso a um mercado interno tão grande quanto o da China ou o dos EUA. Tanto os trabalhistas como os conservadores já descartaram a possibilidade de voltar a integrar a UE.

Aqui há lições para o resto do mundo. A globalização e o livre comércio têm suas falhas, e pode ser necessário sacrificar alguma eficiência — por meio de subsídios ou tarifas — para corrigi-las. Mas se isso for levado longe demais, o resultado será mercados menores e preços mais altos. Os EUA não sentirão os efeitos tanto como o Reino Unido, mas a direção será a mesma e, como o Reino Unido está descobrindo, difícil de reverter.

Ataques a Rafah matam mais de 30

REUTERS/REUTERS TV

Pelo menos 35 palestinos foram mortos ontem e dezenas ficaram feridos na cidade de Rafah após ataques aéreos de Israel, segundo autoridades da Faixa de Gaza. Rafah vinha sendo uma espécie de porto seguro para palestinos que tinham sido forçados a deixar suas casas em outras cidades de Gaza desde que começou a guerra com Israel. O ataque israelense veio horas após oito mísseis terem sido disparados pelo grupo terrorista palestino Hamas a partir de Rafah contra Tel Aviv.

Valor ECONÔMICO

Avaliação correta de monopólio do refino foi deixada de lado

A mesma direção do Cade, o órgão antitruste, que assinou um acordo para que a Petrobras vendesse 8 refinarias, e cessasse inquérito que apurava posição dominante no mercado de refino, decidiu agora que ele não era mais necessário. O presidente do Cade, Alexandre Barreto, disse em 11 de junho de 2019, poucos dias após a celebração do acordo, que ele "foi construído em consonância com as melhores práticas internacionais no que diz respeito à consecução de um ambiente concorrencial saudável, mediante uso adequado e suficiente de remédios estruturais pró-competitivos que resolvam não só o problema atual, mas que também mitiguem, de modo duradouro, o risco futuro de eventuais condutas anticompetitivas no mercado nacional de refino de petróleo". A revogação do acordo, que desobriga a estatal de se desfazer de suas refinarias, foi feita de forma mais sucinta.

A história da mudança de posição do Cade e da Petrobras é a da troca de governo. Em março de 2023, já sob o presidente Lula, o Ministério de Minas e Energia pediu que a estatal esclarecesse se deveria ou não continuar com a venda das refinarias — três das oito em questão já o haviam sido —, e o comando da empresa decidiu que não, atendendo à política do Planalto. Em seguida, a Petrobras apresentou seu plano de investimentos 2024-2028, sob o comando de Jean Paul Prates, que não contemplava mais a privatização desses ativos, e solicitou ao Cade a "adequação" do Termo de Compromisso de Cessação. O Cade estabeleceu algumas condições e concordou.

Vale a pena comparar o que o termo de cessação pretendia impedir e o que o seu fim pode não mais impedir. Em maio de 2019, o órgão antitruste constatou que o mercado nacional de refino era um "quase-monopólio", eufemismo para o fato de a Petrobras deter 98% de participação. Com isso, suspeitava o Cade, ela poderia "oportunizar ou mesmo ensejar abusos de posição dominante que, por certo, redundariam em consequências deletérias à sociedade brasileira". A dominância da Petrobras ia além, porém. A estatal era um "quase-monopsônio na obtenção do principal insumo do refino, com que resta evidente que a ela é claramente um formador de preços, e não um tomador de preços, afetando significativamente, com suas políticas comerciais, uma das cadeias de produtos mais relevantes do país". A venda de oito refinarias foi considerada então como solução que atacava "o cerne estrutural que origina esta e outras apurações relativas ao mercado doméstico de refino", com precedente para que "eventuais condutas anticompetitivas sejam encerradas via remédios ou mecanismos que favoreçam a existência duradoura de um ambiente concorrencial saudável".

Essas corretas avaliação e definição de objetivos foram deixadas de lado, entre outras razões, simplesmente porque a Petrobras mudou de planos. O Cade esqueceu a caracterização de quase monopólio e quase monopsônio e estabeleceu práticas a serem seguidas que, a seu ver, também podem impedir práticas anticompetitivas. Uma delas, por exemplo, estabelece a oferta do insumo em contrato "frame" a qualquer refinaria independente. Nele, "a obrigação de compra e venda somente será assumida na hipótese de ambas as partes chegarem a um acordo de preço", em uma negociação que estará muito distante da igualdade de condições.

A longa série de desavenças entre as empresas de refino independentes e a Petrobras em relação à "defasagem" de gasolina e diesel, em que a estatal, ao represar os preços abaixo da paridade do mercado internacional, provocava prejuízo aos concorrentes, tem origem no desequilíbrio de forças de mercado provocado pelo "quase monopólio". O governo Lula, porém, nunca escondeu que o petróleo, a produção de derivados, o transporte e a comercialização — toda a cadeia, enfim — deveriam ser estatais.

Ao tomar posse, um de seus primeiros atos, com o apoio do então presidente da Petrobras Jean Paul Prates, foi pôr fim à fórmula de preços com base na paridade com cotações internacionais. Antes, o então senador Prates aprovara projeto de lei no Senado (engavetado pela Câmara) para "abrasileirar" a fórmula, que reforçava o poder de fogo da estatal, mas deixava no escuro as empresas concorrentes e arruinava a capacidade delas de planejar negócios e ter previsibilidade em seu desempenho. Com o poder de concorrência da Petrobras ainda muito forte, não foi à toa que não apareceram muitos interessados na compra das refinarias. A "impossibilidade" da venda foi um dos argumentos da estatal para convencer o Cade a mudar de ideia sobre o TCC.

A decisão do Cade devolve quase que integralmente o monopólio para a Petrobras e deve afastar de vez investidores domésticos e externos na concorrência no refino. A direção da Petrobras no atual governo sempre esgrimiu o argumento da dependência externa para defender seu monopólio. Supondo que esse argumento seja correto, daí não decorre que os investimentos na área deveriam ser feitos só pela estatal, e não por empresas privadas. Era isso que o primeiro acordo com o Cade possibilitaria e é isso que sua revogação passa a impedir.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Mundo vive momento crítico, favorecendo a aproximação entre os países. Por **Marcelo Marangon e Abrão Neto**

Brasil e Estados Unidos: 200 anos, novos horizontes

Neste mês, celebramos 200 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos. Em 26 de maio de 1824, o então presidente norte-americano James Monroe reconhecia de forma pioneira a independência brasileira, dando início a uma parceria próspera e duradoura.

Ao longo dos dois últimos séculos, as duas jovens nações se tornaram as maiores democracias e economias das Américas. Ao mesmo tempo, a relação entre elas se fortaleceu, oferecendo um terreno generoso para avanços mútuos em áreas como cultura, educação, ciência e meio ambiente. Uma verdadeira relação ganha-ganha.

Mas foram os interesses econômicos e comerciais que, desde o início e com maior intensidade, impulsionaram a aproximação bilateral. Como resultado, os Estados Unidos se tornaram o principal parceiro econômico do Brasil, considerado o conjunto das trocas em investimentos, bens e serviços.

A atração pelo mercado brasileiro levou centenas de empresas norte-americanas a se instalarem no país, com contribuição decisiva para o seu desenvolvimento econômico. A criação da Amcham Brasil, em 1919, reflete bem esse movimento. Desejosos de fomentar os laços bilaterais, empresas dos dois lados, entre elas o Citi, decidiram fundar aquela que se tornaria a maior Câmara Americana de Comércio do mundo, fora dos Estados Unidos, e a maior entidade multissetorial do Brasil.

Esse intenso fluxo empresarial fez dos Estados Unidos o país com o maior estoque de investimentos estrangeiros no Brasil, totalizando US$ 167 bilhões, segundo o Banco Central. Para cada quatro dólares investidos no Brasil a partir do exterior, aproximadamente um dólar vem dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos também são o principal destino para investimentos brasileiros. Seja pelo tamanho da economia ou facilidade de realizar negócios, as empresas brasileiras buscam o mercado norte-americano como vetor para internacionalizar os seus negócios, produzindo casos de sucesso nos setores de alimentos, moda, finanças, siderúrgico, tecnologia da informação etc.

No comércio de bens, a qualidade das trocas com os Estados Unidos não encontra paralelo no comércio exterior brasileiro, tanto sob a ótica da diversificação como da agregação de valor. Os Estados Unidos são o destino principal para as vendas externas de produtos industriais do Brasil e respondem por cerca de metade de suas exportações mundiais de bens de alta tecnologia.

Em serviços, o mercado norte-americano é o maior destino de vendas e origem de compras do Brasil, representando cerca de 40% de sua corrente de comércio. Predominam, nessas transações, setores sofisticados, como serviços financeiros, tecnologia da informação, manutenção de aeronaves e pesquisa e desenvolvimento.

Por detrás do comércio, não custa lembrar, estão as pessoas. De acordo com o governo norte-americano, as exportações dos Estados Unidos para o Brasil sustentam quase 130 mil empregos naquele país ao passo que as vendas brasileiras para os Estados Unidos mobilizam mais de meio milhão de empregos no Brasil.

Vale destacar, ainda, o rico histórico de cooperação bilateral. Como exemplo, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e do setor siderúrgico brasileiro bem como as origens do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Eletrobras e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) são fruto da colaboração entre os governos e entidades de ambos os países.

RICARDO STUCKERT/PR

O marco dos 200 anos nos oferece muitos motivos para celebrar. Mas, sobretudo, nos convida a olhar para frente, com ambição e pragmatismo. O mundo passa por um momento crítico, com desafios sem precedentes, favorecendo uma maior aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Ambos os países são cruciais para viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono e combater as mudanças climáticas. Brasil e Estados Unidos conduzem um diálogo bilateral promissor em energia limpa e, no ano passado, capitanearam a criação da Aliança Global para Biocombustíveis. O lançamento de uma parceria bilateral sobre energia limpa, incluindo iniciativas sobre combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), hidrogênio limpo e outras fontes renováveis, traria fôlego novo para a relação e serviria como um sinal firme para a atuação de investidores.

Ainda no campo ambiental, os dois países poderiam aprofundar a cooperação sobre financiamento sustentável, em apoio ao Plano de Transformação Ecológica do Brasil e na esteira da recente abertura, em São Paulo, do escritório do Development Finance Corporation (DFC), agência norte-americana de apoio ao desenvolvimento. A presidência brasileira do G20 e a realização da COP30 em Belém do Pará abrem janelas valiosas para produzir novos compromissos nessa área.

Os planos de neoindustrialização e a ambição de agregar maior valor nas exportações do Brasil também passam pela intensificação do comércio e dos investimentos com os Estados Unidos. No ano passado, as exportações brasileiras de bens industriais para aquele país, como aeronaves, aço, máquinas e equipamentos, bateram o recorde de US$ 29,9 bilhões, superando a União Europeia e o Mercosul — um lembrete poderoso do papel que os Estados Unidos têm a desempenhar nesse esforço.

No contexto atual de busca por resiliência na produção e por segurança alimentar e energética, os valores compartilhados por Brasil e Estados Unidos os tornam parceiros confiáveis para a diversificação de suas cadeias de fornecimento. A celebração de um entendimento bilateral para identificar oportunidades em setores como minerais críticos, baterias, semicondutores, saúde e fertilizantes atenderia aos interesses dos dois países. Esforços para reduzir a bitributação e outras barreiras ao comércio e aos investimentos, também.

A parceria e a amizade entre o Brasil e os Estados Unidos ao longo dos últimos 200 anos produziram conquistas econômicas e sociais valiosas para ambos os países. Inspirados por esse legado, é hora de mirar o futuro com ousadia e senso de oportunidade de forma a abrir novos horizontes. Um desafio à altura das duas nações.

Marcelo Marangon é presidente do Citi Brasil e do Conselho da Amcham Brasil.
Abrão Neto é CEO da Amcham Brasil.

A gestão dos riscos climáticos

Gustavo Loyola

A catástrofe climática que se abateu sobre o Rio Grande do Sul é uma triste lembrança sobre a relevância crescente da gestão dos riscos associados ao clima, não apenas no âmbito das instituições de governo, como também nas empresas e nas entidades da sociedade civil.

Apesar do negacionismo arraigado de alguns, o conhecimento científico acumulado nas últimas décadas e a dolorosa experiência recente em todo o planeta têm indicado a recorrência cada vez maior de condições climáticas adversas e inesperadas que impactam de maneira sistêmica a atividade humana, com profundas repercussões políticas, sociais e econômicas.

Considerando a importância da intermediação financeira para o crescimento econômico sustentado, para a geração de empregos e para o bem-estar social, particular atenção deve ser dirigida para a atuação dos bancos e das demais instituições do mercado de capitais na prevenção e na mitigação dos riscos ambientais em geral, especialmente aqueles associados a eventos catastróficos associados ao clima.

A discussão sobre os riscos climáticos e o papel das instituições financeiras, inclusive no que tange à responsabilidade dos reguladores e supervisores, tem sido uma constante nos principais foros internacionais, como, por exemplo, no Comitê de Supervisão Bancária da Basileia e na IOSCO. Em linhas gerais, tais discussões giram em torno de dois eixos principais: i) como as instituições do mercado financeiro e de capitais podem atuar na geração de incentivos para reduzir a deterioração ambiental e contribuir para o atingimento das metas contra o aquecimento global; e ii) como gerenciar da maneira mais efetiva o risco associado às mudanças climáticas, inclusive no tange à divulgação e precificação (quando possível) desse tipo de risco.

Tendo em vista a sua dimensão geográfica, a importância de seus biomas, a enorme desigualdade social e a importância econômica da produção de commodities, o Brasil tem que necessariamente ser um dos principais protagonistas das discussões internacionais sobre meio ambiente e riscos climáticos, em todas suas dimensões, e, ao mesmo tempo, estar na vanguarda da adoção das políticas orientadas nesses foros globais.

Brasil tem que ser um dos principais protagonistas das discussões globais sobre meio ambiente e riscos climáticos

De fato, no que concerne especificamente ao campo de atuação do Banco Central do Brasil (Bacen), como órgão regulador e supervisor do SFN, há várias ações daquela autoridade no sentido de implantar no país as melhores práticas recomendadas internacionais. Digno de nota nesse sentido foi o seminário recentemente realizado no Rio de Janeiro, e apoiado pelo Bacen, BIS e Febraban, para discussão da agenda regulatória para o sistema financeiro. No evento, discutiu-se temas como as orientações para divulgação de informações financeiras sobre risco climático, o alinhamento da regulação doméstica com iniciativas internacionais, como as do International Sustainability Standards Board (ISSB), o programa do governo federal para transformação ecológica, a autorregulação das instituições brasileiras, bem como as iniciativas do próprio Bacen.

Como assinalou na ocasião o diretor Otávio Damaso, responsável pela área regulatória do Bacen, os temas relacionados ao clima estão intimamente ligados à missão básica do Banco Central que é zelar pela manutenção do poder de compra da moeda e pela estabilidade do sistema financeiro. Daí a preocupação da instituição explicitada em diversos normativos editados ao longo da última década, culminando no recente lançamento de consulta pública para discussão de normativo relativo à divulgação pelas instituições financeiras de informações relacionadas a riscos ambientais, sociais e climáticos.

As enchentes do Rio Grande do Sul, ao impactarem severamente a atividade econômica do Estado, estão gerando repercussões importantes sobre os mercados financeiro e de capitais, inclusive tendo levado o Conselho Monetário Nacional (CMN) a adotar medidas com o intuito de mitigar os impactos da tragédia sobre a atividade e o emprego. Quanto à gestão de riscos, o evento realçou a importância da utilização de cenários de estresse com origem em eventos climáticos severos, tanto a nível das instituições financeiras individuais, como também a nível agregado pelo Bacen, para calibrar corretamente o capital regulatório mínimo e também para precificar adequadamente esse tipo de risco. Ademais, tais exercícios são úteis para os reguladores, com vistas a se prepararem para mitigar os riscos sistêmicos provocados na eventualidade da ocorrência de uma catástrofe do gênero.

Porém, é relevante salientar que o mercado financeiro e de capitais é apenas uma das muitas facetas da atividade humana potencialmente afetadas por catástrofes climáticas. Os eventos do RS indicam que a preparação para um evento de tal magnitude estava aquém do ideal em diversos aspectos, muito embora o esforço e a colaboração solidária de agentes públicos e de voluntários de todo país estejam contribuindo para reduzir o impacto humano e social da tragédia.

Gustavo Loyola, doutor em Economia pela EPGE/FGV, é ex-presidente do Banco Central e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo

Frase do dia

"O gestor público vai ter que colocar o óculos da resiliência climática"

De Guilherme Syrkis, diretor do Centro Brasil no Clima, sobre a necessidade de se pensar uma nova forma para obras de infraestrutura e adaptação no país diante dos riscos climáticos

Consumo substituiu investimento como principal motor de crescimento. Por **Yu Yongding**

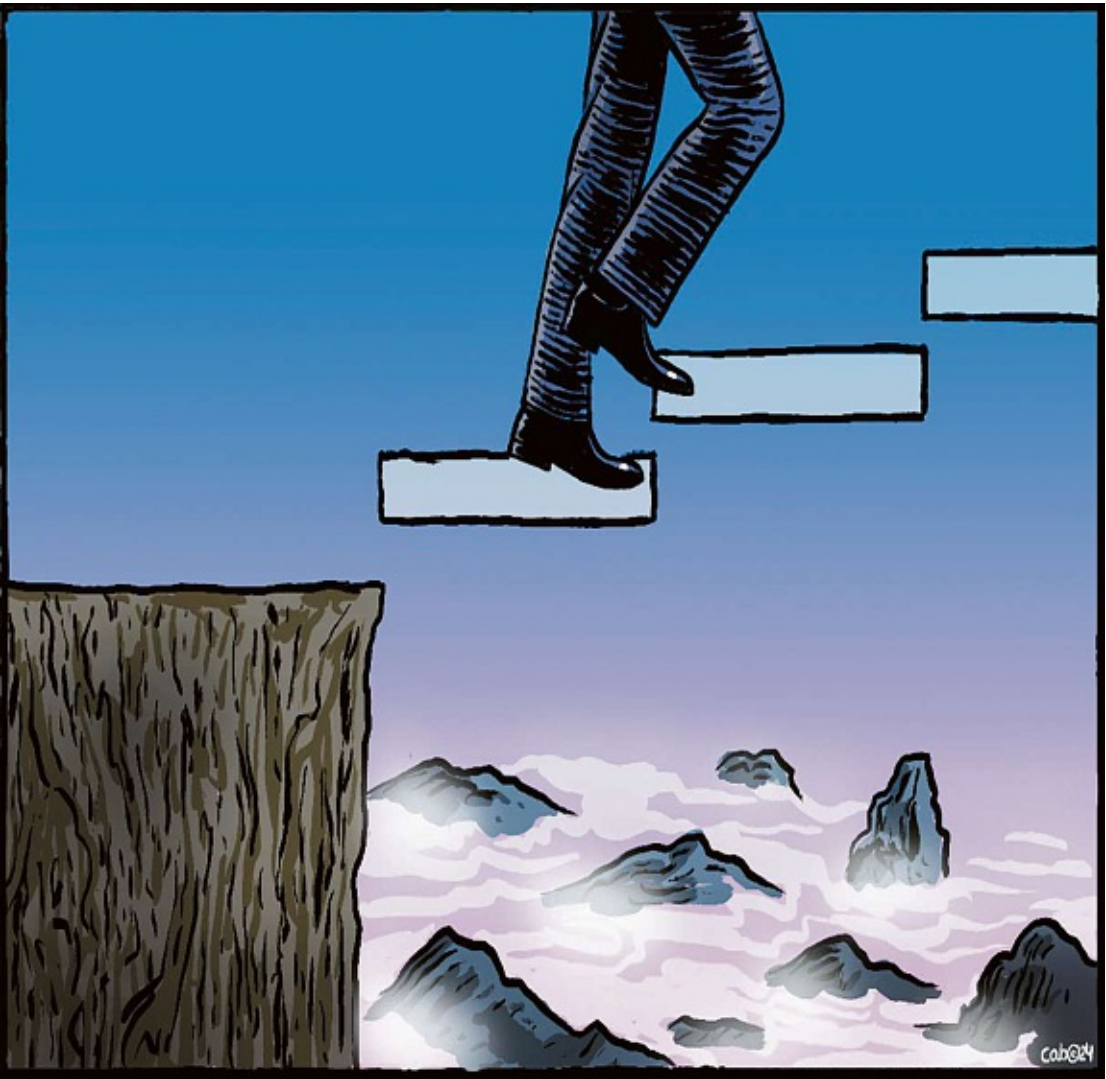
O que os pessimistas não veem na China

Ultimamente, os economistas têm alardeado que o desenvolvimento econômico da China está à beira de uma crise. O problema, argumentam, é que o crescimento chinês é impulsionado por níveis extremamente elevados de investimento de capital e que o consumo privado está sendo reprimido. Será essa realmente uma crise iminente, como muitos preveem?

É verdade que o padrão de crescimento da China durante décadas poderá ser caracterizado como orientado para o investimento. Assim como a maioria das economias do Leste Asiático, a China apoiou o desenvolvimento alavancando a sua elevada taxa de poupança para manter investimentos muito altos e os decisores políticos usaram frequentemente as despesas em infraestruturas como instrumento de política anticíclica.

Em 2009, por exemplo, o governo da China introduziu um plano de estímulo de 4 bilhões de yuans (US$ 560 bilhões) a fim de compensar os efeitos adversos da crise econômica global de 2008. No final daquele ano, a taxa de crescimento do investimento da China subiu para 30,1%, com o investimento total chegando a 45% do PIB. Mas a China retirou o estímulo fiscal em 2011, a fim de conter uma crescente bolha imobiliária e mitigar a ameaça da inflação. O crescimento do investimento tem caído de forma constante desde então, chegando a apenas 3% no ano passado e tem sido consistentemente superado pelo crescimento do PIB desde 2017.

Hoje, o consumo interno substituiu o investimento como principal impulsionador do crescimento econômico. O consumo contribuiu com 82,5% para o crescimento do PIB da China no ano passado, enquanto o investimento contribuiu com 28,9% e as exportações líquidas atuaram como um obstáculo ao crescimento (-11,4%). Pelos meus próprios cálculos, o consumo, o investimento e as exportações líquidas representaram em 2023 4,7%, 42,8% e 2,5% do PIB, respectivamente.

É certo que as despesas de consumo final da China são muito inferiores às, digamos, dos Estados Unidos — 56% do PIB, em comparação com 81,5% do PIB, em 2019. Mas a estrutura do consumo nos dois países é muito diferente: serviços constituem menos de 50% do consumo final na China, em comparação com dois terços nos EUA.

Embora a China provavelmente esteja numa posição muito melhor do que afirmam os pessimistas, a economia poderia se beneficiar caso as famílias poupassem menos e consumissem mais, mas será difícil persuadi-las a fazê-lo no momento atual

Além disso, os preços dos serviços são muito mais baixos na China do que nos EUA. Depois de ajustar a diferença de preços, descobri que, em 2022, a despesa total de consumo em bens (incluindo abastecimento) na China foi de 37% do PIB, em comparação com 28% nos EUA. Em outras palavras, quando se trata de bens, a China consome mais que os EUA (em percentagem do PIB). Reforçando essa avaliação, a proporção de empréstimos ao consumo em relação ao PIB na China (não incluindo hipotecas) foi de 14% em 2022, aproximadamente tão elevado como as dos EUA e do Japão.

Depois, há a casa própria. Ao longo das últimas décadas, as famílias chinesas gastaram uma grande proporção de seus rendimentos na aquisição de moradia. Como resultado, a taxa de propriedade de imóveis na China está hoje entre as mais altas do mundo (a área per capita da China também é muito elevada). Não vejo qualquer diferença fundamental entre comprar bens de consumo caros e comprar uma casa para morar, mas o primeiro é contabilizado como consumo e o segundo como investimento. E quando se trata de investimento imobiliário, a taxa da China está entre as mais altas do mundo (em percentagem do PIB).

Isso nos leva à taxa de poupança. Os críticos estão certos ao afirmar que o valor permanece elevado, mas tendem a superestimar em quanto. É amplamente aceito que a renda disponível das famílias chinesas representou apenas 40% do PIB no ano passado. Mas esse valor baseia-se em dados de pesquisas junto às famílias — coletados e publicados pelo Gabinete Nacional de Estatísticas da China — que refletem provavelmente uma tendência descendente.

A tabela de fluxos de fundos do DNE — que é publicada com menos frequência e recebe menos atenção do que os dados da pesquisa — indica que o rendimento disponível das famílias na China subiu em cerca de 60% do PIB em 2019. E há boas razões para se pensar que este é o número mais preciso. Notadamente, a percentagem das receitas totais do governo no PIB oscilou na faixa dos 20-30% ao longo da última década — uma das taxas mais baixas entre as principais economias. Tanto as receitas do governo como a renda disponível das famílias não podem representar uma percentagem tão pequena do PIB.

Portanto, a China está provavelmente numa posição muito melhor do que afirmam os pessimistas. E embora a economia pudesse se beneficiar caso as famílias chinesas poupassem menos e consumissem mais, será muito difícil persuadi-las a fazê-lo enquanto a ameaça de deflação estiver presente, o crescimento da renda estiver estagnado e os preços das ações e da habitação estiverem caindo. Afinal, o consumo é uma função da renda, das expectativas de renda e da riqueza. É por isso que o primeiro passo para estimular o consumo interno é impulsionar o crescimento, o que requer uma nova onda de investimentos em infraestruturas financiados pelo governo.

Felizmente, as autoridades chinesas parecem estar avançando na direção certa. O Ministério das Finanças anunciou planos para emitir 1 trilhão de yuans em obrigações do Tesouro de ultralongo prazo este ano — o primeiro lote foi emitido na semana passada — e mais serão emitidos nos próximos anos. Também apelou ao Banco Popular da China (PBOC) para comprar mais títulos governamentais através de operações de mercado aberto.

Essa emissão de títulos é um caso de teste para a China. Se for bem sucedido, o governo poderá emitir mais obrigações para financiar o investimento em infraestruturas, a fim de compensar o impacto adverso no crescimento da desaceleração do crescimento do consumo e da queda no investimento imobiliário. O governo também precisa angariar mais dinheiro para estabilizar o mercado imobiliário e aliviar o peso da dívida dos governos locais.

Para que a China tenha alguma esperança de atingir a sua meta de crescimento de 5% do PIB este ano, é essencial uma política fiscal e monetária mais expansionista. Isso significa emitir ainda mais obrigações, e ao mesmo tempo incentivar o BPC a comprar ainda mais obrigações governamentais no mercado secundário e reduzir ainda mais as taxas de juros. *(Tradução de Anna Maria Dalle Luche)*

Yu Yongding, ex-presidente da Sociedade Chinesa de Economia Mundial e diretor do Instituto de Economia e Política Mundial da Academia Chinesa de Ciências Sociais, atuou no Comitê de Política Monetária do Banco Popular da China de 2004 a 2006.

Cartas de Leitores

Lula

Os discursos do presidente Lula de hoje são semelhantes em substância aos de mais de vinte anos atrás, quando se elegeu pela primeira vez. Ex-líder sindical, foi enaltecido à época pela comunidade global por ter sido eleito democraticamente ao cargo máximo de um país importante como o Brasil.

Pouco após, porém, envolveu-se em atos de corrupção que lhe renderam condenação e até prisão em processos posteriormente anulados por obra e (des)graça da Corte Suprema, o que lhe permitiu ser guindado de novo à presidência. Agora, no entanto, não está sendo capaz de constatar que o Brasil mudou e o mundo é outro.

Com os mesmos rompantes de outrora, vem disparando posicionamentos equivocados tanto no âmbito interno como no externo que o colocam em posição severamente criticada por setores importantes da sociedade e por líderes de países historicamente aliados.

Enquanto isso, a marcha da economia preocupa e, na falta de plano de correção, aproveita situações de emergência como a que está acometendo o Rio Grande do Sul para praticar política de segunda categoria.

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@hotmail.com

Escolas cívico-militares

Sempre busquei para meus filhos uma escola onde eles pudessem desenvolver a capacidade de pensar com criatividade e independência, em que brincar também fosse tido como importante. E, sobretudo onde valores, como respeito ao outro e disciplina, fossem introjetados como parte da forma como cada um se relacionaria com o mundo de forma geral. Enfim, uma escola onde se sentissem bem e felizes.

O que menos me preocupava era a quantidade de informações. Encontrei. Não era uma escola de elite. E como foi bom. Aprenderam o mais importante: o gosto pelo conhecimento. E assim todos se formaram nas melhores universidades até a pós graduação.

As escolas cívico-militares são o avesso disso tudo que meus filhos vivenciaram em seu percurso educacional.

Prova disso é o próprio governador Tarcísio de Freitas, que fez escola militar e se tornou incapaz de entender que muito melhor do que investir em escolas desse tipo, seria investir no aperfeiçoamento pedagógico de professores, na valorização dessa nobre missão de educadores e em boas equipes gestoras que busquem entender o que é melhor para suas crianças e adolescentes dentro do contexto onde se situam e, sobretudo, com muito amor pelo que fazem.

Não sou de esquerda nem de direita, mas fui criada por uma mãe que realmente lá atrás já entendia o que era ser uma educadora de verdade.

Eliana França Leme
efleme@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Limites planetários Empresário britânico criou o coletivo "Planetary Guardians" unindo-se a cientistas e políticos e diz que é preciso persuadir partidos de direita

'Precisamos ajudar a Amazônia a ser protegida', diz Richard Branson

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O megaempresário britânico Richard Branson já foi ao espaço e está fascinado pela Amazônia —o "coração do planeta", diz. Fundador do grupo Virgin e condecorado cavaleiro pela rainha Elizabeth 2ª, tem se empenhado em ajudar no enfrentamento da crise climática desde que recebeu a visita de Al Gore, há alguns anos. O ex-vice presidente americano falou da emergência planetária, lembrou a Branson de sua influência no meio empresarial e cobrou que a usasse. "Quando Al Gore terminou de falar, disse a ele que sim, que era melhor eu fazer alguma coisa."

Vem cumprindo a promessa. Dono de companhia aérea, aposta na substituição do combustível fóssil usado na aviação pela opção sustentável, o SAF. Formou o B Team, um grupo seleto de empresários globais comprometidos com a sustentabilidade. Agora acredita que é preciso persuadir, com um retrato simples da situação, empresários à direita no espectro político, refratários à crise planetária. "Acho que a maneira de explicar isso é dizer às pessoas 'vocês têm filhos, netos e bisnetos'. E que nem tudo deve se resumir à obtenção de lucro", diz.

Há alguns anos, em Davos, encontrou o cientista sueco Johan Rockström, um dos mais famosos climatologistas do mundo, celebrado pelos estudos sobre as fronteiras planetárias — os limites que a humanidade não deve ultrapassar para que o planeta não corra riscos "inaceitáveis", como diz.

Desta união surgiu o grupo "Planetary Guardians" , uma constelação de 19 cientistas, políticos, empresários e jovens ativistas que querem levar a ciência dos limites planetários a todos. Eles estiveram no Brasil esta semana para tornar o cientista Carlos Nobre o primeiro brasileiro a se tornar "Guardião do Planeta". A seguir os principais trechos da entrevista que Branson e Rockström concederam ao **Valor**, em um hotel em São Paulo rodeado de Mata Atlântica:

Valor: *Como nasceram os "Planetary Guardians"?*

Johan Rockström: É uma iniciativa única, em que a ciência encontra agentes de mudança no mundo para realmente acelerar nossa compreensão [sobre a urgência climática], mas também uma solução para que nós, como humanidade, nos tornemos todos administradores do planeta. Isso vem de mais de 50 anos de avanços científicos na estrutura dos limites planetários, mostrando que agora estamos colocando em risco a estabilidade do planeta. Não se trata apenas de clima, mas também de biodiversidade, terra, água doce, nitrogênio, fósforo, poluentes, produtos químicos, a camada de ozônio estratosférica.

Tive a oportunidade de comunicar tudo isso a muitas das iniciativas em que Richard esteve envolvido, como o B Team [grupo de empresários que pautam seus negócios pelo respeito à natureza e às gerações futuras], o Carbon War Room [empreendedores que busca avançar na economia de baixo carbono] e The Elders [líderes globais trabalhando pela paz, justiça e um planeta sustentável].

Em certo momento, graças ao Richard e também a um dos fundadores do B Team, Jochen Zeitz, surgiu a ideia de que a ciência deveria alcançar um público mais amplo por meio de um documentário. Fizemos o "Breaking Boundaries: The Science of Our Planet, que Sir David Attenborough narra e é a ciência dos limites do planeta.

Valor: *Como se conheceram?*

Rockström: Nos encontramos em Davos, no Fórum Econômico Mundial, à época da preparação do Acordo de Paris. Eu apresentava a ciência. Explicava por que precisamos ter um limite planetário para o clima e por que esse número é 1,5°C e nada além disso. Depois surgiu a ideia de ajudar a ciência através de um grupo de pessoas que se tornassem porta-vozes, embaixadores que falam em nome do planeta, os "Planetary Guardians". Agora são 19 guardiões do planeta, personalidades extraordinárias e comprometidas com o tema.

Valor: *É um grupo diverso.*

Richard Branson: É um grupo do mundo. A ideia é ter pessoas muito respeitadas nesse espaço. Mas a intenção é fazer com que todos, no mundo, sejam guardiões do planeta, em última análise. A primeira coisa é saber o que está acontecendo, e é aí que entram os cientistas. Acabamos de passar duas horas olhando para a floresta amazônica com cientistas nos explicando o que está acontecendo ali, quais os motivos e tentando encontrar maneiras de resolver. Sem conhecimento científico não se tem armas para ir aos políticos e tentar fazer algo a respeito.

Valor: *Quando o sr se interessou pela crise climática?*

Branson: Estava em casa um dia e bateram na minha porta. Era Al Gore. Eu não o conhecia à época. Ele entrou e disse: "Richard, você tem uma voz. E acho que, no mundo dos negócios, você pode usá-la". Então ele passou duas horas me apresentando basicamente seu filme e me explicando o que estava acontecendo no clima no mundo. Quando terminou eu disse a ele que sim, era melhor eu fazer alguma coisa. Há muito a ser feito. Eu tinha uma vaga noção daquilo — acho que poucas pessoas no mundo percebiam a justaposição entre emissões de carbono e clima. Foi mais ou menos nessa época que isso ficou claro para mim.

Valor: *Onde estamos agora, nos limites planetários?*

Rockström: A mais recente avaliação científica dos limites planetários é um diagnóstico terrível. Foi publicado em 2023. Ali mostramos que seis dos nove limites planetários estão fora do espaço operacional seguro. Cinco desses seis estão no vermelho, o que é um risco muito alto e nos preocupa de muitas maneiras. O limite climático foi transgredido. Ao mesmo tempo, temos os limites da biosfera, os limites da natureza, fora do espaço seguro — ou seja, a biodiversidade, a água doce, a terra, o nitrogênio e o fósforo.

Valor: *O que isso quer dizer?*

Rockström: Significa que o planeta está perdendo sua resiliência. Sua capacidade de amortecer o carbono e os gases de efeito estufa para resfriar o planeta. É uma combinação ruim. Esse é um sinal de alerta para a humanidade. Em matéria de clima, estamos nos movendo muito rapidamente em direção aos pontos de inflexão.

Valor: *O que quer dizer "fora do limite seguro"?*

Rockström: Entram em um caminho irreversível. Em direção a uma situação em que amplificam o aquecimento e prejudicam os sistemas de suporte à vida. A floresta amazônica é um desses grandes sistemas, não ainda tão em risco com 1,5°C de aumento da temperatura. Mas é diferente para a camada de gelo da Groenlândia, a camada de gelo da Antártica Ocidental e o descongelamento abrupto do permafrost [o solo permanentemente congelado], além dos recifes de corais tropicais e o gelo do mar de Barents [no oceano Ártico]. Quando se observam os limites planetários estamos caminhando rapidamente para riscos não gerenciáveis e inaceitáveis.

Valor: *E então?*

Rockström: Se apertarmos o botão "on" em alguns desses pontos de inflexão, o mundo não entrará em colapso de repente. Mas ao pressionar os botões começaríamos a deslizar mais rapidamente na direção errada. E será muito difícil voltar atrás. Esse é o dilema.

Valor: *O sr. diz que só temos seis anos para garantir o limite de 1,5°C Pode explicar?*

Rockström: Todos os limites planetários são definidos pela ciência como um limite seguro. E isso se traduz em um orçamento. O limite climático de 1,5 °C se traduz em um orçamento de carbono. Esse orçamento de carbono atual é muito pequeno, está reduzido a 275 bilhões de toneladas de CO_2 e o mundo emite 40 bilhões de toneladas de CO_2 por ano. Ou seja, temos seis ou sete anos de emissões na taxa atual. Por isso, para uma eliminação gradual e ordenada do carvão, do petróleo e do gás —porque não queremos que a economia entre em colapso, queremos ter prosperidade e equidade para a humanidade—é preciso reduzir as emissões pela metade em 2030 e em seguida, continuar nesse ritmo acelerado de descarbonização para chegarmos à economia mundial líquida zero em algum momento entre 2040 e 2050.

Valor: *O que o senhor escuta sobre este tema no mundo dos negócios? Muitos empresários à direita no espectro político não gostam deste assunto. Mas é preciso ter todos a bordo. Como fazer?*

Branson: Acho que a maneira de explicar isso é dizer às pessoas "vocês têm filhos, netos e bisnetos". Aos democratas e aos republicanos. E que nem tudo deve se resumir à obtenção de lucro. Obter lucro é importante, mas não às custas da floresta amazônica ou da mudança climática ou destruir o belo mundo em que vivemos nos 70 anos em que estamos vivos. Acredito que mais empresários estão se movendo nessa direção.

Temos que tentar persuadir os partidos mais à direita, que, como se sabe, têm muitos eleitores. O mundo votaria em quem quer que fosse proteger a floresta amazônica. Eleitores querem proteger as espécies, não querem ver o nível do mar subir. Se se puder retratar isso de forma bem simples, então espera-se que todos os partidos apresentem ideias para proteger as coisas mais lindas que temos. No Brasil talvez a coisa mais especial que vocês tenham seja sua floresta, e é por isso que o país é famoso no mundo todo. Estivemos discutindo muito os problemas que vocês vivem para proteger a floresta.

Valor: *O que discutiram?*

Branson: A presença dos cartéis, os problemas com drogas, a extração ilegal de madeira, de ouro. Fizemos a tentativa de pensar: se fôssemos nós, empresários, a administrar o país, o que faríamos a respeito? Não chegamos a nenhuma bala de prata, temos que discutir mais. Há 22 milhões de pessoas que vivem lá. Talvez se o governo desse as terras ao longo das bordas da floresta tropical, com a condição de que não se poderia cortar árvores, nem vender as terras a alguém que quisesse cortar as árvores, estas pessoas poderiam se tornar protetores da floresta.

Valor: *E a questão do crime organizado? Dos cartéis de drogas?*

Branson: Faço parte da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2011. Em uma só voz — temos 22 ex-presidentes —, achamos que a única maneira de combater os cartéis é descriminalizar as drogas. Não criminalizar as pessoas e tratar como um problema de saúde. Esse também é um grande problema para as florestas tropicais.

Valor: *Há um debate no Brasil sobre abrir novas frentes de petróleo. É um bom negócio?*

Branson: Acho que seria hipócrita se pessoas do exterior dissessem que vocês não deveriam fazer isso. Isso é decisão do Brasil. Mas acho importante para qualquer pessoa que esteja desenvolvendo novos campos de petróleo perceber que, em 2023, o petróleo atingiu sua demanda máxima. Há muito investimento em energia limpa. Portanto, o petróleo já está em declínio. Este é o primeiro ano em que se comprará menos petróleo do que no ano anterior. Por volta de 2040, a maior parte do petróleo será deixada nos poços. Portanto, do ponto de vista econômico não sei se faz sentido para o Brasil fazer isso. Obviamente, do ponto de vista ambiental, seria bom se não o fizesse.

Valor: *E o senhor, o que acha?*

Rockström: Estamos num ponto de pico do petróleo, ou muito próximos ou já o atingimos. Mas há um argumento adicional: o orçamento de carbono restante para termos chance de manter 1,5 °C não permite nenhuma nova exploração de carvão, petróleo ou gás. O Acordo de Paris é juridicamente vinculante e foi assinado por todos os países, assim como todos países assinaram a declaração de Dubai de fazer a transição dos combustíveis fósseis. Tudo isso significa que não há espaço para novos investimentos em petróleo. Portanto, há o risco econômico de ativos irrecuperáveis [os "stranded assets"], mas também estão se violando acordos legais globais. O que é grave. É importante que países como os EUA, Canadá, Noruega, deem o primeiro passo, que é não investir. Mas todos precisam contribuir para a descarbonização.

Branson: Quero voltar a falar da importância da floresta tropical que vejo como o coração do mundo. É tão preciosa para as espécies, não apenas para a mudança climática. Tão importante para a chuva que cai em outras áreas do Brasil. Se pensarmos em uma coisa na Terra que precisa de 100% de atenção para ser protegida, é a floresta amazônica. Precisamos ajudar.

GABRIEL REIS/VALOR

Johan Rockström e Richard Branson: a ciência encontra agentes de mudança no mundo para acelerar a compreensão de todos sobre a urgência climática

> "A recente avaliação científica dos limites planetários é um diagnóstico terrível"
> *J. Rockström*

> "Obter lucro é importante, mas que não seja às custas da floresta amazônica ou do clima"
> *R. Branson*

Expansão
A Aura Minerals, que explora ouro e cobre, amplia ação em projeto no MT
B1

Luxo
Casa de fragrâncias Creed, do grupo Kering, terá butique em São Paulo, conta Lucinda Nir B7

Enchentes
Risco de gargalo e alta de preços são desafios na reconstrução das cidades no RS B4

Aviação
Analistas veem acordo entre Azul e Gol como prelúdio de fusão B5

Agronegócio
Após início fraco, venda de semente de soja para a safra 2024/25 ensaia reação B8

Empresas

Estrutura de capital Aumento de capital traz novo fôlego às companhias abertas; desembolsos somam R$ 22 bilhões nos últimos 12 meses

Com pressão de caixa, empresas buscam aporte de controladores

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Com forte pressão de caixa, um grupo de empresas de capital aberto está recorrendo ao bolso de seus controladores para uma injeção de capital para conseguirem um respiro em seus balanços, diante de um período longo de juros altos e de crise em alguns setores, como varejo e saúde. Os desembolsos já somam cerca de R$ 22 bilhões nos últimos 12 meses, segundo levantamento feito pelo **Valor**.

O maior aporte de recursos, de R$ 12 bilhões, será capitaneado por Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles, na Americanas, colocado como obrigatório pelos credores da companhia para um acordo, após a descoberta da fraude contábil. Na empresa do setor de saúde Dasa, a família Bueno teve de colocar dinheiro em dois momentos, diante da alta alavancagem da companhia. No último aporte, anunciado neste mês, a família vai colocar R$ 1,5 bilhão — dinheiro que vai assegurar que a empresa não quebre os "covenants" de endividamento máximo, em um aumento de capital privado. Em paralelo, a Dasa também venderá ativos.

Outra empresa do setor de saúde, a Oncoclínicas também lançou mão de um aumento de capital de R$ 1,5 bilhão, com R$ 1 bilhão do banco Master, que ainda vai financiar o restante a ser feito pelo fundador da empresa, Bruno Ferrari, recurso que vai ajudar a reduzir a alavancagem da empresa.

Segundo levantamento da FTI Consulting feito ao **Valor**, desde novembro foram cerca de 30 aumentos de capital, com 80% dos casos voltados para equilíbrio financeiro. Da lista, 10 empresas estavam queimando caixa (Ebitda negativo) e 15 estavam com uma alavancagem acima de 5 vezes. "Muitas empresas aguardaram para tentar fazer captações e a melhora da economia, até que não se pode mais esperar. Quem tem alternativa de fazer um aumento de capital, recorre a esse instrumento", diz Luciano Lindemann, da FTI. Ele destaca uma maior concentração dessa lista de empresas no setor de varejo, infraestrutura e construção.

O executivo afirma, por outro lado, que as empresas precisam, mesmo com a injeção de capital, olhar as razões que levaram a um aumento de alavancagem — e que essas questões precisam ser endereçadas. "Dificilmente a mera entrada de liquidez e redução de alavancagem resolvem o problema por si só", comenta.

O contexto econômico também tem contribuído. "Esse movimento faz parte do quadro atual do Brasil, com janelas fechadas para oferta inicial de ações [IPO, na sigla em inglês] e poucos 'follow-ons' [oferta subsequente de ações]", diz Eduardo Terra, conselheiro de empresas de varejo e presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo. "Há casos de empresas com problemas estruturais em que os controladores avaliam que é mais vantagem fazer a capitalização para evitar perder mais à frente, muitas vezes porque já ganharam muito dinheiro com o negócio e veem retorno no médio e longo prazo. Há outros casos, porém, em que preferem jogar a toalha."

> "Esse movimento faz parte do quadro atual no país, com janela fechada para IPOs e follow-ons"
> *Eduardo Terra*

Com o macro ainda incerto, mais empresas devem precisar de mais recursos para ajustar as contas. Daniel Calori, da Íntegra Associados, aponta que o endividamento das empresas segue crescendo e que, com isso, mais grupos vão precisar passar por reestruturações, o que pode incluir aumento de capital por parte do controlador. Ele lembra que, além de garantir a solvência nas empresas, há casos em que os controladores olham o preço depreciado das ações e identificam que há oportunidade de entrada, por acreditarem em valorização futura.

O executivo frisa, por outro lado, que em paralelo ao aumento de capital, as empresas precisam fazer a lição de casa para resolver o problema, ou o dinheiro injetado vai rapidamente escoar do caixa. Muitas vezes, lembra Calori, bancos credores, ao negociar alongamento de prazos, pedem em contrapartida um aumento de capital.

Já aquelas empresas que não têm a figura do controlador ou têm um que não quer aportar mais recursos, diz o executivo da Íntegra, precisarão passar por um processo mais formal de reestruturação, como ocorreu com Casas Bahia, que após acerto com seus principais credores entrou com pedido de reestruturação extrajudicial.

ANA PAULA PAIVA/VALOR
Luciano Lindemann, da FTI, diz que varejo, saúde e infraestrutura foram os que mais recorreram ao instrumento

Lindemann, da FTI, afirma que as empresas sem controlador — ou com um que não queira ou possa colocar mais recursos, ou seja, sem a possibilidade de aumento de capital para sanar o problema — acabam buscando outras alternativas, o que no limite pode levar a buscar investidores mais afeitos ao risco, tal como gestoras de "special sits", mais acostumadas com empresas estressadas financeiramente.

O mercado de capitais adverso também tem demandado uma maior participação dos controladores, até mesmo para garantir o aumento de capital necessário.

No ano passado, por exemplo, a família Pinheiro teve de aportar na operadora de plano de saúde Hapvida em seu "follow-on", que teve como objetivo ajustar o balanço da operadora de saúde. Na Ambipar, também em um "follow-on", o controlador, Tércio Borlenghi Junior, também teve de aportar diante de um mercado difícil para ofertas de ações.

Na Lojas Marisa, que passa por reestruturação financeira nos últimos anos, a família Goldfarb também vai fazer uma capitalização de cerca de R$ 550 milhões, segundo fontes. Neste ano, a família Trajano acertou aumento de capital de R$ 1,25 bilhão no Magazine Luiza, dos quais o BTG poderá subscrever R$ 250 milhões.

Em comunicado ao mercado, a Oncoclínicas divulgou meta de alcançar uma alavancagem financeira de 2 vezes o endividamento líquido sobre o Ebtida anualizado do quarto trimestre. Ambipar e Marisa não comentam o assunto.

Em nota, a Hapvida informa que o "último aumento de capital, realizado em abril de 2023, foi feito num contexto de reforço de caixa e otimização da estrutura de capital da companhia. De lá pra cá, a companhia permanece reduzindo sua alavancagem a partir da saudável e robusta geração de caixa operacional. Não há, nesse momento, qualquer operação de aumento de capital em curso".

De acordo com o Magazine Luiza, o aumento de capital privado realizado em janeiro deste ano é uma manifestação de confiança das famílias controladoras na empresa e em seu modelo de negócio. "A operação teve adesão recorde dos acionistas minoritários: 75%. Os recursos aportados estão sendo usados para acelerar os investimentos em tecnologia da companhia, além de aprimorar sua estrutura de capital."

A Dasa reiterou que a transação é parte de um conjunto de iniciativas operacionais e estratégicas, com diferentes estágios de maturidade, voltadas à redução da alavancagem, ao estabelecimento de uma sólida posição financeira e à maior capacidade de investimento. O aporte de R$ 1,5 bilhão reforça o compromisso de longo prazo dos acionistas controladores.

Destaques

Interesse na Shell
A Shell disse na sexta-feira (24) que está recebendo interesse por seus ativos de refino na África do Sul, mas não deu detalhes de possíveis ofertas. "Fomos abordados por vários interessados que não podemos revelar neste momento", diz um porta-voz da companhia britânica. A agência "Bloomberg" diz que há uma disputa entre várias grandes empresas pelos ativos da Shell no país. A Adnoc, Aramco, Sasol, Trafigura e Glencore são algumas das companhias que estão interessadas, segundo a reportagem. Os ativos de refino da Shell na África do Sul são avaliados em torno de US$ 800 milhões, de acordo com fontes ouvidas pela agência.

Plataformas da Petrobras
A Petrobras assinou contratos para aquisição de duas unidades flutuantes de produção e armazenamento de petróleo (FPSO, na sigla em inglês) com a Seatrium O&G Americas. As duas unidades serão próprias e instaladas no pré-sal da Bacia de Santos, a primeira no campo de Atapu e a segunda no campo de Sépia. O início de produção deve ocorrer entre 2029 e 2030.

Aura eleva aposta de exploração de ouro e cobre no MT

Mineração

Stella Fontes
De São Paulo

A Aura Minerals, mineradora de ouro e cobre no Brasil, México e Honduras, deu um passo importante na estratégia de expansão de seus depósitos na semana passada. Com a compra do direito de exploração de duas novas minas, a companhia chega a quase 1 milhão de onças de adição potencial de recursos e reservas minerais no projeto Matupá, em Mato Grosso, segundo estimativas de mercado.

"Estamos evoluindo em duas dimensões em Matupá. Já são 309 mil onças convertidas em reservas, que garantem retorno, mas que ainda estão aquém do potencial do projeto", disse ao **Valor** o presidente Rodrigo Barbosa.

Terceiro projeto do portfólio atual de crescimento da Aura, Matupá deve começar a ser construído no terceiro trimestre, com investimento estimado em US$ 107 milhões (cerca de R$ 551 milhões, ao câmbio atual) e produção anual de 54,7 mil onças nos quatro primeiros anos de operação.

Além das reservas comprovadas em Matupá, a companhia poderá adicionar duas novas minas se os estudos confirmarem a viabilidade dos projetos Pezão e Pé Quente, cuja opção de compra foi assegurada nesta semana. A companhia pagou inicialmente US$ 500 mil para estudar o potencial dos projetos e, se decidir seguir em frente, desembolsará outros US$ 9,5 milhões para concluir a aquisição.

Juntos, os dois novos projetos, considerando-se estimativas em relatórios da Agência Nacional de Mineração (ANM) a partir de perfurações realizadas anteriormente, podem adicionar 627 mil onças ao projeto Matupá. Trabalhos anteriores de prospecção contemplaram a perfuração de 12 mil metros em Pé Quente e 9 mil metros em Pezão. Além disso, há expectativa de que o depósito de Serrinhas, na região, tenha potencial para ser igual ou maior ao de X1, que tem as reservas comprovadas de 309 mil onças. O relatório sobre Serrinhas deve ser concluído até o fim do ano.

Nos próximos 12 meses, a Aura pretende investir cerca de US$ 1,6 milhão em 13 mil metros de perfuração para confirmar o potencial de Pé Quente e Pezão. Conforme Barbosa, embora pequenos, os projetos estão em uma área de produção elevada de ouro. Segundo o órgão regulador do Mato Grosso, entre as décadas de 80 e 90, foram produzidas cerca de 5 milhões de onças na região, por mineradoras de menor porte.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "Estratégia é agregar novas áreas no MT, no contexto de que existe potencial de consolidação"
> *Rodrigo Barbosa*

"Ainda há bastante atividade dessas pequenas mineradoras na região. Nossa estratégia é agregar novas áreas, nesse contexto de que ali existe um potencial grande de consolidação", disse o executivo. Segundo Barbosa, a Aura seguirá olhando potenciais aquisições e buscando aumentar as reservas e recursos conhecidos nas áreas em que já atua.

No início de abril, a companhia anunciou a elevação em cerca de um terço de suas reservas provadas, diante dos maiores investimentos em exploração. Segundo formulário de informações anuais (AIF, na sigla em inglês), a Aura dispunha de um total de 3,56 milhões de onças equivalentes de ouro (GEO), 32% mais que as 2,7 milhões de onças equivalentes apontadas no ano passado.

Com US$ 200 milhões em caixa ao fim do primeiro trimestre, que garantem fôlego para financiar seus planos de expansão, a Aura tem se beneficiado do rali do ouro e do cobre. No primeiro trimestre, o preço realizado do ouro ficou em US$ 2.070 a onça, mas chegou a US$ 2.340 atualmente. No cobre, o salto foi ainda maior, de US$ 3,086 por libra para US$ 4,070 a libra. Além dos preços elevados, a entrada em operação do projeto Almas, no Tocantins, puxou a produção da mineradora no trimestre — na comparação anual, a alta foi de 28%, para 68,2 mil onças equivalentes de ouro.

A produção maior, combinada à redução de custos com a estabilização das operações em Honduras, levou a resultado operacional (Ebitda) de US$ 53 milhões no intervalo, alta de 45% na comparação anual e de 30% ante o quarto trimestre. Com a manutenção do cenário de preços, custos e produção, a tendência é de nova expansão dos resultados neste trimestre.

Evento Serão premiados, hoje, os líderes em 20 setores da economia, além de 4 categorias especiais

‘Executivo de Valor’ chega à 24ª edição

Stela Campos
De São Paulo

FLAVIO SANTANA

Acontece hoje a 24ª edição do prêmio “Executivo de Valor”, que reconhece os líderes que mais se destacaram na gestão de suas empresas em 2023. A cerimônia de premiação será realizada no hotel Rosewood, em São Paulo, e terá transmissão ao vivo no site e nas redes sociais do Valor.

Serão premiadas 24 lideranças: em 20 setores da economia e em quatro categorias especiais — executivo à frente de startup; presidente de conselho de administração; liderança jovem; e liderança em atividades voltadas à sociedade. Neste ano, foi incluído o setor de seguros e previdência.

O prêmio “Executivo de Valor”, que teve sua edição inicial em 2000, foi o primeiro grande evento de premiação do jornal, então recém-criado. Desde a primeira edição, 239 líderes de empresas receberam o prêmio, que se tornou referência para o mercado por ser um termômetro das habilidades mais valorizadas em cada período econômico brasileiro.

Para estar entre os 24 premiados deste ano, os executivos tiveram avaliados vários critérios associados à condução de suas empresas. Entre eles, a capacidade de identificar oportunidades de inovação e crescimento; a imagem da empresa no mercado sob a sua liderança; a sua própria reputação no mercado; sua versatilidade e sua capacidade de se adaptar a setores e empresas. Outro critério relevante foi o fato de o dirigente promover uma gestão sustentável, voltada à diversidade, à inclusão e à responsabilidade socioambiental em relação a todos os stakeholders.

O júri foi formado por 15 empresas de seleção de executivos membros da Association of Executive Search and Leadership Consultants (Aesc), que está em 74 países e foi fundada em 1959.

“Executivo de Valor”, como em 2023, acontecerá no hotel Rosewood, em São Paulo. Educação é um dos temas de 2024

As empresas que compuseram o júri deste ano foram: Amrop Brasil, Boyden, Dasein/EMA Partners, EXEC, Fesa Group/IIC Partners, Havik/Cornerstone, Heidrick & Struggles, Kincannon & Reed, Odgers Berndtson, Osser & Osser Executive Search, Russell Reynolds Associates, Signium, Spencer Stuart, Talenses Executive, e People Assets/Transearch.

A metodologia do prêmio vem se aprimorando a cada ano. Todas as lideranças que receberam ao menos duas indicações dos headhunters em cada um dos setores e categorias passaram para uma segunda rodada de votação.

A diversidade está evoluindo e mais executivas estão entrando para a lista. No primeiro turno da votação deste ano, foram lembradas 101 lideranças femininas, representando 16% dos 643 indicados pelo júri. No segundo turno, 28 executivas estavam entre os 197 indicados. No resultado final, as executivas representaram cerca de 30% do total de premiados.

O prêmio também vem trazendo novos nomes para o pódio. Este ano, 74% das indicações no segundo turno da votação entraram na lista pela primeira vez, o que significou a inclusão de 146 novatos.

O anuário “Executivo de Valor” deste ano, além do perfil de cada premiado, inclui reportagens especiais sobre educação, um tema fundamental tanto para o desenvolvimento da sociedade em geral quando da produtividade em particular. A revista traz uma entrevista exclusiva com Sal Khan, fundador e CEO da Khan Academy, plataforma de educação e organização sem fins lucrativos. Ele fala sobre trabalhar por um propósito.

Também haverá o “Guia Educação na Empresa (e além dela) — O que o mundo dos negócios pode fazer por esta alavanca do desenvolvimento”. Entre os tópicos: por que pensar em educação é fundamental, qual é o papel da educação na agenda corporativa, como processos internos podem ajudar na inclusão social e as razões para apoiar programas de educação.

O anuário tratará ainda do engajamento das empresas no apoio emergencial e na reconstrução do Rio Grande do Sul, em calamidade por causa das enchentes.

Pesquisa mostra como estão as remunerações dos CEOs

Tecnologia

Jacílio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Universo tech

Salários do C-level em empresas de tecnologia - em mil reais*

Cargo	Posições CLT		Posições como prestador de serviço (PJ)	
	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas
CEO (Chief Executive Officer)	33 a 56	45 a 90	39 a 70	60 a 110
CTO (Chief Technology Officer)	29 a 47	35 a 70	32,5 a 60	45 a 85
CIO (Chief Information Officer)	30,5 a 49,5	36 a 75	35 a 62,5	46 a 87,5
CFO (Chief Financial Officer)	30,5 a 49,5	36,5 a 76	36 a 63,5	46 a 88,5
CHRO (Chief Human Resources Officer)	25,5 a 42,5	30 a 54	29,5 a 47,5	37,5 a 70
COO (Chief Operating Officer)	24,5 a 41	29 a 52	27 a 46,5	36,5 a 67,5

Fonte: Guia Salarial Tecnologia 2024. Fox Human Capital. *Os salários referem-se aos valores fixos, sem considerar cotas, equity ou stock options, que normalmente são oferecidas nesses cargos

Os salários dos CEOs de empresas de tecnologia no Brasil aumentaram, em média, de 10% a 15% entre 2022 e o primeiro trimestre de 2024. O avanço é mais evidente nas capitais do que nas cidades do interior, e a faixa salarial em corporações de grande porte, acima de 500 funcionários, ficou entre R$ 45 mil a R$ 90 mil.

Os dados são do Guia Salarial Fox Tech 2024, da consultoria de recursos humanos Fox Human Capital. Obtido com exclusividade pelo **Valor**, o levantamento ouviu 500 executivos, entre CEOs, diretores de recursos humanos e de TI do setor de tecnologia do país, entre junho de 2023 e março de 2024.

Na avaliação de João Henrique Benedet, sócio da Fox Human Capital, o que mais chama atenção na pesquisa é a manutenção dos ganhos nos últimos anos, sem grandes acréscimos. “Por mais que já estivéssemos acompanhando uma baixa no volume de vagas com as ondas de layoffs e cortes pontuais, ver reflexos nos salários é impactante”, diz. “De 2017 para cá, os ganhos no setor de tecnologia não paravam de crescer e era comum observar remunerações mais altas, acima da média de outras indústrias.”

De acordo com o especialista, a estabilidade dos pagamentos também foi percebida em outras posições do C-level. “Em 2022, houve um aumento considerável nos salários das diretorias por conta da facilidade de acesso de capital para investir em novos projetos, produtos e na expansão de quadros, principalmente em startups e empresas investidas”, diz. “Com isso, ‘novas’ cadeiras foram criadas, com foco em dados, computação em nuvem e cybersegurança.”

Porém, continua Benedet, com a onda de desligamentos de pessoal e do congelamento de projetos nas firmas de tecnologia, muitas funções estratégicas foram postergadas ou pararam de fazer sentido, pois eram centradas em novas frentes de negócios. “Com esse movimento, a expansão de posições no C-level foi freada e as remunerações ficaram mais estáveis nos últimos 18 meses”, explica.

O início de 2023 ficou lembrado por uma série inédita de demissões em massa. Só no primeiro trimestre do ano, mais de 30 desligamentos coletivos foram registrados no site “Layoffs Brasil”. No exterior, big techs como Amazon, Google e Microsoft passaram por ciclos semelhantes de desligamentos.

O consultor afirma que, no Brasil, além dos CEOs, as cadeiras de CTO (diretor de tecnologia) e CFO (diretor financeiro, das siglas em inglês) foram as que tiveram um impacto positivo mais relevante nos holerites — próximo dos 15% — enquanto os CIOs (diretores de inovação), CGOs (de crescimento) e CMO (de marketing) apresentaram um aumento menor, mais perto dos 10%, em comparação ao anos de 2022.

Salários aumentaram, em média, de 10% a 15% entre 2022 e 2024

Diante dos números coletados no estudo, a recomendação de Benedet para os empregadores da área de tecnologia é repensar estratégias de retenção e planos de cargos e salários. “Com a instabilidade dos salários nos últimos quatro anos [período que inclui a pandemia] e picos de alta nos pagamentos no mercado ‘tech’, muitas empresas contrataram com base nas pretensões dos profissionais, devido à falta de mão de obra qualificada”, analisa.

Na última onda de desligamentos em massa, segundo o consultor, as tabelas de pagamentos das organizações, especialmente as que não tinham um plano de cargos e salários estruturado, ficaram desatualizadas. “Isso impacta muito no quadro, na retenção e em novas contratações”, avisa.

Abaixo do C-level, diz o executivo, cargos de destaque nos organogramas em 2022, como os “product designers”, tiveram redução no salário médio em 2024, de 5% a 20%, enquanto outras funções perderam relevância nas baterias de recrutamento. “Vagas de ‘scrum master’ e ‘agile coach’ tiveram uma baixa muito grande de presença nos quadros das empresas ouvidas na pesquisa”, avalia o sócio da Fox Human Capital, baseado em percepções do estudo. “O que já pode ser uma nova tendência do mercado de tecnologia, de ‘enxugar’ posições.”

Os profissionais qualificados, de acordo com o relatório, continuam altamente valorizados, mas o cenário mudou nos últimos dois anos. “Anteriormente, indivíduos com apenas seis meses de experiência conseguiam negociar salários superiores à média do mercado, uma vez que as empresas, precisando preencher vagas, estavam dispostas a atender às expectativas salariais dos candidatos”, assinala o documento. “No entanto, a situação atual mostra um equilíbrio maior no poder de negociação. As corporações têm agora uma maior capacidade de determinar o quanto estão dispostas a pagar aos profissionais, indicando uma dinâmica mais balanceada entre empregadores e empregados”, conclui a análise.

Além dos CEOs, CTOs e CFOs tiveram os maiores incrementos nos ganhos

Liderando com a sua criança ao lado

Banda Executiva

Marcelo Cardoso

Você já considerou levar ao trabalho a sua criança junto com você? Eu não estou falando de filhos, nem uma criança qualquer. Eu falo daquela que você foi quando tinha sete anos de idade.

Viola Davis descreve, em sua biografia, como ela ficou mobilizada quando Will Smith perguntou: “quem é você?” E a sua resposta foi: “Eu sou a menina de oito anos correndo e fugindo do bullying todos os dias de volta para casa”. Ao longo do livro ela reconhece que continua sendo aquela mesma menina. E que só encontrou paz interna e significado existencial quando começou a acolher a sua própria menina interna, durante seu processo terapêutico.

De acordo com a psicologia do desenvolvimento, os scripts que formam a nossa personalidade são construídos nos nossos primeiros sete anos de vida, e a partir daí passamos a reforçar as narrativas que vão nos fazer sentir amados e valorizados em nossos relacionamentos e na vida.

Uma parte importante desses scripts baseia-se em necessidades que não foram atendidas, padrões que acontecem com todos nós — de forma mais ou menos traumática. Parte da nossa busca para cumprir nosso script envolve confirmar esses traumas, encontrando pessoas e situações que não vão nos dar aquilo que desejamos visceralmente e que nos faltou na infância. Parece um contrassenso, mas funcionamos assim porque, apesar de ser dolorido, essas carências são familiares para nossa criança interna, o lar doce lar.

O trabalho representa uma dimensão importante de como reforçamos a nossa identidade na vida adulta, conforme atestava o psicólogo Adolf Adler. E a forma como ainda hoje nos organizamos — em torno de hierarquias rígidas, empregos e engajamento por meritocracia — ativa o script de carência das pessoas, ao experimentarem a gangorra de sucesso e fracasso, pertencimento e exclusão, validação e invalidação. No fundo, as empresas se alimentam da energia psíquica das pessoas e de sua vitalidade para produzir mais lucro.

Podemos mudar a experiência no trabalho. Essa é a razão do meu convite inicial, pois quando reconhecemos a nossa parte infantil, podemos transcender e incluir nossos scripts, e nos apropriar da vivacidade, criatividade e inocência da criança, ao mesmo tempo que, como adultos, cuidamos dela não projetando carências fora de nós.

Eu tive experiências ricas desse tipo quando era vice-presidente da Natura. Durante as reuniões do comitê executivo, eu imaginava meu menino sentado no meu colo, e, quando as dinâmicas se tornavam intensas e o impulso imediato dele era mostrar seu valor e “ganhar uma discussão”, eu o acalmava dizendo mentalmente que ele não precisava provar nada para ser amado. Essa prática me poupou inúmeras vezes de entrar em conflitos exaustivos e tóxicos, que não levam a lugar nenhum.

Na consultoria, quando facilitamos equipes seniores, temos um código para declarar quando essa dinâmica de projeção está presente. Chamamos eles de “quinta série B”, uma forma de ajudá-los a mudar de padrão. Infelizmente, a maioria das decisões importantes, não só nas empresas, mas em todos os ambientes de poder, são tomadas por adultos com maturidade emocional de pré-adolescentes. As crianças estão presentes, mas não estão sendo vistas.

Por trás de todo líder tóxico que impõe sua vontade e pretensa força, que não nutre empatia pela realidade do outro, tem uma criança ferida que deseja ser amada pelo que é e não pelo que faz, ou pelo status ou temor que provoca.

Este tem sido um exercício difícil e permanente: imaginar aqueles que me incomodam pela forma com que agem, como apenas uma outra criança querendo atenção.

Acredito que organizações podem experimentar um outro tipo de contrato psicológico, entre humanos maduros que se autoconhecem o suficiente para cuidar de suas crianças, e apesar de suas dores, se apresentarem diante do trabalho com abertura e vulnerabilidade, para nesse reconhecimento transformarem a experiência coletiva, criando um espaço de aprendizagem restaurativo para a sociedade.

Marcelo Cardoso é fundador da consultoria Chie e presidente do Instituto Integral Brasil

ARTPLAN. A MAIOR AGÊNCIA INDEPENDENTE DO BRASIL.

Segundo o último levantamento do Cenp-Meios, a Artplan pulou do 5º para o 3º lugar no ranking de maiores agências do Brasil. E, entre as independentes, alcançamos o 1º lugar.

Mas qual é a vantagem de ter uma agência independente?

Bom, a primeira delas é a interlocução. Aqui, você se senta à mesa com os donos. Você já se sentou à mesa com os donos de uma multinacional? Certamente é mais difícil e raro. Outra vantagem: poder de decisão. Não precisando reportar resultados ou pedir autorizações a sócios internacionais, a gente toma decisões com total liberdade e muito mais agilidade. Tem mais: os sócios da Artplan têm a sede do negócio deles aqui no Brasil. É mais provável que a gente entenda melhor as dores de quem empreende aqui, não acha?
O mercado vive hoje um momento de grandes fusões e aquisições, o que muitas vezes faz com que agências mudem de nome, de cultura, de board. Tendo uma agência independente, essa é uma preocupação a menos para você. E, se já é bom ter uma agência independente, imagine ter a maior delas. Uma agência sólida, com mais de 50 anos de histórias e cases. E que é uma das 18 empresas de um gigantesco ecossistema nacional de comunicação, entretenimento e experiência, o Grupo Dreamers. E que conta com um time de supertalentos (inclusive, muitos deles egressos de grandes grupos internacionais de comunicação). Se este texto ajudou você a enxergar com bons olhos a possibilidade de ter uma grande agência independente, fica aqui o convite para a gente estender essa conversa. Vamos adorar ter essa oportunidade. Independentemente do que vá acontecer depois dela.

IDEIAS QUE ABREM CONVERSAS

@ARTPLAN

BS RJ SP

INÊS 249

Engenharia Elevado volume de obras simultâneas pode gerar falta de insumos e profissionais

Risco de gargalo e alta de preços são desafios na reconstrução

Taís Hirata e Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A reconstrução do Rio Grande do Sul demandará investimentos bilionários nos próximos anos, mas a necessidade de recursos não é o único desafio. Uma das preocupações que já começa a surgir é o risco de gargalos na execução das centenas de obras que serão necessárias em todo o Estado nos próximos anos e que deverão mobilizar construtoras, fornecedores de diversos tipos de insumos, fabricantes de equipamentos, além de mão de obra de forma intensiva. Há um temor tanto de escassez quanto de disparada de preços desses serviços e produtos, segundo pessoas envolvidas no processo e especialistas em infraestrutura.

O tema já está no radar da Secretaria de Reconstrução Gaúcha. "Teremos de tratar de possíveis gargalos na execução do plano. Haverá muitas obras ao mesmo tempo, tem que ter atenção grande à questão de máquinas, matéria-prima, mão de obra, tudo isso vai ser mobilizado em uma intensidade que nunca se viu", diz o secretário, Pedro Capeluppi.

Na visão de uma fonte que acompanha o processo, que pediu anonimato, o próprio plano de reconstrução terá de considerar esses gargalos na priorização das ações. Porém, a percepção é que será difícil controlar a pressão inflacionária sobre os custos da reconstrução, já que, além da demanda do poder público, a própria população e empresas locais têm obras a fazer.

Claudio Frischtak, sócio da consultoria Inter.B, aponta que a falta de empreiteiros já é uma realidade no país, por exemplo, no setor de linhas de transmissão de energia.

No caso do Sul, diz ele, há um agravante devido à concentração das obras em território e em um curto espaço de tempo. "Se fosse em dez, 15 anos é uma coisa, mas o Rio Grande do Sul não pode correr o risco de estender a reconstrução. Há o risco econômico de o Estado entrar em depressão e o risco demográfico de a população jovem sair do Estado. Então o processo não pode se arrastar, o que traz esse desafio", afirma.

Para Renato Correia, presidente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), se houver planejamento não haverá escassez, mas o aumento de preço dos insumos e da mão de obra é algo inevitável e que deverá ser considerado na hora da contratação e da fiscalização das obras.

"É óbvio que o aluguel de máquinas estará mais caro, o custo dos materiais vai subir porque o acesso é difícil, muita coisa terá que vir de fora", afirma. Ele defende que os órgãos de fiscalização, que são rigorosos em relação ao tema, precisam compreender a situação. "O custo precisa ser olhado com o entendimento da calamidade, porque vai ser acima das tabelas do poder público. Os materiais, o cimento, vão chegar, mas o preço não será o padrão. E vamos precisar contratar assim mesmo, pela emergência", diz.

Para a construtora Tenda, outro gargalo pode ser a liberação de alvarás para obras de habitação, processo que costuma levar até dois anos na região. Segundo Welinton Costa, diretor regional Sul da empresa, é esperada uma "força-tarefa" nas prefeituras para encurtar o prazo para um ano.

Para ele, um encarecimento de materiais ainda não está no "top 5" de preocupações no momento. A lista é liderada pela disponibilidade de mão de obra, de insumos e de complementação de renda para as famílias atingidas.

Costa prevê aumento na demanda por novas habitações no Sul. No segmento econômico, onde a Tenda atua, isso deve ser potencializado por programas municipais, estaduais e federais, que devem elevar a capacidade de compra dos afetados pela enchente.

Já os fornecedores nacionais negam o risco de gargalos. O presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic), Paulo Camillo Penna, diz não acreditar em uma futura "explosão de consumo" de cimento e afirma que, mesmo se houver alta de demanda, o país tem condição de fornecer o material, que poderia sair de outros Estados. Uma importação da Argentina ou do Uruguai não será necessária, segundo ele, destacando que as cimenteiras brasileiras trabalham com 35% de ociosidade.

> "Haverá muitas obras ao mesmo tempo, uma mobilização em intensidade que nunca se viu"
> *Pedro Capeluppi*

DIEGO BRESANI/DIVULGAÇÃO

Renato Correia, presidente da Cbic, não acredita em escassez de produtos, mas diz que alta de preços é certa

A InterCement, que tem duas fábricas no Rio Grande do Sul, diz que as unidades estavam operando com 94% e 95% da capacidade antes da enchente, segundo Livio Kuze, CEO da empresa no Brasil. Ele também não acredita em uma explosão de consumo. "Todo aumento agressivo de demanda gera escassez e inflação. O que sentimos é que está sendo bem planejado, para não ter aumento desenfreado de demanda", afirmou.

Uma das unidades do grupo no Estado fica em Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre, em um bairro atingido pela enchente. Kuze diz que não houve dano material à planta, que foi usada como abrigo no início das inundações. Depois de duas semanas com operações reduzidas, a empresa já conseguiu retomar 80% das vendas de antes do desastre. Enquanto a produção não voltava, clientes foram buscar cimento na fábrica do grupo em Candiota, 400 km ao sul de Porto Alegre.

A indústria de máquinas também nega que haja risco de escassez ou inflação. "A fabricação dos produtos de linha amarela [de equipamentos usados na construção] está normal, não foi interrompida. As máquinas são vendidas por distribuidores que têm estoque, não vejo problema no fornecimento, diz José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Ele também diz que o setor tem grande capacidade ociosa na produção. No caso de máquinas rodoviárias, dados da Abimaq apontam que, em 2014, a produção mensal chegou a 5.200 equipamentos por mês e hoje o patamar está em torno de 3.300 mensais. Velloso também afirma que não há espaço para alta de preços porque o mercado tem muita concorrência, em especial de importações da Ásia.

A velocidade necessária para a construção de moradias pode incentivar a entrada da construção industrializada no Estado. Não seria a primeira vez que tragédias do tipo são remediadas dessa maneira. O governo paulista contratou a construção de prédios e casas de "wood-frame", técnica de construção industrializada em madeira, para receber famílias atingidas pelas chuvas e desmoronamentos em São Sebastião (SP) no início de 2023.

A empresa Tecverde foi a responsável pela obra, que entregou 518 moradias em 9 meses. A Tenda tem uma marca de moradia em wood-frame, a Alea, e tem conversado com o poder público gaúcho. A SteelCorp, companhia que constrói em steel-frame, usando aço, está fechando um contrato privado para erguer 600 casas no bairro de Santa Cecília, em Porto Alegre. O custo será de R$ 92,4 mil por moradia, de 42 m², abaixo do que é praticado normalmente pela empresa.

Setor de materiais retoma atividades

De São Paulo

Passado o auge da crise no Rio Grande do Sul, a indústria de materiais de construção local vem voltando às suas atividades no Estado e se prepara para atuar na retomada.

A TK Elevadores atende 13 países por meio de sua fábrica em Guaíba e tem escritório em Porto Alegre, ambos em áreas afetadas pela enchente. A empresa reduziu sua produção a 30% da capacidade por duas semanas, e a partir desta quinta-feira (23) retomou 90%. O escritório ainda está com o térreo alagado, e os funcionários trabalham de casa. Segundo o CEO da empresa para a América Latina, Paulo Manfroi, 241 colaboradores foram afetados em algum grau pelo desastre.

Na próxima semana, técnicos de manutenção da empresa de outros Estados chegam ao Rio Grande do Sul. "Com as águas baixando, temos grande volume de elevadores inundados e as pessoas precisam deles", afirma. Entre os clientes da companhia está o Aeroporto Salgado Filho.

Houve fornecedores de insumos que foram afetados, mas a empresa já tinha uma política de não ter apenas um único fornecedor para determinado item — aprendizado da pandemia, diz o CEO — e a situação está controlada. As questões logísticas puderam ser contornadas com caminhos alternativos. O executivo espera retomar a capacidade normal da empresa em no máximo 60 dias. "Não vamos ter grandes impactos na operação, o maior impacto é com as pessoas".

No mercado de habitação, o problema com a disponibilidade de insumos melhorou durante a semana, conta Welinton Costa, diretor regional Sul da Tenda. A área responde por 8% dos lançamentos da incorporadora.

O abastecimento de insumos atingiu 70% do normal, o que é suficiente para o momento, já que a empresa não está com a mão de obra completa. "Estamos com vagas em aberto", afirma Costa, ressaltando que há um compromisso de não desligar funcionários, mas que alguns, vindos de outras áreas, preferiram sair de Porto Alegre. "O trauma é muito grande."

Renato Correia, presidente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), destaca a importância de usar a reconstrução do Estado para também reerguer a indústria local. "É preciso valorizar quem está lá precisando retomar atividades e na sequência entrar com apoios externos." *(ALT e TH)*

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Liga Montagem e Manutenção Eletromecânica Ltda. -** CNPJ: 93.688.778/0001-16 - Endereço: Av. Cecília Meireles, 484, Bairro Inácio Barbosa - Requerente: Severino Paulino de Oliveira Filho - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE

Falências Decretadas

Empresa: **Amavita Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 06.996.398/0001-44 - Endereço: Rua São Vicente, 1244, Bairro Parque Rincão - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: 3a Vara de Cotia/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **C. Towers Ltda. -** CNPJ: 40.609.601/0001-10 - Requerente: Alx Up Securitizadora de Créditos S/A - Vara/Comarca: 7a Vara de Santos/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Ag Ingredientes Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios Ltda. -** CNPJ: 09.132.918/0001-69 - Endereço: Rua Rolandia, 249, Armazém 257, Bairro Jardim Ana Eliza - Vara/Comarca: Vara Cível de Cambé/PR

Empresa: **Engetech Construções Ltda. -** CNPJ: 22.594.815/0001-89 - Endereço: Av. Vereador Elias Lopes, 485, Centro, Lucrécia/rn - Vara/Comarca: 23a Vara de Natal/RN

Empresa: **Gs Construtora Gurgel Soares Ltda. -** CNPJ: 05.052.764/0001-44 - Endereço: Rodovia Br 304, Nº 2900, Lote 02, Granja Bomfim, Bairro Encanto Verde, Parnamirim/rn - Vara/Comarca: 23a Vara de Natal/RN

Empresa: **Gs Construtora Gurgel Soares Ltda., Filial Goiás -** CNPJ: 05.052.764/0004-97 - Endereço: Av. T4, Nº 619, Sala 310, Quadra 14, Setor Bueno, Goiânia/go - Vara/Comarca: 23a Vara de Natal/RN

Empresa: **Gs Construtora Gurgel Soares Ltda., Filial Paraíba -** CNPJ: 05.052.764/0002-25 - Endereço: Rodovia Br 230, Loteamento João Ursulo Ribeiro, S/nº, Bairro Santa Rita, Santa Rita/pb - Vara/Comarca: 23a Vara de Natal/RN

Empresa: **Gs Construtora Gurgel Soares Ltda., Filial Pernambuco -** CNPJ: 05.052.764/0003-06 - Endereço: Rua Silveira Lobo, 32, Bairro Poço, Recife/pr - Vara/Comarca: 23a Vara de Natal/RN

Empresa: **Idealize Serviços de Transporte de Carga, Serviços Administrativos e Representações Comerciais Ltda. ME -** CNPJ: 07.330.411/0001-94 - Endereço: Rua Rolandia, 249, Sala 02, Bairro Jardim Ana Eliza - Vara/Comarca: Vara Cível de Cambé/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Agromais Comércio e Representações Ltda. -** CNPJ: 09.330.297/0001-28 - Endereço: Av. Nelson Camilo Fernandes, 1900, Distrito Industrial Ii, Campo Verde/mt - Administrador Judicial: Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Agromais Comércio e Representações Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 09.330.297/0003-90 - Endereço: Av. Cascavel, 600, Bairro Cidade Primavera Iv, Primavera do Leste/mt - Administrador Judicial: Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Agromais Comércio e Representações Ltda., Filial 3 -** CNPJ: 09.330.297/0004-70 - Endereço: Rua Serra Azul, S/nº, Quadra 42, Lote 21, Centro, Planalto da Serra/mt - Administrador Judicial: Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Auto Posto Morada Ltda., Nome Fantasia Posto 4 Rotas Iii -** CNPJ: 11.404.177/0001-70 - Endereço: Rodovia Al 220, Nº 5909, Bairro Jardim Esperança, Arapiraca/al - Vara/Comarca: 2a Vara de São Miguel Dos Campos/AL - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Capejole Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 09.204.760/0001-95 - Endereço: Estrada do Cafunda, 2161, Parte, Bairro Taquara - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Garden Party Eventos Ltda. -** CNPJ: 04.516.264/0001-53 - Endereço: Estrada do Cafunda, 2162, Bairro Taquara - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Gp Serviços Financeiros Ltda. -** CNPJ: 08.544.164/0001-91 - Endereço: Rua Jordão, 1320, Lote 22, Pa 14700, Bairro Taquara - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Mtc Comércio e Administração Ltda. -** CNPJ: 29.172.616/0001-21 - Endereço: Estrada do Cafunda, 2161, Tanque - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Slc Pessoa & Companhia Ltda., Nome Fantasia Posto 4 Rotas Ii -** CNPJ: 02.991.589/0001-62 - Endereço: Rodovia Br 101 Sul, Km 69, S/nº, Chácara da Mangueira - Vara/Comarca: 2a Vara de São Miguel Dos Campos/AL - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Voulez Vous Comércio de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 68.730.811/0001-81 - Endereço: Estrada do Cafunda, 2161, Parte, Bairro Taquara - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Comércio de Alimentos Araújo Ltda. -** CNPJ: 20.099.020/0001-79 - Endereço: Rua Mônaco, 02 A, Bairro Parque Das Flores - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Agenda Tributária

Mês de Maio de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Abril/2024
27	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	11 a 20/maio/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
27	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	11 a 20/maio/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Aviação 'Codeshare' não precisa ser submetido ao Cade, mas especialistas dizem que essa operação tende a chamar a atenção do órgão antitruste

Acordo entre Azul e Gol é visto como potencial fusão

Cristian Favaro
De São Paulo

O acordo de cooperação comercial entre Azul e Gol, anunciado na quinta-feira, mexeu com o mercado, que viu na aproximação o prelúdio de uma consolidação entre as companhias. Na sexta-feira (25), as ações da Gol subiram 11,9%, para R$ 1,41, e as da Azul saltaram 5,18%, para R$ 10,36 — a maior valorização do Ibovespa no dia.

A parceria vai conectar as malhas aéreas das duas empresas no país por meio do sistema de codeshare — compartilhamento de voos — e envolve os programas de fidelidade de ambas. Ao comprar os trechos inclusos no codeshare, os clientes poderão escolher em qual programa se dará o acumulo de pontos a que terão direito. Azul e Gol fazem cerca de 1.500 decolagens diárias. O acordo vai criar mais de 2.700 oportunidades de viagens com apenas uma conexão.

O negócio fez o mercado relembrar uma parceria firmada entre Latam e Azul em 2020 e que, cerca de um ano depois, foi encerrada abruptamente diante da tentativa de consolidação feita pela Azul em relação à Latam durante o chapter 11 (recuperação judicial nos Estados Unidos) da chilena.

Nos bastidores já corre que a Azul tem avançado em conversas com a Gol para uma consolidação. No início, chegou a ser ventilado que a Azul estaria disposta a comprar a Gol, mas a visão que mais ganhou corpo é de uma junção de forças para a criação de uma empresa e que também teria a Abra — holding da Gol e da colombiana Avianca — como acionista. Há dúvida sobre quem seria o controlador. Hoje, a Azul é controlada pelo empresário David Neeleman.

O codeshare é um acordo comercial e, por isso, não precisa ser submetido à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Mas especialistas dizem que ele tende a ser tratado como uma operação diferenciada e chamar a atenção do órgão .

O negócio tem ainda um pano de fundo relevante, que é a sinalização dada nos bastidores por Gol e Azul na direção de uma eventual consolidação. Caso o acordo seja visto como um preparativo para uma fusão no futuro, ele pode acender sinal de alerta no Cade.

Procuradas, Azul e Gol não comentaram o assunto.

Na época em que a Latam fez um codeshare com a Azul, a Gol chegou a pedir ao Cade para aplicar alguma sanção contra as empresas diante de uma prática que, no fim, poderia prejudicar o consumidor. A demanda da aérea, entretanto, não avançou já que a indústria estava no meio da pandemia.

1,5 mil
é o número de voos diários de Gol e Azul

Mesmo com o histórico do Cade de não exigir uma notificação prévia em casos de codeshare, especialistas explicaram que a autarquia tem o poder de requisitar uma análise da operação.

O setor aéreo como um todo atravessa um forte escrutínio público por causa do preço das passagens e tem entrado em constante rota de colisão com o Congresso. Em 14 de maio, em sabatina para ser reconduzido ao cargo, o superintendente-geral do Cade, Alexandre Barreto, disse que o órgão prepara "uma investigação ampla" sobre o preço das passagens.

Em relatório, a equipe do Bradesco BBI apontou que o acordo parece mais robusto se comparado ao assinado entre a Azul e Latam em agosto de 2020, visto que o anterior não envolvia os programas de passageiro frequente e era restrito a 64 voos domésticos. O banco destacou ainda que a parceria parece ser um passo antes de uma possível fusão das empresas.

Já o Itaú BBA espera que o negócio favoreça a Azul ao dar acesso a uma malha maior conectada a suas operações regionais.

Mulheres no topo

BRUNA BRANDÃO/MARIE CLAIRE

No primeiro dia do Power Trip Summit, evento promovido por Marie Claire que reúne lideranças femininas no Hotel Fasano Belo Horizonte, a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, falou sobre sua trajetória e os desafios das mulheres no mundo executivo e no mercado financeiro. Ela é a primeira mulher à frente da instituição em 215 anos. "Somos a última geração de 'primeiras' e precisamos promover essa mudança, é preciso normalizar o lugar da liderança feminina", afirmou. Ela diz que entregar resultados no banco "é o básico" e que seu foco é causar mudanças positivas na vida das pessoas, por meio do crédito e de outras iniciativas. Em sua 10ª edição e com o tema "Visionárias", o Power Trip Summit acontece até esta terça-feira (28) em Minas Gerais.

Metais e Petróleo
Comparativos de preços

	Cotações					Var. até a última data indicada - em %				Cotação em 12 meses	
Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	**24/05/24**	**Há uma semana**	**Fim de abril**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
Alumínio high grade											
Disponível	2.599,0	2.544,0	2.545,0	2.335,5	2.234,0	2,16	2,12	11,28	16,34	2.068,5	2.654,0
Três meses	2.650,0	2.598,0	2.576,5	2.382,0	2.229,0	2,00	2,85	11,25	18,89	2.123,0	2.704,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	1.820,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	1.949,0	0,00	0,00	17,42	-6,62	1.450,0	2.035,0
Três meses	1.820,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	2.007,0	0,00	0,00	17,42	-9,32	1.503,0	2.035,0
Chumbo											
Disponível	2.248,5	2.237,0	2.184,0	2.031,0	2.057,0	0,51	2,95	10,71	9,31	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.297,0	2.287,0	2.184,0	2.068,0	2.058,5	0,44	5,17	11,07	11,59	1.991,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	10.256,5	10.398,0	9.973,5	8.476,0	7.910,0	-1,36	2,84	21,01	29,66	7.812,5	10.857,0
Três meses	10.367,0	10.481,0	10.071,0	8.580,0	7.960,5	-1,09	2,94	20,83	30,23	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	33.725,0	34.190,0	32.300,0	25.175,0	24.550,0	-1,36	4,41	33,96	37,37	22.910,0	35.685,0
Três meses	33.850,0	34.300,0	32.150,0	25.500,0	24.275,0	-1,31	5,29	32,75	39,44	23.275,0	35.325,0
Níquel											
Disponível	19.955,0	20.735,0	18.975,0	16.300,0	20.900,0	-3,76	5,16	22,42	-4,52	15.620,0	23.140,0
Três meses	20.250,0	21.005,0	19.165,0	16.570,0	21.100,0	-3,59	5,66	22,21	-4,03	15.880,0	23.275,0
Zinco special high grade											
Disponível	3.012,5	2.929,0	2.924,5	2.640,5	2.306,0	2,85	3,01	14,09	30,64	2.224,0	3.093,0
Três meses	3.063,0	2.975,0	2.931,5	2.654,0	2.320,0	2,96	4,49	15,41	32,03	2.236,5	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**24/05/24**	**Há uma semana**	**Fim de abril**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	77,23	79,58	81,28	71,84	74,29	-2,95	-4,98	7,50	3,96	67,29	91,30
Brent - mercado futuro	81,84	83,63	86,33	76,91	78,23	-2,14	-5,20	6,41	4,61	71,82	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Marketing Pesquisa mostra que 56% das pessoas consomem proteína bovina e 39% alternam com plantas

Carne volta ao prato do brasileiro, vegetais avançam

Daniela Braun e Natália Flach
De São Paulo

A carne voltou a ganhar destaque no prato do brasileiro, mas substitutos vegetais também conquistaram seu lugar à mesa. De acordo com uma pesquisa da organização The Good Food Institute (GFI) Brasil, obtida com exclusividade pelo **Valor**, houve aumento do consumo de proteína bovina, com 56% dos entrevistados revelando ter comido o alimento duas ou mais vezes por semana no ano passado. Em 2022, esse percentual era de 47%.

Por outro lado, 39% das pessoas afirmaram ter consumido proteínas à base de plantas em 2023, ainda que esporadicamente. Essa variedade no cardápio leva os grandes frigoríficos a ampliarem o marketing nas próprias marcas de produtos 'plant-based'.

"Por aqui, o que determina o consumo de um alimento ou de outro é o preço e o benefício para a saúde. Já na Europa, os impactos para o meio ambiente também pesam na escolha", explica Camila Lupetti, especialista de dados do GFI. Ao todo, o estudo ouviu mais de 2 mil brasileiros das classes A, B e C.

Os dados da Euromonitor International corroboram com esse quadro. Comparado a 2022, a indústria nacional de carne processada saltou 13,2% em 2023, para R$ 11,44 bilhões, enquanto no mundo o avanço foi de 6,5%, para US$ 201,22 bilhões.

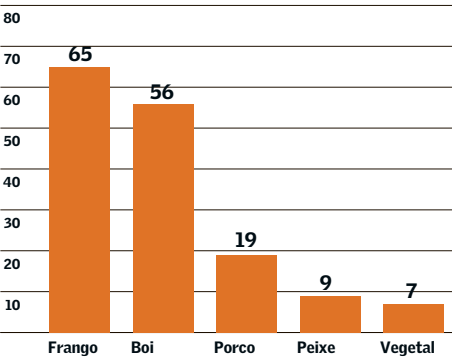
Na outra ponta, no mesmo período, o mercado de substitutos vegetais cresceu 38,1% no Brasil, para R$ 1,13 bilhão, e 10,2% no mundo, para US$ 6,36 bilhões. "O mercado de 'plant-based' brasileiro tem taxas de crescimentos persistentes, mas estão menores do que nos últimos anos, o que parece indicar que ele se aproxima de um ponto de saturação em um futuro não muito distante", diz Rodrigo de Mattos, consultor de pesquisa da Euromonitor. "O motivo é que os produtos 'plant-based' não concorrem só com seus substitutos de origem animal, mas com atividades retomadas no pós-pandemia que brigam pelo bolso do consumidor."

É aí que entra o papel da publicidade de frigoríficos e empresas focadas em proteínas 'plant-based', que buscam estar perto do consumidor em todos os momentos de escolha de proteína animal ou vegetal.

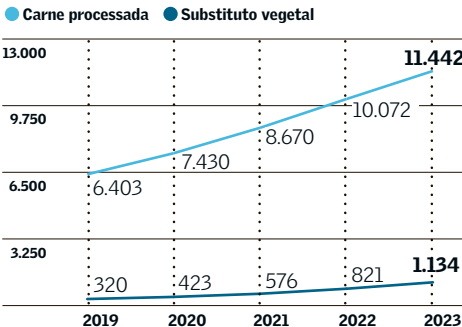
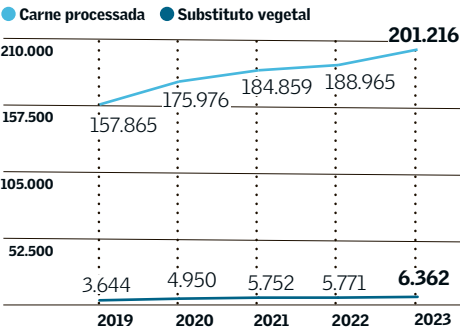
Este ano, a Marfrig programou investimentos principalmente nas marcas Montana Steakhouse e Bassi, que representam 40% da receita da companhia. "O objetivo é fomentar a presença delas tanto no 'food service' quanto no varejo. Para isso, a empresa também vai anunciar, ainda neste ano, novos influenciadores para cada marca", afirma Luciano Borges, diretor comercial do frigorífico.

Borges conta que a empresa faz ações específicas ao longo do ano nos pontos de venda, com campanhas e degustações. "Os investimentos em marketing também são voltados para iniciativas no ambiente digital, no e-commerce e nos pontos de venda nas regiões Sul e Sudeste, especialmente".

Mídias digitais, influenciadores e eventos são apostas de marketing da BRF, que controla as marcas Sadia e Perdigão, para acompanhar as mudanças no comportamento do consumidor brasileiro. "O consumidor está evoluindo rápido, ansiando por novas experiências, não importa a geração", diz Marcel Sacco, vice-presidente de marketing e novos negócios da BRF. Este ano, o BRF amplia seus investimentos em marketing ao celebrar 90 anos da Perdigão e 80 da Sadia.

A verba dedicada à mídia digital vem crescendo anualmente, informa Sacco. Este ano, os meios on-line representam 55% do investimento da BRF em marketing, incluindo redes sociais e ações com influenciadores.

De olho no público jovem, a empresa investe em festivais de música e eventos esportivos com o objetivo de "atrair o consumidor dos próximos 90 anos", conta o executivo.

Em março, a Sadia patrocinou o festival Lollapalooza, em São Paulo, em parceria com chefs de influenciadores. No esporte, a marca patrocina a liga da Associação Nacional de Basquete (NBA, na sigla em inglês) no Brasil, enquanto a Perdigão é a marca parceira da liga nacional de futebol americano, a NFL, que estreia na América do Sul com um jogo realizado em São Paulo.

Na Friboi, principal divisão de negócios do frigorífico JBS, o marketing trabalha com múltiplos canais de mídia para cada perfil de consumo, do dia a dia ao churrasco. "As marcas da Friboi vêm se conectando cada vez mais com os diferentes consumidores por meio de campanhas de comunicação no digital, mídia externa (OOH, na sigla em inglês), receitas exclusivas, eventos e ativações no ponto de venda", informa Anne Napoli, diretora de marketing da Friboi.

Já na linha de produtos Seara, a JBS aposta em de eventos de grande apelo popular, informa Tannia Bruno, diretora de marketing da Seara. Este ano, a marca patrocinou o BBB24 e estará no festival Rock In Rio.

Influenciadores digitais entraram na estratégia da Seara em 2019. "O marketing de influência nos aproxima da vida e do cotidiano das pessoas", diz Bruno.

No segmento 'plant-based', as marcas apostam no corpo a corpo e em inovação para conquistar tanto clientes que não consomem carne quanto os que buscam uma dieta mais equilibrada.

Vanessa Gardano, diretora de marketing de consumo e inovação da PlantPlus Foods, diz que está aumentando a presença e a comunicação nos pontos de vendas, incluindo degustação de produtos para divulgar a categoria ao público. Essa startup de tecnologia de alimentos é da Marfrig em parceria com a ADM.

Na outra ponta, Camille Lau, diretora de marketing da Incrível!, diz que a estratégia central é democratizar o acesso à categoria. A Incrível! é uma marca de substitutos de carnes à base de plantas da JBS, que compartilha a receita de marketing da Marfrig.

Este ano, a JBS dedicou 15% da verba de marketing de produtos de base vegetal à Incrível!, ante 5% em 2023. O segmento inclui margarinas, maioneses e cremes.

Nesse segmento, em maio de 2023, a BRF renovou sua linha Veg&Tal, de alimentos à base de vegetais, incluindo itens como couve-flor empanada e nuggets de proteína vegetal, em parceria com a PlantPlus.

"O consumidor está consciente e cada vez mais preocupado com o impacto do que consome para o planeta", diz Sacco.

Na Fazenda Futuro, empresa focada em produtos à base de plantas, a estratégia de marketing passa por presença nas redes sociais, parceria com influenciadores e realização de eventos. "Sempre trabalhamos com foco na educação do consumidor, buscando uma comunicação bem próxima e transparente", afirma Mariana Tunis, diretora de marketing da companhia.

Consumo de alimentos

Os substitutos vegetais ainda são uma fração do setor de carne processada no Brasil e no mundo

Tipo de carne que os brasileiros consomem ao menos duas vezes por semana* - em %

Tipo	%
Frango	65
Boi	56
Porco	19
Peixe	9
Vegetal	7

Tamanho do mercado

Setor de proteína animal cresceu 13,6% no país e 6,5% no mundo de 2022 a 2023; o de plantas saltou 38,1% e 10,2%

Fonte: GFI Brasil e Euromonitor. *Era permitido escolher mais de uma opção

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"O que determina o consumo de um alimento é o preço e o benefício à saúde" *Camila Lupetti*

Para Galeria, futuro está na tecnologia e criatividade

Estratégia

Claudia Penteado
Para o Valor, do Rio

Quase três anos depois de criar a agência independente Galeria.ag, desligando-se do grupo Publicis — do qual foi sócio na agência DPZ&T — Edu Simon tem um negócio de 10 empresas e atende alguns dos maiores clientes do mercado anunciante, como Itaú Unibanco, McDonald's, Natura e Vivo.

Em 2023, a Galeria.ag cresceu 35% em receita. Para este ano, Simon projeta um crescimento de receita da ordem de 20%. A empresa já conquistou as contas de Havaianas e Totvs. A holding, por sua vez, tem projeção de alcançar receita de R$ 302 milhões em 2024, o que representa crescimento de 35% sobre 2023.

Seu plano agora é expandir para fora do Brasil e ampliar sua oferta para além do marketing, investindo na convergência entre tecnologia e criatividade, cada vez mais complexa.

"Muitos anunciantes chegaram a trabalhar com 10, 12 fornecedores especialistas, porque a nossa indústria não quis evoluir. Hoje, conseguimos oferecer para os clientes uma solução 'end-to-end' [de ponta a ponta]", observa o executivo nesta entrevista ao **Valor**.

Para Simon, entre as maiores preocupações do mercado hoje estão a falta de talentos para atuar na publicidade, devido à baixa atratividade da atividade, e a ausência de métricas adequadas para embasar as entregas.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Você foi um dos primeiros CEOs de agência a colocar dados no centro da estratégia dos seus clientes, criando áreas de gestão de dados para o McDonald's, por exemplo, dentro da DPZ&T. Como você trabalha essas entregas hoje na Galeria.ag?*

Simon: Quando nasceu a Galeria, um grande anunciante tinha em média 10 a 12 parceiros de comunicação trabalhando para ele. E, paradoxalmente, já vivíamos um mundo de estratégia unificada de dados. Mas isso não existe na prática se alguém está olhando um pedacinho da jornada: um social, outro offline, um pensando em UX [experiência do usuários, na sigla em inglês], outro pensando em app.

Eu queria simplificar e dar escala para essa necessidade dos anunciantes, enquanto poderia aumentar o meu espaço de negócios dentro dos meus clientes. Quase como uma estratégia de 'lifetime value' [LTV é um termo que se refere ao valor total que um cliente traz para uma empresa ao longo de seu relacionamento com ela], fazendo mais transações e aumentando meu tipo de oferta, a minha influência, gerando mais oportunidades de crescer.

Montamos uma estrutura muito parruda de dados e tecnologia e depois criamos hubs de especialidades. Mas, então, percebemos que hubs internos não eram a melhor estratégia de crescimento, e decidimos criar uma holding chamada SUI, que hoje tem 10 empresas, contando com a Galeria, atuando em especialidades que vão desde UX (GUX), produção (Frame), passando por estratégia de crescimento de apps (Catalyst), branding (Croqui), foco em geolocalização (Fluxo), uso de dados mobile para amplificar a estratégia de mídia exterior (Vitrine) e 'design thinking' (404).

Algumas dessas empresas trabalham somente para clientes da Galeria, outras não. Criamos uma cultura de sociedade com especialistas: o papel da SUI é muito mais o de criar uma governança e alavancar negócios entre os clientes da holding. É uma estratégia de growth [crescimento] para conseguir cruzar negócios entre as empresas.

Valor: *E como foi a performance da Galeria.ag em 2023?*

Simon: Crescemos em receita 35% de 2022 para 2023, em faturamento crescemos 18,5%, e ampliamos transações e consequentemente receita em 9% dentro dos nossos clientes. Este ano, entramos muito acelerados, porque o mercado está muito acelerado. Temos participado de muitas concorrências, este ano ganhamos Havaianas e Totvs, e estamos em outras tantas. É um ano de eleições, Olimpíadas, que tende a ser mais aquecido. Vemos os nossos anunciantes muito mais aquecidos, com mais desafios e necessidade de reposicionamento, o que nos obriga a ser muito mais estratégicos e a crescer. A nossa expectativa é crescer perto de 20% em receita.

DIVULGAÇÃO

"Hoje, é mais atrativo você virar um chefe de cozinha do que um publicitário" *Edu Simon*

Valor: *Como você vê hoje o potencial da IA de transformar todas as suas entregas?*

Simon: Não há projeto na Galeria hoje que não tenha em algum estágio o uso de inteligência artificial. A IA já permeou o negócio como um todo. Acredito que ainda estamos subestimando o impacto da inteligência artificial, especialmente a velocidade com que ela vem se expandindo, mas tenho um olhar um pouco mais otimista porque, pelo menos nesse primeiro momento, está obrigando as pessoas a pensarem mais, porque senão seus prompts [comandos para sistemas de IA] ficam pobres. A IA "nos empurra" como profissionais, melhora nosso repertório.

Valor: *Você faz parte de uma nova geração de líderes na publicidade, trouxe inovação e também procura participar ativamente em entidades bem tradicionais como a Abap (Associação Brasileira de Agências de Publicidade) e o Cenp (Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário). Como você faz para transitar entre vários mundos?*

Simon: Sim, sou conselheiro da Abap, vice-presidente do Cenp e vice-presidente do Conar. Não é porque tenho uma mentalidade de querer trazer o novo, ou como característica o questionamento, que eu não reconheço a importância de algumas discussões.

Somos no Brasil hoje um dos últimos países que concentram nas mesmas empresas a compra de mídia, a criatividade, o planejamento, todas essas disciplinas centrais de propaganda. O que precisa mudar é como a gente pratica esse modelo e oxigenar um pouco a cabeça dos empresários. É difícil, não é simples. Dedico bastante tempo a isso e acho que posso deixar uma contribuição, um legado.

Valor: *Para além dos modelos de relações comerciais entre agências e anunciantes, quais são os temas mais urgentes hoje no mercado publicitário?*

Simon: Dois temas me preocupam muito e acabam permeando a cadeia inteira. Um é talento, pessoas. Nós não temos mais a capacidade de formar um profissional em qualquer disciplina que atenda às necessidades que a indústria tem hoje, e muito menos preparando-a para as demandas que o mercado terá dentro de quatro anos. E eu preciso reconhecer que nós perdemos a atratividade.

Antigamente, o lugar mais legal para se trabalhar no mundo era uma agência de propaganda. Hoje, é mais atrativo você virar um chefe de cozinha do que um publicitário, porque perdemos a capacidade de influenciar a cultura popular.

O segundo é uma coisa chamada 'métricas'. Vivemos durante muito tempo em torno de uma só métrica: a audiência. Ela já não serve mais, e todas as grandes discussões do mercado hoje giram em torno de falta de clareza sobre métrica. Invisto muito na agência para criar métricas que ajudem nessa convergência entre criatividade e tecnologia, a transformar as minhas conversas com clientes em mais científicas e menos passionais.

Valor: *Como você vê o grupo no futuro? Os demais negócios podem se tornar maiores do que a própria Galeria.ag?*

Simon: No curtíssimo prazo, queremos crescer territorialmente para fora do Brasil. Estamos com conversas em dois países da América Latina e uma cidade americana, para abrir negócio. No médio prazo, o meu plano é que, nessa holding, as demais empresas representem metade do faturamento, e a Galeria.ag outros 50%. Lá na frente, quero ter mais serviços de tecnologia e ampliar a minha conversa com anunciantes. O futuro está em como usar a tecnologia e a criatividade para o resultado dos clientes. É aí que quero estar.

Ver mais no site do Valor

Mídia externa tem origem na Mesopotâmia

História

Natália Flach
De São Paulo

Não é de hoje que empresas e governos investem em mídias externas para informar ou persuadir pessoas. A estratégia costuma surtir efeito: 9 em cada 10 brasileiros são impactados por anúncios fora de casa, de acordo com levantamento da consultoria Kantar.

Um dos expoentes desse é formato é o outdoor, que passou por inúmeras mudanças ao longo dos anos até chegar ao padrão atual de 27 metros quadrados. Tudo começou na Mesopotâmia, onde os anúncios eram escritos em pedras e depois expostos nas vias. Já na Grécia, as mensagens eram gravadas em rolos de madeira, enquanto que em Roma era comum utilizar placas de metal como suporte. Foi somente em meados de 1450, com a invenção da impressora por Johannes Gutenberg, que os cartazes se tornaram um produto de massa.

Ainda assim, demorou séculos para enfileirarem papéis na estrutura de 9 metros por 3 que se conhece hoje. Para se ter ideia, no Brasil da década de 1930, os painéis ainda eram ovais e afixados nos bondes e nas bancas de jornal.

Segundo José Carlos Mello, professor de marketing da Universidade Candido Mendes, a agência DPZ inovou na década de 1980, ao ultrapassar as margens do outdoor com uma campanha da Nestlé. "A propaganda ganhou inúmeros prêmios", afirma.

Daí em diante, o que se viu foi uma explosão da mídia, o que fez com que o poder público passasse a regulamentar os locais onde os outdoors podem ser instalados. A primeira iniciativa surgiu em São Paulo com a Lei Cidade Limpa em 2007. Mais recentemente, o Rio de Janeiro adotou medidas semelhantes.

Luxo A joia da coroa da divisão de beleza comprada pela BlackRock abrirá sua loja no Shops Jardins em agosto e há plano de chegar ao Rio

Casa de fragrâncias Creed, do grupo Kering, terá butique em SP

Angela Klinke
Para o Valor, de São Paulo

Em abril, a casa de fragrâncias de nicho Creed envelopou com seda púrpura a fachada da loja de departamento Harrods, em Londres. Em uma ação teatral, a imensa cortina fluida foi sendo removida, revelando frascos gigantes do novo lançamento feminino, o Queen of Silk.

A House of Creed é a atual joia da coroa na divisão de beleza criada pelo grupo Kering, adquirida no ano passado da gestora de ativos BlackRock por € 3,5 bilhões.

Com um investimento desse porte, o desafio para o conglomerado de luxo será escalar a Creed sem que ela perca sua essência de marca de nicho. Uma vez que está ampliando a rede de distribuição e multiplicando a visibilidade de Creed, em especial das novas fragrâncias femininas.

"No lançamento de Queen of Silk na Neiman Markus foram vendidos US$ 100 mil em poucas horas", conta Lucinda Nir, sócia-fundadora e membro do conselho da Excellence, importadora e distribuidora que representa Creed no Brasil há 15 anos.

"A Creed é o maior fenômeno da perfumaria de nicho no mundo e o Brasil é hoje uma das prioridades da marca na América Latina", diz Nir. Em agosto, a Excellence abre a primeira loja Creed em São Paulo, no Shops Jardins, shopping do grupo JHSF nos Jardins.

A butique ocupará um espaço de 20 m², por seis meses, até que a loja pretendida, com o dobro do tamanho, seja liberada. "Nosso plano é ter uma loja Creed no Rio e, quem sabe, até mais uma em São Paulo a partir do próximo ano", diz Nir. No mundo, há 37 butiques monomarcas e 1,4 mil representantes de Creed.

Na próxima semana, sem a pompa da Harrods, evidentemente, a distribuidora abre pop-ups de divulgação de Queen of Silk no shopping Village Mall, no Rio, e, em junho, no Cidade Jardim, em São Paulo. São ações que duram três semanas para direcionar os consumidores aos pontos de venda.

Foi uma longa espera pela loja monomarca até que a Excellence encontrasse o lugar e a Creed aprovasse a vizinhança, obrigatoriamente, de outras marcas de luxo.

"Estamos em busca do espaço ideal há três anos. No Brasil, a loja precisa ser em shopping e de luxo, e a negociação destes espaços está muito difícil", explica a sócia. Para se ter uma ideia, no shopping Cidade Jardim, as fragrâncias da marca são vendidas dentro da joalheria Corsage.

A Excellence tem credenciado para Creed hoje só 29 perfumarias no país. "E mesmo agora, com esse investimento em 'brand awareness' [reconhecimento de marca], a Kering quer manter a distribuição restrita, só autorizando no máximo 40 pontos de venda no país."

Isso porque, a demanda hoje é maior que a oferta, garante Nir. Mas quando começou a representar a marca no país, há 15 anos, não era assim. "A febre da perfumaria de nicho demorou para chegar ao Brasil. E as lojas multimarcas não queriam abrir espaço exclusivo para fragrâncias até então desconhecidas aqui."

Foi por essa razão que a Prestige, distribuidora de cosméticos e perfumes de luxo, montou sua rede de varejo própria, a Neeche, para apresentar exclusivamente seu portfólio de fragrâncias de nicho.

Hoje, são três lojas (shoppings Iguatemi e JK, e no Dufry do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo), além do "comércio eletrônico "e-commerce" próprio. Em 2025, a rede será expandida com novas unidades (ainda que a Prestige não queira revelar onde serão).

A empresa representa 18 marcas de nicho internacionais, sendo que as "top 3" são Parfum de Marly e Initio, que pertencem à Advent International; e a italiana Tiziana Terenzi. As "linhas de nicho" das marcas tradicionais de luxo, como a Le Gemme de Bulgari, e Elixir, da Loewe, também estão entre as best-sellers nesta temporada.

DIVULGAÇÃO

"A entrada da BlackRock deu gás para levar a marca a novo patamar"
Lucinda Nir

Em geral, as marcas de nicho trabalham com uma capacidade reduzida de produção e distribuição. Usam ingredientes de qualidade e sazonais, valorizam recursos regionais na elaboração de composições complexas e inusitadas.

Por isso, conquistam um público em busca de autenticidade e exclusividade. E, claro, têm preços mais elevados que as fragrâncias mainstream das marcas de luxo que têm preço médio de R$ 600 no Brasil. O Queen of Silk, por exemplo, custa no varejo R$ 3.165.

Contam também com "storytelling" [narrativas] que conquistam as novas gerações. Na Neeche, os vendedores têm notado a presença recorrente de adolescentes que compram perfumes de nicho, embalados pelo TikTok, onde sempre há resenhas de produtos autorais.

Um deles é Juliette Has a Gun, marca criada por Romano Ricci, neto da estilista Nina Ricci, em 2006. Juliette é uma Julieta "distorcida de Shakespeare" que, em sua contemporaneidade, usa fragrâncias como "armas de identidade e sedução".

Para o Dia dos Namorados, a Neeche terá uma ação específica direcionada para o público jovem, em que meninos e meninas se convidam para ir à loja em um clima para 'Romeus' e 'Julietas' do século XXI.

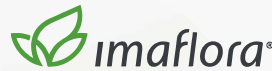
Já na House of Creed a linguagem é a da opulência mesmo. Fundada em Londres em 1760 e transferida para Paris, em 1854, para atender a Napoleão III, chegou ao varejo na década de 1970 e teve mais projeção com fragrâncias masculinas que femininas.

Seu grande salto foi em 2010 com o lançamento do Aventus, um perfume masculino inspirado no imperador Napoleão e que trazia, para a época, uma irreverente nota de abacaxi.

"Desde o começo lidávamos com Oliver Creed, da sexta geração da família fundadora e criador do icônico Aventus", lembra Nir. "Eles sempre foram muito profissionais, mas a entrada da BlackRock deu mais gás para o negócio e a Kering vai levar a marca para um novo patamar."

A perfumaria, com sede em Londres e fábrica na França, teria faturado € 250 milhões (março de 22/março de 23) com lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de € 150 milhões, o que lhe daria uma margem de 50%, segundo dados do "Financial Times".

O posicionamento e as margens da alta perfumaria de nicho atraíram outros investidores como a Puig, que comprou a Byredo, em 2022. No ano passado, foi a Advent International, que adquiriu as marcas Initio e Parfums de Marly.

Juliette Has A Gun também fez uma rodada de captação em novembro de 2023, com o aumento de participação da Cathay Capital (CC). Com essas movimentações internacionais e a febre do setor, tanto Excellence quanto a Prestige vão ampliar portfólios com novas marcas de nicho ainda neste ano.

Insumos Mais lenta do que em anos anteriores, comercialização já tem dado sinais de retomada

Venda de sementes de soja para a safra 2024/25 começa a reagir no país

DIVULGAÇÃO

Gladir Tomazelli, da Abrass: comercialização de sementes de soja para o próximo ciclo avançou nos últimos 40 dias

Rafael Walendorff
De Foz do Iguaçu (PR)

As incertezas no planejamento dos produtores para a próxima temporada atrasaram as vendas de sementes de soja para a safra 2024/25 no país. Em meados deste mês, a comercialização havia alcançado 48% do volume previsto, um ritmo bem inferior à média histórica para essa época, de 69%, segundo a Agroconsult, que, para fazer os cálculos, considerou a estimativa de redução de 0,4% na área de cultivo do grão. Em maio de 2023, os agricultores já haviam comprado 53% do volume de sementes previsto.

Mas, nas últimas semanas, as vendas passaram a dar sinais de reação, de acordo com Gladir Tomazelli, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass). "Com os problemas climáticos e, sobretudo, o [baixo] valor das commodities, é evidente que o ritmo de comercialização iria se retrair. Mas nos últimos 40 dias, ocorreram avanços", afirmou o dirigente durante o Encontro Nacional dos Produtores de Sementes de Soja (Enssoja), em Foz do Iguaçu (PR).

Em 2023, as sementeiras comercializaram 45 milhões de sacas do insumo, estima a Abrass — a entidade não fechou os dados do ano passado por causa de alterações no calendário de semeadura, que prorrogaram o plantio e estenderam a venda de sementes até janeiro de 2024. Neste ano, o segmento deverá faturar R$ 35 bilhões, segundo a associação. Entram nessa conta o tratamento industrial e a biotecnologia.

A despeito da lentidão dos negócios, o segmento aposta em aumento da comercialização de sementes de soja certificadas neste ano. Tomazelli estima que, em 2024, as vendas chegarão a 50 milhões de sacas de 40 quilos.

A perspectiva de longo prazo também é positiva. Anderson Galvão, CEO da Céleres, estima que a demanda por sementes de soja em 2031/32 será de 56,9 milhões de sacas. "Com o aumento de área e a busca dos agricultores por novas tecnologias, o mercado gradativamente pedirá esse volume", diz.

Por outro lado, as sementeiras dizem que a lei que passou a dar aos produtores a possibilidade de "salvamento" (reprodução) de sementes de uma safra para a outra pode limitar a expansão do segmento. A cadeia movimentou R$ 33,6 bilhões na safra 2022/23 com o plantio de 55,3 milhões de sacas de sementes de soja, mas cerca de 11 milhões de sacas são de sementes salvas pelos próprios produtores rurais, segundo a Blink Inteligência Aplicada.

"A legislação permite ao agricultor salvar sementes. Então, não participamos de cerca de 30% do mercado. Isso afeta diretamente 30% do volume e, indiretamente, reduz o valor, pois é uma concorrente direta para reduzir o preço", disse Tomazelli.

48%
do volume previsto foi comercializado

Os sementeiros querem alterações na lei para que os agricultores paguem royalties sobre a genética das sementes salvas. No encontro, o diretor da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Fabrício Rosa, disse que os agricultores concordam em pagar pelo germoplasma de acordo com a área declarada ao Ministério da Agricultura.

A associação cobra, porém, transparência no compartilhamento de dados da biotecnologia das cultivares e que a dona da tecnologia perca a proteção de patente em caso de ausência das características descritas. "Todo mundo que está na cadeia tem que ser remunerado", disse o presidente da Aprosoja Brasil, Maurício Buffon.

A "sobreoferta" de sementes de soja no mercado tem apertado as margens dos multiplicadores. Para driblar a situação, as sementeiras estão apostando na ampliação das vendas diretas aos agricultores. Essa modalidade representou 19% do mercado na safra 2022/23, apesar da concorrência com revendas, tradings e outros agentes.

As cooperativas, que lideravam a comercialização, perderam espaço nos últimos anos, já que o avanço do plantio de soja tem ocorrido principalmente no Centro-Norte, área em que a atuação delas é proporcionalmente menor. Na safra 2022/23, os produtores de soja do Cerrado utilizaram 33,4 milhões de sacas de sementes do grão.

A Sementes Oilema, de Barreiras (BA), já vende diretamente ao produtor mais de 70% do volume que comercializa. A empresa atende 2,5% da necessidade das lavouras do Brasil. "Mais de 1,1 milhão de hectares do país são cultivados com nossas sementes", afirma Celito Missio, diretor da empresa.

O jornalista viajou a convite da Abrass

Sementeiras evitam cobrança de IR em dobro

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Um grupo de sementeiras conseguiu barrar as cobranças de imposto de renda sobre royalties. Uma decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamentos (DRJ) reconheceu que as multiplicadoras de sementes podem voltar a deduzir do imposto de renda da pessoa jurídica os valores que elas pagam aos detentores da tecnologia.

O escritório MOA Advogados Associados obteve, em abril, os primeiros resultados favoráveis, que reconheceram que a Receita Federal estava equivocada ao cobrar das multiplicadoras os valores sobre biotecnologia e germoplasma. Uma das empresas beneficiadas é a Cereal Ouro, da família gaúcha Schwening.

Segundo a advogada Graciele Mocellin, os tributos estavam sendo pagos em duplicidade — sendo descontados de empresas de biotecnologia e, depois, das sementeiras — há três anos. "Um multiplicador de sementes foi autuado por apenas um ano de operação em R$ 120 milhões ao ficar impedido de deduzir no IR os custos de produção dos valores já pagos como royalties", disse ela.

Em setembro de 2023, a lei 14.689 estabeleceu a interpretação da legislação tributária sobre o direito de dedução dos royalties, mas as autuações continuaram. Agora, a decisão reconhece a dedução no IRPJ dos valores pagos por royalties aos multiplicadores, o que encerra cobrança anteriores.

A Cereal Ouro não informa em quanto foi autuada, mas André Schwening, sócio da empresa diz que, se as autuações continuassem, inviabilizariam o negócio. "A margem da sementeira é muito baixa, e os custos com royalties são 40% do valor da semente", afirma.

No ano passado, a Cereal Ouro faturou R$ 400 milhões com a sementeira, o cultivo de grãos e a pecuária. A companhia prevê faturar R$ 500 milhões em 2024; a multiplicação de sementes deverá responder por 45% do total.

Para Gladir Tomazelli, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass), o segmento teria sucumbido sem a lei de 2023. O setor de biotecnologia fatura R$ 10 bilhões por ano. Já a cobrança indevida do imposto poderia custar R$ 1,5 bilhão aos multiplicadores. ***(Colaborou Rafael Walendorff)***

Ritmo de expansão do crédito rural a produtor pessoa física deve diminuir

Conjuntura

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A concessão de crédito rural e agroindustrial a produtores pessoa física cresceu 6,6% no ano passado, para R$ 224 bilhões, conforme levantamento da Serasa Experian. A tendência para 2024 indica elevação, mas com menos intensidade, já que as margens de lucro dos produtores estão mais estreitas e o sistema financeiro tem elevado o nível de exigências para liberar recursos.

O levantamento considera todas as modalidades de crédito rural e agroindustrial que as instituições financeiras concedem. Não entram no cálculo os recursos que os produtores rurais tomam com fornecedores e tradings ou no mercado de capitais.

César Júnior, gerente executivo de desenvolvimento de negócios agro da Serasa Experian, observa que o agronegócio, por definição, é um setor altamente dependente de financiamento de capital para o giro das safras. No ano passado, diz ele, a procura por recursos se intensificou porque as margens dos produtores ainda estavam elevadas.

"Agora a demanda por crédito continua aí. Há chance de um crescimento menor na tomada de crédito em 2024, mas não de queda", afirmou o especialista.

Segundo ele, a maioria dos produtores é adimplente. Além disso, não há sinais de que as instituições financeiras deixarão de liberar dinheiro em função da queda dos preços das commodities ou do aumento do número de pedidos de recuperação judicial entre produtores pessoa física.

"O que já está acontecendo é um aumento do rigor no monitoramento e até nas exigências para a concessão", disse ele, citando também uma possível elevação dos juros para o tomador do crédito.

Em 2023, a inadimplência dos produtores rurais que atuam como pessoa física ficou em 7,1%, um patamar praticamente estável em relação ao ano anterior, de acordo com a Serasa. A análise considera dívidas que venceram há mais de 180 dias.

"Não houve aumento, mas agora estamos em um cenário de maior apreensão", admitiu César Júnior. "O risco de inadimplência está aumentado, mas é importante fazer o monitoramento para poder saber qualificar bem esse crédito e separar o joio do trigo. É um público muito heterogêneo, que vive realidades muito diferentes", complementou.

Outro fator que contribui para a demanda por crédito seguir em expansão, ainda que em ritmo menos intenso, é o crescimento da área de plantio. A expectativa do gerente da Serasa é de que, com margens apertadas, os agricultores avancem menos na semeadura de grãos da safra 2024/25, ainda que se espere expansão do cultivo no país.

Financiamento de produtores
Crédito rural e agroindustrial concedido a pessoas físicas (R$ bilhões)

Fonte: Serasa Experian

"As consultorias não estão vendo o mesmo nível de crescimento de área. Talvez o apetite do produtor por avançar em áreas de maior risco [climático] diminua, e os arrendatários talvez também estejam mais temerários", comentou.

Do ponto de vista do custo de crédito em 2024, a recente redução na taxa básica de juros (Selic) não deve se traduzir em queda dos custos dos financiamentos, uma vez que o aumento do risco tem deixado os bancos mais seletivos na liberação de recursos. "O produtor ainda não vai desfrutar tanto dessa queda de juros [Selic], e o Banco Central também vem dando sinais de que essa queda não vai se estender muito", avaliou Júnior.

"As exigências para a concessão de recursos têm aumentado"
César Júnior

valor.com.br

Chuvas
Perdas do agro no RS somam quase R$ 3 bi
As chuvas no Rio Grande do Sul já causaram perdas de quase R$ 3 bilhões ao agro do Estado, estima a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Os prejuízos na agricultura somaram R$ 2,7 bilhões até o momento, e na pecuária, R$ 245,4 milhões.
valor.com.br/agro

Políticas
Crédito extra para a importação de arroz
O governo federal abriu crédito extraordinário de R$ 6,69 bilhões para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) importar arroz beneficiado e equalizar os preços do produto. O montante soma-se aos R$ 516 milhões liberados no início deste mês.
valor.com.br/agro

Estratégia
SLC busca R$ 1 bi em nova emissão de CRA
A SLC Agrícola anunciou uma nova oferta pública de distribuição de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). A expectativa inicial da empresa é levantar R$ 1 bilhão na operação, mas com possibilidade de a oferta subir até 25%.
valor.com.br/agro

Alimentos
Carne bovina e proteínas à base de plantas ganham espaço no prato dos brasileiros
B6

Bancos
ABC Brasil, de Lulia, renova marca e reforça incursão no agronegócio para chegar ao produtor C4

Investimentos
XP fecha acordo para compra de fatia minoritária relevante na Manchester C6

Entrevista
Diversidade não é filantropia e amplia lucro, diz Erika Brown, do Citi C6

Finanças

Renda variável Ajustes na política monetária e revisão da meta fiscal do governo revertem otimismo

Bolsa 'empaca' com frustração de gatilhos de alta

Augusto Decker e Matheus Prado
De São Paulo

A expectativa por cortes de juros no exterior, acompanhada de certa calmaria no cenário econômico doméstico, levou o Ibovespa aos 134 mil pontos no fim de 2023 e fez com que analistas vislumbrassem ganhos adicionais para o índice em 2024. Ao longo do ano, no entanto, estes e outros possíveis gatilhos de alta da bolsa foram colocados à prova, fazendo com que o mercado passasse a enxergar um espaço limitado para ganhos.

Naquela altura, a média das 22 projeções colhidas pelo **Valor** colocava o referencial aos 144,2 mil pontos no fim de 2024, uma alta de 7,46% em relação aos 134.185 pontos registrados pelo índice no último pregão do ano. Mas, até aqui, o índice acumula queda de 7,36% no ano, aos 124.306 pontos, e executivos mostram maior dificuldade para apontar gatilhos positivos para a bolsa no curto prazo.

"O fator macroeconômico global foi o principal motivo para vermos o mercado mais otimista no final de 2023, e para o ajuste nas expectativas, principalmente ao longo do primeiro trimestre", afirma Jennie Li, estrategista de ações da XP. E uma das principais consequências da reprecificação dos juros americanos é a saída do fluxo estrangeiro, complementa.

Os não residentes, que no último bimestre de 2023 fizeram aportes volumosos na bolsa brasileira com a perspectiva de relaxamento monetário tanto nos EUA quanto no Brasil, passaram a registrar saídas líquidas neste ano.

"Em 2024, os emergentes em geral não tiveram fluxo", diz Li. "Ficamos sem comprador marginal entrando, e isso ajudou a sustentar a queda da bolsa este ano." Conforme os dados mais recentes da B3, as vendas de ações listadas na bolsa brasileira pelos estrangeiros superaram as compras em R$ 32,39 bilhões no acumulado deste ano.

Não foi só nos EUA que os agentes passaram a esperar uma política monetária mais agressiva: o mesmo ocorreu no Brasil. No fim de 2023, o

GABRIEL REIS/VALOR

"Cenário pode fazer com que as empresas tomem menos risco"
Gustavo Cruz

mercado estimava que a Selic terminaria este ano em 9%, segundo a mediana das expectativas do boletim Focus. Agora, a mediana é de 10%.

Embora as leituras recentes de inflação não tenham apresentado grandes surpresas negativas, há cautela do mercado quanto à postura do Banco Central (BC) a partir do ano que vem. A possibilidade de um BC mais leniente com a inflação tem mexido nas expectativas para o IPCA: enquanto, no início do ano, o Focus mostrava uma projeção mediana de 3,50% para 2025, agora está em 3,74%.

"O BC não consegue indicar que vai continuar cortando os juros se as estimativas para a inflação de 2025 continuarem aumentando", afirma Daniel Barros, chefe de mercados globais na América Latina do UBS BB. O juro alto mantém a renda fixa local mais atrativa.

A manutenção das taxas em níveis elevados por mais tempo também pressiona as empresas brasileiras de maneira mais direta, principalmente aquelas com maiores níveis de alavancagem, já que as despesas financeiras permanecerão mais altas e os lucros podem ser menores do que os projetados.

"Além do impacto nos balanços, esse cenário pode fazer com que as empresas tomem menos riscos e busquem formas de não carregar tanta dívida", diz Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, que revisou a projeção para o Ibovespa ao fim de 2024 de 145 mil pontos para 135 mil pontos.

Ainda no âmbito doméstico, outro fator que mexeu com as expectativas para os juros no Brasil foi o fiscal. As mudanças nas estimativas para o resultado deste ano e nas metas para os próximos elevaram os prêmios de risco de ativos locais, afetando as projeções para a Selic e a bolsa brasileira.

"O Brasil acrescentou dificuldades internas à questão do Fed", diz Barros. "Tivemos a questão do fiscal, e também houve discussões sobre o CEO da Vale e os dividendos da Petrobras", aponta ele. A interferência nas estatais é mais um fator que mudou expressivamente desde o começo do ano, com efeitos sobre o desempenho da bolsa.

A ação preferencial da Petrobras, por exemplo, subiu mais de 90% na B3 no ano passado e ajudou a impulsionar o Ibovespa. Este ano, a incerteza com os dividendos extraordinários e a demissão de Jean Paul Prates causaram perdas para os papéis, embora eles ainda acumulem alta de cerca de 5% em 2024. A performance do petróleo, lembra Cruz, da RB, também já não parece ser um impulso à frente, apesar de estar sustentada na resiliência da atividade das economias desenvolvidas.

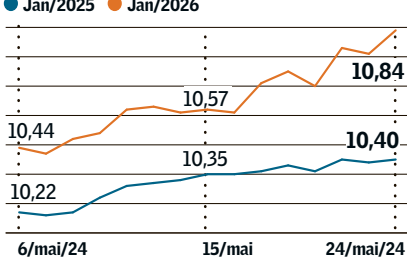
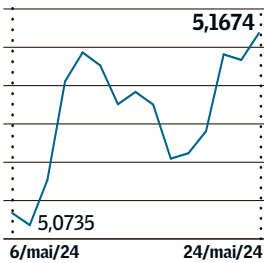
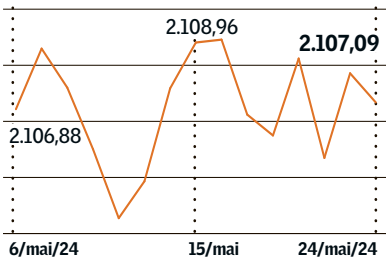
"Já a desvalorização do câmbio, que ocorreu muito mais pela força do dólar do que pela fraqueza do real, pode ter algum efeito positivo para as exportadoras de commodities. Mas, de forma mais geral, a piora da divisa local pressionou as expectativas de inflação e não ajuda na imagem da bolsa e do país aos olhos do investidor estrangeiro", diz. As projeções do Focus para o câmbio também exibem deterioração: de R$ 5 para R$ 5,04.

Leia mais na página C2

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 24/mai/24 - em %

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Juros Economistas esperam elevação nas projeções para o IPCA no médio prazo e veem chance maior de Selic ficar parada em 10,5%

Sinal de piora nas expectativas de inflação eleva pressão sobre BC

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

O processo de desancoragem das expectativas de inflação de médio prazo no Boletim Focus, que ganhou corpo após a divisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), tem dado sinais de que deve se intensificar e pode levar o mercado a reduzir ainda mais as expectativas para novos cortes na Selic. Os preços dos ativos têm migrado, cada vez mais, para um cenário de juro básico parado em 10,5% em junho e a dinâmica do Focus tem sido essencial para conter a probabilidade de reduções adicionais na taxa, em um ambiente que abarca, ainda, discursos bastante duros de diretores do BC nos últimos dias.

Não foi por acaso que, na sexta-feira, os juros futuros voltaram a subir. Ao mostrar preocupação com a alta das expectativas de inflação no Focus, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ampliou a cautela entre os agentes do mercado, que passaram a discutir a possibilidade de uma nova deterioração das projeções. "Mais recentemente, nós vimos essa expectativa de inflação subindo bastante. A de 2025, aparentemente, vai impactar as mais longas também", apontou o dirigente na sexta-feira.

A declaração de Campos Neto encontrou um mercado já bastante sensível ao tema, diante do recente movimento de piora nas projeções de inflação e de consequente redução no espaço percebido para os cortes na Selic. Na curva de juros, a taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 10,755% para 10,845%.

"Parece provável que, no próximo Focus, haverá uma alta adicional da expectativa [de inflação] convencional, de 30 dias, porque esses movimentos de consolidação de uma nova visão acabam sendo ajustados lentamente no Focus, ao longo do tempo, mas há o momento da data crítica, que deve impulsionar isso", diz o ex-secretário do Tesouro Nacional e diretor da Oriz Partners, Carlos Kawall, em podcast semanal.

Na última sexta-feira, é provável que muitos economistas de mercado tenham atualizado suas projeções de inflação, já que era uma "data crítica" no Focus, ou seja, um dia importante para a formação dos rankings de "Top 5" do relatório elaborado pelo BC. "E todo mundo quer estar bonito na foto e por isso as pessoas melhoram [a projeção] para ter a possibilidade de se aproximar do número verdadeiro", diz. Nesse sentido, Kawall observa, ainda, que as expectativas de inflação não têm se movido favoravelmente e esse é um ponto chave destacado pelo BC recentemente.

No mercado de opções digitais, no fechamento de sexta-feira, a probabilidade de um novo corte de 0,25 ponto percentual na Selic em junho estava em 20%, contra 79% de chance de manutenção da taxa em 10,5%.

"Embora eu não tenha uma abordagem radical às expectativas de inflação em si — penso que deveríamos combiná-las com outros indicadores —, a situação agora não é nada confortável, especialmente porque o nível de inflação 'implícita' nos títulos públicos (NTN-Bs) tem tido uma deterioração enorme", observa o responsável pela área de mercados da tesouraria do Santander Brasil, Sandro Mazerino Sobral. Ele nota, especificamente, que, em prazos mais longos, a inflação medida pelas NTN-Bs está acima de 5% e caminha rumo aos 6%.

"E isso, para mim, é mais importante do que as próprias expectativas de inflação. Quando os investidores preferem ter NTN-Bs em vez de títulos nominais (papéis prefixados, como LTNs ou NTN-Fs), temos um problema. E, normalmente, esse é um indicador importante de deterioração adicional das expectativas de inflação", avalia Sobral em comentário que circulou entre participantes do mercado na sexta-feira.

> UBS BB projeta pausa nos cortes na Selic, com taxa parada em 10,5% por duas reuniões

Para ele, a política monetária deverá ser a responsável por contrabalançar a estratégia fiscal do governo. "Mas isso resultará em taxas de juros reais mais altas e níveis mais baixos de investimentos, juntamente com uma inflação 'basal' mais elevada", diz o profissional. Além disso, ele nota que a divisão do Copom foi "bastante ruim" em termos de expectativas, o que tem gerado um equilíbrio deficiente.

E foi a piora na percepção de risco que levou a equipe de economistas do UBS BB, liderada por Alexandre de Ázara, a projetar uma pausa no ciclo de cortes de juros. O banco, agora, espera que o BC mantenha a Selic inalterada em 10,5% nas próximas duas reuniões do Copom, mas vê possibilidade de uma retomada do ciclo de flexibilização monetária em setembro.

"Acreditamos que os cortes nas taxas poderão retornar na reunião de setembro, dependendo de três fatores: se a inflação cair cerca de 0,4 ponto percentual abaixo do esperado para os próximos meses (até a leitura de agosto); se o Fed começar a cortar os juros em setembro; se as expectativas de inflação estabilizarem ou caírem", dizem os profissionais do UBS BB.

Em relação à reunião de junho do Copom, o banco acredita que uma decisão unânime em torno da manutenção da Selic em 10,5% seria preferível a uma decisão "ótima" para a reunião. "Acreditamos que isso ajudaria a restaurar parte da perda de credibilidade do BC. Essa poderia ser a melhor e mais barata forma de recuperar credibilidade", afirmam os economistas.

O UBS BB, porém, vê chance de uma nova divisão do colegiado em 5 votos a 4, o que seria o pior dos cenários desenhados pelo banco. "Esse resultado validaria a narrativa de um BC mais 'dovish' [favorável a juros mais baixos] e poderia custar mais no futuro, uma vez que esperaríamos que as expectativas de inflação aumentassem ainda mais nesse cenário."

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Para Kawall, da Oriz, parece provável nova alta das expectativas no Focus

PIB e estímulos na China podem ajudar bolsa

Matheus Prado e Augusto Decker
De São Paulo

Ainda que as incertezas em relação ao início do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos e a deterioração do cenário local resultem em um prêmio de risco maior e uma performance mais fraca do Ibovespa nos primeiros meses do ano, analistas ainda veem chance de alguns catalisadores positivos para a bolsa à frente.

Do exterior, algum impulso pode vir da China, aponta Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. "A última rodada de estímulos foi a mais forte até então e tem feito a diferença, principalmente por conta do foco no setor de construção civil. Outro ponto de atenção é o aumento de exportação por parte dos frigoríficos brasileiros para lá. Já o nível ainda elevado de exportação de aço pelo país é negativo para as siderúrgicas", diz.

Jennie Li, estrategista de ações da XP, acrescenta que o mercado de capitais chinês voltou a performar bem, o que beneficia os países emergentes como um todo. "Não acho que o governo vai colocar muito estímulo, mas ainda tem espaço. Eles não têm problemas de inflação como Brasil e EUA, mas têm estimulado a economia de forma mais pontual, em setores que demonstram mais fraqueza, como o imobiliário. Vemos recuperação em grande parte baseada nas expectativas de mais estímulos."

Já o grande destaque positivo do ano em termos locais é a atividade resiliente, avalia Aline Cardoso, chefe de estratégia de renda variável do Santander. "Está provocando revisões para cima do PIB e os balanços corporativos do primeiro trimestre mostram que as empresas estão capturando isso", diz, notando que o banco projeta que a economia local irá crescer 2% em 2024 e em 2025. As expectativas do boletim Focus para o crescimento do PIB neste ano, por sua vez, passaram de 1,52% para 2,05%.

> "Vemos recuperação baseada nas expectativas de mais estímulos na China"
> *Jennie Li*

Assim, Cardoso tem viés mais otimista em relação ao crescimento nos lucros das empresas à frente. Ela nota que, para além do impacto de despesa financeira, muitas empresas domésticas sofreram com questões tributárias, mas parece ter havido um ponto de inflexão recentemente. Afirma ainda que as projeções de alguns setores, como os de agro e de papel e celulose, estão sendo revisadas para cima.

"As empresas continuam melhorando, mas o ciclo de afrouxamento que viria este ano foi empurrado para o ano que vem. E, como o Brasil não tem um grande tema secular agora, como 'nearshoring' ou inteligência artificial, ficamos reféns do Federal Reserve [o banco central dos EUA]", diz a executiva, que revisou sua projeção para o Ibovespa ao fim do ano de 160 mil pontos para 145 mil pontos.

"Mas a posição técnica mais leve ajuda. Estrangeiros saíram, locais estão com posição de caixa maior. Como a correlação da bolsa com os juros americanos está alta, podemos reagir como no fim do ano passado se houver uma sequência de dados positivos e o cenário ficar mais claro. O mercado não vai esperar os cortes de juros começarem de fato", afirma Cardoso.

Daniel Barros, chefe de mercados globais na América Latina do UBS BB, concorda que o mercado está "leve". "Muita gente diz que ainda tem mais saída de recursos para ocorrer da indústria de equities, tem resgate... Mas diminuiu bem. Os investidores ainda não olham para a renda variável como um bom veículo para alocar risco no curto prazo. Mas isso muda rapidamente com uma ou duas notícias positivas."

Ambiente mais turvo
Analistas veem menos gatilhos

Fatores de alta para a bolsa	Comportamento no ano
Cortes de juros	Piorou
Atividade	Melhorou
Fiscal	Piorou
Intervenção em estatais	Piorou
Crescimento nos lucros	Piorou
Fluxo	Piorou
Posição técnica	Melhorou
China	Melhorou
Petróleo	Piorou
Câmbio	Piorou

Fonte: Analistas de mercado

Fundos de pensão ampliam aporte em crédito de empresa fechada

Isaac Taylor
Dow Jones Newswires

Grandes investidores procuram aumentar ainda mais as alocações em crédito de empresas fechadas, entendido em alguns casos como o ativo de maior potencial de crescimento entre várias estratégias.

Quase 61% desses investidores, entre fundos de pensões, fundos soberanos e companhias de seguros, afirmaram que planejam ampliar a presença em ativos de crédito privado neste ano, de acordo com um relatório da S&P Global Market Intelligence. A pesquisa registrou respostas de participantes, incluindo profissionais de sociedades limitadas, private equity e venture capital.

Os fundos de crédito privado atualmente buscam captar um total de mais de US$ 487 bilhões, segundo relatório do primeiro trimestre da Preqin. Esses gestores devem encontrar cotistas interessados nesse produto.

O Calpers, fundo de pensão dos servidores públicos da Califórnia, informou no início do mês que deve aumentar sua exposição a dívida privada de 5% para 8%. Isso se traduz em cerca de US$ 40 bilhões em alocação de recursos em crédito privado para o fundo de pensão, que gere quase US$ 500 bilhões.

O retorno dos investimentos em dívida privada, que foi definido como uma classe de ativos separada em 2022, foi de 13,3% no ano passado, de acordo com Dan Bienvenue, diretor interino de investimentos do Calpers.

Já o fundo de reforma e fiduciário do Estado de Connecticut, que tem mais de US$ 50 bilhões em ativos sob gestão, planeja duplicar a alocação em crédito privado para 10% até 2027, à medida que essa classe de ativos continua crescendo em popularidade após um aumento histórico nas taxas de juros.

O fundo de pensão do Estado procura principalmente ampliar o volume de alocações em gestoras de crédito já investidas, embora possa decidir por produtos de novas casas, disse o tesoureiro do Estado de Connecticut, Erick Russell, administrador do sistema de pensões do Estado. O fundo fez alocações em ativos de crédito de gestoras como HarbourVest Partners, Sixth Street Partners, Crescent Capital Group e Goldman Sachs.

A diversificação e os elevados retornos estão entre as principais razões para aumentar as alocações em crédito de empresas fechadas, disseram os investidores.

"Penso que o crédito privado pode proporcionar fontes de retorno diferenciadas e diversificadas, quando comparado com alguns dos produtos de mercados tradicionais de crédito", disse Russell. Retornos mais elevados também tornaram essa classe de ativos atraente, acrescentou.

A Calpers já assume um grande risco em posições em ações de empresas abertas e fechadas. O fundo de pensão pretende usar dívida privada para diversificar os investimentos, disse Bienvenue.

> **US$ 487 bi**
> **é o volume esperado em crédito privado**

A dívida privada apresenta "um conjunto diferente de riscos", o que torna a classe de ativos atraente, segundo Bienvenue. "Não tem a duração padrão da renda fixa. Não tem riscos patrimoniais padrão", disse ele. "Tem riscos de crédito, é claro. Mas, mesmo assim, achamos que é uma exposição diversificada ao portfólio total."

A Calpers conta com Blackstone, Oaktree Capital Management e Owl Rock Capital entre as gestoras que têm investimentos no segmento.

O Fundo Permanente do Alasca, que tem US$ 78 bilhões em ativos sob gestão, realizará uma reunião no final deste mês para discutir o aumento da sua alocação em crédito privado de 9% para 11%, de acordo com Marcus Frampton, seu diretor de investimentos.

A categoria de crédito privado do fundo tem um retorno anualizado de 8,4% nos últimos cinco anos. "Penso no [crédito privado] mais como um intensificador de retorno do que como um substituto da renda fixa", disse Frampton.

"Acreditamos que estamos apoiando os melhores gestores do quartil superior que estão estruturando bem os negócios com os acordos certos", acrescentou. O fundo do Alasca apoiou em gestoras como HPS Partners, Monroe Capital, Permira e LBC Credit Partners, de acordo com documentos públicos. O fundo trabalha atualmente com cerca de 15 a 20 gestores de crédito privado e não espera aumentar o número, disse Frampton.

Estratégia Banco ampliou base de clientes, diversificou atuação geográfica e testa mais segmentos

ABC reformula marca e quer avançar no agronegócio

Álvaro Campos
De São Paulo

Em 2019 o ABC resolveu entrar no segmento de empresas de médio porte, o que implicou mudanças comerciais, tecnológicas e mesmo culturais no banco, que estava acostumado a atuar somente com grandes companhias. Ao consolidar esse nicho, passou nos últimos anos de centenas para a casa dos milhares de clientes e, assim, viu agora a necessidade de atualizar sua marca. O "rebranding" coincide também com uma incursão mais forte no agronegócio. Se até então a atuação na área estava mais focada na parte industrial, em insumos e grandes cooperativas, agora a ideia é chegar no produtor propriamente dito.

Izabel Branco, vice-presidente de marca, pessoas e ESG do ABC, conta que o banco vem de um momento de entrada em novos segmentos, criação de subsidiárias, revisão de estruturas, e que tudo isso culminou na nova marca. "Sempre fomos um banco discreto, mas agora temos novos públicos, outros mercados, e precisamos nos fazer mais conhecidos, mas da forma correta, mostrando nosso diferencial", explica. Segundo ela, o novo logotipo traz elementos que remetem a conexão, solidez, evolução, reforçando a singularidade do banco. "Nosso diferencial é a conexão com o cliente, construímos relacionamentos de longo prazo, por isso o mote de 'juntos aceleramos seu crescimento'."

O CEO, Sergio Lulia, conta que nessa jornada o ABC desenvolveu a expressão "return on relationship", uma brincadeira com o "return on equity" (ROE, na sigla em inglês, ou retorno sobre o patrimônio), tão comum para medir a rentabilidade de um banco. "Não estamos preocupados só com o retorno no sentido monetário, mas de crescimento mútuo. Essa revitalização da marca não significa que estamos indo para espaços onde nunca estivemos, e sim uma forma de reafirmar nosso posicionamento ao lado dos clientes." O banco vai lançar uma nova campanha de marketing, tanto on-line, com comunicação mais direcionada, como off-line, como relógios de rua, outdoor em aeroportos etc.

22%
é a fatia do agro na carteira do ABC

No agro, o ABC quer reforçar a presença. O segmento já representa 22% da carteira, com o banco tendo uma forte atuação na indústria de café, açúcar e álcool, insumos e sementes. Isso é quase 70% da carteira agro, sendo que o resto está em cerca de 30 grandes produtores, sobretudo no Centro-Oeste. No ano passado, iniciou um projeto piloto para trabalhar com produtores menores, que foi a campo efetivamente neste ano. "É preciso ter especialistas em lavouras diferentes, tamanhos de propriedades diferentes, um acompanhamento mais detalhado", conta.

Segundo ele, o banco focou inicialmente no Centro-Oeste e os resultados iniciais são muito bons. "Cada Estado dessa região é um mercado muito grande, e nossa participação ainda é muito pequena, então o potencial é enorme. Este ano indo bem, a partir do próximo ano devemos ir para outras regiões, começando pelo Paraná."

Sobre a atuação no Rio Grande do Sul, que vem sendo fortemente afetado pelas chuvas, Lulia reiterou a mensagem que o ABC já tinha dado na divulgação do balanço do primeiro trimestre, de que os impactos na carteira tendem a ser mínimos. "O Rio Grande do Sul é 5% da nossa carteira geral. Dos 407 clientes, 35% são do agro. Obviamente não dá para falar que está tudo bem, mas é administrável. O impacto empresarial [nos resultados do ABC] deve ser muito pequeno", diz o CEO.

DIVULGAÇÃO

Lulia diz que ABC criou o conceito do 'return on relationship', valorizando crescimento mútuo junto com os clientes

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 24/05/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.765,0321680	0,03	0,61	3,68
IRF-M	1+**	20.106,7335430	-0,08	0,49	0,83
IRF-M	Total	18.244,3716230	-0,05	0,53	1,68
IMA-B	5***	9.223,0386980	0,00	0,88	2,74
IMA-B	5+****	11.274,2493160	-0,10	1,60	-2,85
IMA-B	Total	9.886,1524040	-0,05	1,25	-0,21
IMA-S	Total	6.666,0866540	0,04	0,67	4,31
IMA-Geral	Total	8.127,6043650	-0,01	0,81	2,24

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	10/05	09/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,67	31,65	32,70	32,64	29,64	37,20
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,51	24,52	24,65	24,32	24,25	30,48
Conta garantida pré - a.a.	41,01	44,69	44,53	40,86	41,40	48,65
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,14	22,15	22,23	24,12	22,83	28,94
Vendor pré - a.a.	16,04	15,87	16,34	15,47	15,84	18,44
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,25	17,21	17,30	18,21	17,55	21,51
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,67	16,67	17,08	17,70	17,33	19,52
Conta garantida pós - a.a.	25,58	25,70	25,44	26,56	25,14	27,64
ACC pós - a.a.	8,70	8,26	7,95	7,89	8,76	8,66
Factoring - a.m.	3,31	3,29	3,30	3,35	3,31	3,61

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	24/05/24	23/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3237	5,3234	5,3274	5,3300	4,9814
3 meses	-	5,3487	5,3480	5,3479	5,3478	4,8130
6 meses	-	5,3893	5,3894	5,3902	5,3903	4,5685
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9120	3,9010	3,9060	3,9110	3,1480
1 mês	-	3,9113	3,9123	3,9137	3,9137	3,0182
3 meses	-	3,9249	3,9254	3,9260	3,9258	2,8011
6 meses	-	3,9432	3,9431	3,9429	3,9428	2,3220
1 ano	-	3,8247	3,8119	3,7632	3,7510	1,2114
Euribor ***						
1 mês	-	3,805	3,799	3,873	3,852	3,138
3 meses	-	3,801	3,830	3,825	3,879	3,145
6 meses	-	3,783	3,791	3,795	3,833	3,744
1 ano	-	3,702	3,645	3,696	3,701	3,932
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,39	5,37	5,36	5,37	5,71
T-Bill (3 meses)	5,39	5,39	5,38	5,40	5,42	5,35
T-Bill (6 meses)	5,38	5,39	5,37	5,39	5,37	5,40
T-Note (2 anos)	4,95	4,94	4,83	5,04	4,93	4,38
T-Note (5 anos)	4,53	4,53	4,45	4,72	4,66	3,79
T-Note (10 anos)	4,47	4,48	4,42	4,68	4,64	3,75
T-Bond (30 anos)	4,58	4,58	4,56	4,79	4,77	3,99

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	mai/24*	abr/24	Mês mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,67	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,23	12,32
CDI	0,67	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,23	12,32
CDB (1)	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	3,79	10,52
Poupança (2)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
Poupança (3)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
IRF-M	0,53	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,48	1,68	12,20
IMA-B	1,25	-1,61	0,08	0,55	-0,45	2,75	-0,21	7,83
IMA-S	0,67	0,90	0,86	0,82	0,99	0,92	4,31	12,63
Renda Variável								
Ibovespa	-1,29	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	5,38	-7,36	20,58
Índice Small Cap	-1,30	-7,76	2,15	0,47	-6,55	7,05	-12,68	12,36
IBrX 50	-1,72	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	5,31	-6,30	22,10
ISE	-0,68	-6,02	1,21	1,99	-4,96	6,04	-8,43	14,74
IMOB	0,69	-11,56	1,10	1,27	-8,46	8,69	-16,54	17,33
IDIV	1,08	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	6,90	-3,32	21,76
IFIX	-0,08	-0,77	1,43	0,79	0,67	4,25	2,04	18,32
Dólar Ptax (BC)	-0,41	3,51	0,26	0,60	2,32	-1,91	6,39	3,42
Dólar Comercial (mercado)	-0,49	3,54	0,86	0,71	1,75	-1,28	6,49	4,12
Euro (BC) (4)	1,16	2,37	0,07	0,25	0,54	-0,63	4,46	0,10
Euro Comercial (mercado) (4)	1,17	2,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	4,40	0,84
Ouro B3	-	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,16	0,83	0,42	0,56	1,80	3,69
IGP-M	-	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,59	-0,60	-3,04

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 24/mai/24. ** Até abr/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 21/05/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.461.028,94					16.578,04	39.102,25	192.876,62	171.194,03
RF Indexados (2)	149.715,78	0,05	0,84	2,02	9,12	-502,35	-1.154,09	-4.107,15	-12.169,25
RF Duração Baixa Soberano (2)	681.667,98	0,04	0,51	3,79	11,27	6.112,25	5.717,55	49.354,62	40.484,10
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	815.799,42	0,04	0,57	4,31	12,81	3.359,56	9.539,99	29.016,95	29.570,34
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	153.126,55	0,04	0,05	4,33	12,87	595,52	4.283,29	48.919,91	55.505,74
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	166.566,21	0,04	0,68	3,35	8,72	16,11	-752,21	-4.094,53	-7.799,84
RF Duração Livre Soberano (2)	227.190,52	0,04	0,58	3,36	10,59	270,19	3.019,88	2.185,62	-8.767,48
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	673.186,00	0,04	0,60	3,75	11,41	4.992,32	8.003,29	5.199,31	-17.750,58
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	331.985,46	0,05	0,76	3,77	12,89	187,76	6.196,87	51.238,36	107.655,83
Ações	615.660,96					-370,86	-3.587,51	-3.760,83	30.300,49
Ações Indexados (2)	10.718,68	-0,27	1,11	-5,08	14,69	-232,04	-377,45	733,58	-962,72
Ações Índice Ativo (2)	33.899,90	-0,25	1,08	-5,38	13,11	-31,90	-764,31	-2.173,44	-3.760,67
Ações Livre	221.193,66	-0,20	2,18	-2,98	15,66	-128,71	-2.118,78	-2.588,84	-11.073,04
Fechados de Ações	126.388,31	-0,23	0,63	-2,79	0,17	2,10	164,60	-1.102,27	29.312,17
Multimercados	1.647.934,27					-687,71	-11.000,44	-50.115,85	-184.774,65
Multimercados Macro	155.826,03	-0,01	1,12	0,71	7,33	-215,33	-4.343,63	-20.277,60	-47.990,18
Multimercados Livre	623.070,49	0,03	0,68	2,02	9,66	10,63	-30,37	7.001,66	-44.398,60
Multimercados Juros e Moedas	52.623,49	0,03	0,56	3,55	11,62	-8,49	-783,76	-4.489,92	-14.875,27
Multimercados Invest. no Exterior (2)	735.412,20	-0,01	0,31	2,55	10,56	-501,56	-6.132,15	-33.829,25	-72.487,83
Cambial	6.052,52	0,13	-1,04	7,79	8,66	-5,13	10,07	-323,37	-1.351,83
Previdência	1.418.683,83					501,74	341,99	15.056,07	40.362,49
ETF	43.655,51					-18,69	552,91	-2.441,52	-1.413,96
Demais Tipos	1.984.937,31					2.095,17	4.387,55	33.069,00	36.589,63
Total Fundos de Investimentos	**7.193.016,02**					**15.997,39**	**25.419,26**	**151.291,12**	**54.316,58**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.683.186,98**					**1.193,96**	**-5.218,02**	**26.131,90**	**100.372,55**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.802,00**					-	-	-	-
Total Geral	**8.924.005,01**					**17.191,35**	**20.201,24**	**177.423,01**	**154.689,12**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	24/05/24	23/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,86
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9387
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,37	10,37	10,36	10,34	10,38	13,62
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,39	10,38	10,36	10,31	10,30	13,41
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,39	10,46	10,50	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,38	10,38	10,37	10,40	10,44	13,65
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,37	10,36	10,35	10,41	13,62
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,36	10,35	10,32	10,36	13,58
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,38	10,36	10,31	10,34	13,43
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,57	10,52	10,44	10,39	10,39	12,62

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 24/05/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	99.803,97	10,395	58.810	10,380	10,404	10,404
Vencimento em jul/24	99.024,23	10,389	89.215	10,384	10,390	10,390
Vencimento em ago/24	98.137,14	10,376	5.302	10,366	10,382	10,380
Vencimento em set/24	97.296,68	10,369	3.733	10,360	10,380	10,370
Vencimento em out/24	96.499,71	10,370	310.195	10,350	10,375	10,375
Vencimento em nov/24	95.630,28	10,381	3.081	10,360	10,390	10,390
Vencimento em dez/24	94.913,53	10,397	4.836	10,380	10,405	10,400
Vencimento em jan/25	94.132,83	10,400	1.570.386	10,375	10,415	10,415
Vencimento em fev/25	93.296,69	-	0	0,000	0,000	0,000
Vencimento em mar/25	92.539,20	10,483	2.986	10,455	10,500	10,490
Vencimento em abr/25	91.824,27	10,514	124.890	10,455	10,535	10,535

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	5.171,37	0,21	245.450	5.131,00	5.176,50	5.174,00
Vencimento em jul/24	5.186,40	0,20	830	5.152,50	5.186,00	5.182,00
Vencimento em ago/24	5.204,03	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.220,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.234,85	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	5.611,41	0,61	5	5.614,00	5.614,00	5.614,00
Vencimento em jul/24	5.635,12	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.662,92	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	124.854	-0,37	75.760	124.500	126.300	124.500
Vencimento em ago/24	126.859	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	128.770	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 24/05/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1502	5,1508	0,13	-0,41	6,39	4,11
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1668	5,1674	0,27	-0,49	6,49	4,32
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1849	5,3649	0,22	-0,66	6,29	4,44
Euro (BC) - (R$/€)	5,5875	5,5902	0,36	1,16	4,46	5,01
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,6053	5,6060	0,64	1,17	4,40	5,27
Euro Turismo (R$/€)	5,6565	5,8365	0,59	0,90	4,09	5,23
Euro (BC) - (US$/€)	1,0849	1,0853	0,23	1,57	-1,82	0,86
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.333,14	0,06	1,83	12,97	19,04
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.339,75	-0,93	1,08	13,45	18,36

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	24/05/24	23/05/24	No fim de abr/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	155.361,70	156.291,69	158.178,40	173.997,89	-0,60	-1,78	-10,71
Valor-Coppead Mínima Variância	95.408,53	95.755,40	93.569,68	93.533,91	-0,36	1,97	2,00

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 24/05/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 24/05/24

Índice	24/05/24	23/05/24	Em 30/04/24	29/12/23	24/05/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	184,26	182,92	175,61	165,54	148,51	0,74	4,93	11,31	24,08
S&P BNY Emergentes	353,11	350,05	327,57	312,75	274,75	0,87	7,80	12,91	28,52
S&P BNY América Latina	206,58	207,15	210,73	225,28	188,19	-0,28	-1,97	-8,30	9,77
S&P BNY Brasil	200,59	201,19	208,55	232,95	187,24	-0,30	-3,82	-13,89	7,13
S&P BNY México	334,28	336,92	334,82	331,67	307,19	-0,78	-0,16	0,79	8,82
S&P BNY Argentina	238,72	235,19	239,79	178,27	122,15	1,50	-0,45	33,91	95,44
S&P BNY Chile	153,58	152,66	141,51	162,12	168,34	0,60	8,53	-5,26	-8,77
S&P BNY Índia	2.790,81	2.761,16	2.767,67	2.923,01	2.710,90	1,07	0,84	-4,52	2,95
S&P BNY Ásia	216,60	214,40	203,01	189,60	165,12	1,03	6,69	14,24	31,18
S&P BNY China	338,54	337,99	313,42	336,11	299,89	0,16	8,01	0,72	12,89
S&P BNY África do Sul	211,70	208,32	205,44	199,87	227,82	1,62	3,05	5,92	-7,07
S&P BNY Turquia	31,20	31,39	27,03	22,45	17,52	-0,58	15,45	38,96	78,12

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087	0,6087	0,7889
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065	0,6065	0,7867
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838	0,5838	0,7540
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490	0,5490	0,7191
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344	0,5344	0,7244
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607	0,5607	0,7608
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869	0,5869	0,7971
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889	0,5889	0,7991
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	0,6149	0,7951
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	0,5646	0,7648
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	0,5387	0,7288
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 24/05/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.306	-0,34	-1,29	-7,36	14,25
IBrX	52.429	-0,36	-1,64	-7,12	14,52
IBrX 50	20.817	-0,41	-1,72	-6,30	15,96
IEE	89.882	0,88	5,38	-5,34	7,70
SMLL	2.055	-0,52	-1,30	-12,68	0,57
ISE	3.446	-0,45	-0,68	-8,43	5,02
IMOB	844	0,10	0,69	-16,54	5,13
IDIV	8.773	-0,11	1,08	-3,32	20,72
IFIX	3.379	0,13	-0,08	2,04	12,78
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.133	-0,47	-0,88	-12,93	9,74
IBrX	10.179	-0,49	-1,24	-12,70	10,00
IBrX 50	4.041	-0,53	-1,32	-11,93	11,38
IEE	17.450	0,75	5,81	-11,03	3,45
SMLL	399	-0,65	-0,90	-17,92	-3,40
ISE	669	-0,58	-0,28	-13,93	0,87
IMOB	164	-0,03	1,10	-21,55	0,97
IDIV	1.703	-0,24	1,49	-9,13	15,95
IFIX	656	0,00	0,33	-4,09	8,33

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 24/05/24	23/05/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	335	334	1,0	6,0	-10,0
África do Sul	337	337	0,0	-16,0	11,0
Argentina	1.444	1.431	13,0	229,0	-463,0
Brasil	212	213	-1,0	2,0	17,0
Colômbia	310	305	5,0	6,0	45,0
Filipinas	74	70	4,0	-6,0	16,0
México	171	169	2,0	1,0	4,0
Peru	112	109	3,0	1,0	10,0
Turquia	237	238	-1,0	1,0	-39,0
Venezuela	17.915	17.884	31,0	2.888,0	-6.177,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/23	340.324	14/05/24	355.014
out/23	340.247	15/05/24	356.419
nov/23	348.406	16/05/24	356.448
dez/23	355.034	17/05/24	356.191
jan/24	353.563	20/05/24	356.017
fev/24	352.705	21/05/24	356.330
mar/24	355.008	22/05/24	355.992
abr/24	351.599	23/05/24	355.060

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	24/05/24	23/05/24	22/05/24	21/05/24	20/05/24	17/05/24
Índice	2.107,09	2.108,00	2.105,36	2.108,46	2.106,06	2.106,71
Var. no dia	-0,04%	0,13%	-0,15%	0,11%	-0,03%	-0,11%
Var. no mês	0,49%	0,54%	0,41%	0,56%	0,45%	0,48%
Var. no ano	2,03%	2,07%	1,94%	2,09%	1,98%	2,01%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 24/05/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6300	36,6700	0,14040	0,14060
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1502	5,1508
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4306	36,5219	0,1410000	0,1414000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7368	0,7508
Colon (Costa Rica)	513,4500	515,0000	0,010000	0,010030
Coroa (Dinamarca)	6,8756	6,8766	0,7489	0,7491
Coroa (Islândia)	137,9800	138,3100	0,03724	0,03733
Coroa (Noruega)	10,5690	10,5720	0,4872	0,4873
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7310	22,7350	0,2265	0,2266
Coroa (Suécia)	10,6564	10,6594	0,4832	0,4834
Dinar (Argélia)	133,8620	135,2000	0,03809	0,03848
Dinar (Kuwait)	0,3069	0,3072	16,7650	16,7833
Dinar (Líbia)	4,8341	4,8564	1,0605	1,0655
Direitos Especiais de Saque ***	1,3234	1,3234	6,8158	6,8166
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4020	1,4026
Dirham (Marrocos)	9,9511	9,9601	0,5171	0,5176
Dólar (Austrália)***	0,6626	0,6628	3,4125	3,4140
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1502	5,1508
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5331	2,5777
Dólar (Canadá)	1,3665	1,3669	3,7678	3,7693
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1679	6,2434
Dólar (Cingapura)	1,3494	1,3502	3,8144	3,8171
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1502	5,1508
Dólar (Hong Kong)	7,8128	7,8129	0,6592	0,6593
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6117	0,6121	3,1504	3,1528
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7496	6,8260	0,7545	0,7631
Euro (Comunidade Européia)***	1,0849	1,0853	5,5875	5,5902
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8298	2,8864
Franco (Suíça)	0,9142	0,9146	5,6311	5,6342
Guarani (Paraguai)	7521,3400	7524,7300	0,0006844	0,0006848
Hryvnia (Ucrânia)	40,1000	40,2000	0,1281	0,1284
Iene (Japão)	156,9000	156,9100	0,03282	0,03283
Lev (Bulgária)	1,8080	1,8092	2,8467	2,8489
Libra (Egito)	47,1000	47,2000	0,1091	0,1094
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2743	1,2746	6,5629	6,5652
Naira (Nigéria)	1474,0000	1476,0000	0,00349	0,00349
Lira (Turquia)	32,2219	32,2259	0,1598	0,1599
Novo Dólar (Taiwan)	32,2050	32,2350	0,15980	0,15990
Novo Sol (Peru)	3,7306	3,7323	1,3799	1,3807
Peso (Argentina)	890,5000	891,0000	0,00578	0,00578
Peso (Chile)	902,0600	903,1000	0,005703	0,005710
Peso (Colômbia)	3888,7800	3896,2500	0,001322	0,001325
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2146	0,2146
Peso (Filipinas)	58,1800	58,2000	0,08849	0,08853
Peso (México)	16,6812	16,6917	0,3085	0,3088
Peso (Rep. Dominicana)	58,7400	59,1300	0,08710	0,08769
Peso (Uruguai)	38,4800	38,5100	0,13370	0,13390
Rande (África do Sul)	18,4289	18,4370	0,2793	0,2795
Rial (Arábia Saudita)	3,7505	3,7507	1,3731	1,3734
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001226	0,0001226
Ringgit (Malásia)	4,7100	4,7130	1,0928	1,0936
Rublo (Rússia)	89,3705	89,3795	0,05762	0,05763
Rúpia (Índia)	83,0330	83,0880	0,06198	0,06203
Rúpia (Indonésia)	15990,0000	15995,0000	0,0003220	0,0003221
Rúpia (Paquistão)	278,1000	278,3000	0,01851	0,01852
Shekel (Israel)	3,6596	3,6623	1,4063	1,4075
Won (Coréia do Sul)	1365,6400	1366,0900	0,003770	0,003772
Yuan Renminbi (China)	7,2425	7,2442	0,7109	0,7112
Zloty (Polônia)	3,9212	3,9225	1,3130	1,3136

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2334,60	0,01332	386,6517	386,6967

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	24/05/24	23/05/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.069,59	39.065,26	0,01	3,32	3,66	19,11	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.808,35	18.623,39	0,99	7,84	11,78	38,25	13.604,48	18.808,35
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.920,79	16.736,03	1,10	8,07	12,72	35,54	12.484,16	16.920,79
EUA	Nova York	S&P 500	5.304,72	5.267,84	0,70	5,34	11,21	28,90	4.115,24	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.320,87	22.200,79	0,54	2,73	6,50	12,01	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	55.413,12	55.918,38	-0,90	-2,32	-3,44	3,78	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.407,76	1.406,39	0,10	3,72	17,78	26,74	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	65.752,09	64.807,15	1,46	4,85	13,69	104,80	31.884,43	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	6.775,88	6.781,88	-0,09	4,05	9,33	20,07	5.407,50	6.781,88
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.262,97	30.026,79	0,79	3,70	16,58	41,38	21.161,78	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.520.808,84	1.513.777,41	0,46	14,90	63,58	345,11	341.669,30	1.581.107,16
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.547,46	1.547,98	-0,03	2,92	10,89	15,10	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.693,37	18.691,32	0,01	4,24	11,59	18,00	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.094,97	8.102,33	-0,09	1,38	7,32	11,60	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.490,71	34.467,67	0,07	2,20	13,64	30,03	26.051,33	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.969,92	3.975,74	-0,15	2,23	7,07	8,58	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.767,23	2.790,40	-0,83	3,19	21,18	34,42	1.962,58	2.790,40
Espanha	Madri	IBEX-35	11.246,00	11.311,10	-0,58	3,61	11,32	22,73	8.918,30	11.362,80
Grécia	Atenas	ASE General	1.477,69	1.481,65	-0,27	2,02	14,27	23,98	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	915,21	914,27	0,10	4,14	16,32	21,36	714,05	915,21
Hungria	Budapeste	BUX	68.846,13	68.319,51	0,77	1,03	13,57	48,68	46.303,67	69.201,95
Polônia	Varsóvia	WIG	87.690,05	88.090,51	-0,45	3,69	11,76	36,77	62.285,97	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.900,34	6.924,65	-0,35	4,30	7,88	15,86	5.729,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.195,58	1.204,89	-0,77	1,78	10,35	14,52	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.624,50	2.641,47	-0,64	2,66	9,44	17,70	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.931,70	11.966,75	-0,29	5,96	7,13	4,82	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.676,65	10.792,53	-1,07	6,28	42,92	141,28	4.424,92	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.964,78	-	-0,30	4,75	11,37	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.150,84	78.956,06	0,25	4,04	2,94	4,67	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.646,11	39.103,22	-1,17	0,63	15,49	25,95	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.999,20	8.083,10	-1,04	0,85	2,17	8,20	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.734,80	1.754,06	-1,10	-1,21	-5,61	-13,67	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.088,87	3.116,39	-0,88	-0,51	3,83	-3,62	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.687,60	2.721,81	-1,26	-0,17	1,22	4,68	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.608,94	18.868,71	-1,38	4,76	9,16	-2,65	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	75.410,39	75.418,04	-0,01	1,25	4,39	22,08	61.773,78	75.418,04
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	Feriado	-	-0,16	-0,69	7,06	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.364,48	1.367,84	-0,25	-0,25	-3,63	-11,20	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.565,34	21.607,43	-0,19	5,73	20,27	33,45	16.001,27	21.607,43

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

VELEIROS HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 41.825.390/0001-16 - NIRE nº 35.300.567.978

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09 de Maio de 2024

1. Data, Horário e Local: Em 09 de maio de 2024, às 09h00, realizada na sede da **Veleiros Holdings S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na localizada na cidade e estado de São Paulo, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, escritório 121, Torre A - Torre Nações Unidas, sala D16, Cidade Monções, CEP 04.571-936. **2. Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Composição da Mesa:** os trabalhos foram presididos pela Sra. **Sabrina Cassará Andrade da Silva**; e secretariados pelo Sr. **André Guilherme Gil Guimarães**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: *(i)* a celebração do primeiro aditamento ao *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Veleiros Holdings S.A."*, celebrado entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), e na qualidade de fiadoras, a AES Brasil Energia S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07 ("AES Brasil") e a Unipar Indupa do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.460.325/0001-41 ("Unipar", e quando referida em conjunto com a AES Brasil, as "Fiadoras") em 20 de janeiro de 2023 ("Escritura de Emissão" e "Debêntures"); a fim de postergar da Data de Vencimento (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures para 27 de dezembro de 2024; e aumentar a Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures a partir de 27 de julho de 2024 (inclusive) para 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano; *(ii)* autorizar a realização do pagamento de prêmio de repactuação, no valor total de R$161.596,35 (cento e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos) aos Debenturistas ("Prêmio de Repactuação"); *(iii)* a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria e/ou procuradores da Companhia relacionados às matérias acima; e (iv) autorizar os representantes da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações desta assembleia, incluindo, mas não se limitando a, a celebração do Aditamento a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e a realização do pagamento do Prêmio de Repactuação (conforme abaixo definido). **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as acionistas da Companhia presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições, o quanto segue: **5.1. Aprovar** a celebração do *"Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Veleiros Holdings S.A."* a ser celebrado pela Emissora, as Fiadoras e pelo Agente Fiduciário ("Aditamento da Escritura de Emissão") a fim de postergar a Data de Vencimento (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures para 27 de dezembro de 2024; e aumentar a Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures a partir de 27 de julho de 2024 (inclusive) para 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano; **5.2. Aprovar** o pagamento do Prêmio de Repactuação aos Debenturistas. O Prêmio de Repactuação será pago na data de celebração do Aditamento da Escritura de Emissão; **5.3. Aprovar** a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria e/ou procuradores da Companhia relacionados às matérias acima; e **5.4. Autorizar** os representantes da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações desta assembleia, incluindo, mas não se limitando a, a celebração do Aditamento a Escritura de Emissão e a realização do pagamento do Prêmio de Repactuação. **6. Encerramento:** Presidente, Sabrina Cassará Andrade da Silva, e Secretário, André Guilherme Gil Guimarães. Acionistas presentes: **AES Tucano Holding I S.A.** (representada por Sabrina Cassará Andrade da Silva e André Guilherme Gil Guimarães) e **Unipar Indupa do Brasil S.A.** (representada por Rodrigo Cannaval e Alexandre de Castro). ***Confere com o original lavrado em livro próprio.*** São Paulo, 09 de maio de 2024. **Sabrina Cassará Andrade da Silva -** Presidente; **André Guilherme Gil Guimarães -** Secretário. **JUCESP** nº 202.830/24-0 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 519/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90519/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 21.707.383-9. OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo II: Farinhas, que compreende: amido de milho, canjiquinha fina ou média, farinha de mandioca branca ou torrada, farinha de mandioca flocada — tipo biju, farinha de milho flocada — tipo biju, farinha de trigo — tipo I, fubá de milho comum, polvilho doce, sagu e trigo para quibe, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (dividido em 10 lotes). VALOR MÁXIMO: R$ 24.189.750,00 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta e nove mil e setecentos e cinquenta reais). DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 17 de junho de 2024, às 08:30 (oito horas e trinta minutos). MODO DE PARTICIPAÇÃO: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br INFORMAÇÕES: (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. DATA: 23/05/2024. Comissão de Contratação.

ALLOS

ALLOS S.A.

CNPJ nº 05.878.397/0001-32 - NIRE 33.3.0033251-1 - Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

1. Data, Hora e Local: Às 15:00 horas do dia 30 de abril de 2024, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital ALFM Easy Voting ("Plataforma Digital"), considerada realizada na sede social da Allos S.A. ("Companhia" ou "Allos"), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afranio de Melo Franco, nº 290, Sala 102 a 104, 1º andar, Leblon, CEP: 22.430-060, nos termos do artigo 5º, §3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"). **2. Convocação:** O Edital de convocação foi publicado no jornal Valor Econômico, em suas edições dos dias 28 e 29 de março de 2024 e 02 de abril de 2024, nas páginas C14, A9 e A8 respectivamente, das edições físicas do jornal, conforme disposto no artigo 124, §1°, inciso II da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedade por Ações"). **3. Publicações Legais: (a)** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicados em 28 de março de 2024, no jornal Valor Econômico, na página B7, nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações; e **(b)** Todas as informações e documentos previstos na Resolução CVM 81 relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia, no site de RI (https://ri.allos.co/), bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br) com a antecedência determinada pela lei e pelas normas da CVM. **4. Quórum de Instalação e Presença:** Compareceram à presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), em primeira convocação, acionistas representando 65,20% do capital social votante e total da Companhia na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") e 63,81% do capital social votante e total da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), conforme se verifica: **(i)** pelo registro de presença dos acionistas provido pela Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81; e **(ii)** pelo mapa de votação a distância elaborado com base nos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio do agente de custódia, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia ou diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81, portanto instalada regularmente a AGOE. Ademais, encontraram-se presentes, **(i)** para os fins do disposto no artigo 134, §1º da Lei das Sociedades por Ações: **(a)** a Sra. Paula Guimarães Fonseca, Diretora Jurídica da Companhia; e **(b)** o Sr. Vitor Sarmento, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditor independente da Companhia; **(ii)** para os fins do disposto no artigo 164 da Lei das Sociedades por Ações, o Sr. Renato Botelho, membro do Conselho Fiscal da Companhia; e **(iii)** para fins do disposto no §2º, artigo 31-B, da Resolução da CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, o Sr. Mauro Moreira do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia. **5. Mesa:** Presidente: Paula Guimarães Fonseca; Secretário: Érica Cristina da Fonseca Martins. **6. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar sobre: em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** eleger os membros do Conselho de Administração; e **(iv)** aprovar a remuneração global anual da Administração para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; e em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** retificar a remuneração global anual da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7. Leitura dos Documentos:** Foi dispensada, por unanimidade dos presentes, a leitura do mapa de votação sintético consolidando os votos proferidos por meio de boletim de voto a distância, por já ser de conhecimento dos presentes, o qual permaneceu à disposição dos acionistas, nos termos do §4º do artigo 48 da Resolução CVM 81, bem como dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta AGOE, uma vez que são de inteiro conhecimento dos acionistas. Em seguida, a Secretária indagou se algum dos acionistas presentes à AGOE havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância e se desejava manifestar seu voto presencialmente na presente AGOE, para efeitos de se desconsiderar o voto a distância, na forma do artigo 48, §5º, da Resolução CVM 81, ao qual não houve manifestação dos acionistas. **8. Deliberações:** Após verificação do quórum de instalação da AGOE, autorizou-se a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Na sequência, após o exame e discussão das matérias indicadas na ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o seguinte: **8.1. Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (a) por unanimidade de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; Fica consignado que os administradores presentes nesta assembleia se abstiveram de votar, na condição de acionistas, na deliberação ora proposta, nos termos dos artigos 115, §1º e 134, §1º da Lei das Sociedades por Ações. (b) por unanimidade de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, a proposta da administração de destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R$ 3.386.959.382,88 (três bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos), da seguinte forma: ***(b.1)*** constituição de Reserva Legal no montante de R$169.347.969,14 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; ***(b.2)*** declaração de dividendos no montante total de R$611.830.147,34 (seiscentos e onze milhões, oitocentos e trinta mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos), correspondentes à parcela realizada do dividendo mínimo obrigatório, ou seja, R$ 1,119397330 por ação, considerando as 546.571.026 ações ordinárias emitidas existentes até 30/04/2024 (excluindo as 27.365.883 ações em tesouraria), o qual será pago aos acionistas em 2 (duas) parcelas no valor de R$305.915.073,67 (trezentos e cinco milhões, novecentos e quinze mil, setenta e três reais e sessenta e sete centavos) cada, com depósito em conta corrente do beneficiário, sendo que a 1ª (primeira) parcela será paga a partir do dia 15 de maio de 2024 e a 2ª (segunda) parcela será paga a partir do dia 15 de julho de 2024. Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data desta AGOE, isto é, 30 de abril de 2024. As ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas *ex-dividendos* a partir de 2 de maio de 2024; ***(b.3)*** constituição de Reserva de Lucros a Realizar no montante de R$192.572.706,10 (cento e noventa e dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e seis reais e dez centavos), correspondente à parcela do lucro líquido do exercício não realizada, conforme disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e ***(b.4)*** constituição de Reserva para Investimentos no montante de R$2.413.208.560,30 (dois bilhões, quatrocentos e treze milhões, duzentos e oito mil, quinhentos e sessenta reais e trinta centavos), conforme disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 41 do Estatuto Social da Companhia. (c) por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, inclusive conselheiros independentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e da Lei das Sociedades por Ações, da seguinte forma: ***(c.1)*** membros efetivos: **(a) Renato Feitosa Rique**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 706.190.267-15, portador da carteira de identidade nº FO242068 emitida pelo DFP/RJ, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Dias Ferreira, nº 190, sala 301, Leblon, CEP 22431-050; **(b) Peter Ballon**, canadense, casado, administrador, portador do passaporte nº HB580962, residente e domiciliado no Canadá, na cidade de Toronto, na One Queen Street East, Suite 2500, M5C 2W5; **(c) Marcela Dutra Drigo**, brasileira, casada, engenheira, inscrita no CPF sob o nº 143.017.838-81, portadora da carteira de identidade nº 17.450.792-6 emitida pela SSP/SP, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, 14º andar, Vila Olímpia, CEP 04538-132; **(d) Fernando Maria Guedes Machado Antunes de Oliveira**, português, casado, engenheiro, portador do passaporte português nº CB981715, inscrito no CPF sob o nº 234.014.528-78, residente e domiciliado em Portugal, na Cidade de Maia, no Lugar do Espido, 4471-909; **(e) Volker Kraft**, alemão, casado, empreendedor imobiliário, portador do passaporte alemão nº C1T859GL8, inscrito no CPF sob o nº 068.339.391-01, residente e domiciliado na Alemanha, na Cidade de Hamburgo, na Rua Heebarg nº 30; e **(f) Cláudia da Rosa Côrtes de Lacerda**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 965.075.517-91, portadora da carteira de identidade nº 07.664.963-1 emitida pelo IFP/RJ, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Abade Ramos 85 - Apto. 301, Jardim Botânico, CEP 22461-090. ***(c.2)*** membros efetivos e independentes: **(a) Luiz Alves Paes de Barros**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob nº 272.014.578-53, portador da carteira de identidade nº 3.472.461 emitida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Bandeira Paulista, nº 600, conjunto 73, CEP 04532-001; **(b) Luiz Alberto Quinta**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 211.293.471-68, portador da carteira de identidade nº 799.382 emitida pela SSP/GO, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lucio Costa, nº 2930, Bloco 04, apartamento 602, Barra da Tijuca, CEP 22620-172; **(c) Vitor José Azevedo Marques**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 075.027.097-70, portador da carteira de identidade nº 10.016.911-9, emitida pelo DETRAN/RJ, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua do Rosário, nº 114, Centro, CEP 20041-002. Os acionistas consignam a caracterização dos Srs. **Luiz Alves Paes de Barros**, **Luiz Alberto Quinta** e **Vitor José Azevedo Marques**, ora eleitos, como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos §§1º e 2º do artigo 16 e artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado. A caracterização dos conselheiros ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas e arquivadas na sede da Companhia. O mandato dos conselheiros eleitos será unificado de 1 (um) ano, encerrando-se na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os Conselheiros ora eleitos **Renato Feitosa Rique**, **Peter Ballon**, **Marcela Dutra Drigo**, **Fernando Maria Guedes Machado Antunes de Oliveira**, **Volker Kraft**, **Cláudia da Rosa Côrtes de Lacerda**, **Luiz Alves Paes de Barros**, **Luiz Alberto Quinta** e **Vitor José Azevedo Marques**, assinarão os respectivos Termos de Posse dentro do prazo legal, os quais serão lavrados em livro próprio e arquivados na sede social da Companhia, contendo declaração de que: **(i)** não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e **(iv)** não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma do §3º, incisos I e II, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaram estar sujeitos à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia. Sobre essa pauta, foi consignada manifestação, em apartado, do acionista **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ**, constante do Anexo II à presente ata. (d) por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, o valor da remuneração global anual da Administração e do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de até R$85.829.632,00 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais), conforme Proposta da Administração. (e) Considerando o pedido de instalação válido do Conselho Fiscal apresentado por acionistas detentores de mais de 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia: ***(e.1)*** por unanimidade de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, fixar em 3 (três) o número de membros a serem eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia. ***(e.2)*** por unanimidade, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, da seguinte forma: (i) membros 1. **José Manuel Baeta Tomás**, brasileiro, economista, inscrito no CPF sob o nº 803.791.250-72, *como membro efetivo do Conselho Fiscal*; e **Helena Turola de Araujo Penna**, brasileira, economista, inscrita no CPF sob o nº 042.979.517-38, *como membro suplente do Sr. José Manuel Baeta Tomás*, indicados pelo acionista Rique Empreendimentos e Participações S/A; 2. **Marcelo Pfaender Gonçalves**, brasileiro, contador, inscrito no CPF sob o nº 042.980.837-21, *como membro efetivo do Conselho Fiscal*; e **Marcos de Bem Guazzelli**, brasileiro, contador, inscrito no CPF sob o nº 577.456.920-91, *como membro suplente do Sr. Marcelo Pfaender Gonçalves*, indicados pelo acionista Rique Empreendimentos e Participações S/A; e 3. **Rodrigo Santos Nogueira**, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob o nº 550.546.336-34, *como membro efetivo do Conselho Fiscal*; e **Vania Maria da Costa Borgerth**, brasileira, contadora, inscrita no CPF sob o nº 774.502.057-34, *como membro suplente do Sr. Rodrigo Santos Nogueira*, indicados pelos acionistas **Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil, Plano de Benefícios 1 e Plano de Benefícios 2;** Os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal tomarão posse dentro do prazo legal após a assinatura dos respectivos Termos de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia. Os conselheiros fiscais ora eleitos também declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações para sua investidura como membros do Conselho Fiscal da Companhia, e permanecerão em seus cargos até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas da administração referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações. Sobre essa pauta, foi consignada manifestação, em apartado, do acionista **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ,** constante do Anexo II à presente ata. **8.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (a) por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, a retificação da remuneração global anual da administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R$44.625.295,00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais) para R$67.096.665,00 (sessenta e sete milhões, noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), correspondente ao valor efetivamente atribuído aos administradores da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **9. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi aprovada pelos acionistas presentes que constituíram quórum necessário para aprovação das deliberações acima tomadas. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: ALLOS S.A. NIRE: 333.0033251-1. Protocolo: 2024/00408270-6. Data do protocolo: 21/05/2024. Certifico o arquivamento em 22/05/2024 sob o número 00006249789. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ALLOS

BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 06.977.745/0001-91 - NIRE 33.3.0028170-3

Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO

1. Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2024, às 18h na sede da BR Malls Participações S.A. ("Companhia" ou "brMalls"), localizada na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, salas 102, 103 e 104, Leblon, CEP 22.430-060, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **2. Presença e Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, diante da presença da acionista Allos S.A., sociedade por ações, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, sala 102, 103, 104, 1º andar, Leblon, CEP 22.430-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.878.397/0001-32, representando 100% do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva distribuição de dividendos. **4. Mesa:** Presidente: Paula Guimarães Fonseca; Secretário: Érica Cristina da Fonseca Martins. **5. Deliberações:** Instalada a AGO, foi dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das S.A. e autorizou-se a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Na sequência, após o exame e discussão das matérias indicadas na ordem do dia, o único acionista da Companhia, então, aprovou o quanto segue: (i) o Relatório da Administração, e as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (ii) a Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de em R$ 2.461.684.875,86 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e um milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) a ser destinado da seguinte forma: **1.** R$ 123.084.243,79 (cento e vinte e três milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos) para a constituição de Reserva Legal; **2.** R$ 584.650.158,02 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e cinquenta e oito reais e dois centavos) para o pagamento de Dividendos, referente ao mínimo obrigatório, o qual será pago ao acionista da seguinte forma: **(a)** uma primeira parcela por meio de transferência de 21.461.300 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e trezentas) ações de emissão da Allos S.A., considerando o valor do fechamento da presente data, qual seja, R$ 20,88 (vinte reais e oitenta e oito centavos) por ação, correspondente ao valor total de R$ 448.111.944,00 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, cento e onze mil e novecentos e quarenta e quatro reais); e **(b)** uma segunda parcela, no montante de R$ 136.538.214,02 (cento e trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e oito mil, duzentos e catorze reais e dois centavos), a ser paga em moeda corrente nacional, dentro do presente exercício social, nos termos §3º, do Art. 205 da Lei das S.A.; e **3.** R$ 1.753.950.474,05 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinco centavos) para a reserva de retenção de lucros. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelo Presidente e pelo Secretário desta AGO. **7. Assinaturas: Mesa:** Paula Guimarães Fonseca; Presidente. Érica Cristina da Fonseca Martins, Secretária; **Acionista**: Allos S.A., sociedade por ações, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, sala 102, 103, 104, 1º andar, Leblon, CEP 22.430-060 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.878.397/0001-32. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024. **Paula Guimarães Fonseca -** Presidente; **Érica Cristina da Fonseca Martins -** Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.** Protocolo: 2024/00408400-8. Data do protocolo: 21/05/2024. Certifico o Arquivamento em 23/05/2024 sob o número 00006252018. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INÊS 249

Entrevista Chefe global do Citi para a área diz que estabelecer metas nesse aspecto ajuda organização a focar prioridades e atrair talentos

‘Diversidade eleva resultados e deve ser baseada em dados’

DIVULGAÇÃO

Álvaro Campos
De São Paulo

Erika Irish Brown é uma das poucas mulheres negras em posição de alta liderança no setor financeiro dos Estados Unidos. Depois de atuar por quase 15 anos na área de banco de investimento, em 2005 começou a trabalhar na área de diversidade, igualdade e inclusão (DEI, na sigla em inglês). Passou por Bank of America, Lehman Brothers, Goldman Sachs, Bloomberg e há três anos está no Citi como chefe de diversidade e talentos, chegando logo depois que Jane Fraser assumiu como CEO. Em entrevista ao **Valor**, ela fala sobre os desafios de lidar com questões de gênero, raça, equidade salarial, e ressalta que diversidade não é filantropia, gera resultados financeiros positivos para as empresas e precisa ser baseada em dados.

Valor: *O Citi estabeleceu metas de mulheres e negros na liderança para 2025. Como está o progresso?*

Erika Brown: Inicialmente estabelecemos metas aspiracionais de representação para mulheres globalmente, e para talentos negros nos EUA, para 2021. Superamos essas metas e sentimos que essa era uma boa forma de a organização conseguir focar em prioridades de diversidade, igualdade e inclusão, então estabelecemos novas metas para 2025. Queríamos metas mais inclusivas, então expandimos as metas sobre negros para incluir Reino Unido e Brasil — onde a meta é para negros e pardos. Todas as metas são baseadas em dados, as pessoas que temos na companhia, a população da região onde operamos. E fomos os primeiros a ter metas para a comunidade LGBTQIA+ nas contratações. Sentimos que isso é mais inclusivo, mostra que queremos ser um ímã para talentos em todo o mundo.

Valor: *A meta é ter 43,5% de mulheres na liderança global e 11,5% de negros na América do Norte, certo? Isso será atingido? Como está a situação no Brasil?*

Brown: Estamos no caminho para atingir as metas, inclusive no Brasil. Nós passamos muito tempo no Brasil, analisando os programas que estão gerando os próximos líderes negros e pardos, e temos parcerias com iniciativas como o Empregue Afro. E também temos feito muita coisa para a comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Valor: *O Citi tem cerca de 240 mil funcionários, em quase 100 países. Isso é bom para a diversidade? Ou essa base ampla é um desafio?*

Brown: Como somos tão grandes e globais, temos um pool de talentos, uma base forte e diversificada, especialmente nos níveis de entrada. Então temos de cultivar isso e garantir que as pessoas possam subir para todos os níveis dentro da empresa. Pode ser um desafio, mas temos talentos internos e são muitos negócios diferentes, então podemos criar oportunidades para pessoas com todos os tipos de habilidades, interesses e experiências. Pode ser difícil ser grande, mas não se todos estiverem fazendo a sua parte — e eu sempre digo que a questão da diversidade é um trabalho de todos, não só da minha área.

Valor: *Estamos falando de raça, mas gênero ainda é um problema. O fato de termos de ressaltar que Jane Fraser é a primeira e única mulher CEO de um grande banco nos EUA diz muito sobre a situação...*

Brown: Ter Jane como CEO é algo de que nos orgulhamos muito. Eu também cuido da gestão de talentos aqui, e isso inclui garantir que nós temos um ‘pipeline’ diverso de líderes, que estão prontos para serem sucessores para papéis importantes na companhia. Quando pensamos na Jane, seus talentos, sua trajetória de carreira... ela liderou tantos negócios, em diversas partes do mundo, e assim se tornou bem equipada para virar CEO. Então essa questão de desenvolvimento de talentos é superimportante. No nosso conselho temos 54% de mulheres, um dos maiores percentuais no setor. Queremos que todos os grupos tenham as mesmas oportunidades.

> “Vejo minha posição como um privilégio e uma obrigação de usar minha voz”
> *Erika Brown*

Valor: *O Citi tem uma política de igualdade salarial entre homens e mulheres. Essa é uma questão já resolvida?*

Brown: Continuamos a avançar em igualdade salarial, [para] fechar esse ‘gap’. Quando se trata de posições iguais, temos essencialmente equidade salarial. Mas continuamos trabalhando para reduzir a disparidade salarial bruta [média salarial de homens em relação à das mulheres].

Valor: *Com pesquisas mostrando que companhias mais diversas também dão melhores resultados, por que é tão difícil convencer os líderes a investir nessa questão?*

Brown: Muita gente entende a lógica financeira de ter mais diversidade. Para quem acredita nisso, eles tratam como prioridade. Eu fui uma banqueira de investimentos por 15 anos. Eu trato DEI como eu trato outros negócios — é uma estratégia, tem de ser baseada em dados e estar integrada ao negócio. Se você aborda isso com estratégia, com um foco em sustentabilidade, e não só como se fosse algo pontual, então se torna parte da essência da empresa e você tem a capacidade de criar mudanças substanciais, duradouras.

Valor: *Como mulher negra, já enfrentou situações de preconceito? E nessa posição de liderança em que está agora, sente a pressão de ser um modelo para outras minorias?*

Brown: Como uma mulher negra, trabalhando em Wall Street há mais de 30 anos... quando eu comecei, eu sentia que não pertencia aquele ambiente, não me sentia incluída. Mas não deixei isso me deter, tentei usar minha diferença como uma fortaleza. Eu sentia que tinha algo a provar. Agora, não sinto que tenho de provar algo, mas há tantas coisas que quero alcançar que, se for bem-sucedida, o que isso significa para todo mundo? Isso é muito importante para mim. Eu sei que existem grupos de pessoas que olham para a minha equipe e querem que nós tenhamos sucesso, porque acham que isso vai fazer a diferença para a carreira deles. É difícil às vezes ser uma das poucas mulheres negras em um cargo de liderança em uma organização tão grande. Mas eu olho como um privilégio e uma obrigação de usar minha voz.

XP sela a compra de fatia minoritária da Manchester

Adriana Cotias
De São Paulo

A XP assinou proposta de aquisição de fatia minoritária relevante da Manchester Investimentos, assessoria ligada à rede, com R$ 16 bilhões na custódia da plataforma e mais de 20 mil clientes. É o primeiro acordo do gênero selado no ano e o terceiro após a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentar a entrada de sócios capitalistas nos negócios dos antigos agentes autônomos, conforme a resolução 178, que passou a valer em meados de 2023.

Debaixo do marco regulatório, a XP fechou investimentos na SVN, Ável e Fami Capital, fruto da união de Faros e Messem, que voltou atrás no plano de ter uma corretora “light” plugada à instituição. Contando com a Monte Bravo, que foi adiante no projeto da sua CTVM, os ativos sob custódia oriundos das assessorias que têm acordo societário com a XP somam cerca de R$ 160 bilhões, ou 14,5% do R$ 1,1 trilhão que a companhia tinha ao fim de março.

Ao selar esse tipo de parceria, a XP dá liquidez para os escritórios investirem na expansão e ao mesmo tempo retém aqueles que considera relevantes da ameaça da concorrência, em especial a do BTG Pactual — que já foi mais agressivo na disputa.

“Essa é uma operação emblemática na rede porque a Manchester tem muita tradição, presença geográfica e qualidade, uma empresa com a qual temos parceria e alinhamento de longa data”, diz Bruno Ballista, sócio da XP responsável pelo canal de distribuição externo e relacionamento com clientes. “Eles conseguem entregar um ecossistema completo para assessores de investimentos e para os clientes. E com crescimento. Ao longo dos anos, há uma perspectiva de geração futura de valor enorme.”

O executivo não abre a fatia que está sendo comprada nem as condições do acordo. Mas a XP voltou atrás naquele arranjo inicial de ter quase metade dos negócios. A estratégia agora é “dar espaço para o empreendedor fazer outras rodadas para monetizar a operação com outros sócios”.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

> “Ao longo dos anos, há uma perspectiva de geração futura de valor enorme”
> *Bruno Ballista*

Diego Gonsalez, chefe-comercial do “B2B” da XP, diz que segue atento a novas oportunidades dentro da rede, buscando um portfólio complementar de investidas. “Há uma diligência grande na alocação de capital, queremos executivos empreendedores comprometidos com o crescimento na companhia.”

Em geral, uma parceria societária prevê injeção de recursos imediata, com a parcela mais importante à medida que o escritório concretize o plano pactuado.

Com os recursos, a Manchester quer ampliar a equipe e buscar atalhos via aquisições. A meta é chegar ao fim de 2024 com R$ 18 bilhões e ao longo de quatro anos bater R$ 50 bilhões, diz Henrique Baggenstoss, executivo-chefe do grupo.

Atualmente com 330 profissionais, progressivamente a companhia vai incrementar a equipe com a formação de novos assessores, atração de profissionais de bancos de segmentações premium, além de buscar oportunidades de consolidação de escritórios com algo entre R$ 500 milhões e R$ 2 bilhões, que não tenham a mesma infraestrutura que a Manchester construiu. Até 2024, o objetivo é adicionar 300 pessoas.

“Há escritórios que não oferecem ainda a solução completa, com crédito, câmbio, ‘offshore’ [assessoria para compra de ativos no exterior], mercado de capitais ou ‘wealth’ [gestão de patrimônio] para entregar, só que o cliente está demandando isso”, diz Baggenstoss. “E o setor vai passar por um período forte de consolidação que a gente pretende participar.”

O plano é olhar para escritórios que estejam precisando de “uma mão amiga para usufruir de uma estrutura que já existe”, acrescenta Lucas Pereira, sócio da Manchester responsável por expansão. Ele conta que a assessoria já é bastante relevante no Sul e Sudeste e que a intenção é reforçar o time em cidades onde já tem presença, nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, e avançar pelo interior.

Fundada em 1967, em Joinville (SC), como uma corretora, a Manchester participou das aberturas de capital da WEG e da Cônsul no fim dos anos 60. Vendeu a carteira para a XP em 2007, transformando-se numa assessoria da rede.

Quais são os princípios do planejamento financeiro?

Consultório financeiro

Quais são os princípios-chave para o planejamento financeiro?

Raphael Carneiro, CFP, responde:

Entender o conceito da pergunta é o caminho para compreender e seguir bem com o planejamento financeiro. Quem é você? Quais seus traumas? Quais seus desejos? Quais suas possibilidades? São perguntas que precisam ser respondidas antes e durante a elaboração do planejamento financeiro. Elas vão traçar o perfil de cada pessoa para que os próximos passos a serem tomados sejam pensados de acordo com a realidade de cada um.

É natural que, ao falar de planejamento financeiro, a primeira ideia seja algo 100% matemático. Mas não é bem assim.

As finanças estão, sim, em foco, mas não são exclusivas. Em alguns casos, é até mais importante entender o lado comportamental de cada pessoa.

Um princípio básico é o de que o planejador financeiro, ao ter seus serviços solicitados por um cliente, possa se aprofundar nesse conhecimento. O lado comportamental, então, é fundamental — mas sem tirar, aqui, a importância da renda, do quanto se ganha e do quanto se gasta.

Há também o lado qualitativo. E aí, só com muita conversa e cuidado na condução do bate-papo. O que será avaliado é o histórico da pessoa na relação com o dinheiro, na elaboração do estilo de vida, nos costumes, traumas e desejos.

Os hábitos financeiros são, muitas vezes, carregados e reproduzidos a partir daquilo que se vê na infância. Sabe aquelas discussões dos pais por causa de dinheiro? A maneira como o pai ou a mãe respondia quando você pedia algum valor? A forma como eles conversavam (ou não) sobre as finanças dentro de casa?

Tudo isso tem um impacto importante no decorrer de nossas vidas e influencia bastante na forma como cada um lida com o dinheiro na fase adulta. Tendo em vista esse fator, que varia de acordo com a realidade de cada indivíduo, o planejamento financeiro não é algo que pode ser entregue como um produto replicável e distribuído como padrão para todas as pessoas. Definitivamente, não é um produto de prateleira.

Existem, é verdade, algumas práticas que podem ajudar a construir uma melhor relação com o dinheiro. Essas, sim, podem ser utilizadas por diversas pessoas. Mas, ainda assim, precisam ser adaptadas a cada realidade, a cada situação. Não é todo mundo que se dá bem com planilhas ou aplicativos de gestão financeira, por exemplo. Até mesmo as ferramentas precisam ser adaptadas a cada realidade.

A relação com o planejador financeiro vai permitir que cada pessoa receba uma entrega que seja compatível e conectada à sua realidade. Isso vai facilitar a elaboração do trabalho e permitirá um engajamento maior, o que vai produzir um resultado melhor no longo prazo.

Dentro desse trabalho, os pontos que podem e devem ser abordados vão desde a gestão financeira mensal até o planejamento sucessório. Investimentos, seguros e aposentadoria também podem fazer parte do escopo geral do trabalho.

E o grande objetivo deve ser montar um planejamento financeiro que permita viver o melhor estilo de vida possível dentro das condições de cada pessoa. O foco é esse.

Não se trata de limitar todo e qualquer tipo de gasto, de pensar somente em rentabilizar o patrimônio ou algo do tipo. A ideia é entender a realidade e chegar até aquele estilo de vida em que cada pessoa se sinta confortável. Aqui, como em todo o processo do planejamento financeiro, não há julgamento.

A intenção é permitir usufruir da renda sem deixar de manter um planejamento para o futuro. Em resumo, atingir o estilo de vida e prolongá-lo sem maiores sustos.

Raphael Carneiro é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail:
raphael@petraplanejamento.com

CNJ
Empresas têm até sexta-feira para aderir a programa de bolsas de estudos
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Comunicação de incidentes de segurança da informação
E2

Fio da Meada
Marketplaces: o que justifica a responsabilidade?
valor.globo.com/legislacao

Tributário Apesar do valor alcançado em abril, há ainda um total de cerca de R$ 1 trilhão em discussão no tribunal administrativo

Carf bate recorde e reduz em R$ 110 bi estoque de processos

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta
De Brasília

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) vem conseguindo reduzir o estoque de processos, encerrando casos de maior valor e alcançando volumes recordes de julgamentos: em abril, foram cerca de R$ 110 bilhões em processos analisados, a melhor marca desde dezembro de 2019. O órgão recursal é a principal aposta do Ministério da Fazenda para elevar a arrecadação e atingir a meta de déficit zero este ano.

O número de abril ainda será consolidado oficialmente, mas foi antecipado ao **Valor** pelo presidente do Carf, Carlos Higino. Em março, o tribunal administrativo já havia alcançado um volume recorde de julgamentos. A queda no estoque foi de R$ 70 bilhões, a maior desde a pandemia.

O estoque, porém, ainda soma cerca de R$ 1 trilhão, distribuídos em aproximadamente 80 mil processos tributários. De acordo com Higino, esse valor continua alto porque, enquanto há processos saindo do Carf, outros estão entrando a partir de recursos contra condenações proferidas pelas Delegacias Regionais de Julgamento (DRJs).

A meta de julgamentos para 2024 segue em R$ 870 bilhões, para gerar uma arrecadação de R$ 55,6 bilhões, montante mantido no relatório de receitas e despesas do governo apresentado na última semana — além dos casos em que sai vitorioso, o contribuinte, quando perde, ainda pode recorrer ao Poder Judiciário. O Carf não faz o controle de quantos encerram a disputa na esfera administrativa ou dão sequência ao litígio.

No segundo semestre, a ideia é acelerar os julgamentos. O Conselho pretende lançar um sistema de inteligência artificial para ajudar os conselheiros a elaborarem as minutas dos votos. O sistema vai se chamar "Iara" e está sendo desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). "Quando estiver rodando, teremos como aumentar a produtividade dos conselheiros", disse Higino.

Além disso, o presidente espera uma mudança no fluxo de julgamentos com a aprovação de súmulas. Desde a edição da Lei nº 14.689, de 2023, as súmulas do Carf passaram a ser de observância obrigatória pelos auditores fiscais, o que significa que as Delegacias Regionais de Julgamento também precisam seguir os entendimentos do Conselho — antes não eram obrigados, então podiam julgar de forma diferente, o que dava margem para recursos ao Carf apenas para aplicação da jurisprudência.

"Precisamos ter uniformidade e que as decisões do Conselho consigam ser observadas desde o lançamento na Receita Federal", afirmou Higino.

Vários fatores contribuíram para as quedas recordes do estoque , de acordo com o presidente. Os principais são: julgamentos de casos de alto valor, o que não foi possível durante a pandemia de covid-19, o retorno do voto de qualidade (o desempate pelo voto duplo do presidente da turma julgadora, representante da Fazenda) e a regulamentação do bônus dos auditores — até o pagamento ser regulamentado, sessões foram paralisadas por falta de quórum. Ainda foram criadas novas turmas de julgamento e o número de conselheiros aumentou.

Higino destacou ainda que "algumas decisões do Carf incentivaram transações e acordos no âmbito da PGFN [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional]". Ele citou como exemplo o recém-aberto edital sobre contratos de afretamento, uma discussão bilionária que o setor de óleo e gás vem perdendo no Carf.

Em 2023, ainda ocorriam pedidos para retirada de pauta de grandes processos, o que tem se normalizado, segundo o presidente. "Em 2024 e talvez 2025, devemos ter uma redução muito forte do valor [do estoque]. O montante de R$ 1 trilhão é inaceitável", disse. Além do valor do estoque, o presidente também projeta uma redução no número de processos na sequência, nos próximos dois anos.

"Estamos caminhando para ver o Carf dobrar o recorde de valores julgados em um único ano, que atualmente é de R$ 430 bilhões", afirmou Jorge Mussa, do Pinheiro Neto Advogados.

Em 2015, lembrou o tributarista, o Tribunal de Contas da União (TCU) estimou que seriam necessários 77 anos para julgar todo o acervo de processos no Conselho e, desde então, foram implementadas diversas mudanças, como os lotes de repetitivos e o aumento do número de turmas julgadoras com o mesmo número total de conselheiros.

No ritmo atual, acrescentou, o Carf levaria apenas 10 anos para julgar todos os processos. "Mas poderá diminuir pela metade o valor em estoque ainda neste ano, se consolidando como um exemplo de sucesso em gestão processual."

A advogada Ana Paula Lui, sócia do Mattos Filho, destacou que o Carf ainda vem fazendo alguns ajustes para aumentar o volume de julgamentos, como a criação de novas turmas — mesmo que para isso desfalque, ainda que temporariamente, turmas existentes. Para a advogada, o mês de maio foi de ajuste de turmas e até distribuição de processos. "Isso pode ter dado uma truncada no andamento que vinha bem e corrido, com muitos julgamentos", afirmou.

A tributarista espera que o ritmo continue acelerado no segundo semestre. "Até pelo volume de processos pautados, vemos que eles estão levando a sério aumentar o número de julgamentos e zerar o estoque", disse. O Carf tem, inclusive, acrescentou, realizado algumas sessões de julgamento durante as segundas e sextas-feiras — as sessões eram sempre de terça a quinta.

A advogada afirmou que ainda não é possível observar se o Carf está mais ou menos favorável aos posicionamentos da Receita Federal. Mas disse ter percebido mudanças em decorrência da retomada do voto de qualidade. "Está bem parecido com o que o Conselho já era, inclusive com a volta de alguns antigos conselheiros."

WASHINGTON COSTA/MF

"Decisões do Carf incentivaram transações e acordos no âmbito da PGFN"
Carlos Higino

Fazenda conta com aumento no ritmo de julgamentos

Lu Aiko Otta
De Brasília

O aumento no ritmo de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) é uma das principais apostas do Ministério da Fazenda para manter a arrecadação federal em linha com as projeções de receitas do orçamento federal, comentou fonte da área econômica.

No primeiro quadrimestre do ano, a arrecadação federal ficou em R$ 886,642 bilhões, conforme dados divulgados na semana passada pela Secretaria da Receita Federal. O montante coincide com o esperado pela área econômica para o período.

Isso é considerado um feito importante, uma vez que as projeções para as receitas de 2024 são bastante "exigentes". Se não fossem assim, não seria possível atingir a meta de déficit zero este ano.

Questionada se seria possível manter o bom ritmo no restante do ano, a fonte comentou que a expectativa é positiva, principalmente porque os julgamentos do Carf começam a ganhar velocidade e a impactar os cofres públicos.

O governo estima recolher R$ 55,647 bilhões com os julgamentos no Carf este ano. A partir de maio, haverá um marcador para identificar os pagamentos referentes a eles. Assim, será possível acompanhar melhor a evolução dessas receitas.

Além dos ingressos do Carf, outros fatores devem impulsionar a arrecadação neste ano. Em maio, é esperado uma alta nas receitas do Imposto de Renda, por causa dos recolhimentos sobre estoques investidos no exterior. O prazo para pagar o IR com a alíquota reduzida de 8% se encerra no dia 31.

Também acaba no dia 31 o prazo para entrega das declarações para a autorregularização tributária das empresas que utilizaram, até 2022, subvenções estaduais para gastos de custeio da forma que a Receita considera irregular. Nesse caso, é oferecido desconto de até 80% no valor devido. Informações de mercado, porém, apontam para baixa adesão à autorregularização.

A intenção da Receita é iniciar processos de fiscalização após encerrado o prazo para correção voluntária das declarações. Nesse caso, serão aplicadas as multas de praxe, que começam em 75%. Como comentou um integrante do Fisco: "Somos gatinhos na autorregularização, mas depois do dia 31 de maio seremos leões."

A tributação dos investimentos offshore se soma aos recolhimentos do Imposto de Renda sobre fundos de investimentos exclusivos, que renderam R$ 11,4 bilhões, segundo dados divulgados na semana passada. São duas fontes de receita que não vão se repetir.

Para alcançar os R$ 2,704 trilhões em receitas projetadas para este ano, o governo conta também com o pagamento de R$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras. Até agora, a estatal decidiu pela distribuição de metade desse montante. No entanto, as receitas foram projetadas considerando que a outra metade será paga até o fim do ano.

Receita adota tratado e permite alíquota menor de IRRF

Marcela Villar
De São Paulo

A Receita Federal permitiu que uma refinaria de petróleo brasileira adote alíquota menor do Imposto de Renda (IRRF) em operações com os Emirados Árabes Unidos (EAU) — país que está na "lista negra" do órgão por ser considerado paraíso fiscal. Na visão da Fisco, mesmo que o país do Oriente Médio esteja em jurisdição de tributação favorecida e a alíquota maior, de 25%, devesse ser aplicada, prevalece o tratado firmado entre os dois países, que afasta a dupla tributação e prevê alíquota de 15% na contratação de serviços técnicos.

O entendimento está na Solução de Consulta nº 110, editada recententemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que vincula todos os auditores fiscais. Segundo tributaristas, a interpretação é importante por seguir a jurisprudência dos tribunais superiores, que determina a prevalência de tratados internacionais sobre a legislação interna. Os EAU são um dos 38 países com quem o Brasil tem acordo para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.

O contribuinte resolveu consultar a Receita para saber qual regra aplicar: a estabelecida no tratado entre os dois países (Decreto nº 10.705, de 2021), que prevê alíquota de 15% na contratação de serviço técnicos com empresas nos EAU, ou a da Lei nº 9.779, de 1999, aliada a uma instrução normativa, que incluíram os Emirados Árabes no rol de jurisdições favorecidas. Para evitar a evasão fiscal, o percentual aplicado seria de 25% do IRRF. Por ter uma posição mais conservadora, a empresa que fez a consulta tem feito a retenção na fonte pela segunda opção.

Ao responder ao questionamento, a Receita afirmou que, mesmo que os tratados não tenham força para revogar a legislação interna, o artigo 98 do Código Tributário Nacional (CTN) assegura que devem ser priorizados. "Os tratados internacionais não revogam a legislação interna. Ela continua válida, porém tem sua aplicação contida pelo tratado internacional. Desse modo, o tratado age limitando a pretensão tributária do Estado", afirma a Cosit. A Receita reforçou ser preciso cumprir os requisitos do tratado, como comprovar a residência da empresa nos EAU, para usufruir dos benefícios.

DIVULGAÇÃO

"Solução de consulta ilustra a importância da obediência aos tratados"
Caio Malpighi

Na visão do tributarista Caio Malpighi, do escritório VBSO Advogados, o esclarecimento é relevante, pois ilustra a importância da obediência aos tratados para definir a tributação de remessas ao exterior. "É muito positivo para os contribuintes, porque é um caso em que a empresa está em paraíso fiscal. A regra específica diz que a alíquota aplicada deveria ser majorada", afirma.

A notícia, acrescenta, é positiva para quem importa serviços do exterior e arca, no contrato, com o ônus da alíquota maior do IRRF. Segundo Malpighi, esses contratos podem se tornar menos onerosos para os contratantes, que já prevendo a retenção, pagam mais caro pelos serviços. Ele também diz que o IRRF é uma forma de simplificar a cobrança de tributos e, nos casos em que há a contratação internacional, é a maneira da Receita tributar a renda de pessoas fora do Brasil.

Apesar do aparente conflito entre as normas, o advogado Renato Coelho, sócio do Stocche Forbes Advogados, afirma que "não há antinomia" entre elas. "Se você não partir do pressuposto que o tratado tem prevalência sobre a lei interna, esvazia o motivo da existência do tratado", diz ele, lembrando de precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo o advogado, seria sensato remover os Emirados Árabes Unidos na lista de países considerados paraísos fiscais pela Receita, já que o tratado dá tratamento diferenciado. "Há uma incoerência entre o Brasil evitar dupla tributação com determinado país e, ao mesmo tempo, considerar como paraíso fiscal", afirma Coelho, adicionando que esse tema não teria como vir na solução de consulta.

Ele também entende que, apesar de a Cosit se referir apenas a serviços técnicos, a mesma lógica se aplica para rendimentos de outras naturezas, como pagamento de juros, dividendos ou ganho de capital. "Se vier uma legislação que passe a fazer a tributação de dividendos com alíquota de 20%, o tratado continuaria limitando a alíquota a 15%", diz. "Não será aplicada a alíquota interna se a alíquota do tratado for inferior", adiciona.

O tratado foi firmado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante um contexto político de aproximação entre os dois países. "Quando há a aproximação comercial, não é desejável a dupla tributação. Torna a relação onerosa e acaba desincentivando os negócios", afirma o advogado Caio Malpighi.

Comunicação de incidentes de segurança da informação

Opinião Jurídica

Felipe Palhares

Todas as empresas sofrerão um incidente de segurança. Em algum momento, a quebra de ao menos um dos três pilares da segurança da informação (confidencialidade, integridade e disponibilidade) inevitavelmente ocorrerá em toda organização, indiferentemente do seu porte, setor ou da preparação prévia para evitar situações dessa natureza.

Um e-mail enviado para um destinatário errado, um HD externo perdido, um celular corporativo roubado ou um currículo reutilizado como papel rascunho são todos exemplos de incidentes de segurança, alguns deles triviais. Não é, portanto, uma questão de se isso acontecerá, mas sim de quando isso acontecerá.

De acordo com a LGPD, incidentes de segurança que envolvam dados pessoais e que possam resultar em riscos ou danos relevantes para os titulares devem ser comunicados à ANPD e às pessoas físicas afetadas. A função primordial dessa comunicação é permitir que os titulares afetados tenham conhecimento do evento e, com isso, possam adotar as medidas que entendam cabíveis para prevenir eventuais prejuízos ou danos maiores.

Até recentemente, pairavam dúvidas a respeito de aspectos práticos sobre a forma, prazo e detalhes fundamentais de respectiva comunicação, uma vez que o legislador, ao editar a LGPD, deixou propositadamente diversas lacunas na legislação a serem preenchidas pela ANPD, mediante posterior regulamentação do tema.

Em abril, após mais de três anos e meio da entrada em vigor da LGPD, foi editado o Regulamento de Comunicação de Incidentes de Segurança, com a publicação da Resolução CD/ANPD nº 15/2024. Dentre os preceitos nele estipulados, há três pontos que chamam atenção e devem necessariamente estar do radar de todas as organizações que estão sujeitas à LGPD.

O primeiro deles é relacionado aos novos prazos instituídos pelo regulamento, a começar pelo prazo para realização da comunicação inicial, que deve ocorrer em até três dias úteis, contados da data do conhecimento de que o incidente afetou dados pessoais.

Na prática, é um prazo inviável para a completa compreensão de incidentes complexos, como ataques de ransomware, que demandam investigações forenses extensas, especialmente em organizações de grande porte. Ainda que exista a possibilidade de uma comunicação complementar ser feita dentro de 20 dias úteis, esse prazo também será insuficiente em boa parte dos cenários considerando os esforços que precisam ser empregados na gestão de crises cibernéticas.

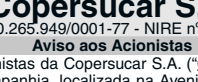
O segundo deles diz respeito à necessidade da condução de trabalhos técnicos após a identificação do incidente para avaliar o evento profundamente, investigando a sua causa raiz e sua extensão. O regulamento inclui em uma de suas disposições a menção a documento nomeado de relatório de tratamento do incidente. Para fins de demonstração da observância da organização ao princípio da responsabilização e da prestação de contas, previsto na LGPD, não restam dúvidas que será um documento exigido pela ANPD.

O terceiro ponto de atenção está atrelado à publicidade que será conferida às comunicações de incidentes de segurança. A ANPD vinha adotando como regra a não divulgação de informações a respeito de incidentes de segurança comunicados por controladores de dados, o que tende a mudar diante das disposições previstas no regulamento, que estabelecem que a comunicação não é coberta por sigilo e que a ANPD poderá disponibilizar em seu sítio eletrônico detalhes sobre comunicados recebidos.

Esse último aspecto pode, inclusive, levar organizações a evitarem a realização de comunicações de incidentes em virtude do dano reputacional que a mera menção de que determinada empresa comunicou um evento dessa natureza pode gerar.

Fato é que o regulamento mudará completamente o jogo no que tange ao posicionamento que será adotado pelas empresas diante de um incidente. Para aquelas que achavam que não precisariam fazer nada em relação à LGPD, é hora de repensar essa estratégia com urgência, já que a legislação era igual a uma gripe, que poderia pegar ou não, já passou faz bastante tempo.

Uma coisa é certa: quem não tiver um plano de resposta a incidentes de segurança bem estruturado, que tenha sido testado, seja constantemente monitorado e com o adequado treinamento de seus empregados para seguir os passos nele definidos, jamais conseguirá cumprir com os prazos previstos no regulamento ou com as demais obrigações nele instituídas. E para quem não cumprir com o regulamento, a multa pode até demorar a chegar, mas ela certamente virá.

Felipe Palhares é sócio da área de Proteção de Dados e Cybersecurity do BMA Advogados

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00289515252024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico - Aquisição de Medicamentos.
Nº Processo: 024.00063265/2024-17.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais e Administrativa com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 16 (dezesseis).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 27/05/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 28/05/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 11/06/2024 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

COMUNICADO

DESPACHO SENHORA COORDENADORA CRH 24/05/2024
Nº do Processo: 024.00007653/2024-18
Interessado: COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
Assunto: MOGI PASSES - FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA O EXERCÍCIO DE 2024
NÚMERO DE REFERÊNCIA: INEX Nº 13/2024
Trata o presente MOGI PASSES - fornecimento de vale-transporte para o exercício de 2024, conforme solicitação - Documento de Formalização de Demanda (DFD) 48/2024, 0028199380.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0028864456, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO**, observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Análogo CJ/SS nº 369/2024, a contratação da empresa **MOGI PASSES COMÉRCIO BILHETES ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ: 07.715.946/0001-83**, fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para o fornecimento de vale transporte para o exercício de 2024 - MOGI PASSES, no valor total de **R$ 2.760,00 (dois mil setecentos reais).**

Copersucar S.A.

CNPJ nº 10.265.949/0001-77 - NIRE nº 35300360401
Aviso aos Acionistas
Comunicamos aos Senhores Acionistas da Copersucar S.A. ("Companhia"), que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A-1, 12º andar, sala 01, Vila Gertrudes, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024. São Paulo, 24 de maio de 2024. Copersucar S.A. **A Administração**

PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/ME 09.538.973/0001-53 - NIRE 35.3.00490.231
Companhia Aberta – Código CVM 21.644
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 25ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Série da 1ª Emissão ("Titulares", "CRI" e "Emissão", respectivamente) da PDG Companhia Securitizadora ("Securitizadora"), para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada de forma exclusivamente digital, coordenada pela Securitizadora, conforme informações gerais a seguir, em primeira convocação, em **17 de junho de 2024, às 14:00 horas**, para deliberar sobre: **(a)** aprovar a liberação de todos os imóveis em garantia remanescentes do Patrimônio Separado dos CRI e, consequentemente, todos e quaisquer recebíveis e despesas deles decorrentes, automática e imediatamente após a liquidação do saldo devedor, decorrente da aprovação do aumento de capital pela PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.955, 10º andar, conjunto 101, Vila Olímpia, CEP 04.548-005 ("Devedora"), nos termos do comunicado ao mercado divulgado em 24 de abril de 2024 e respectiva subscrição das ações pelos Titulares dos CRIs; **(b)** aprovar a liquidação do saldo devedor do CRI, que atualmente é extraconcursal, na forma estabelecida no processo de recuperação judicial da Devedora e da Emissora, o qual tramita nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100, na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP ("Recuperação Judicial"), considerando as negociações e interações entre a Devedora e os Titulares dos CRI; **(c)** ratificar o novo saldo devedor dos CRI a ser pago pela Devedora, nas condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial da Emissora, considerando (i) suspensão da exigibilidade de juros após o vencimento ordinário da Emissão e a amortização de parte do principal realizada com os recursos oriundos das vendas dos Imóveis que integravam a garantia fiduciária, aprovado nas Assembleias anteriores; (ii) os critérios de liquidação compatíveis com os da Sentença de Encerramento da Recuperação Judicial, proferida pelo Juiz em 14/10/2021, e (iii) interações entre a Devedora e os Titulares dos CRI; **(d)** caso aprovada a pauta dos itens (a) a (c) acima, aprovar o pagamento do novo saldo devedor do CRI, observando-se a forma estabelecida no Plano de Recuperação Judicial, compatível com a classe dos créditos quirografários, que será pago nos termos da Opção F, prevista nos termos da cláusula 4.4.1.6. do Plano da Recuperação Judicial da Emissora; **(e)** caso aprovadas as pautas dos itens (a) a (d) acima, aprovar o pagamento das despesas da emissão devidas e em aberto, desde a data de vencimento dos CRI até a presente data, atualmente devidas pelo Patrimônio Separado, e aquelas que eventualmente sejam devidas até o encerramento definitivo do Patrimônio Separado, à ser pago diretamente pela Devedora, no prazo que venha ser negociado entre a Devedora e os respectivos prestadores de serviços do Patrimônio Separado, sendo certo que tais despesas são extraconcursais e decorrentes das atuações dos prestadores de serviço do CRI. **(f)** caso aprovadas as pautas dos itens (a) a (d) acima, aprovar: (i) a suspensão do pagamento dos serviços prestados pelo Agente Fiduciário e pelo Agente Escriturador, Agente de Garantias, custodiante, assessor legal (NFA), bem como dos custos de manutenção do Patrimônio Separado; e (ii) que uma vez comprovada pela Securitizadora, por meio de relatório gerencial e de declaração subscrita por seus representantes legais, que a totalidade dos Titulares de CRI estejam devida e perfeitamente incluídos na lista de credores da Devedora e dentro do escopo de liquidação na forma do Plano de Recuperação Judicial, aprovar o Encerramento do Patrimonio Separado e o encerramento dos serviços prestados pelo Agente Fiduciário e pelo Agente Escriturador, Agente de Garantias, custodiante, assessor legal (NFA), bem como os demais que atualmente prestam serviço à presente Emissão; **(g)** Dispensar a contratação, pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário, de assessores legais para atuação em nome dos Titulares de CRI e/ou do Patrimônio Separado, tendo em vista a novação acima proposta (individualização dos créditos e inclusão no âmbito dos créditos novados pelo Plano de Recuperação Judicial), nos atos preparatórios e suficientes para liquidação dos saldos devedores do CRI, na forma estabelecida nos itens (c) e (d), observado o disposto no item (f); A Assembleia Geral Extraordinária será realizada ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação "Teams", nos termos da Resolução CVM 60, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente pela Emissora. O Titular participante deverá votar na Assembleia Geral Extraordinária exclusivamente à distância, devendo observar o procedimento abaixo indicado. O Titular poderá ser representado por outro titular ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário (securitizadora-endividamento@pdg.com.br; af.assembleias@oliveiratrust.com.br), com pelo menos, 02 (dois) dias úteis de antecedência da Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 12.3.5, do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRI que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação detidos pelos presentes, conforme cláusula 12.3.2, do Termo de Securitização. Procedimento para a participação e votação à distância: (a) Link de acesso à transmissão da Assembleia Geral Extraordinária que será oportunamente enviado ao Titular (ou seu procurador) que manifestar o interesse em participar da Assembleia Geral Extraordinária; (b) Necessário copiar e colar o endereço eletrônico no navegador, para acessar a plataforma Teams. (c) A participação e a votação do Titular (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. (d) Recomendamos que o Titular (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia Geral Extraordinária para eventuais ajustes em sua conexão. (e) Caberá ao Titular (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomenda-se o uso de internet banda larga ou similar. (f) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância. (g) A Assembleia Geral Extraordinária será gravada para os devidos fins legais.

São Paulo, 21 de maio de 2024.
PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Jardim Marajoara (Campo Grande). Av. Interlagos, nº 1.900. Apto. 43B no 4º andar ou 6º pavimento, na Ala "B" ou Buriti do Condomínio New Home Jardim Marajoara, com direito a 01 vaga indeterminada na garagem coletiva, localizada nos subsolo ou pavimento térreo. Apartamento. Área priv. 58,9175m². Matr. 359.993 do 11º RI local. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão:** 11/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 665.615,44. **2º Leilão:** 14/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 233.400,00. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - **tel.: (11) 3149-4600**. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Higienópolis. Av. Angélica, nº 1.311. Apto. 702 no 7º andar do Edifício Angélica. Apartamento. Área útil 86,00m². Matr. 29.395 do 5º RI local. Obs.: (I) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 11/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.876.716,17. **2º Leilão:** 14/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.578.950,70. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - **tel.: (11) 3149-4600**. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8
Código CVM nº 02234-9
VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (**"Companhia"**), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 (**"Lei das S.A."**) e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/22 (**"RCVM 81"**), convocar a Assembleia Geral Extraordinária (**"Assembleia"**), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 18 de junho de 2024, às 14h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda SOMA S.A. (**"Grupo SOMA"**) pela Companhia (**"Protocolo e Justificação"**) celebrado pelos administradores da Companhia e do Grupo SOMA, em 18 de maio de 2024, que contêm todos os termos e condições para a implementação da incorporação do Grupo SOMA pela Companhia (**"Incorporação"**), na forma do "Acordo de Associação e Outras Avenças", celebrado entre acionistas da Companhia e do Grupo SOMA; (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido do Grupo SOMA (**"Laudo de Avaliação"**); (iii) o Laudo de Avaliação; (iv) a Incorporação, cuja eficácia ficará subordinada ao implemento (ou renúncia, conforme aplicável) de determinadas condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação (**"Verificação das Condições"**); (v) subordinado à Verificação das Condições, o aumento do capital social e a emissão de novas ações da Companhia a serem subscritas pelos administradores do Grupo SOMA em nome dos acionistas do Grupo SOMA, na proporção de suas respectivas participações no capital social do Grupo SOMA e integralizado mediante a versão do patrimônio líquido do Grupo SOMA a ser incorporado pela Companhia, (**"Aumento de Capital"**); (vi) subordinado à Verificação das Condições, a alteração da denominação social da Companhia (**"Alteração da Denominação Social"**); (vii) subordinado à Verificação das Condições, a reforma integral do estatuto social da Companhia, com vistas a: (a) atualizar o capital social da Companhia, considerando o Aumento de Capital; (b) aumentar o limite de capital autorizado; (c) ajustar previsões estatutárias às normas legais e regulamentares e complemento do objeto social; (d) incluir previsão de indenidade; (e) ajustar as regras de organização, composição e eleição dos membros do Conselho de Administração, bem como para a realização e participação nas reuniões do Conselho de Administração; (f) ajustar, incluir e excluir competências do Conselho de Administração; (g) ajustar as regras de organização e composição dos membros da Diretoria e ajustar as competências dos Diretores; (h) estabelecer o comitê de auditoria como órgão estatutário e definir regras de funcionamento e composição; (i) incluir previsão de oferta pública de aquisição por atingimento de participação relevante; (j) renumerar os dispositivos (**"Reforma do Estatuto"**); (viii) subordinado à Verificação das Condições e à Reforma do Estatuto, a consolidação do estatuto social da Companhia (**"Consolidação do Estatuto"**); e (ix) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da Verificação das Condições e da eficácia da Incorporação, do Aumento de Capital, da Alteração da Denominação Social, da Reforma do Estatuto e da Consolidação do Estatuto. A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio dos seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação à distância; e (b) boletim de voto à distância. Para participação na Assembleia pelo sistema eletrônico para participação a distância, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia, impreterivelmente, até **16 de junho de 2024**, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir (**"Cadastro"**). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba *link* e senha de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 24 de maio de 2024. **José Ernesto Beni Bologna -** Presidente do Conselho de Administração.

AMERICA NET S.A.

CNPJ/MF nº 01.778.972/0001-74 - NIRE 35.300.561.546
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, na sede social da **America Net S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01. 778.972/0001-74 e com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 35.300.561.546 ("**Companhia**"), localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, no 939, conjunto 502, Torre Jacarandá, Tamboré, CEP 06460-040 ("**Assembleia Geral**"). **2. Convocação e Presença:** Edital de convocação publicado, em primeira convocação, no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 6, 7, 8, 9 e 10 de abril de 2024, nas páginas E2, E4 e E5, nos termos dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada **("Lei das Sociedades por Ações"**). Presentes ainda o Sr. Eduardo da Silva Vale, na qualidade de representante da administração da Companhia e o Srs. Francisco Braga e Lazzaro Serruya, na qualidade de representantes dos auditores independentes. **3. Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicadas no jornal "Valor Econômico", em 04 de maio de 2024. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Sra. Larissa Fuentes de Freitas Borges; Secretário: Sr. Lucas Dias de Queiroz. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao Exercício Social; **(iii)** a ratificação do montante individual da remuneração pago aos administradores no exercício social de 2023; e **(iv)** a proposta da administração para a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **6.1** Aprovar o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social. **6.2** Aprovar a destinação do resultado da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("**Exercício Social**"), no qual foram apurados prejuízos no montante de R$ 243.086.017,55 (duzentos e quarenta e três milhões, oitenta e seis mil, dezessete reais e cinquenta e cinco centavos), que serão destinados à conta de prejuízo acumulado da Companhia, não havendo, portanto, lucros a serem destinados aos acionistas. **6.3** Ratificar o montante individual da remuneração pago aos administradores no exercício social de 2023. **6.4** Deliberar que os administradores da Companhia não farão jus ao recebimento de remuneração em razão do exercício dos seus cargos no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024. **6.5** Os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia consideraram como sanada a inobservância do prazo para publicação dos documentos indicados no Art. 133 da Lei das Sociedades por Ações. **7. Documentos Arquivados na Companhia:** Foi arquivada pela Companhia a íntegra da gravação dos trabalhos da Assembleia, bem como os seguintes documentos: (i) demonstrações financeiras relativas Exercício Social, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes; e (ii) instrumento de mandato e documentos de representação apresentados pelos acionistas presentes. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Larissa Fuentes de Freitas Borges - Presidente; e Lucas Dias de Queiroz - Secretário. *Atestamos que o acima exposto foi extraído da ata lavrada em livro próprio*. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. **Lucas Dias de Queiroz -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 199.844/24-0 em 10/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - NIRE 35 3 0004818 1
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 14 de março de 2024. **HORÁRIO**: 18h00min. **LOCAL**: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade de seus membros. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente; Marcos Lima Monteiro - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a destituição e eleição do Diretor Presidente. **DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, o Conselho de Administração da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Sociedade") deliberou por unanimidade: **I.** Destituir, a partir desta data, o Sr. **FABIO ALBERTO AMOROSINO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, do cargo de Diretor Presidente da Sociedade; e **II.** Eleger o Sr. **MARCOS LIMA MONTEIRO**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, para o cargo de Diretor Presidente. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 80/22 da Comissão de Valores Mobiliários, e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia, sendo certo que sua posse se dará após a devida a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Marcos Lima Monteiro - Secretário. **MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Marcos Lima Monteiro - Membro. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Marcos Lima Monteiro - Secretário. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 207.224/24-9 em 21 de maio de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do Centro de Vargem Grande Paulista/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC VARGEM GRANDE PAULISTA. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 179,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse: Rua Mario Scarvance, Rua Harold Loyd, Rua Manuelino do Prado, Rua Paulo Silva; Rua Benedito A. de Oliveira, Rua Gisele, Rua Giane, Rua Professor Valdecir Campestre, Rua Suez, Marginal Elias Alves da Costa, Rua Inconfidência Mineira, Rua Antonio Soares Rodrigues, Rua José Bigarelli, entre outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam ao interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, e-mail edimarques@correios.com.br, (11) 4313-8053.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
8.920.632-0 SE/SPM

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 310 LOTES - DIA: 28.05.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 28.05.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 98861115XMK423211 - 9BWAG5BZ2LP012726 - 98867512RNKL21527 - SALVA2BG6CH629124 - 94DFCAP15PB110912 - 988611122GK006891 - 9BD19713HJ3337079 - 9BGKS48V0JG321507 - 8AFSZZFFCJJ056938 - 9BGXF19X04C159762 - 9BGEP48H0LG183664 - 9BD27801052466538 - JTMBD31V465029957 - 93HFA65307Z213479 - 93HGE8890AZ205392 - 9362NKFWXEB060973 - 9BGTU75C0AC156161 - KMHDC51EBBU275343 - 9BGRZ08907G154544 - 9BWAB45U1EP154979 - KNAPB817BG7787951 - 9BGEP69H0MG214704 - 9C2KF4300MR003993 - 99Z0G3002PZ925217 - 9C2KC2500LR005634 - 95VZ92D5JJM000202 - 9BD27855MD7586504 - 9BFZF26P278005823 - 9BGXM68808B156241 - 935SDYFYYFB514069 - 9BFZF10A088199316 - 9BGRZ08F0BG193374 - 9BFZD55P9EB651045 - 93XJRKH8WCCB01868 - 9BGKT69L0EG151452 - 9BWAA45Z9E4155426 - 9BGJC75Z0EB116420 - 9BWJB09N06P011650 - 9BD265122E9011249 - 93KP0E0C09E118999 - 9BWAA45Z7E4153772 - 93HGM2620DZ115820 - 3VVSS65N3RM008907 - WAUAYJ8V9G1008585 - LJ12EKS34N4705134 - 9BGXF19X03C120836 - 9BGSN19907B202816 - 93Y5SRD64HJ579941 - 9BGXL80005C262710 - 93HFA65308Z244293 - 9BD11818MH1343738 - 9C2KC2210RR002617 - 9C2KC2200PR037069 - 9C2KC2200NR225155 - 9C6DG25D0P0009705 - 9BWAA05Z8A4066403 - 9BD255049A8864800 - 9BGRP4820FG400449 - 9BFZF55A8C8247850 - 9BGKL69U0LB156393 - 93Y4SRF84JJ050109 - JSAGYB41SC6301583 - 94DFFUK13HB108598 - 9BWMF07X5EP004651 - 9BRBB48E1A5109185 - 9BD19241RA3093350 - 9C2KC2210PR001922 - 9BWDA05U2BT074621 - 94DTBAL10EJ347534 - 9BFZH55J0J8122803 - 9BD27804D97125042 - 8AD3DN6B49G056020 - 9BD37412UG5093160 - 9BGSA1910AB247277 - 9BGXL80P0AC199230 - 9BD11812EB1160605 - 9BGTR48W08B227648 - 9BD195162D0400143 - KMHSH81DP8U309525 - 9BD15822AA6449872 - 94DTAFL10DJ648734 - 9BHBG51CAHP746864 - 9BD17202LA3562840 - 9BGRM69808G129522 - 9BGSA19X06B117989 - 9BWKB05Z364158477 - 9BGRP48F0CG273710 - 9BWAA01J644027622 - 9BWDB05U8AT116270 - 9BFZF55A4E8072127 - 9BFZF55P7D8471651 - 9BWAB09NX9P006055 - 9BWKA05Z664091439 - 9BGRG08F0CG104261 - 9BGTB08B0XB339977 - 9BWHB09A73P012124 - 9BWAA05W39T032165 - 9BWAB05Z9C4094436 - 9C2KF1710FR801467 - 9BRBB42E7B5129788 - 9BFZF54A4E8076924 - 93HGE6850AZ201669 - 93Y4SRD04FJ548876 - 9BGRZ48F0BG134891 - 9BR72ZEC488690759 - KNAJT811BB7184416 - 9BGAB69W06B224498 - 9BD17202LA3514699 - 9362MKFWXBB062605 - 9BWLB05U3AP065393 - 9BD197163D3089945 - 93HGD38805Z104844 - 9BWAB05Z0C4105579 - 9BGXF80004C167739 - 9BD118181B1119783 - 9BGAB69W08B276527 - 93YJA2B159J136430 - 9BWCA05W58P132154 - 9BGCA80X0EB163835 - 9BWAA05ZXC4058905 - 93HGM2520BZ106583 - 9BGKS48G0GG166529 - 9BWKB05U7CP198480 - 9BGKT48L0FG221359 - 9BGTB69F0YB198302 - 9BD195102E0472077 - 9BWKA05ZX74027518 - 9BFZK53A5DB460659 - 9BWAA05W7EP061008 - 9BD17350MB4332027 - 9BFZE16P488903807 - KNCSHX73AA7395665 - 9BGXH75G08C719458 - 935FCKFVYAB516663 - 9BFZK53A6DB459634 - 9BD27808MC7388735 - 9BD11812EB1128163 - 9BGXL68607C104938 - 9BGTR69D0BB205605REM - 9BWCA05W98P071052 - 9BD17106LD5869783 - 9BWAA05Z3C4090675 - 9BWAE41J6D4003574 - 93YLSR76HDJ711397 - 9BD11812181051237 - 9BWKB05U2BP023598 - 9BD17140MA5456227 - 9BFZF20A388287184 - 935CHN6AVCB561091 - 9BD15802784976055 - 9BWAA05Z4D4076401 - 3FAFP4EK2DM139286 - 9BD178236W0767706 - 9BFZF55A2D8414222 - 93XPRK94WAC915272 - 9BD195162C0149768 - 9BWAA05W9CP066840 - 935FCKFV88B551751 - 93HFA16307Z214077 - 9BWAA05W49T055132 - 8BCLCN6BYBG534937 - 9BGJB75E0GB109693 - 9BWPB45Z1E4065937 - 9BGRZ08907G265007 - 9BD17146242350809 - 93YLSR7UHBJ703337 - 9BFZD55P7JB616482 - 8AGSA19109R155799 - 9BD19240R73054842 - 9BG116GP0BC463230 - KMHD351EBFU198497 - 3FAHP08Z89R167680 - 9BGKL48U0HB151674 - 9BGRX48F0BG172226 - 9BWAA05W3CP024390 - 9BD17202LB3588410 - 9BD17164G85182595 - 9BD15844AD6714159 - 8BCLDRFJVDG501043 - 9BGKS48V0KG146096 - 9BWAG5BZ1LP062405 - 9BWCA05W38P013468 - 9C2ND1120KR001434 - 99Z0A7104KZJ27012 - 9C2KC2500LR002514 - 9C2KC2210MR016932 - 9C2JC4830PR079464 - 9C2KC2200KR083403 - 9C2KF3410LR003292 - 9BD15802AD6784193 - 9BGXL75G07C702962 - 3N1CK3CD5EL200490 - 9BFZF10A188176675 - 9BGSN1910AB191622 - 9BD17140LA5382879 - 8AFFZZFFC9J282342 - WDDFH3CW6BJ636137 - 9BD17164LB5686888 - 9BHBG51DBEP158908 - 9BRBDWHE8G0291219 - 9BGJC75E0GB177709 - 9BD17164G95310559 - 9BRB29BT7H2117498 - 9BWKA05Z284019396 - 93HGD37806Z102154 - 8AJFR22G784525307 - 9BD13561382090595 - SALLAAAF4AA547376 - 93Y5SRZ85LJ228620 - JTEBY25J060049475 - 9BHBG51DBHP726749 - 9BGKL69U0HG261880 - 9BFZF54P1C8209205 - 93HGK5830JZ116351 - 8AJBA3CD1R1793062 - 8AD2MKFWXBG019029 - 93HFB2630EZ150667 - 9BD13571AE2248507 - 8AFAR20FXFJ280726 - 9BWAB45UXDT065613 - 94DFCAP15NB140265 - 988671173NKN00255 - 9BHGA811BMP243864 - 8AJKA3CD1L3078441 - 94DBCAN17LB213315 - 98867516WLKJ72499 - 9BGKS48V0KG406179 - SALVA2BG1EH886579 - 8AFSZZFFCJJ091916 - KNAPC817BD7317367 - 9BFZK53A3DB427286 - 98MXW3006J4A44032REM - 8AWBJ6B28NA820442 - WAUDFA8U0DR000933 - 93YRBB005NJ091149 - 9BFZF55P7D8378208 - 9BD195162C0220938 - 98861115XKK234473 - 93HFA66308Z253965 - 9BFZH55L1K8228020 - 9BD17102LF5957874 - 98861110XKK228576 - 9BVAG40D8EE819408 - 93YVBU401GJ802779 - 9BFZD55J1EB724291 - 93YBSR7UHCJ128921 - 9BD17301MA4312791 - 9BWAA05Z2D4036205 - 9C2MC4400NR020605 - 9C2JC4820FR607911 - 96PERHA1XGFS01328 - 9C6DG3320M0035809 - 9BRBC3F34R8272030 - 988611152GK026147 - 9BD195102D0454528 - 93HRV2870GZ137955 - 93YBSR76HEJ736788 - 3VWDH2164FM043140 - 8A1LZBW2TBL822293 - 9BGKS48G0FG352625 - 9BGRG08F0EG103587 - 9BD17164LA5372401 - 98861112XHK118354 - 9BFZH55J8J8045193 - 93YRBB002JJ266726 - 9BWKB45U1JP061958 - 9BGKS48U0KG467829 - 9BHCP51DBLP027998 - 93HGN2670NK109463 - 9BWAH5BZ9PT604554.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES
DATA: 1º Público Leilão 07/06/2024 às 10h30 | 2º Público Leilão 11/06/2024 às 10h30

BANCO MASTER

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MASTER S/A** - CNPJ nº 33.923.798/0001-00, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa na Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada na cidade de São Paulo/SP, em 18/12/2015, e posterior Cessão de Crédito, o **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 1.301, 13º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO URBAN – TORRE 02, DO EMPREENDIMENTO CAPITAL BRÁS**, situado à Rua Piratininga, nº 201, 6º Subdistrito – Brás, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 68,000m²; Comum: 46,765m² (já incluída a área correspondente a 01 vaga de garagem); Total: 114,765m²; FIT 0,002969. Matrícula Imobiliária nº 147.573 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Cadastro Municipal nº 003.015.0516-0. Consolidação da Propriedade em 29/04/2024. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 1.007.469,96. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 1.761.519,25. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** Venda **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Fiduciantes **PHILIP PIONTKIEVICZ** – CPF nº 074.088.719-00 e **MICHELLE PIONTKIEVICZ** – CPF nº 078.430.569-20, intimados e comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, *WhatsApp* (11)97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90010/2024. Objeto: Fabricação e instalação de Mobiliário para Cúpula - PD Sede, conforme especificações constantes no Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 13/06/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

Solví Essencis Ambiental S.A. - CNPJ 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de Abril de 2024

Data, Hora, Local. 30.04.2024, às 14h00, de forma remota, considerada realizada na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400, Galpão Fundos, São Paulo/SP. **Presença.** Totalidade do capital social e na qualidade de administrador, o Sr. Celso Pedroso, Diretor Presidente. **Mesa.** Carlos Leal Villa - Presidente; e Celso Pedroso - Secretário. **Deliberações Aprovadas. 1.** Publicados, em cumprimento ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), o relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social findo em 31.12.2023 ("DFs" e "Exercício 2023"), no Jornal Valor Econômico, de forma física e digital, na edição do dia 26.04.2024. **2.** Consignar que não há dividendos a serem distribuídos, sendo o resultado absorvido pela reserva de retenção de lucros. **3.** Não instalação do Conselho Fiscal. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.04.2024. **Acionista: Solví Participações S.A.** pp. Celso Pedroso e Frederico Guimarães da Silva. JUCESP nº 202.057/24-0 em 14.05.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EMBRAER S.A.

CNPJ nº 07.689.002/0001-89
NIRE 35.300.325.761 - Companhia Aberta

Ata de Reunião da Diretoria

No dia 25 de março de 2024 realizou-se a reunião virtual da Diretoria da Embraer S.A. ("Companhia"), sob a presidência do Diretor Presidente Francisco Gomes Neto e com a participação do Vice-presidente Executivo Antonio Carlos Garcia. Iniciados os trabalhos, a Diretoria deliberou a alteração do endereço das filiais da Companhia, conforme abaixo: **(i)** Filial inscrita no CNPJ 07.689.002/0015-84 e no NIRE sob o nº 42901151470 para o seguinte endereço: Rodovia Jose Carlos Daux, S/N, KM 01 MOD 3.04 3.05 3.06 3.07 3.08 ANDAR 4 CELTA PQ TEC ALFA, Bairro João Paulo, CEP: 88.030-000, Florianópolis - Santa Catarina; e **(ii)** Filial inscrita no CNPJ 07.689.002/0014-01 e no NIRE sob o nº 35904466051 para o seguinte endereço: Avenida Santos Dumont, 1275, Lotes LI-01A, LI-01B E LI-02, Bairro Vila Angelica, CEP: 18.065-290, Sorocaba - São Paulo. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião. 25 de março de 2024. aa) Francisco Gomes Neto e Antonio Carlos Garcia. Certifico que a presente Ata é cópia autêntica extraída do Livro de Atas de reuniões da Diretoria. **Fabiana Klajner Leschziner** - Secretária. JUCESP nº 198.152/24-3 em 8/5/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.193.806/0001-46 - NIRE 35 3 0002366 8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 22 de abril de 2024. **HORÁRIO:** 10h30min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, n° 466, 14° andar, São Paulo - SP. **PRESENÇA:** Acionistas titulares de ações ordinárias, representando a totalidade do capital social com direito de voto. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA: 1.** Tendo em vista a homologação do cancelamento de registro de companhia aberta pela CVM em 28 de março 2024, realizar adaptações à governança e reformar o estatuto social, conforme abaixo: **(a)** extinção do Conselho de Administração; **(b)** alterar as regras de competência, representação e prazo de mandato da diretoria; **(c)** reforma e consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima e excluir as regras aplicáveis a companhias abertas; e **2.** Eleição dos membros da Diretoria. **PUBLICAÇÕES:** Editais de Convocação: Valor Econômico, edição de 11 de abril de 2024, página E2; edição de 12 de abril de 2024, página E2; e edição de 13 de abril de 2024, página E2, bem como no site do mesmo jornal. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME:** após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram: **1.a)** a extinção do Conselho de Administração. **b)** a alteração do prazo de mandato dos membros da Diretoria, que passa de 01 (um) ano para 03 (três) anos; **c)** a alteração das regras de competência e representação da diretoria; **d)** a reforma e consolidação do Estatuto Social, a fim de refletir **(i)** a extinção do Conselho de Administração; **(ii)** exclusão de regras aplicáveis a sociedades de capital aberto, tendo em vista a homologação do cancelamento de registro de companhia aberta pela CVM em 28 de março 2024; e **(iii)** adaptação das regras de governança e revisão geral do Estatuto Social. **2.** eleger, para compor a Diretoria, com prazo de mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027, como Diretor Presidente, **MARCOS LIMA MONTEIRO**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930; e como Diretores sem designação específica **FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF nº 206.299.018-99, portador do RG nº 25.702.961-8-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **EDUARDO PINTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF nº 116.875.908-00, portador do RG nº 19.267.703-2-SSP-SP, residente e domiciliado em Santana de Parnaíba - SP, ambos com endereço comercial na Alameda Santos, n° 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000. Os Diretores eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.970/21 do Conselho Monetário Nacional, e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Sociedade. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada, lida e achada conforme, e assinada por todos os presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2, de 2001. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. ACIONISTA: BANCO SAFRA S.A. Alberto Monteiro de Queiroz Netto. Marcos Lima Monteiro. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 205.257/24-0 em 21 de maio de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **ANEXO I - Estatuto Social do CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. - I. DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO SOCIAL: Art. 1º -** O **CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.** é uma sociedade anônima, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Art. 2º -** A sociedade tem sede e foro no Estado e cidade de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; e (ii) instalar, alterar o endereço ou extinguir dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, observadas as normas legais pertinentes. **Art. 3º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Art. 4º -** A sociedade tem por objeto social: **a)** todos e quaisquer serviços de engenharia permitidos pelas leis e regulamentos aplicáveis à espécie; **b)** atuar como representante, administradora ou procuradora de pessoas físicas e jurídicas, civis e comerciais, nacionais e estrangeiras; **c)** atuar como corretora ou incorporadora de imóveis por conta própria ou de terceiros; **d)** assistência técnica e prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive serviços especializados sobre assuntos que exigem conhecimentos técnicos profissionais de economia (Lei número 1.411, de 13.09.51, Decreto 31.794, de 17.11.52, e Resolução 67, de 14.10.57, do Conselho Federal de Economistas Profissionais), finanças e administração (Lei número 4.769, de 09.09.65, e Decreto 61.934, de 22.12.67), tais como: pesquisas de mercado, levantamentos estatísticos, análises econômico-financeiras, organizações, planejamento, controles, relatórios, pareceres, planos, implantações, projetos e estudos, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou com os quais sejam conexos, a quaisquer empresas comerciais, industriais e agrícolas. **4.1 -** A sociedade poderá também participar como sócia de outras sociedades na qualidade de quotista, acionista ou de qualquer outra forma legalmente admissível. **II. CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E DIVIDENDOS: Art. 5º -** O capital social é de R$513.078.000,00 (quinhentos e treze milhões, setenta e oito mil reais), dividido em 73.646.388 (setenta e três milhões, seiscentas e quarenta e seis mil, trezentas e oitenta e oito) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 40.394.932 (quarenta milhões, trezentas e noventa e quatro mil, novecentas e trinta e duas) ordinárias; 164.936 (cento e sessenta e quatro mil, novecentas e trinta e seis) preferenciais classe "A"; 2.330.271 (dois milhões, trezentas e trinta mil, duzentas e setenta e uma) preferenciais classe "B"; 219.863 (duzentas e dezenove mil, oitocentas e sessenta e três) preferenciais classe "C"; 2.059.517 (dois milhões, cinquenta e nove mil, quinhentas e dezessete) preferenciais classe "D"; 6.759.345 (seis milhões, setecentas e cinquenta e nove mil, trezentas e quarenta e cinco) preferenciais classe "E" e 21.717.524 (vinte e um milhões, setecentas e dezessete mil, quinhentas e vinte e quatro) preferenciais classe "F". **5.1 -** Os aumentos de capital mediante emissão de novas ações serão propostos à Assembleia Geral. **5.2 -** A Assembleia Geral que deliberar sobre o aumento de capital fixará o preço de emissão das respectivas ações, assim como as demais condições da emissão e de realização. **5.3 -** Em nenhum caso poderão ser emitidas ações preferenciais em número tal que, adicionado às ações preferenciais existentes, seja superior ao das ações ordinárias então existentes. **5.4 -** Os acionistas já titulares de ações terão preferência para subscrição ao aumento de capital, na proporção do número e da natureza das ações que possuírem, observado as prescrições legais. **5.5 -** A sociedade requererá ao Registro do Comércio o arquivamento da correspondente Ata de Assembleia no prazo de 30 (trinta) dias após a efetivação do aumento de capital. **5.6 -** Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, em uma instituição depositária, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações. **5.6.1 -** A instituição depositária das ações da sociedade é o Banco Santander (Brasil) S.A. Referida instituição poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência de ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários. **5.7 -** A sociedade poderá suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência, conversão e desdobramento de ações, aceitando-se o registro das transferências que foram apresentadas com data anterior. **5.8 -** As ações preferenciais não gozam do direito de voto, e a elas são atribuídos os seguintes direitos e/ou vantagens: **a)** o recebimento de dividendo por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, parágrafo 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item 5.9; **b)** o reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da sociedade. **5.9 -** As ações preferenciais, dependendo de sua classe, terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) se da Classe "A": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual mínimo de 5% (cinco por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos, observado o art. 6; (ii) se da Classe "B": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 12% (doze por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6; (iii) se da Classe "C": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 7% (sete por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6; (iv) se da Classe "D": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 5% (cinco por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6; (v) se da Classe "E": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 6% (seis por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6. **Art. 6º -** Dividendos declarados são aqueles que, propostos pela Diretoria, são ratificados pela Assembleia Geral Ordinária. **6.1 -** A sociedade pagará os seguintes dividendos: **a)** Dividendos atribuídos às ações preferenciais conforme itens 5.8 e 5.9, incluídos nos dividendos obrigatórios constantes do item (b) a seguir; **b)** Dividendos obrigatórios em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no respectivo exercício, limitados ao valor realizado deste lucro líquido, conforme artigos 197 e 202, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações. **6.2 -** Poderão ser declarados dividendos intermediários semestrais a título de antecipação do dividendo anual nos termos do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, não será necessária a ratificação pela Assembleia Geral Ordinária mencionada no *caput* do art. 6. **6.3 -** Salvo deliberação em contrário de Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e dentro do exercício social. **6.4 -** A sociedade poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, podendo imputar as eventuais importâncias assim desembolsadas ao valor dos dividendos previstos em lei e neste estatuto, observando-se o *caput* deste artigo e item 6.2. **6.5 -** Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto e, quando for o caso, as resoluções de Assembleia Geral. **III. ASSEMBLEIA GERAL: Art. 7º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social submetidos ao seu conhecimento. **7.1 -** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e extraordinária nos demais casos. **7.2 -** Para participar de Assembleia Geral é necessário ser acionista até 8 (oito) dias antes da data de realização de referida Assembleia. **7.3 -** Caso o acionista seja representado por procurador, o depósito do instrumento de procuração na sede social deverá ocorrer até 5 (cinco) dias antes da Assembleia Geral. **7.4 -** A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, outra pessoa indicada pelo plenário dentre os presentes. O presidente da Mesa convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **7.5 -** A Assembleia Geral Ordinária, anualmente, fixará a verba máxima para a remuneração global da Diretoria. **Art. 8º - DIRETORIA -** A Sociedade será administrada pela Diretoria, órgão de representação legal da Sociedade, com poderes e atribuições definidos neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações. **8.1 -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, sendo, um Diretor Presidente e até 10 (dez) Diretores, sem designação específica, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. **8.2 -** O prazo de gestão da Diretoria é de 3 (três) anos, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição. **8.3 -** Caberá ao Diretor Presidente designar seu substituto ou o de qualquer outro Diretor nos casos de ausência ou impedimento eventual ou temporário. Não o fazendo, caberá à Diretoria tal designação. **8.4 -** Considerar-se-á também vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **8.5 -** A Diretoria se reunirá sempre que exigirem os interesses da Sociedade, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **8.6 -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade, em caso de empate. **8.7 -** Cada Diretor e a Diretoria são investidos de poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da sociedade, competindo-lhes ainda: **a)** dirigir a Sociedade de forma diligente, em consonância com a legislação aplicável e o presente Estatuto Social; **b)** transigir, desistir, renunciar a direitos e firmar compromissos, no âmbito do art. 851 do Código Civil, em atividades correntes da sociedade; **c)** cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e da Diretoria; **d)** acompanhar a situação e o desempenho dos investimentos, os dividendos recebidos e pagos e manter o relacionamento com os seus acionistas e das empresas investidas; e **e)** acompanhar a observância das empresas investidas às regras estabelecidas pelas autoridades competentes, especialmente pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários. **8.8 -** Compete à Diretoria: **a)** orientar os negócios da Sociedade, conforme diretrizes do Diretor Presidente; **b)** exercer a representação legal da Sociedade em juízo ou fora dele; **c)** alienar e onerar bens do ativo permanente, bem como prestar quaisquer garantias em operações compreendidas ao objeto social; **d)** elaborar os relatórios e contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; **e)** declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços semestrais; **f)** escolher e destituir auditores independentes; e **g)** convocar a Assembleia Geral. **8.9 -** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ele, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados da seguinte forma: (a) por 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto; (b) por 01 (um) membro da Diretoria em conjunto com 01 (um) Procurador da Sociedade; ou (c) por 2 (dois) Procuradores da Sociedade, em conjunto, nomeados na forma deste Estatuto Social. **8.10 -** A Diretoria, representada por 2 (dois) de seus membros poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado nos respectivos instrumentos de mandato os atos e operações que poderão praticar. **8.11 -** Exceto para instrumentos de mandato com poderes da cláusula "ad judicia" e "ad judicia et extra", todos os instrumentos de mandato deverão conter: a) prazo de validade, que não poderá exceder a 01 (um) ano; b) vedação do substabelecimento; e c) no caso de instrumentos de mandato que incluam poderes para alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, concessão de crédito, assunção de obrigações, prestação de garantias reais ou fidejussórias, transação ou renúncia de direitos, emissão de títulos ou celebração de contratos, deverão constar no instrumento de mandato os montantes máximos de obrigações que podem ser assumidas por tais procuradores agindo em nome da Sociedade. **8.12 -** A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador investido de poderes específicos e nomeado com observância deste Estatuto, nos seguintes casos: **a)** para os mandatos com cláusula "ad judicia" e "ad judicia et extra", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; **b)** para o recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; **c)** para participação em licitações; **d)** para participação em assembleias gerais de acionistas, reunião de sócios ou de debenturistas de outras empresas ou fundos de investimento em que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; **e)** para representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; **f)** para representação da Sociedade em depoimentos judiciais; **g)** para representação da Sociedade perante as entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais; **h)** para assinatura de procurações eletrônicas perante administração pública ou empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; **i)** nos casos de representação feita por pessoa jurídica, desde que com poderes específicos e especiais para as operações identificadas de forma individualizada; e **j)** em outras situações que venham a ser autorizadas em Reunião da Diretoria. **8.13 -** Os atos que importem na alienação ou oneração de bens do ativo permanente e participações societárias de caráter permanente, dependerão de prévia autorização em Reunião de Diretoria, com a aprovação de no mínimo 2/3 de seus membros. **IV. CONSELHO FISCAL: Art. 9º -** O Conselho Fiscal é órgão não permanente, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, e só será instalado pela Assembleia Geral Ordinária a pedido dos acionistas na forma do artigo 161, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **9.1 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e de igual número de suplentes respectivos. A remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **9.2 -** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **9.3** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, pelos respectivos suplentes. **9.4 -** Em caso de vaga do cargo de membro do Conselho Fiscal, e sempre antes do início de qualquer reunião do Conselho, o suplente do conselheiro a ser substituído assumirá e exercerá suas funções até o término do mandato do sucedido. **9.5 -** Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de participar, consecutivamente, de mais de 2 (duas) reuniões do Conselho. **V - BALANÇO, LUCROS E SUA APLICAÇÃO: Art. 10 -** O exercício social terá início em 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão preparadas as demonstrações contábeis/financeiras, com observância das determinações legais, regulamentares e estatutárias. **10.1 -** Do resultado do exercício social e antes de qualquer participação, serão deduzidos os prejuízos acumulados registrados no Patrimônio Líquido e a provisão para o Imposto sobre a Renda. **10.2 -** O lucro líquido do exercício a ser apresentado para a Assembleia Geral Ordinária conforme item 10.4 será o que remanescer do resultado do exercício depois de deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o Imposto sobre a Renda e as participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, deduzindo-se ainda a Contribuição Social (CSLL). **10.3 -** Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **10.4 -** Anualmente, junto às demonstrações contábeis/financeiras do exercício, os órgãos da administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido apurado no respectivo exercício, calculado na forma do item 10.2, obedecendo a seguinte ordem: a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) valores que puderem ser destinados às Reservas para Contingências, quando os órgãos de administração assim entenderem apropriado; c) valor necessário ao pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio na forma disposta no art. 6º; d) valor para constituição de Reserva de Lucros a Realizar igual ao excesso, se houver, do dividendo obrigatório sobre o lucro líquido realizado, nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei das Sociedades por Ações. **10.5 -** Após a destinação e/ou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio previstos no art. 6º, o saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária, conforme a seguir: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de manter adequadas condições operacionais, observado o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, observado o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **10.6 -** A soma das reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, exceto as reservas para contingência de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **10.7 -** Os balanços serão auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **VI. LIQUIDAÇÃO: Art. 11 -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante. **VII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Art. 12 -** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às Instituições Financeiras.

INÊS 249

GrupoFleury

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 10 do mês de maio de 2024, às 09h00, na sede social da Fleury S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Morumbi, nº 8860 - andar 1 ao 8, subsolo 1 ao 4, Jardim das Acácias, CEP 04703-003, nos termos do artigo 15, §3º, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"). **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme artigo 15, § 3º do Estatuto Social da Companhia: Srs. (i) Marcio Pinheiro Mendes; (ii) Fernando Lopes Alberto; (iii) Rui Monteiro de Barros Maciel; (iv) Luiz Carlos Trabuco Cappi; (v) Samuel Monteiro dos Santos Junior; (vi) Ivan Luiz Gontijo Junior; (vii) João Roberto Gonçalves Teixeira; (viii) Victor Cavalcanti Pardini; (ix) Regina Pardini; e (x) Márcio Moura de Paula Ricardo. Em decorrência da presença de todos os membros do Conselho de Administração, ficou dispensada a convocação, nos termos do artigo 15, § 1º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** A reunião foi presidida pelo Sr. Marcio Pinheiro Mendes e secretariada pelo Sr. Fernando Aguiar Camargo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações") sobre: (i) a realização, pela Companhia, da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, sujeita a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Oferta" e "Resolução CVM 160", respectivamente), bem como os termos e condições da Emissão e da Oferta; (ii) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias para a consecução da Oferta; e (iii) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, conforme o caso, para a consecução da Oferta. **5. Deliberações:** Foram aprovadas, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas ou reservas, as seguintes matérias: **5.1.** Aprovar a realização, pela Companhia, da Emissão e da Oferta, de acordo com os seguintes termos e condições, a serem detalhados e regulados por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Fleury S.A."* ("Escritura de Emissão"): **I. Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **II. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão, sendo (i) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido); e (ii) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido). **III. Número de Séries:** A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. **IV. Quantidade:** Serão emitidas 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, em 2 (duas) séries, sendo (i) 500.000(quinhentas mil) Debêntures da 1ª (primeira) série ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) 500.000 (quinhentas mil) Debêntures da 2ª (segunda) série ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures"). **V. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **VI. Tipo, Conversibilidade e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não farão jus a participação nos lucros da Companhia. **VII. Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das Debêntures ("Debenturistas") de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia, nos termos do artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações. **VIII. Colocação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021), a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição perante a CVM, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a", da Resolução CVM 160, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures ("Garantia Firme"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores"), de acordo com os termos previstos no *"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da 9ª (Nona) Emissão da Fleury S.A."* a ser celebrado entre os Coordenadores e a Companhia ("Contrato de Distribuição"). **IX. Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série") e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, "Data de Vencimento"). **X. Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** a) Amortização das Debêntures da Primeira Série. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Primeira Série ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida na data a ser definida na Escritura de Emissão e a última na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão. b) Amortização das Debêntures da Segunda Série. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida na data a ser definida na Escritura de Emissão e a última na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão. **XI. Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (sendo assim entendido qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional, "Dia Útil"), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página da Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de (i) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis para as Debêntures da Primeira Série ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis para as Debêntures da Segunda Série ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, conforme o caso, desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização (conforme abaixo definida) da respectiva série, ou desde a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior (inclusive) da respectiva série até a próxima Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, data de pagamento decorrente de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definição a ser incluída na Escritura de Emissão), na data de Amortização Extraordinária Facultativa da respectiva série ou na data de eventual resgate antecipado facultativo total da respectiva série, o que ocorrer primeiro (exclusive). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula que constará da Escritura de Emissão. **XII. Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Amortização Extraordinária Facultativa, resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser definida na Escritura de Emissão, e o último na Data de Vencimento de cada respectiva série, conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma das datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **XIII. Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Companhia na data de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **XIV. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago. **XV. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data da Primeira Subscrição e Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Subscrição e Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores, desde que aplicado de forma igualitária às Debêntures de uma mesma série integralizadas em uma mesma data de integralização. A aplicação do ágio ou deságio será realizada em função de condições objetivas de mercado, a exclusivo critério e de comum acordo entre os Coordenadores, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa SELIC; (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI, ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA. **XVI. Garantias:** Não haverá garantias reais ou fidejussórias para as Debêntures. **XVII. Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **XVIII. Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures de cada uma das séries, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, conforme o caso, devendo a aquisição facultativa de que trata o presente item constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, conforme o caso, desde que observe as regras expedidas pela CVM. **XIX. Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da data a ser definida na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures de cada uma das séries, conforme o caso ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série a ser resgatada, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"), mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e de prêmio, equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento ao ano), incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado de acordo com fórmula que constará da Escritura de Emissão. **XX. Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de cada uma das séries, conforme o caso, endereçada a todos os Debenturistas de uma mesma série, sendo assegurado a todos os Debenturistas da respectiva série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da respectiva série por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"), nos termos que constarão da Escritura de Emissão. **XXI. Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da data a ser definida na Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures de cada uma das séries ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Companhia será equivalente a (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série a ser amortizada, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"), acrescido de (iii) prêmio, equivalente a 0,30%, incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, observados os termos a serem previstos na Escritura de Emissão. **XXII. Vencimento Antecipado:** Observada a Escritura de Emissão, o agente fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como dos demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, apurado na forma da lei e de acordo com os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão. **XXIII. Depósito para Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **XXIV. Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta serão destinados para usos corporativos gerais, como reforço de capital de giro e alongamento do passivo da Companhia. **XXV. Demais Características:** as demais características das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **5.2** Autorizar a diretoria da Companhia e/ou seus procuradores, conforme o caso, a praticar, perante qualquer entidade, todos os atos necessários para a consecução da Oferta e da Emissão, incluindo, mas não se limitando: (i) a celebração de todos os documentos relacionados à Oferta e à Emissão e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição; (ii) a negociação de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Oferta e à Emissão, inclusive as hipóteses de vencimento antecipado a serem incluídas na Escritura de Emissão; (iii) contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário; (iv) contratação dos prestadores de serviço no âmbito da Emissão, tais como: (1) os Coordenadores, (2) os assessores jurídicos, (3) o banco liquidante e escriturador; e (4) o agente fiduciário, fixando-lhes os respectivos honorários; e (v) publicação e o registro de documentos da Oferta e da Emissão perante os órgãos competentes. **5.3** Ratificar os atos já praticados anteriormente à realização desta reunião pela diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, conforme o caso, para a consecução da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Marcio Pinheiro Mendes, Presidente; Fernando Aguiar Camargo, Secretário. Conselheiros: Marcio Pinheiro Mendes, Fernando Lopes Alberto, Rui Monteiro de Barros Maciel, Luiz Carlos Trabuco Cappi, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Ivan Luiz Gontijo Junior, João Roberto Gonçalves Teixeira, Victor Cavalcanti Pardini, Regina Pardini, e Márcio Moura de Paula Ricardo. São Paulo, 10 de maio de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Marcio Pinheiro Mendes** - Presidente, **Fernando Aguiar Camargo** - Secretário. JUCESP nº 202.836/24-1 em 21/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VERO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 31.748.174/0001-60 - NIRE 35.300.522.958

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 121, parágrafo único, c/c artigo 124, §2°-A, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada **("Lei das Sociedades por Ações")**, e da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020 **("IN81")**, tendo sido permitida a participação e a votação a distância dos acionistas por meio da plataforma Teams, disponibilizada pela Vero S.A. **("Companhia")**. Conforme previsto na IN81, a Assembleia, para todos os fins legais, é considerada como realizada na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, n° 205, conjuntos 31 e 34, Vila Olímpia, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Edital de convocação publicado, em primeira convocação, no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 29, 30, 31 de março de 2024, 01, 02 e 03 de abril de 2024, nas páginas E13 a E17, E04 e E18, nos termos dos artigos 124 e 289 da Lei das Sociedades por Ações. **3. Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicadas no jornal "Valor Econômico", em 29, 30 e 31 de março de 2024, e 1 de abril de 2024 de 2024 nas páginas E13 a E17. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **4. Presença:** Presentes acionistas representando 100% do capital social da Companhia, conforme Lista de Acionistas Presentes constante do **Anexo I** à presente ata. Presentes, também: (i) na qualidade de representantes do auditor independente da Companhia, a sra. Cinthia Tiemi e sr. Raphael Costa; e (ii) na qualidade de representantes da administração da Companhia, Fabiano Oliveira Ferreira e Marcus José de Almeida Albernaz. **5. Mesa:** Presidente: Sr. Fabiano Oliveira Ferreira; Secretário: Sr. Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini, indicados na forma do Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Companhia. **6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** eventual declaração de dividendos extraordinários a serem pagos à conta da reserva de lucros; e **(iii)** a ratificação da remuneração global anual da administração da Companhia paga no exercício social de 2023, e (iv) a proposta da administração para a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024. **7. Procedimentos:** Todos os esclarecimentos sobre o funcionamento da plataforma Teams, bem como sobre a forma de manifestação dos acionistas da Companhia nesta Assembleia foram prestadas adequadamente pela mesa. Os trabalhos desta Assembleia serão gravados, sendo que a cópia de tal gravação ficará arquivada na sede da Companhia; e os novos documentos eventualmente apresentados durante esta Assembleia, que não tenham sido disponibilizados previamente aos acionistas, poderão ser visualizados simultaneamente por todos os participantes desta Assembleia. **8. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **8.1** Aprovar o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **8.2** Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma, nos termos do Art. 34 do Estatuto Social da Companhia: **8.2.1** R$ 217.553,94 (duzentos e dezessete mil quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos) serão destinados a reserva legal da Companhia; **8.2.2** R$ 1.033.381,21(um milhão trinta e três mil, trezentos e oitenta e um reais) serão destinados para o pagamento pela Companhia do dividendo obrigatório, sendo R$ 0,006826792 por ação, os quais serão pagos até 10 de maio de 2024;e **8.2.3** R$3.100.143,63 (três milhões e cem mil e cento e quarenta e três reais e sessenta e três centavos) serão destinados a reserva de retenção de lucros, para custeio dos planos de investimento e expansão da Companhia. **8.3** Aprovar distribuição de dividendos extraordinários à conta da reserva de lucros acumulados no valor de R$ 32.966.618,80 (trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta centavos), sendo R$ 0,217786269 por ação, os quais serão pagos até 10 de maio de 2024. **8.4** Aprovar a ratificação da remuneração global anual da administração da Companhia paga no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a fixação da remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024 no valor de até R$ 53.195.968,00 (cinquenta e três milhões cento e noventa e cinco mil novecentos e sessenta e oito reais), o qual abrange o limite proposto para a remuneração fixa *(e.g.* salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e encargos sociais), bem como a remuneração variável (e.g. participação nos resultados, bônus e planos de incentivo a longo prazo). **9. Documentos Arquivados na Companhia:** Foi arquivada pela Companhia a íntegra da gravação dos trabalhos da Assembleia, bem como os seguintes documentos: (i) edital de convocação; e (ii) demonstrações financeiras relativas exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Fabiano Oliveira Ferreira - Presidente; e Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini - Secretário. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. *Atesto que o acima exposto foi extraído da ata lavrada em livro próprio.* **Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 203.942/24-3 em 15/05/2024 - Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 - NIRE 35.3.0041396-2 ("Companhia")

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2024

Data/Hora/Local: 29/04/2024, 11hs, por conferência eletrônica. **Presença**: Excepcionalmente nesta reunião, esteve ausente, temporariamente e de maneira justificada, o conselheiro Rogério Amado Barzellay. Todos os demais membros do Conselho de Administração, regularmente convocados, compareceram à reunião. **Mesa**: Presidente; Sr. João Villar Garcia; Paula Paulozzi Villar, Secretária. **Deliberações aprovadas**: **5.1.** Os Conselheiros passaram à análise, discussão e deliberação, conforme abaixo: **5.2.** Eleitos: **(a)** o Sr. Gustavo Müssnich, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço em Campinas/SP, para Diretor Vice-presidente da VESA, com mandato até o mês de abril de 2026; **(b)** o Sr. Fábio Tosta Gadelha Souza, brasileiro, casado, advogado, com endereço em Campinas/SP, para Diretor Vice-presidente da VESA, com mandato até o mês de abril de 2026; **5.3.** Os diretores Vice-presidentes ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse e declaram sob a pena da Lei, não estares incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **5.4** A Diretoria Executiva da VESA fica integralmente composta da seguinte forma: - Diretor Vice-presidente, Sr. Gustavo Müssnich; - Diretor Vice-presidente, Sr. Fábio Tosta Gadelha Souza. Nada mais. Campinas/SP, 29/04/2024. **João Villar Garcia,** Presidente; **Paula Paulozzi Villar,** OAB/SP 201.610, Secretária. **Carlo Alberto Bottarelli,** Conselheiro; **Luciano Barbosa Theodoro,** Conselheiro; **Luiz Fernando Wolff de Carvalho,** Conselheiro, e **Roberto Duarte Gusmão** Conselheiro. JUCESP nº 207.104/24-4 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MEPPEL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 21.131.640/0001-00 - NIRE 35.300.485.076

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, na sede social da **Meppel Participações S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.131.640/0001-00 e com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 35.300.485.076 **("Companhia")**, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, conjunto 502, Sala 01, Conjunto Jacarandá, Tamboré, CEP 06460-040 **("Assembleia Geral"). 2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada **("Lei das Sociedades por Ações"). 3. Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicadas no jornal "Valor Econômico", em 04 de abril de 2024. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas foram disponibilizados na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Fabiano Oliveira Ferreira; Secretário: Sr. Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 **("Exercício Social")**; e **(ii)** a destinação do resultado da Companhia referente ao Exercício Social. **6. Deliberações:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, a acionista decide: **6.1.** Aprovar o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social. **6.2.** Aprovar a destinação do resultado da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no qual foram apurados prejuízos no montante de R$ 245.729.963,76 (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos), que serão destinados à conta de prejuízo acumulado da Companhia, não havendo, portanto, lucros a serem distribuídos como dividendos. **7. Documentos Arquivados na Companhia:** Foi arquivada pela Companhia a íntegra da gravação dos trabalhos da Assembleia, bem como os seguintes documentos: (i) demonstrações financeiras relativas Exercício Social, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes; e (ii) instrumento de mandato e documentos de representação apresentados pelo acionista. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão da assinatura da acionista presente, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Fabiano Oliveira Ferreira - Presidente; e Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini - Secretário. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. *Atestamos que o acima exposto foi extraído da ata lavrada em livro próprio.* **Flávio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 205.979/24-5 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS COMUNICAÇÃO DO DEVEDOR FIDUCIANTE DAS DATAS DOS LEILÕES - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 12/JUNHO/2024, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 13/JUNHO/2024, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **BOULEVARD TAMBORÉ EMPREENDIMENTO LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 09.000.546/0001-17**, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças com Força de Escritura Pública, firmando em 07.06.23 na cidade de Santana de Parnaíba/SP, o imóvel: **APARTAMENTO Nº 12, LOCALIZADO NO PAVIMENTO TÉRREO OU 1º ANDAR, DA TORRE C – BOULEVARD DE LA CHAPELLE, DO RESIDENCIAL BOULEVARD TAMBORÉ,** situado na Alameda Canto dos Pássaros, nº 95, Santana de Parnaíba/SP, com as seguintes áreas: privativa principal 223,000m2; privativa acessória 3,500m2 correspondente ao depósito nº 10, situado no 1º subsolo, privativa 226,500m2, comum 159,521m2, nela incluído o direito de uso de 01 vaga livre e 02 vagas sucessivas e indeterminadas na garagem coletiva com auxilio de manobrista, perfazendo a área total de 386,021m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,003152 ou 0,3152% no solo e nas coisas de propriedade e uso comuns do condomínio e 130,45m2 no terreno do setor residencial. Matrícula imobiliária nº 197.379 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. CCM: 244.525.355.060.303.12. Consolidação da propriedade em 07/05/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.443.993,00. 2º LEILÃO: R$ 1.523.891,92.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, ficando a desocupação a cargo do arrematante. A venda será feita em caráter a*d corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. O imóvel é foreiro. Fica o Fiduciante, **Nicolas Nicolich Nicoli, CPF/RFB: 417.861.558-00,** comunicado das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90045/2024,** referente ao processo nº **024.00023648/2024-52**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 10/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 27/05/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO: 6018.2024/0017422-0 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90393/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PRA O FORNECIMENTO DE CANABIDIOL E OUTROS - AÇÃO JUDICIAL.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30min, do dia 13 de junho de 2024,** a cargo da **4ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2024/0015411-4 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90836/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EMBALAGEM DE POLIPROPILENO 75X75 STERRAD.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30min, do dia 12 de junho de 2024**, a cargo da **4ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2024/0047167-5 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90382/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 11 de junho de 2024,** a cargo da **10ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2024/0023796-6 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90391/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO ZIEHL-NIELSEN, COLORAÇÃO, COMPOSTA: 500 ML FUCSINA FENICADA, 500 ML AZUL DE METILENO, 500 ML ÁLCOOL ÁCIDO E CONJUNTO PARA COLORAÇÃO ZIEHLGABBET E CONJ. P/COLORAÇÃO ZIEHL-GABBET.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h, do dia 12 de junho de 2024,** a cargo da **8ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2024/0040704-7 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90394/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE INSUMOS CIRÚRGICOS.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h, do dia 12 de junho de 2024**, a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2023/0078885-5 - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90377/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO - PEDRA, TRIMER, FORMA PERA E LAMPARINA METÁLICA À ÁLCOOL.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **08h00min do dia 29 de maio de 2024.**

CIDADE DE SÃO PAULO

URBANISMO E LICENCIAMENTO

CONVITE OFICINA PÚBLICA

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento convida para a Oficina Pública do **Território Educador Grajaú.** Na oportunidade, haverá apresentação do programa Territórios Educadores e coleta de informações para identificar a percepção da população sobre o território de modo a melhorar o trajeto, principalmente para as crianças da Primeira Infância, entre a escola e moradia. A oficina acontecerá no dia **04 de junho de 2024, às 19:00 horas,** no território de intervenção do Território Educador Grajaú, na Subprefeitura de Capela do Socorro (Distrito Grajaú), conforme segue:

Subprefeitura de Capela do Socorro

EMEI Maria Eugênia Fakhoury

R. Constelação do Eridano, 200 - Jardim Campinas, São Paulo - SP, CEP 04858-580.

CIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS

COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1085287-46.2023.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara da Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). PATRICIA PERSICANO PIRES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO move uma **Ação de Desapropriação contra Joaquim Antonio de Almeida Ribeiro**, CPF nº 101.514.638-40, RNE nº W-060.340-H-CGPI e **Rosemeire Cleria Raimundo Ribeiro**, CPF nº 146.221.248-40, RG nº 18.774.165-7, objetivando a desapropriação de 26,35 m² do imóvel situado nesta Capital na Avenida Itaquera, nº 95 e 97, Parque Maria Luíza, São Paulo/SP, CEP 03450-001, matrícula nº 49.596 do 9º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, cadastrado perante a municipalidade sob o nº 116.383.0017-7, declarado de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 61.044 de 10/02/2022, para implantação do "Corredor de Ônibus Leste - Itaquera mediante a oferta de R$ 49.441,23. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de maio de 2024.

Crédito privado
Tecnologia ajuda na análise de dados e tomada de decisão, diz Daniela Gamboa, da SulAmérica F4

'Fundos verdes'
Investimentos com selo de sustentabilidade e critérios ESG captam mais F5

Migração
Previdência tem alta atípica de aportes no 1º trimestre de 2024 F6

Diversificação
Investir no exterior é possível para bolsos de vários tamanhos F8

Valor F
Sábado, domingo e segunda-feira, 25, 26 e 27 de maio de 2024

Especial
Guia Valor de Fundos de Investimento

Rumo à renda fixa

Cenário Após dois anos de resgates líquidos, indústria de fundos voltou ao saldo positivo este ano, com R$ 150 bilhões entre janeiro e abril

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Raras vezes a conjunção de incertezas em relação aos indicadores macroeconômicos no Brasil e no mundo causaram tanta volatilidade no mercado financeiro como nos últimos dois anos. As dúvidas em relação ao corte de juros e ao controle da inflação nos Estados Unidos (EUA) e no mercado doméstico, além de alterações regulatórias, mudaram os rumos dos investimentos que, agora, começam a migrar mais fortemente rumo à renda fixa mais conservadora.

Na indústria de fundos, a oscilação foi tanta que o investidor saiu de dois anos de resgates líquidos de R$ 108 bilhões, em 2023, e R$ 129,7, bilhões, em 2022, para saldo positivo de R$ 150 bilhões de janeiro a abril deste ano, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O cenário foi afetado por diferentes motivos. No início de 2023, com a taxa de juros no Brasil na faixa de 13,75%, os investidores, que estavam estacionados na renda fixa, que os remunerava em dois dígitos, correram do crédito privado devido à lista de empresas que entraram em recuperação judicial, puxadas pelo emblemático caso da Americanas e, na sequência, Light e outras. Mas, no segundo semestre, com a retomada da confiança, com o início da queda da taxa de juros no Brasil e com a reforma tributária aprovada, os fundos de crédito privado deixaram a crise para trás e totalizam R$ 21,8 bilhões de aportes nos 12 meses até fevereiro de 2024.

> “O mundo depende do Fed. Quando o juro é alto lá, dificulta a atração em outros países”, *Bruno Funchal*

Para os especialistas, o cenário macroeconômico e as mudanças de regras pesaram nessa volatilidade. “É importante dizer que os EUA não mexiam na taxa de juros há décadas e que no Brasil só iniciamos corte de juros no segundo semestre de 2023. E tiveram ainda as mudanças tributárias dos fundos exclusivos e de tributação dos off shore, além das novas regras de ativos isentos de recolhimento de imposto como LCA e LCI”, observa Carlos André, presidente da Anbima.

As mudanças de regras dizem respeito às restrições impostas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em março deste ano, que determinam que só poderão emitir os certificados e letras do agronegócio e do ramo imobiliários, CRI e CRA, LCI e LCA, as empresas que atuam nesses setores. Nos últimos anos, companhias de outras áreas — como bancos, varejistas de alimentos, redes de lanchonetes e grupos hospitalares — impulsionaram a oferta desses papéis.

“O conjunto desses fatores trouxe fluxo de retorno para renda fixa, especialmente para o crédito privado e para as debêntures incentivadas”, conta André.

Tanto para as grandes gestoras de recursos do país, como Itaú e Bradesco, quanto para plataforma de investirmos como a XP, e casas especializadas como SulAmérica, o cenário de juro até o fim do ano no Brasil está dado, o que leva o investidor a colocar seu dinheiro em ativos de menor risco.

No campo externo, os EUA ditam as regras. “O excepcionalismo americano está influenciando todo o resto. Por conta da inovação e da tecnologia, os EUA estão crescendo mais, por mais tempo e com emprego bombando, inflação e juro alto. Mas a gente sabe que em algum momento isso vai se reverter”, afirma Carlos Augusto Salamonde, que lidera a diretoria de gestão de investimentos globais do Itaú Unibanco, que abrange a Itaú Asset.

Para ele, existem duas forças antagônicas e ambíguas no momento. O juro alto faz com as pessoas poupem mais, o que justifica o fluxo mais fortes em fundos de investimentos, e por outro lado, o cenário de incertezas pela volatilidade de mercado, faz com que elas se afastem do risco. Mas o executivo lembra que mesmo dentro da renda fixa, o investidor tem leque de opções.

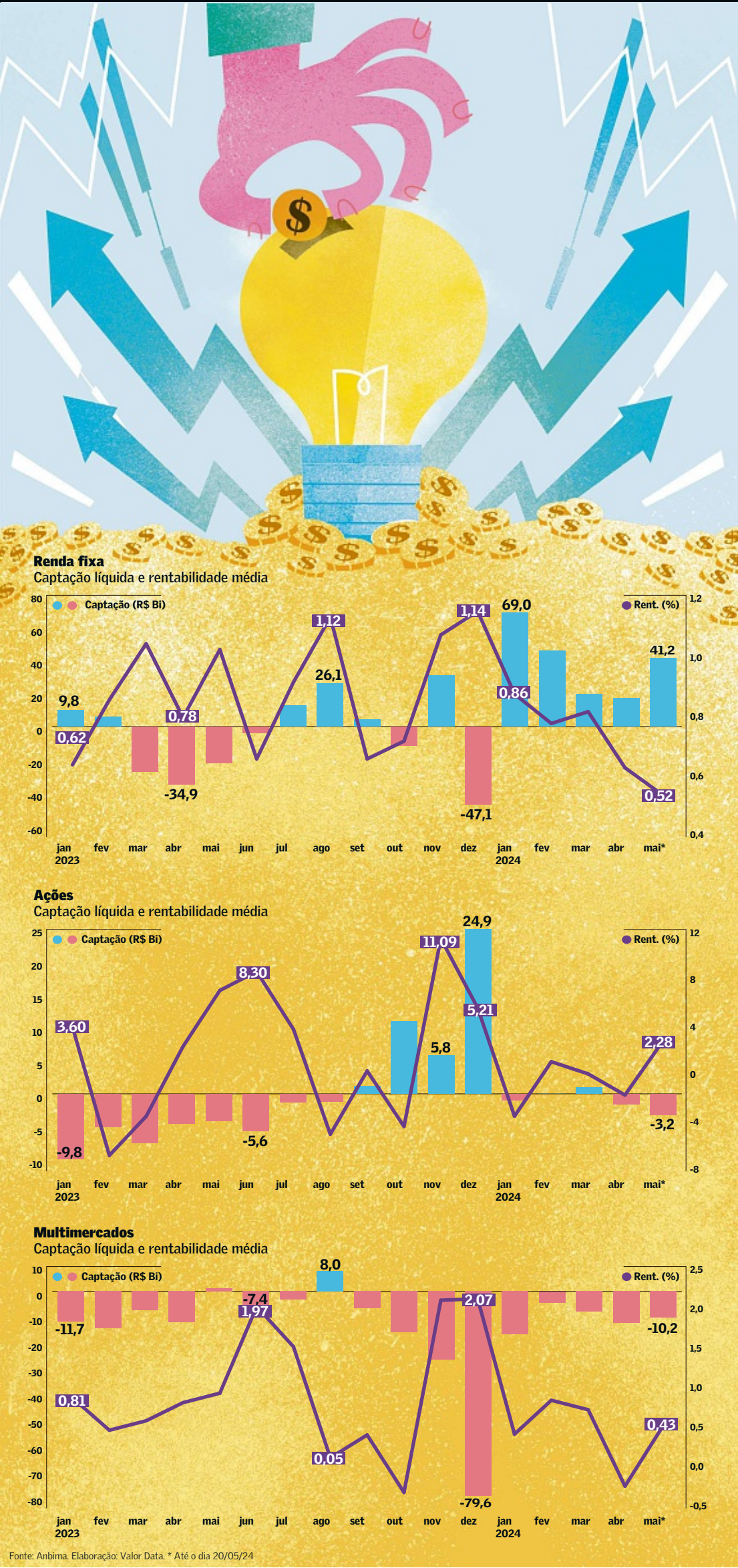
“Para quem quer se proteger da inflação e aguenta volatilidade para ganhar mais, tem as NTN-Bs do governo. Tem alternativas conservadoras, para quem quer só rodar perto de CDI. Criamos produtos de risco de crédito baixo, que coloca um seguro para o cliente via estrutura de FIDC”, diz Salamonde.

Mesmo para os fundos de previdência, foram criadas alternativas de fundos de crédito mais sofisticados, que fez o saldo desses recursos saltarem de R$ 3 bilhões no Itaú, em janeiro de 2021, para R$ 85 bilhões em abril deste ano.

Em média, as casas de investimentos estão precificando dois cortes de 0,25% nos juros americanos até o fim do ano. Mas, para o Bradesco, deve ocorrer só um corte de 0,25% em novembro. “O mundo está entrando em período de queda de juros. É inequívoco. Brasil, Chile, Polônia e México começaram e têm expectativas do ciclo se iniciar também nas maiores economias. A Europa está com sinalização mais forte para o meio do ano”, observa Bruno Funchal, CEO da Bradesco Asset.

Ele explica que por isso os investimentos estão em ciclos diferentes neste momento. “Mas o mundo depende do Fed [Federal Reserve]. Quando o juro é alto lá, dificulta a atração [de investimentos] em outros países”, diz Funchal.

Em estudo que fizeram dos últimos seis ciclos de queda de juros no Brasil, o executivo conta que títulos prefixados, como o IRFM, e pós-fixados, como o IMA-B (índice de inflação), entregaram rendimento elevado ao investidor nos anos de 2005 e 2006, em 2009, em 2011 e 2012 e em 2014.

“No pior momento desses ciclos, esses títulos performaram 115% do CDI e no melhor 218% do CDI. Qual é a mensagem? A gente está entrando em novo ciclo de queda de juros e no passado os investimentos em renda fixa performaram melhor que o CDI”, observa Funchal. Para ele, neste momento o melhor é fazer migração de investimentos dentro da renda fixa. “É sair do pós-fixado para algo mais ativo que são combinações de prefixado em títulos do governo”.

A SulAmérica Investimentos, que projeta a taxa Selic entre 9,75% e 10% até o fim do ano, concorda que a renda fixa vai capturar o maior volume de investimentos em 2024. “De janeiro a março, teve captura nos fundos de renda fixa de R$ 74 bilhões em papéis do governo pré e pós-fixados”, afirma Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Investimentos. Enquanto isso, as outras categorias de fundos, como multimercados e ações ficaram negativas em R$ 28 bilhões e R$ 2 bilhões, respectivamente.

Ele destaca que a última reunião do Banco Central (BC), que cortou em 0,25% a Selic, também mexeu com as taxas futuras de prêmios pagas pelos títulos públicos. “Teve recomposição de prêmios e alguns subiram 20 bases points no dia. Os prefixado de 2031, que estavam pagando em CDI 11,30% subiram para 11,77%. Já a NTN-B, pós-fixada, que estava em IPCA + 5,90%, foi para IPCA + 6,10%, com duration de 2025” , conta Mello.

Já para uma das maiores plataformas de investimentos do país, a XP, o cenário de juro elevado traz um custo de oportunidade muito alto no Brasil. Daí a predominância na renda fixa. “Para tomar risco tem que remunerar bem acima do que o governo está pagando“, diz Leon Goldberg, sócio responsável por fundos de investimento na XP.

> “Fundos de debêntures incentivadas e de crédito high grade têm atraído o investidor” *Leon Goldberg*

Ele vê ainda duas frentes importantes de investimentos na renda fixa daqui para frente. “Os fundos de debêntures incentivadas e de crédito high grade, que têm atraído o investidor mais conservador. As debêntures incentivas atraem pela isenção de imposto. Algumas famílias que estavam nos fundos exclusivos estão descontruindo suas carteiras e construindo outras com fundos de debêntures incentivadas e fundos imobiliários”, afirma Goldberg.

Desempenho Apenas 25% das 1.849 carteiras analisadas nesta edição do Guia conseguiram superar a variação de 10,64% do indicador

Em fase de juros altos, poucos fundos ultrapassaram o CDI

Marcelo d'Agosto
De São Paulo

No período entre abril de 2021 e março de 2024 os investidores e gestores de fundos de investimento tiveram que enfrentar o maior ciclo de alta das taxas de juros no Brasil dos últimos 20 anos. O Banco Central elevou a taxa básica de 2% ao ano em março de 2021 para 13,75% ao ano em junho de 2022. No total, o aperto monetário foi de 11,75 pontos percentuais. A Selic só começou a ser reduzida a partir de agosto de 2023.

Nesse cenário adverso, poucas carteiras conseguiram superar a rentabilidade do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), principal indicador de referência para aplicações financeiras no Brasil. A variação do CDI no período foi de 10,64% ao ano. A mediana da rentabilidade dos 1.849 fundos analisados nesta edição do "Guia Valor de Fundos de Investimento" foi de 8,36%. Apenas 25% dos fundos superaram o indicador.

O ambiente de juros altos teve impacto negativo para as ações negociadas em bolsa e o Ibovespa rendeu apenas 3,18% ao ano.

A inflação média no período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 6,57% ao ano e o dólar teve variação negativa, de 4,28% ao ano. O mercado internacional manteve o desempenho positivo e o S&P 500, importante indicador para a variação das ações nos Estados Unidos, subiu 11,49% ao ano.

O cenário foi particularmente ruim para os gestores de fundos multimercado, conforme demonstra o desempenho do índice de Hedge Funds da Anbima (IHFA), que registrou rendimento de 8,49% ao ano. O desempenho ficou acima da inflação, mas significativamente abaixo do CDI. O destaque foi para os títulos de crédito privado emitidos por empresas no mercado local e atrelados ao CDI. O indicador IDA-DI, que mede o desempenho desse mercado, registrou ganhos de 12,39% ao ano.

GERD ALTMANN/PIXABAY
Cenário foi mais difícil para os fundos de ações, com poucos dessa categoria conseguindo superar a inflação

Os fundos da categoria renda fixa DI tiveram rentabilidade mediana de 10,29% ao ano. Mas os que ficaram no grupo dos 10% mais rentáveis tiveram ganhos de mais de 10,85% ao ano, acima do CDI.

As carteiras da categoria renda fixa ativo prefixado renderam 10% ao ano e os melhores fundos tiveram ganharam mais de 11,06% ao ano. Isso apesar do rendimento do indicador de referência, o IRF-M, que mede o desempenho de uma carteira composta por títulos públicos prefixados, ter ficado em 9,14% ao ano. Sinal que muitos gestores usaram estratégias mais ativas para buscar rentabilidade.

A mediana da rentabilidade dos fundos da categoria juro real foi de 7,64% ao ano. Os melhores renderam acima de 9,34% ao ano e superaram a variação do IMA-B, que rendeu 7,90% ao ano. O indicador segue o desempenho dos títulos públicos atrelados ao IPCA. Também nesse segmento, a gestão ativa de alguns fundos conseguiu proporcionar retornos maiores.

8,36%
foi a mediana da rentabilidade dos 1.849 fundos

Os fundos de crédito privado com prazo de resgate em até 15 dias renderam, em média, 11,38% ao ano. Para aquelas carteiras com resgate a partir de 16 dias, a rentabilidade foi de 12,33% ao ano. Os melhores fundos de crédito privado com resgate em até 15 dias tiveram ganhos acima de 12,06% ao ano. E os melhores com resgate a partir de 16 dias renderam mais de 13,91% ao ano.

Os fundos de debênture incentivada tiveram variação de 10,80% ao ano. As carteiras mais rentáveis renderam mais de 12,64% ao ano e o IDA-IPCA Infraestrutura, uma das referências para o setor, rendeu 10,17% ao ano.

A mediana da rentabilidade dos fundos multimercado baixa volatilidade foi de 9,36% ao ano. Os melhores renderam mais de 11,51% ao ano. Já os fundos multimercado ganharam 7,55% ao ano em média. No entanto, os melhores fundos renderam mais do que 12,48% ao ano. Essa categoria, tradicionalmente, tem uma grande diferença entre os melhores e piores fundos.

Entre os fundos long & short, a mediana da rentabilidade foi de 9,38% ao ano e para os fundos long biased foi de apenas 2,48% ao ano. Também nessas duas categorias há muita dispersão entre o desempenho dos fundos mais e menos rentáveis.

Os fundos ações índice renderam 2,14% ao ano. Já os fundos de ações, que adotam políticas mais amplas para atingir seus objetivos de rentabilidade, tiveram desempenho negativo de 0,53% ao ano. Poucos fundos dessa categoria conseguiram superar o CDI ou mesmo a inflação no período.

A rentabilidade mediana dos fundos de ações no exterior foi de 5,42% ao ano e os fundos de investimentos no exterior renderam 2,59% ao ano. Os melhores renderam mais de 17% ao ano e mais de 9% ao ano, respectivamente.

Por fim, na categoria alocação multimercado o rendimento ficou em 8,51% ao ano e a rentabilidade mediana da categoria Alocação ações foi negativa, 2,49% ao ano.

As 80 carteiras que mais vezes se destacaram desde o início do estudo

Rejane Aguiar
De São Paulo

Na hora de escolher um fundo, é recomendável observar não apenas o desempenho mais recente do produto: é essencial verificar, ao lado de taxas de administração e de adequação ao perfil do investidor, também o histórico em um prazo mais longo.

A cada edição, os destaques do "Guia Valor de Fundos de Investimento" são elencados de acordo com o desempenho num período de três anos, mas é possível fazer também uma análise das performances desde meados de 2016, quando começou o primeiro período de base dos levantamentos. Estão incluídos neste recorte os fundos que, em suas respectivas categorias, mais frequentemente estiveram nos rankings dos melhores. São os fundos "resistentes".

Segundo o economista e coordenador do Guia, Marcelo d'Agosto, fazem parte desse grupo os 10% de fundos que mais frequentemente foram destaque — considerando, a depender da categoria, o critério de rentabilidade ou de retorno ponderado pelo risco. Esse levantamento inclui 13 períodos de 36 meses, relativos aos rankings publicados desde a primeira edição deste guia, em 2018. Os resistentes somam 80 fundos, de cerca de 50 gestoras, entre independentes e vinculadas a grandes instituições financeiras. Os fundos estão distribuídos em 15 categorias (veja na tabela abaixo).

Os desempenhos desses fundos foram avaliados, portanto, desde meados de 2016, o que significa que enfrentaram um cenário macroeconômico extremamente desafiador. No Brasil, houve o impeachment da presidente Dilma Rousseff, passando por polarização política a partir de 2018, mudança de governo, virada na tendência de baixa da taxa básica de juros e crise de crédito de empresas. No exterior, a volatilidade foi agravada pela eleição de Donald Trump, a guerra comercial entre Estados Unidos e China, inflação global e indefinição em relação à taxa de juros americana. Tudo em meio à pandemia e seus efeitos negativos sobre as cadeias de abastecimento.

Como observa o professor de economia do Ibmec São Paulo Rogério Paulucci Mauad, a presença frequente de alguns fundos entre os mais bem posicionados sinaliza a consistência desses produtos, que não apresentam bons resultados apenas por uma circunstância específica, como o gestor acertar um movimento de mercado em determinado momento.

"A consistência tende a refletir uma tese de investimento bem montada, que ajuda os gestores a comprar os ativos mais adequados para aquele portfólio", afirma. Nesse sentido, a boa performance recorrente também deixa os investidores menos inclinados a resgatar os recursos — o que, num sentido oposto, acontece quando um fundo começa a performar mal por vários períodos consecutivos.

Mauad lembra, ainda, que os investidores estão a cada dia mais seletivos, atentos e bem informados sobre os mercados, esperando um bom trabalho dos gestores. E os fundos resistentes parecem estar atendendo atendido bem a essa demanda.

Ter uma performance positiva em cenários tão turbulentos e diante da concorrência de outros tipos de investimento é um desafio e tanto para os gestores, ressalta o planejador financeiro CFP pela Planejar José Raymundo de Faria. "Eles precisam entregar bons retornos tendo como concorrentes alguns títulos públicos beneficiados em momentos de juros em alta, ETFs (fundos de índice) que não têm taxa de administração e investimentos isentos de impostos", enumera. Além disso, os gestores precisam lidar com variáveis para modelos de montagem de cenário que já não funcionam como antes.

Na avaliação de Faria, é interessante o investidor pesquisar detalhes sobre as gestoras, para conhecer a estrutura e a experiência da equipe. Diante da concorrência e do cenário incerto, são pontos que podem fazer a diferença para os resultados do investimento.

Fundos resistentes

Renda fixa DI
- Bradesco Private Portifólio FIC FI RF Ref DI
- Caixa Top FIC FI RF Ref DI LP
- Itaú Privilège FIC FI RF Ref DI
- Santander Advanced Ref DI FIC FI RF
- Santander Premium Ref DI FIC FI RF

Prefixado renda fixo ativo
- BTG Explorer Ativa FI RF LP
- Itaú Seleção Multifundos FIC FI RF LP
- Mongeral Mag Cash FI RF LP
- Novus NC Exclusive FIC FI RF LP
- TG Liquidez I FI RF

Juro real
- BTG Tesouro Curto FI RF Ref IPCA
- Icatu Vanguarda Inflação FI RF C Priv LP
- More Juro Real Institucional FI RF
- Porto Seguro IMA-B5 FIC FI RF LP
- Santander IMA-B 5 Premium FIC FI RF

Debênture incentivada
- ARX Elbrus Inctv Infra FIC FI RF
- BTG Debent Incent Inflacao Inf FIC FI RF
- G5 Incentivado Infra FI RF C Priv
- Julius JBFO Alocação Infra FI RF
- Julius JBFO Alocação Supra FI RF

Credito privado até 15 dias
- BTG Hedge FI RF C Priv
- G5 Allocation FIM C Priv
- SFI Artemis FI RF C Priv
- Sparta Max FIC FI RF C Priv LP
- Valora Absolute FI RF C Priv LP

Crédito privado acima de 16 dias
- Angá Crédito Estruturado FIC FIM C Priv
- G5 Allocation HY FIDC FIM C Priv
- HGI Multi Estratégia FIC FIM C Priv IE
- Polígono Orion FIC FIM C Priv
- XP SpecialSituation FIC FIM C Priv IE LP

Multimercado baixa volatilidade
- 3R Genus Hedge FIM
- Absolute Hedge FIC FIM
- E2M Arb FIM
- Itaú Hedge 30 FIC FIM
- Quantitas Galápagos FIM

Multimercado
- Constância Absoluto FIM
- Kapitalo Alpha Global FIC FIM
- Kapitalo K10 FIC FIM
- Quantitas Mallorca FIC FIM
- Vinland Macro Plus FIC FIM

Long & short
- Ibiuna L&S STLS FIC FIM
- Moat Capital Equity Hedge FIC FIM
- Real Investor FIC FIM
- Sharp Long Short Feeder 2X FIC FIM
- Sharp Long Short FIM

Long biased
- Absolute Pace Long Biased FIC FIA
- AZ Quest Bayes Long Biased Sistmtc FIM
- Guepardo Long Bias FIM LP
- Icatu Vanguarda Igarate Long Bsd FIFM RL
- Squadra Long Biased FIC FIA

Ações índice
- BTG Reference Ibovespa Index FIA
- Icatu Vanguarda IBX FIA
- Itaú Caixa FIA
- Nest FIA
- Skopos Inv Ações Alpha FIC FIA

Fundo de ações
- Charles River FIA
- Guepardo Institucional FIC FIA
- Tarpon GT FIC FIA
- Trígono Delphos Income FIC FIA
- Trígono Flagship Small Caps FIC FIA

Ações no exterior
- Arbor Bdr Nível I FIC FIA
- BTG S&P 500 BRL FIM
- Caixa Indexa Bolsa Americana FIM LP
- Safra S&P FIM
- XP Trend Bolsa Americana Dólar FIA

Investimentos no exterior
- BB Global Select Equity FIM IE
- BB Nordea Global Climate Env Is FIA IE
- BNP Access USA Companies FIA IE
- Itaú US Tech FIC FIA IE
- JPM GlobalResearch Encd IndexEqt FIA IE

Alocação multimercado
- CSHG Top Fusion FIC FIM C Priv IE
- G5 Allocation FIC FIM
- Itaú Multimanager Plus FIC FIM
- Porto Seguro Alocação FIC FIM
- UBS Consenso Multimanager FIC FIM

Alocação ações
- BB Ações Alocação FIA
- BTG Ps Diversificação FIA
- Portofino Speciale Equity FIA IE
- Taler Retorno Absoluto Profission FIA IE
- TNA Alocc FIC FIA

Análise envolve 16 categorias

De São Paulo

O "Guia Valor de Fundos de Investimento" lista 1.849 carteiras com histórico de pelo menos três anos e que estão potencialmente disponíveis para os investidores em geral. O objetivo foi analisar o universo de fundos abertos para captação. Entretanto, alguns podem estar momentaneamente fechados ou apenas aceitarem investimentos indiretamente por meio de outros fundos, chamados de espelho no jargão de mercado.

A principal característica do Guia é agrupar as carteiras em categorias que possuam algum significado prático para você decidir a diversificação de suas aplicações. O período de comparação de três anos é suficientemente longo para testar a consistência do desempenho, mas sem deixar alternativas relevantes fora da análise.

Optamos por eliminar os fundos classificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) como cambial, mono ações, capital protegido, previdência e dívida externa.

Cortamos os fundos cujos públicos-alvo são entidades do poder público, funcionários de determinadas empresas, investidores institucionais e pessoas jurídicas. E ainda os que possuem tratamento fiscal de curto prazo e as carteiras vinculadas aos fundos 157.

Nesse universo mais restrito, buscamos refinar e rever nossos critérios de corte para evitar que carteiras relevantes ficassem de fora. Para tanto, acrescentamos, conforme o caso, os fundos de gestores elencados no Anuário da Indústria de Fundos de Investimento da FGV e na listagem de gestores da Anbima. Consideramos, também, os fundos distribuídos nas principais corretoras e plataformas de investimento.

Para agrupar as categorias, tomamos por base a forma como os fundos se apresentam de acordo as classificações e os fatores de risco estabelecidos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A regulamentação orienta que o nome deve conter "sufixos" relacionados aos tipos de estratégias que perseguem.

Levamos em consideração, também, a forma pela qual o gestor chama o fundo, como ele informa a estratégia que é utilizada e a composição dos ativos da carteira.

Para elaborar o guia usamos informações da Morningstar, empresa independente com atuação global no fornecimento de dados e análises de investimentos. Todas as tabelas podem ser encontradas no site do **Valor**.

Confira as 16 categorias:

Renda fixa DI

Inclui os fundos que se apresentam como "referenciado DI" ou "renda fixa" e não possuem o sufixo "crédito privado" no nome. A rentabilidade mensal de cada fundo no período analisado tem como característica a alta correlação com a variação do certificado de depósitos interfinanceiros (CDI) ou com o índice de renda fixa do mercado para títulos públicos atrelados à taxa Selic (IMA-S). Ambos os índices acompanham as taxas de juro de curto prazo.

Prefixados renda fixa ativo

Inclui os fundos de "renda fixa" com expressiva correlação com o índice de renda fixa do mercado (IRF-M) ou que adotam estratégias de gestão ativa. De forma geral, os fundos desse grupo possuem baixa correlação com o CDI e o IMA-S. Mas alguns podem adotar estratégias complementares para aproveitar ganhos no mercado de crédito privado ou de derivativos.

Juro real

Inclui os fundos de "renda fixa" com alta correlação com os índices de mercado da Anbima para títulos públicos indexados ao IPCA (IMAB, IMAB-5 ou IMAB-5+).

Crédito privado com até 15 dias para o resgate

Inclui os fundos de "renda fixa" com o sufixo "crédito privado" e os fundos "multimercado" com as seguintes características: baixa oscilação de variação das cotas diárias, com o sufixo "crédito privado" e carteira composta majoritariamente por títulos privados, mas com parcela inferior a 40% em debêntures e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). O resgate solicitado pelo cotista é pago no prazo de até 15 dias.

Crédito privado a partir de 16 dias para resgate

Inclui os fundos de "renda fixa" com o sufixo "crédito privado" e os fundos "multimercado" com baixa oscilação de variação das cotas diárias, com o sufixo "crédito privado" e carteira composta majoritariamente por títulos privados. O resgate solicitado pelo cotista é pago em 16 dias ou mais.

Debênture incentivada

Esses fundos se identificam como sendo de debêntures incentivadas e, consequentemente, não estão sujeitos ao Imposto de Renda sobre os rendimentos.

Multimercado baixa volatilidade

São fundos "multimercados" sem o sufixo crédito privado e que tiveram perdas mensais muito pequenas ou inexistentes no período analisado e volatilidade relativamente baixa, inferiores à do IRF-M.

Multimercado

Inclui os fundos "multimercados" que podem adotar estratégias de investimento variadas.

Long & short

Inclui os fundos que afirmam seguir uma estratégia "long short". A estratégia envolve a manutenção de posições compradas e vendidas em ativos semelhantes.

Long biased

Agrupa fundos "multimercado" ou "ações" que se apresentam como seguindo uma estratégia "long biased". Geralmente são carteiras que podem ficar integralmente compradas em ações, mas que consideram fazer operações de proteção contra perdas em determinados momentos.

Ações Índices

Inclui os fundos de "ações" que seguem o Índice Bovespa de perto. São fundos que registraram estatísticas de "tracking error" e "correlação" próximas ao Ibovespa.

Ações

Fundos de ações com "tracking error" alto em relação ao Ibovespa. Na prática, possuem uma ampla variedade de estratégias.

Investimento no exterior

Reúne as carteiras com o sufixo "IE" ou que aplicam em ativos ou fundos de investimentos no exterior. Podem ser de renda fixa ou renda variável, indexados ao real ou a moedas estrangeiras.

Ações no exterior

Reúne multimercados ou fundos de ações que investem no exterior por meio de "Brazilian Depositary Receipts" (BDRs), ETFs ou operações de derivativos.

Alocação multimercado

Reúne os que investem em outros fundos multimercado para montar uma carteira balanceada.

Alocação Ações

Reúne os que investem em outros fundos de "ações" para montar uma carteira balanceada. *(MA)*

INÊS 249

Taxas Investimentos com títulos de crédito privado e debêntures incentivadas ganham protagonismo

Nova tributação muda alocação de recursos

Nelson Rocco
Para o Valor, de São Paulo

A área econômica do governo federal vem apertando o torniquete para ampliar a arrecadação sobre investimentos até então classificados como isentos de Imposto de Renda. As decisões de Brasília vêm provocando alterações na alocação de recursos por parte dos investidores, mas não chegam a mostrar um movimento abrupto no mercado, ao menos por enquanto. "Os impactos das alterações não são imediatos. Só no segundo semestre é que teremos uma visão mais clara das mudanças que os investidores estão realizando", avalia Pedro Rudge, vice-presidente da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

No fim do ano passado, o governo federal determinou que os fundos fechados — aqueles em que os investidores só podiam resgatar os valores no fim do prazo — e os fundos offshore (no exterior) paguem IR como qualquer outro fundo de investimento, o chamado "come-cotas", com cobranças do tributo duas vezes ao ano.

Em fevereiro deste ano, mais uma volta no torniquete, desta vez para os emissores dos títulos de renda fixa como LCI (Letra de Crédito Imobiliário), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócios) e LIG (Letra Imobiliária Garantida), papéis emitidos por empresas dos setores imobiliários e do agronegócio.

Nesse caso, o aperto restringe a seleção do ativo que pode ser usado como lastro para a emissão, mas a isenção de IR para investidores pessoas físicas se mantém.

Em seguida, o aperto veio sobre os planos de Previdência. Em fevereiro, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) proibiu a criação de planos familiares exclusivos de previdência com saldos individuais acima de R$ 5 milhões. Foi a forma encontrada para barrar a fuga de recursos dos fundos exclusivos rumos à previdência, já que a alíquota de IR sobre esses planos caem para 10% após dez anos do investimento.

Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos, afirma que tem visto uma mudança no caráter de fundos fechados, que agora são tributados, para fundos abertos, em que o investidor pode aplicar ou resgatar a qualquer momento. "Temos investidores que mudaram para debêntures incentivadas, comprando ativos diretamente. E os que migraram de fundos fechados para abertos", conta. "Do contingente de fundos exclusivos fechados, 80% foram para abertos e 20%, para ativos isentos."

As debêntures incentivadas foram criadas em 2011 e contam com benefício fiscal. O que o governo fez, recentemente, foi ampliar o leque de setores que permitem isenção, e criar as debêntures de infraestrutura, também com isenção fiscal. "Para manter a isenção, o investidor pode investir diretamente nessas debêntures, comprar quotas de um fundo composto por debêntures incentivadas ou investir em um fundo com 85% da carteira composta por essas debêntures", afirma Mello.

24,7 bi
de reais foi a captação líquida dos FDICs até abril

Rudge, da Anbima, ressalta que títulos como letras ou certificados e debêntures incentivadas são propostas diferentes de investimento. "O investidor não deve só olhar para isenção ou não, mas para a relação risco-retorno. Não é correto comparar debêntures incentivadas com CRI ou CRA. As debêntures têm prazos muito mais longos, de 10 anos em média, e têm riscos diferenciados. São propostas com maior ou menor risco, dependendo do projeto."

Gustavo Lendimuth, responsável por produtos de investimento do Santander, diz que a mudança nas regras das letras levou a mais diversificação. "Por exemplo, para aquele recurso em que o investidor precisa de liquidez, a migração foi para CDB (Certificado de Depósito Bancário). O que ia para uma Letra com prazo de 90 dias, que era a carência anterior, migrou forte para fundos, principalmente de renda fixa crédito privado, com papéis isentos e não isentos de IR. Esses fundos ganharam protagonismo."

De qualquer forma, Rudge afirma que, com as mudanças no mercado, os emissores de debêntures incentivadas têm pago taxas mais baixas para novas emissões, por conta da competição com outros isentos e do fluxo maior de investidores para esse tipo de ativo. "Essa mesma tendência estamos vendo com os fundos que investem nas debêntures incentivadas", diz.

LEO PINHEIRO/VALOR

Rudge, da Anbima: mais do isenção, se deve olhar para relação risco-retorno

Segundo ele, a categoria de FDICs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios), que inclui fundos compostos por debêntures incentivadas, teve captação líquida positiva de R$ 24,7 bilhões de janeiro a abril deste ano. "Os prêmios pagos pelas debêntures de infraestrutura estão mais comprimidos, pois tem muita gente procurando. Então os emissores estão pagando bem menos", corrobora Fabiano Cintra, sócio da corretora XP, responsável pela área de fundos de investimento.

Mello afirma estar percebendo essa propensão em relação aos certificados e letras do agronegócio e do setor imobiliário. "Como a oferta (desses papéis) está diminuindo, houve aumento na demanda por parte dos investidores e os prêmios tendem a cair."

Cintra, da XP, avalia que ainda é possível os investidores encontrarem boas opções em fundos com títulos emitidos no passado, devido ao chamado "carrego". "No fundo, você tem uma carteira previamente montada. Traz as emissões do passado e carrega os prêmios do passado dentro dessa carteira", afirma. Mesmo com novos aportes, ainda leva tempo para as emissões com taxas mais baixas serem dominantes na carteira, diz.

Crédito privado até 15 dias para resgate

10 mais rentáveis	
Bradesco Port High Grade FIC FIM C Priv	BRAM – Bradesco Asset Management
BTG Hedge FI RF C Priv	BTG Pactual A. M. SA DTVM
CA Safra Agilité FI RF C Priv	Safra Wealth DTVM Ltda.
G5 Allocation FIM C Priv	G5 Adm. de Rec. Ltda.
Itaú Active Fix Dual FIC FIM C Priv	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Órama Multi Cred FIC FIM C Priv	Órama DTVM S.A.
Sparta Max FIC FI RF C Priv LP	Sparta Adm. de Rec. Ltda.
SulAmérica Excellence FI RF C Priv	SulAmérica Invest. GDR S.A.
SulAmérica Premium FI RF Ref DI C Priv	SulAmérica Invest. GDR S.A.
Tagus Top II FI RF C Priv	Tagus Investimentos Ltda.

5 maiores patrimônios	
BB Corporate FIC FI RF C Priv LP	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BB Private FIC FI RF Ref DI LP	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BNP Match FI RF Ref DI C Priv	BNP Paribas A. M. BR Ltda.
Bradesco Plus FIC FI RF C Priv	BRAM – Bradesco Asset Management
BTG Pactual CDB Plus FI RF C Priv	BTG Pactual A. M. SA DTVM

5 com mais cotistas	
BNP Match FI RF Ref DI C Priv	BNP Paribas A. M. BR Ltda.
Bradesco Plus FIC FI RF C Priv	BRAM – Bradesco Asset Management
CA Safra Agilité FI RF C Priv	Safra Wealth DTVM Ltda.
Porto Seguro FI RF Ref DI C Priv	Porto Seguro Inv. Ltda.
XP Referenciado FI RF Ref DI C Priv	XP Vista A. M. Ltda.

Crédito privado acima de 16 d. para resgate

10 mais rentáveis	
G5 Allocation HY FIDC FIM C Priv	G5 Adm. de Rec. Ltda.
Galápagos Dragon FIC FIM C Priv	Galápagos Capital Inv. e Part. Ltda.
Hectare Real Estate FIC FIM C Priv	Fundo de Invest. Imob. Hectare CE
M8 CreditOpportunities FIC FIM C Priv IE	M8 Partners Gestora de Recursos Ltda.
More Crédito FIC FIM C Priv	More Inv. Gest. de Rec. Ltda.
More MHX Multiplica FIC FIM C Priv	More Inv. Gest. de Rec. Ltda.
More Total Return FIC FIM C Priv	More Inv. Gest. de Rec. Ltda.
Quatá Prass FIC FIM C Priv	Quatá Gestão de Recursos Ltda.
Solis Speciale FIC FIM C Priv	Solis Investimentos LTDA.
XP SpecialSituation FIC FIM C Priv IE LP	XP Vista A. M. Ltda.

5 maiores patrimônios	
BTG Pactual I FIC FI RF C Priv LP	BTG Pactual A. M. SA DTVM
CA Safra Vitesse FI RF C Priv	Safra Wealth DTVM Ltda.
Solis Cap Antares Adv FIC FIM C Priv LP	Solis Investimentos Ltda.
Sparta Top FIC FI RF C Priv LP	Sparta Adm. de Rec. Ltda.
SulAmérica Crédit Ativo FI RF C Priv LP	SulAmérica Invest. GDR S.A.

5 com mais cotistas	
CA Safra Vitesse FI RF C Priv	Safra Wealth DTVM Ltda.
Capitania Premium 45 FIC FI RF C Priv LP	Capitania Capital
Ibiuna Credit FIC FIM C Priv	Ibiuna Crédito Gest. de Rec. Ltda.
Solis Cap Antares Adv FIC FIM C Priv LP	Solis Investimentos Ltda.
Sparta Top FIC FI RF C Priv LP	Sparta Adm. de Rec. Ltda.

Debêntures incentivadas

10 mais rentáveis	
ARX Hedge Inctv Infra FIC FI RF	ARX Investimentos Ltda.
Banestes Incent Infra FIC FI RF C Priv	Banestes DTVM S.A.
Bradesco Debntrs Incntv CDI Infra FIC FI RF	BRAM – Bradesco Asset Management
BTG Debentures Inctv Infra FIC FI RF	BTG Pactual A. M. SA DTVM
Magnetis InctvDebentures Infra FIC FI RF	Magnetis Gestora De Recursos Ltda.
RB Capital Incentivados Infra FIC FI RF	RB Capital Tfo Situs Fundo Invest. Imob. FII
RB Capital Vitória Inctv Infra FIC FI RF	RB Capital Tfo Situs Fundo Invest. Imob. FII
Santander InctvInfraCDI FIC FI RF C Priv	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.
Sparta Debênt Inctivados Infra FIC FI RF	Sparta Adm. de Rec. Ltda.
Sparta Debêntures Inctv Infra FIC FI RF	Sparta Adm. de Rec. Ltda.

5 maiores patrimônios	
Bradesco Debntrs Incntv CDI Infra FIC FI RF	BRAM – Bradesco Asset Management
CA Safra Deb Incentivadas FIC FIM C Priv	Safra Wealth DTVM Ltda.
Julius JBFO Alocação Supra FI RF	Julius Baer Fam. Office BR Gest. de Patr. Ltda.
Santander InctvInfraCDI FIC FI RF C Priv	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.
Sparta Debêntures Inctv Infra FIC FI RF	Sparta Adm. de Rec. Ltda.

5 com mais cotistas	
ARX Elbrus Adv Inctv Infra FIC FI RF	ARX Investimentos Ltda.
Bradesco Debntrs Incntv CDI Infra FIC FI RF	BRAM – Bradesco Asset Management
DLM InterSelecDbntInctv FIC FI RF C Priv	Inter Asset Gestão de Recursos Ltda.
Sparta Debêntures Inctv Infra FIC FI RF	Sparta Adm. de Rec. Ltda.
XP Debentures Incentivadas FIM C Priv	XP Vista A. M. Ltda.

No crédito privado, ativos rastreados com lupa

Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio

Em um cenário de Selic em dois dígitos e curva de juros em ascensão, o movimento de tomada de crédito por empresas no Brasil ainda enfrenta desafios. Por outro lado, gestores focados na análise de títulos de dívidas emitidos por companhias para financiar atividades, investimentos e projetos de expansão, ressaltam um amadurecimento do mercado de crédito privado. Eles concordam que há muito espaço para o crescimento dessas operações no país.

As estratégias por trás dos fundos de crédito privado mais rentáveis, que se destacaram na análise do o "Guia Valor de Fundos de Investimento", têm em comum a diligência no acompanhamento dos ativos. As gestoras estão investindo em equipes de análise cada vez mais especializadas em setores, cenários macroeconômico, regulatório e legislativo, além de embarcar tecnologia para ganhar agilidade na obtenção de dados.

Na SulAmérica Investimentos Capital, uma ferramenta proprietária tem feito a diferença no dia a dia de analistas e gestores para a tomada de decisão. Daniela Gamboa, head de crédito estruturado da SulAmérica Investimentos Capital, ressalta que o mercado de crédito no Brasil ainda é muito técnico, portanto o acesso ágil a dados bem estruturados sobre fluxo de dinheiro, volumes de ofertas e detentores dos papéis é muito estratégico.

"Desenvolvemos essa ferramenta para consolidar dados de diversas fontes de mercado. Ela gera alertas e facilita o acesso a informações. Esse processo nos ajuda a decidir vender ou comprar um ativo", detalha Gamboa.

Outro ponto importante para garantir rentabilidade e o balanceamento retorno e riscos é contar com instrumentos para mitigar danos. Na More Invest, essa estratégia se divide em três frentes.

David Kim, sócio fundador e gestor de fundos de crédito da More Invest, diz que os fundos More Crédito e More MHX Multiplica alocam em produtos estruturados, majoritariamente cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), veículo de securitização de recebíveis. No caso do More Total Return, essa estratégia vale para cerca de 30% da carteira, o restante está dividido em risco macroeconômico e Fundo de Investimento Imobiliário.

"Para trazer um risco mais adequado ao investidor, no universo de multisacado e multicedente, a alocação principal é com o seguro de crédito. No agronegócio, não operamos o risco da safra, optamos por operações com estoque de grãos e garantia em fiel depositário. No crédito estruturado, adotamos alienação fiduciária de garantia real", diz Kim.

Na busca pelos melhores resultados em fundos compostos por debêntures ou apenas debêntures incentivadas (que captam recursos para projetos de infraestrutura no setor público), Ulisses Nehmi, CEO da Sparta, aponta três diferenciais.

"Temos uma equipe robusta, com mais de dez anos de experiência, especialmente na parte de infraestrutura, então sabemos onde pisar. Gestão ativa, pois não casamos com uma debênture, se estiver cara, vendemos, se estiver barata, compramos. E diversificamos as carteiras", diz.

O Sparta Max, que tem debêntures de todos os setores, apresenta mais de 150 riscos diferentes, segundo Nehmi. No caso dos fundos Sparta de debêntures incentivadas, são mais de 100 posições diferentes. "Para ter bons resultados a longo prazo, é preciso ter consistência. Isso significa não ter riscos concentrados", afirma o CEO da Sparta.

O perfil de gestão da SulAmérica e da Sparta evitou, por exemplo, problemas com papéis da Light, que enfrentou muitas dificuldades no início de 2023, por questões de insolvência. Nas duas gestoras, análises de movimentos no legislativo em 2022 identificaram que algumas distribuidoras seriam mais impactadas pela Lei 14.385/22. Esta lei refere-se à devolução de PIS e Cofins recolhidos a mais dos consumidores pelas companhias de distribuição de eletricidade.

Na Solis, totalmente focada em fundos de investimentos em direito creditório, os times trabalham com estratégias de FIDC desde 2005, e apostam na diversificação para entregar um nível de risco e retorno diferenciado. Ricardo Binelli, sócio-diretor da Solis Investimentos, observa que o mercado passou a entender melhor os atributos dos FIDCs.

"Essa percepção é real sob o ponto de vista de remuneração, pois os FIDCs pagam ainda melhor que os ativos de crédito líquido, seja pela estrutura de proteção ou ainda pela regulação, pois são muito bem regulados. Tudo isso vem se consolidando para um conforto do investidor" afirma Binelli.

No caso do Solis Speciale, são 70 FIDCs diferentes. "Só investimentos em cota sênior e conta mezanino. São 75% de cotas sênior. E exigimos que quem escolhe o crédito seja o cotista subordinado", diz o sócio-diretor da Solis.

As cotas dos FIDCs são classificadas de acordo com o grau de risco. A sênior tem prioridade em relação à subordinada no recebimento de juros, amortizações e valor do resgate, portanto tem risco menor. Já a cota mezanino está posicionada no estágio intermediário de risco, entre a sênior e a subordinada.

A diligência na gestão dos ativos é apontada por Marcelo Michaluá, sócio-fundador e CEO da RB Capital, como um dos grandes diferenciais da gestora. Ele ressalta que os times se deslocam até o canteiro de obras dos projetos para analisar os riscos dos ativos.

"Fazemos isso há mais de 25 anos, porque conhecermos a importância de avaliar o risco do ativo físico. Conhecer o projeto sujando a bota de barro faz parte da nossa história de gestão, estruturação de produtos e monitoramento do ativo após sua compra", diz Michaluá.

A filosofia a RB Capital, que combina a análise de engenharia financeira com os aspectos físicos do projeto, o casamento do mercado de capitais com a economia real, vem garantindo resultados consistentes apresentados pelos fundos de debêntures incentivadas.

"Construímos essa ponte, tecnicamente robusta, para trazer o dinheiro do mercado de capitais para o financiamento da economia real. A debênture incentivada de infraestrutura canaliza esse recurso que vem do mundo dos investidores para o financiamento da economia real, que é um setor carente do ponto de vista de crédito e financiamento, porque historicamente sempre foi dependente dos recursos do BNDES", afirma Michaluá.

DIVULGAÇÃO

"Conhecer o projeto sujando a bota de barro faz parte da nossa história de gestão" *Marcelo Michaluá*

Meio ambiente Patrimônio de fundos classificados como investimento sustentável e com aspectos ESG subiu de R$ 7,4 bi para R$ 13,4 bi em dois anos

Sustentabilidade avança no mercado

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

O aumento da oferta de fundos chamados "verdes" e do seu patrimônio líquido mostram que a sustentabilidade pauta cada vez mais o mercado de investimentos. Dados de março passado da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) indicam 91 fundos IS (investimento sustentável) e 39 que integram aspectos ESG (sigla em inglês para critérios ambientais, sociais e de governança). Em dezembro de 2022, esses números eram 41 e 13, respectivamente.

O patrimônio líquido dos dois tipos de fundos somados era, em março deste ano, de cerca de R$ 13,4 bilhões contra R$ 7,4 bilhões no fim de 2022. Os fundos IS viram seu patrimônio líquido subir, nesse período, de R$ 5,6 bilhões para R$ 9,1 bilhões. Já os fundos ESG passaram de R$ 1,8 bilhão para R$ 4,3 bilhões.

"Estamos falando de um mercado de nicho, com tendência de crescimento", diz Cacá Takahashi, diretor da Anbima e coordenador da Rede de Sustentabilidade da entidade. Ele acredita que a expansão ocorrerá paulatinamente, em função do cenário macroeconômico e geopolítico e da característica de prazo maior dos fundos sustentáveis. "O ambiente atual faz com que o investidor permaneça em posições líquidas de mais curto prazo", observa.

De acordo com a Anbima, a diferença entre os fundos IS e ESG é que os primeiros têm foco 100% sustentável, sendo esse seu objetivo. Já os ESG consideram os aspectos ambiental, social e de governança em sua gestão, sem ter o investimento sustentável como objetivo principal. Para ganhar o sufixo IS, um fundo já deve ser ESG e a mudança exige adaptação. A Anbima acompanha os fundos para garantir que eles estejam enquadrados em suas definições.

Em janeiro, a JGP, gestora de ativos independente, e a BB Asset anunciaram parceria para a criação de uma nova gestora de fundos orientada para ESG. "Uma full platform, dispondo de uma grade completa de produtos para investidores locais e internacionais", conta o sócio da JGP, Guilherme Bragança. Essa nova gestora está em fase pré-operacional.

O montante sob gestão da JGP em fundos verdes — são 20, dos quais 9 IS e 11 ESG — chegou, no fim de abril, a R$ 1 bilhão, dos quais R$ 782 milhões nos produtos IS. Há um ano, esse valor IS mais ESG somava R$ 400 milhões. O aumento, destaca Bragança, se deu principalmente devido à associação com a BB Asset, "que nos deu acesso aos seus diversos canais de distribuição".

Bragança vê a agenda de sustentabilidade ganhando relevância. "Algumas evidências, como as alterações do clima e as pressões sociais, são cada vez mais claras", diz.

Os fundos ligados à agenda da sustentabilidade da JGP se concentram em crédito privado e ações, voltados para o público qualificado e investidores em geral.

A BNP Paribas Asset Management Brasil possui dez fundos "IS" , divididos em estratégias de renda fixa e de renda variável. Para Aquiles Mosca, diretor das áreas comercial, de marketing e digital da gestora, os investimentos sustentáveis no Brasil vêm exigindo um esforço de educação por parte dos gestores para acelerar seu crescimento.

Isso porque, observa, ainda há um certo preconceito dos investidores, que acreditam "erradamente que a incorporação de fatores ESG na gestão implica renunciar a retornos extraordinários para a carteira". Mosca comenta que muitas multinacionais, mais maduras em relação ao assunto, vêm orientando suas subsidiárias no Brasil a terem ao menos uma parcela de seus investimentos em fundos ESG. "A educação e a demanda oriunda de multinacionais têm impulsionado o patrimônio de nossos fundos ESG", diz ele.

> "Algumas evidências, como as alterações do clima e as pressões sociais, são cada vez mais claras"
> *Guilherme Bragança*

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR
Annelise Vendramini, do FGVces, diz que urgência da crise climática está atraindo interesse por esses investimentos

Outra que aposta no segmento é Santander Asset Management. De acordo com Luzia Hirata, gerente ESG da instituição, a seleção de ativos pra os fundos da família Ethical se baseia em metodologia global, que avalia as empresas de maneira absoluta e relativa aos seus pares, para classificá-las em relação ao desempenho ESG. "Além disso, nossa diretriz global nos restringe investir em setores específicos como bebidas alcoólicas, tabaco e óleo e gás", conta.

Para ela, o desenvolvimento de instrumentos financeiros que busquem soluções para temas críticos como mudanças climáticas, entre outros, tendem a atrair mais investidores. Os produtos Ethical incluem fundos de ações que investem até 100% em empresas que consideram aspectos de sustentabilidade e fundos de previdência, que aportam até 70% (limite imposto pela Susep) em ações de empresas sustentáveis e o restante em renda fixa, títulos públicos ou privados, não necessariamente vinculados à agenda ESG.

Annelise Vendramini, coordenadora do programa Finanças Sustentáveis do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces), diz que dentro da dimensão ambiental, o fator climático é um foco. "Isso se dá pela urgência da crise climática e pelo amadurecimento, por parte dos investidores, quanto à materialidade desse risco".

Perto do tamanho da economia brasileira, aponta Annelise, a quantidade de empresas com capital aberto em bolsa ainda é relativamente pequena e, as de capital fechado, tendem a buscar recursos financeiros via crédito bancário, aumento de capital e private equity. "Então, podem ser menos influenciadas pelo movimento da indústria de fundos em geral, principalmente os passivos. Porém, é bom lembrar que o mercado bancário brasileiro já tem práticas ESG há muito tempo", diz. Já as empresas de capital aberto, aponta, podem ser mais sensíveis ao sentimento do mercado e demandas de investidores atuais e futuros, a depender também de sua estrutura de capital.

Para que o investidor não seja iludido por "greenwashing" — termo em inglês para a criação de uma falsa imagem "verde" — , Emerson Morelli, líder de wealth and asset management da EY, diz ser importante uma análise prévia e criteriosa das informações dos fundos. "A inteligência artificial tem facilitado o 'cross-check' de dados públicos para confirmação da veracidade e integridade dos impactos ambientais, climáticos ou sociais alegados nos prospectos", diz.

Gestão Nos últimos três anos, vários fatores causaram instabilidades tanto interna quanto externamente, aumentando os esforços de análises dos gestores de fundos

Em período volátil, crédito 'high grade' foi opção para renda fixa

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

Muitas situações e eventos geraram alta volatilidade no mercado de renda fixa nos últimos três anos. Entre os desafios, a recuperação pós-pandemia, eleições, polarização política e a preocupação com a escalada de preços na economia e com a questão fiscal. No ano passado, notícias negativas de empresas com dificuldades de honrar suas dívidas como Americanas e Light causaram estresse no universo de ativos de crédito privado e uma onda de resgates em fundos de renda fixa. No ambiente externo, vigorou um quadro de inflação resistente e alta dos juros nas economias desenvolvidas, além das guerras que eclodiram.

"Quando cada um desses eventos ocorre e o mercado incorpora probabilidades de cenários à frente, a volatilidade aumenta de forma substancial", comenta Luciano Rais, gestor de estratégias de renda fixa da Santander Asset Management. Hoje, a inflação segue no radar, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, pois vai balizar as próximas decisões das autoridades monetárias sobre juros.

Diante dessa complexidade, os gestores dos fundos de renda fixa mais rentáveis na janela de três anos até 31 de março de 2024, revelados no "Guia Valor de Fundos de Investimento", aumentaram seus esforços de análises.

Uma das principais linhas foi a aposta na diversificação em crédito privado high grade, de menor risco. As gestoras também buscaram capturar as melhores oportunidades, operando assimetrias.

Por definição, os fundos de renda fixa DI podem ter até 50% do patrimônio líquido em ativos de emissões privadas, mais títulos públicos pós-fixados. Na lista dos que entregaram maiores retornos, estão quatro produtos da Bradesco Asset Management (Bram). Com taxas mais competitivas para o varejo, o BRAM Ágora Liquidez FIC FI RF Ref DI é oferecido na plataforma da Ágora Investimentos e o BRAM Max FIC FI RF Ref DI, distribuído pelo Bradesco, apresenta o maior número de cotistas. Esses fundos têm o mesmo mote e ficaram alocados em uma faixa de 35% a 40% em crédito privado triple A.

"Mantivemos cautela nos momentos de euforia e achamos oportunidades nos momentos turbulentos, sempre com a nossa equipe distinguindo bons pagadores dos maus pagadores", ressalta Victor Tofolo, head de gestão de crédito high grade da Bram.

DIVULGAÇÃO

"Mantivemos cautela nos momentos de euforia e achamos oportunidades nos turbulentos" *Victor Tofolo*

Atualmente, 25% do BRAM Max FIC FI RF Ref DI está alocado em títulos de bancos como Bradesco, Itaú, Santander e BTG; 13% em papéis de empresas, entre elas, Claro, NTS, CCR, Energisa, CPFL e Fleury e 2% em FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios).

Na mesma categoria, estão dois fundos da Caixa Asset. O Caixa Mega FI RF Ref DI LP e o Caixa Top FIC FI RF Ref DI LP ficaram posicionados entre 35% e 40% em crédito privado, com maior exposição ao setor bancário, seguido por transportes, telecomunicações, energia, petróleo e biocombustíveis.

"Capturamos prêmios interessantes ao longo de todo o período. Por se tratar de carteiras compostas por ativos de máxima qualidade, o desempenho foi beneficiado também pela própria valorização que tiveram no mercado, dado o crescente apetite por crédito", diz Pablo Costa, diretor-presidente da Caixa Asset.

A participação em ativos de emissões privadas nos fundos DI da Santander Asset Management variou de 35% a 45%. "Os fatores que contribuíram para os bons resultados foram a resiliência da carteira de crédito, com emissores escolhidos pelo nosso processo de análise fundamentalista, e os mecanismos de liquidez para comprar mais ativos em momentos de alta nos prêmios", diz Guilherme D'Aurea, da Santander Asset.

De acordo com ele, outro aspecto que levou à performance positiva acima do CDI foi o trabalho de prospecção e ancoragem no mercado primário. Os setores mais expressivos das carteiras são financeiro, energia e telecom.

Já entre os fundos mais rentáveis na categoria prefixado renda fixa ativa, figura o Caixa Fidelidade FI RF LP. Conforme Pablo Costa, esse produto tem um perfil de baixo risco de crédito, com exposição limitada a, no máximo, 50% do patrimônio líquido. Além disso, ele explica que o fundo possui risco de mercado com baixa volatilidade, atuando ativamente com renda fixa nacional. A composição da carteira é feita buscando assimetrias de preços, através de estudos macroeconômicos e projeções, tendo como estratégia posições aplicadas/tomadas nas curvas de juros nominal e real, trades de valor relativo na curva nominal e posições tomadas em juros pós-fixados.

Ainda nesse segmento, está o BTG Explorer Ativa FI RF LP, um fundo de gestão ativa nos mercados de juros, moedas e derivativos nas Américas — principalmente no Brasil, mas também em países como Chile, Colômbia, México e Estados Unidos. "Os títulos no exterior são hedgeados para real, portanto, não há exposição cambial nas posições fora do Brasil", diz Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Filho, gestor da BTG Pactual Asset Management. Trata-se de um fundo diversificado, que procura se beneficiar em diversos cenários, apresentando volatilidade moderada (de 2% a 3%), em comparação com multimercados. "Aproveitamos a depreciação do peso chileno e pegamos o ciclo de alta de juros dos Estados Unidos", acrescenta.

O Guia Valor de Fundos de Investimento apresenta ainda a lista com os dez fundos de juro real com melhores desempenhos. O Santander IMA-B 5 Premium FIC FI RF busca acompanhar a rentabilidade do IMA-B 5, índice formado títulos Tesouro IPCA+, com pagamentos de juros semestrais e vencimento em até cinco anos. "A estratégia é manter um baixo desvio em relação ao benchmark, aproveitando eventuais distorções que possam existir entre os títulos que compõem a sua carteira", diz Luciano Rais, gestor de estratégias de renda fixa da Santander Asset.

No mesmo segmento, aparece o Icatu Vanguarda Inflação FI RF C Priv LP, um fundo de crédito privado total return, que mescla risco de crédito e de mercado, mas com viés de juro real, tendo como benchmark o IMA-B 5.

Esse direcionamento de juro real está no DNA da casa, que nasceu em 2002 com o primeiro objetivo de gerir reservas técnicas da Icatu Seguros, ou seja, fazer o ALM (Asset Liability Management). Neste caso, uma das principais obrigações é a proteção contra inflação no longo prazo, evitando o descasamento entre ativos e passivos dos seguros e previdência. "Então, ao lançarmos esse e outros fundos total return, a decisão foi fazer uma gestão de crédito bastante ativa, mas também atuar com liberdade nas operações de juros e inflação, utilizando derivativos", diz Bruno Horovitz, head de relações com investidores da Icatu Vanguarda.

Renda fixa DI

10 mais rentáveis

Fundo	Gestor
Bradesco Ágora Liquidez FIC FI RF Ref DI	BRAM – Bradesco Asset Management
Bradesco VIP FIC FI RF Ref DI	BRAM – Bradesco Asset Management
Bradesco Max FIC FI RF Ref DI	BRAM – Bradesco Asset Management
Bradesco Private Portifólio FIC FI RF Ref DI	BRAM – Bradesco Asset Management
CA Safra DI Premiere Ref DI FIC FI RF LP	Safra Wealth DTVM Ltda.
Caixa Mega FI RF Ref DI LP	Caixa DTVM
Caixa Top FIC FI RF Ref DI LP	Caixa DTVM
Itaú Privilège FIC FI RF Ref DI	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Santander Advanced Ref DI FIC FI RF	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.
Santander Premium Ref DI FIC FI RF	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.

5 maiores patrimônios

Fundo	Gestor
BB High FIC FI RF LP	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BB Plus Ágil FIC FI RF Ref DI	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
Bradesco Max FIC FI RF Ref DI	BRAM – Bradesco Asset Management
Itaú Privilège FIC FI RF Ref DI	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Itaú Soberano Simples FIC FI RF	Itaú Unibanco A. M. Ltda.

5 com mais cotistas

Fundo	Gestor
BB High FIC FI RF LP	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BB Plus Ágil FIC FI RF Ref DI	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
Caixa Brasil Sem Miséria FIC FI RF CP	Caixa DTVM
Caixa E-Simples FI RF LP	Caixa DTVM
Itaú Privilège FIC FI RF Ref DI	Itaú Unibanco A. M. Ltda.

Prefixado renda fixa ativo

10 mais rentáveis

Fundo	Gestor
Alfa Mix FI RF LP	Banco Alfa Investimentos S.A.
BTG Explorer Ativa FI RF LP	BTG Pactual A. M. SA DTVM
CA Safra DI Master Referncdo DI FI RF LP	Safra Wealth DTVM Ltda.
Caixa Fidelidade FI RF LP	Caixa DTVM
Itaú Optimus FIC FI RF LP	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Itaú Private Wealth IQ FIC FI RF	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Mongeral Mag Cash FI RF LP	Mongeral Aegon Investimentos Ltda.
Novus NC Exclusive FIC FI RF LP	Novus Capital Gest. de Rec. Ltda.
TG Liquidez I FI RF	TG Core Asset Ltda.
V8 Vanquish Termo FI RF	V8 Capital Gest. de Invest. Ltda.

5 maiores patrimônios

Fundo	Gestor
CA Safra DI Master Referncdo DI FI RF LP	Safra Wealth DTVM Ltda.
Itaú Global Dinâmico FIC FI RF LP	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Itaú Kinea Absoluto FIC FI RF LP	Itaú DTVM S.A.
Itaú Optimus FIC FI RF LP	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Itaú Private Wealth IQ FIC FI RF	Itaú Unibanco A. M. Ltda.

5 com mais cotistas

Fundo	Gestor
BB Tesouro Prefixado FIC FI RF LP	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
Inter Conservador Plus FI RF LP	Inter Asset Gestão de Recursos Ltda.
Itaú Global Dinâmico FIC FI RF LP	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Itaú Kinea Absoluto FIC FI RF LP	Itaú DTVM S.A.
Mapfre FI RF	Mapfre Investimentos Ltda.

Operações estruturadas entram no radar do investidor pessoa física

Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio

Há cerca de seis anos, com o avanço do movimento educacional no mercado de capitais, as operações estruturadas com derivativos vêm fazendo parte das conversas de assessores de investimentos com um time mais diversificado de clientes. O objetivo do produto é potencializar a rentabilidade do investidor em diferentes cenários de mercado.

"A raiz do derivativo é diminuir a volatilidade da carteira do cliente. As operações estruturadas fazem parte da vida da ação como uma complementariedade da redução de risco", diz Raoni Carramillo, responsável por produtos estruturados na XP.

Embora estejam em expansão, as operações estruturadas com uso de derivativos ainda exigem uma assessoria especializada. Costuma ser mais recorrente quando o investidor já formulou suas próprias visões do mercado e busca ajuda do assessor para materializar essas percepções.

"Mas nada impede que seja ofertada a um cliente que está querendo estrear em renda variável e não quer se arriscar muito. Se ele comprar uma ação, com uma proteção, pagando uma proteção, ou mesmo limitando a alta, o portfólio desse investidor é um capital protegido", explica Carramillo.

Ele observa que tem havido um grande esforço no mercado para simplificar a comunicação sobre essas operações com uso de derivativos e afastar a percepção de especulação. Por um lado, a comunicação ficou mais simples, mas, do ponto de vista técnico, os produtos ficaram mais sofisticados.

O próximo passo da XP é apresentar as operações estruturadas no aplicativo para os clientes pessoa física. Segundo Carramillo, essa inclusão deve acontecer até a virada do ano. "Queremos ser uma plataforma diversificada de derivativos. Ainda temos muita concentração em ações, mas há muitas oportunidades em opções de juros", diz. "Nossa expectativa é que o assessor continue sendo consultado", afirma.

Eduardo Nassar, head de vendas de produtos estruturados e renda fixa do Banco Genial, também destaca o papel que o assessor precisa desempenhar para que o cliente compreenda os riscos da operação. "Se o assessor de investimento cumpre essa função, o cliente não precisa entender profundamente o mecanismo do derivativo, basta estar ciente da relação retorno e risco dessas operações", diz.

A compreensão da lógica da estrutura dessas operações é fundamental, segundo Nassar, para que o cliente entenda a real função do derivativo. "O cliente precisa estar ciente do que acontece se o papel cair, subir ou andar de lado. Essas informações precisam ser apresentadas por quem está vendendo a operação. Assim fica mais fácil para o cliente olhar o derivativo como aliado, não como vilão", diz Nassar.

Rodrigo Leite, professor de finanças e controle gerencial do Coppead/UFRJ, ressalta que, seja com ações ou crédito, a vantagem de operações estruturadas com derivativos é potencializar o retorno sem aumentar proporcionalmente o risco. "A vantagem da estrutura está em limitar a perda, forma de aumentar o ganho potencial ou diminuir as perdas", diz.

Há uma gama de operações estruturadas mais complexas que entram nas estratégicas de fundos multimercado, observa Leite. Essas estruturas fazem parte da gestão de crédito privado na Paramis Capital. Ricardo Nunes, CIO de crédito privado e wealth management da Paramis Capital, explica que uma operação que costuma fazer inclui papéis de empresas com títulos de dívida no mercado local e offshore. "Se eu gosto do risco de crédito dessa empresa, a ótica é buscar a assimetria. Uma das vantagens é que o mercado de bonds offshore é bem maior que o local", diz.

Mas observa que além do risco de crédito do emissor do bond, é preciso fazer o "hedge dinâmico", que é monitorar diariamente se as proteções de cupom cambial e dólar futuro precisam ser reajustadas. "Conforme os preços dos ativos e derivativos da operação estruturada oscilam, podem surgir novas exposições residuais que, caso não sejam endereçadas, fazem com que o retorno da operação comece a ser influenciado pelas oscilações do câmbio e da curva de cupom cambial, e não apenas do spread de crédito", afirma Nunes.

DIVULGAÇÃO

"A raiz do derivativo é diminuir a volatilidade da carteira do cliente" *Raoni Carramillo*

Previdência tem alta atípica na captação

Rejane Aguiar
Para o Valor, de São Paulo

Os fundos abertos de previdência tiveram uma captação líquida de R$ 11,1 bilhões no primeiro trimestre de 2024, mostram os dados da Associação das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Trata-se de um movimento atípico para o período inicial do ano, já que habitualmente as entradas aumentam no último trimestre, quando os investidores aportam recursos de olho no abatimento de imposto no ano seguinte. No primeiro trimestre, ao contrário, normalmente há mais saídas de recursos. Uma conjunção de fatores explica esse cenário de 2024, e a maior parte deles tem um ponto em comum: a tributação.

Especialistas afirmam que a captação líquida inesperada é resultado, entre outros motivos, da migração de recursos de investidores de maior porte — principalmente do segmento private e de family offices. É um dinheiro que antes estava aplicado em fundos fechados que contavam com um benefício tributário e que em parte acabou escoando para a previdência. O governo, na prática, eliminou a vantagem tributária dos fundos fechados ao determinar que também estariam sujeitos ao chamado come-cotas — assim como outros fundos, como os de renda fixa.

Nesse sistema, os investidores antecipam o pagamento de imposto de renda em dois meses do ano (maio e novembro), com a diminuição da quantidade de cotas que têm em um fundo. Até a mudança, em vigor desde janeiro, os fundos fechados tinham um regime especial de tributação, com pagamento de imposto de renda pela tabela regressiva — ou seja, quanto mais tempo o dinheiro ficasse aplicado, menor seria o imposto. A alteração provocou uma intensa acomodação dos recursos de fundos exclusivos, que passaram a buscar alternativas para manter os retornos no novo cenário tributário, já que não é permitida a criação de fundos exclusivos de previdência.

Adicionalmente, houve mudanças na carência de papéis isentos de imposto de renda, como as LCIs (letras de crédito imobiliário) e as LCAs (letras de crédito do agronegócio) de liquidez diária. O Conselho Monetário Nacional (CMN) acabou com a carência de 90 dias para resgate desses papéis, prazo que agora é de nove meses para a LCA e de 12 meses para a LCI. Se forem corrigidas pela inflação, inclusive, essas letras passam a ter carência de 36 meses.

Para os fundos de previdência, a combinação dessas mudanças tributárias significou uma forte entrada de recursos, movimento que pegou esse mercado já suficientemente maduro para oferecer aos investidores uma ampla gama de possibilidades. "Nos últimos anos, a regulação dos fundos de previdência foi sendo aprimorada, oferecendo maior flexibilidade para os gestores. Com isso, o mercado foi criando produtos a cada dia mais diversos e sofisticados, que no atual cenário acabaram se tornando alternativas interessantes", afirma o co-head comercial da AZ Quest, Ronaldo Zanin.

Há, ainda, o fato de os fundos multimercado — em que os clientes do private têm fatia importante do portfólio — estarem com uma performance aquém da esperada, lembra o CEO da Azimut Brazil Wealth Management, Wilson Barcellos. "No contexto atual, o produto de previdência fica realmente interessante, proporcionando uma alocação muito semelhante à renda fixa."

Para o diretor de produtos de previdência da Icatu Seguros, Henrique Diniz, os fundos de previdência vêm apresentando um movimento consistente nos últimos anos, com aperfeiçoamento regulatório, produtos mais bem elaborados e um público mais sensibilizado em relação à necessidade de formação de reserva financeira para o futuro. "Vejo a captação líquida positiva do início deste ano mais como uma foto pontual do que um filme desse mercado. Vale lembrar que a previdência aberta é um segmento bastante resiliente, que nunca teve decréscimo de um ano para o outro."

Multimercados Queda dos juros americanos tem ficado mais distante do que era previsto

‘Existem horas para atacar e horas para se defender’

Roseli Lopes
Para o Valor, de São Paulo

A capacidade de alguns gestores de fundos multimercados de construir um portfólio que agregue proteção do capital do investidor e ganhos em meio a um cenário econômico global com nível de incerteza em alta tende a manter a indústria desses fundos atraente especialmente para quem quer distribuir seu dinheiro por várias alternativas e não se importa em correr um pouco mais de risco em troca de um retorno maior, já que esses fundos alocam os recursos em várias classes de ativos, incluindo os com alta volatilidade.

Por trás dos multimercados mais rentáveis ou com o melhor risco/retorno apontados no “Guia Valor de Fundos de Investimento” estão estratégias que se têm mostrado vencedoras mesmo no momento em que essa categoria de fundos enfrenta perdas no volume de captação líquida, como em alguns períodos de 2023 e agora em 2024, nos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). “Nunca passamos por um período com tantas perdas sucessivas”, diz Pablo Salgado, gestor da família Optimus na Itaú Asset, que concentra R$ 30 bilhões em patrimônio gerido.

“Tivemos excelentes retornos em 2021, 2022 e em 2023 ficamos bem perto do CDI, apesar do ano desafiador que nos fez optar por uma estratégia que visava mais a preservação do capital porque existem horas para atacar e horas para se defender”, diz Salgado. Estratégia que ajudou a colocar o Itaú Optimus Titan FIC FIM entre os dez melhores fundos na categoria baixa volatilidade. É praticamente consenso entre os gestores ouvidos que o nível de incerteza em torno do cenário econômico global que vem afetando fortemente esses investimentos está na dúvida quanto à queda dos juros americanos, que tem ficado mais distante do que se previra. Risco confirmado no início do mês após o Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), manter a taxa no intervalo de 5,25% a 5,50% a.a., levando a incerteza às demais economias.

“Havia a expectativa de corte mais cedo, mas como a taxa não é restritiva, a economia americana cresce em ritmo razoável, gerando uma inflação que não deve levar o Fed a fazer grandes cortes. E o que a gente faz nesse cenário onde somos mais otimistas com o crescimento americano? Temos operado comprado em dólar contra outras moedas, além de operar no mercado de juros nos EUA. O fundo Optimus, diz Salgado, investe de maneira bastante ampla em mercados fora do Brasil e em várias classes de ativos. Manter uma equipe robusta de gestores com mais de 20 anos de experiência é a principal estratégia para ganhar. São 21 ao todo que se dividem na cobertura exclusiva do mercado de juros local, mercado de renda variável e nos mercados externos.

DIVULGAÇÃO

“Mercado global há tempos não via uma política de juros dos países desenvolvidos tão imprevisível” *Guilherme Novaes*

Já o Itaú Multimanager Plus FIC FIM, um Fundo de Fundos que está entre os dez com melhor risco/retorno, é uma carteira incubadora de novos gestores e novos produtos. “É uma estratégia de mais de 20 anos antes restrita a multigestores, mas aberta há cinco anos para clientes em geral. Parte do sucesso vem da seleção de novos gestores”, diz Marcelo Segalis, superintendente da área de fundo of funds (FOF) do Itaú. O Itaú FOF Orion FIC FIM C Priv IE, destaque na mesma categoria, é o principal produto do fundo de fundos, diz Segalis. “Com R$ 4,6 bilhões em gestão, é focado em um público mais seleto pela liquidez mais longa (D+90), com risco mais elevado e, portanto, inclui fundos long biased que fazem perfil para esse tipo de produto.”

Head de fundos de fundos na BB Asset Management, Guilherme Novaes diz que o mercado global há tempos não via uma política de juros e uma atuação dos bancos centrais dos países desenvolvidos tão imprevisível. “Talvez seja, hoje, nosso principal desafio que exige uma adaptação a um novo ambiente”, avalia. O BB Multigestor Macro Private FIC FIM é destaque em alocação. “Temos um processo de alocação com uma estratégia usada desde 2003”, conta. “Como no fundo multigestor, em que olhamos os fundos do mercado onde o gestor desses produtos tenha uma estratégia com decisões de investimento baseadas em cenários macroeconômicos de médio e longo prazos”, fala.

Multimercados

10 com melhor relação risco retorno - Multimercado	
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.
Armor Axe FIC FIM	Armor Gestora de Recursos Ltda.
Capstone Macro FIC FIM	Capstone Partners Gest. De Rec. Ltda.
Claritas Quant FIC FIM	Claritas Administração de Recursos Ltda.
Constância Absoluto FIM	Constância Investimentos Ltda.
Exploritas Alpha América Latina FIC FIM	Exploritas Administração Financeira Ltda.
Kapitalo Alpha Global FIC FIM	Kapitalo Investimentos Ltda.
Kapitalo K10 FIC FIM	Kapitalo Ciclo Gest. de Rec. Fin. Ltda.
Kapitalo Kappa Fin FIC FIM	Kapitalo Investimentos Ltda.
Kapitalo Zeta FIC FIM	Kapitalo Investimentos Ltda.

10 mais rentáveis - Multimercado baixa volatilidade	
Absolute Hedge FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.
Álamos Compass FIM	Alamos Administradora de Recursos Ltda.
Artesanal FIC FIM	Artesanal Investimentos Ltda.
AZ Quest Low Vol FIM	AZ Quest Investimentos Ltda.
Galápagos Evolution FIC FIM C Priv	Galápagos Capital Inv. e Part. Ltda.
Genoa Radar A FIC FIM	Genoa Capital Gestora de Recursos Ltda.
Itaú Optimus Titan FIC FIM	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
KP CP 35 FIC FIM	KP Gestão de Recursos Ltda.
Quantitas Galápagos FIM	Quantitas Gestão de Recursos Ltda.
SulAmérica Sicredi MultiClasses FIM LP	SulAmérica Invest. GDR S.A.

10 mais rentáveis - Alocação multimercado	
BB Multigestor Macro Private FIC FIM	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BTG Diversificação FIC FIM C Priv	BTG Pactual WM Gest. de Rec. Ltda.
G5 Allocation FIC FIM	G5 Adm. de Rec. Ltda.
Itaú FOF Orion FIC FIM C Priv IE	Itaú DTVM S.A.
Itaú Multimanager Plus FIC FIM	Itaú DTVM S.A.
Itaú Seleção Multifundos Genesis FIC FIM	Itaú DTVM S.A.
Portofino Speciale FIM C Priv IE	Portofino Gestão de Recursos Ltda.
UBS Consenso Multimanager FIC FIM	UBS BR. Adm. de Valores Mobiliários Ltda.
Warren Omaha FIC FIM	Warren BR. Gest e Adm. de Rec. Ltda.
Wright Multi FIM C Priv IE	Wright Capital GRD Ltda.

Na categoria baixa volatilidade, o fundo AZ Quest Low VOL FIM é destaque, gerido pela AZ Quest Investimentos. “O fundo tem a mesma estratégia desde 2008: uma ação e duas opções, um call e uma put”, conta Jean Marcondes, gestor da AZ Quest. Nos últimos dois anos o fundo só tem captado. Hoje, ele tem perto de R$ 1,615 bilhão.

“O mundo, nos últimos seis meses, está muito refém da política monetária americana. É um buraco negro do mundo financeiro, as comunicações do Banco Central americano não estão claras”, diz Fabio Guarda, sócio e gestor na Galapagos Capital. Com Galapagos Evolution FIC FIM C Priv em destaque na categoria baixa volatilidade, a boa performance do fundo, diz ele, vem do carregamento da carteira em crédito privado e em risco de mercado qualquer que seja sua origem. “Em 2023 fomos bem na parte de risco de mercado e em juros”, conta. “Em 2024 tivemos janeiro e fevereiro no zero a zero, um março positivo e um abril negativo. Então estamos correndo atrás, mas não temos pressão para performance, o que nos permite tomar risco de forma parcimoniosa e segura.”

Com fundos em destaque na categoria alocação, a Kapitalo Investimentos tem 13 times de gestores independentes com autonomia para ter produtos próprios. Mas as estratégias são predominantemente focadas no mercado externo. “O cenário internacional é muito relevante na alocação, está no core da Kapitalo, diz Carlos Woelz, fundador e sócio-diretor. O Kapitalo Kappa, por exemplo, fundo multigestor, tem 70% da carteira em ativos globais.

Como atravessar o ‘inferno astral’ dos fundos de ações

William Salasar
Para o Valor, de São Paulo

Os três últimos anos foram marcados pela turbulência nunca vista da pandemia de Covid-19, que fez muitos gestores abandonarem as práticas mais tradicionais por paradigmas inventivos de um “novo normal” — que já se dissipou.

“Hoje, as carteiras são muito mais simples, estão muito mais parecidas com o que eram até o fim de 2019”, diz Rafael Mazzer, sócio e head de portfólio da Solutions Brasil, uma gestora independente dentro do BTG Pactual que atua como uma plataforma aberta, com gestão ativa dos fundos, como os veículos da categoria Alocação de Ações BTG OS Diversificação FIA e BTG PS Renda Variável, listados entre os dez destaques da categoria Alocação de ações do “Guia Valor de Fundos de Investimentos”.

Mas de 2020 até o início de 2023, prevalecia uma visão de mercado distorcida por juros nominais muito baixos, que viesavam as precificações contábeis das empresas; criptoativos tomando o lugar da renda fixa; IPOs de empresas ilíquidas; entre outros comportamentos atípicos. “Foram 30 anos em três”, diz Marcelo Pacheco, diretor de gestão da BB Asset, que tem os fundos BB Multigestor Alocações FIA e BB Multigestor Variável FIA entre os destaques da categoria Alocação de ações.

A partir do segundo semestre de 2021, com a alta da inflação e dos juros, o investidor que abandonara a renda fixa pela renda variável voltou ao juro; os resgates se acumularam, obrigando os gestores a reposicionar portfólios, ao mesmo tempo em que tomava forma o novo ciclo de commodities, que favorece o Ibovespa, já que o índice tem pesada participação de exportadores como Vale e Petrobras. “Foram 18 meses de inferno astral pesado dessa indústria de junho de 21 até dezembro de 22”, diz Mazzer.

A Solutions, porém, manteve a política de não comprar empresas cujo preço escalava, o que possibilitou uma certa correlação com o Ibovespa, contribuindo para defender o portfólio.

“Tinha uma parcela de gestores, classificados como long biased, sempre buscando empresas de qualidade com dominância setorial, bem geridas”, recorda Mazzer, acrescentando que esses gestores, embora muito voltados para fatores microeconômicos, têm liberdade para dosar suas decisões com fatores macroeconômicos que afetem determinada empresa.

A mistura macro-micro também foi a receita da BB Asset nos três últimos anos. O segredo, diz Pacheco, é atuar “balanceando, buscando um ponto de equilíbrio entre uma locação e outra, num setor e outro”, de acordo com fatores macro, como crescimento econômico, variação do câmbio, taxa de juros mercado internacional, quanto por questões mais micro, ligadas ao mercado doméstico. Ele cita como exemplos do acerto dessa política os investimentos em empresas do agronegócio e da construção civil.

Nada disso importa para o gestor Eduardo Grübler, da Warren Capital, que teve o fundo Warren Brasil FIA classificado entre os dez mais rentáveis na categoria Ações índice. Como fundo indexado, seu mandato consiste em acompanhar o Ibovespa como um todo. “Não tenho como fazer mágica e fazer o fundo subir quando o Ibovespa caiu”, diz. “O que se pode fazer para melhorar a performance consiste principalmente em redução de custos: reduzir os custos na estratégia de investimento é basicamente a mesma coisa que adicionar retorno”, explica.

DIVULGAÇÃO

Werner Roger, da Trígono, tem foco em poucas empresas, mas boas pagadoras de dividendos

Redução de custos significa diminuir o pagamento de taxas de corretagem e, como ele diz, colocar para dentro a diferença entre o preço ofertado e o preço efetivo de compra/venda do ativo. Isso significa vender quando os outros estão comprando e comprar quando o mercado está vendedor — o que exige uma infraestrutura tecnológica para acertar o momento exato de colocar a ordem de compra ou venda de ETFs (fundos indexados) e contratos futuros de Índice Bovespa, os instrumentos com que o fundo da Warren trabalha.

Já para os fundos Trígono Delphos e Guepardo Institucional, que integram os dez com melhor relação risco retorno, os bons resultados vêm da escolha criteriosa de empresas para investir — e por longo tempo. “Basicamente, a estratégia é concentrar em poucas ações, cerca de 12 empresas, com o objetivo de selecionar as melhores pagadoras de dividendos no passado, mas, principalmente, no futuro. Só o passado não justifica. Então, as que nós acreditamos que tem uma capacidade e vão continuar pagando dividendos”, diz Werner Roger, fundador e CIO da Trígono Capital.

O sócio e diretor de relações com investidores da Guepardo, Roberto Esteves, salienta que a estratégia da casa se concentra em entender as empresas em profundidade. “A gente adora empresas que têm 100 anos, 70 anos de história, dá um conforto, pois a firma já passou por todos os ‘tipos de Brasil’ e está viva até hoje”, frisa.

Ações

10 com melhor relação risco retorno - Fundo de ações	
Charles River FIA	Charles River ADR Financeiros Ltda.
Exploritas Latam FIC FIA	Exploritas Administração Financeira Ltda.
Guepardo Institucional FIC FIA	Guepardo Investimentos Ltda.
MAAM BDR Nível I FIA	Machado de Almeida A. M. Ltda.
Organon FIC FIA	Organon Capital
Real Investor BDR Nível I FIC FIA	Real Investor Gestão de Recursos Ltda.
SPX Falcon FIC FIA	SPX Gestão de Recursos Ltda.
Tarpon GT FIC FIA	TPE Gestora de Recursos Ltda.
Trígono Delphos Income FIC FIA	Trígono Capital Ltda.
Zenith Executive Top FIA	Zenith AM Ltda.

10 mais rentáveis - Ações índice	
Bancoob Sicoob FIA	Bancoob DTVM Ltda.
Bradesco Ágora Bolsa FIC FIA	BRAM – Bradesco Asset Management
Bradesco Ibovespa Ágora FIC FIA	BRAM – Bradesco Asset Management
Bradesco Ibovespa FIC FIA	BRAM – Bradesco Asset Management
BTG Reference Ibovespa Index FIA	BTG Pactual A. M. SA DTVM
Itaú Caixa FIA	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Nest FIA	Nest International ADC De VM Ltda.
Skopos Inv Ações Alpha FIC FIA	Skopos Investimentos Ltda.
Warren Brasil FIA	Warren BR. Gest e Adm. de Rec. Ltda.
XP Trend Ibovespa FIA	XP Allocation A. M. Ltda.

10 mais rentáveis - Alocação ações	
Arbitral Multigestor Ações FIC FIA	Arbitral Gestão de Recursos Ltda.
BB Ações Alocação FIA	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BB Multigestor Private FIC FIA	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BTG PS Diversificação FIA	BTG Pactual WM Gest. de Rec. Ltda.
BTG PS Renda Variável FIA	BTG Pactual WM Gest. de Rec. Ltda.
Carpa Port RV Multigest FIC FIA	Carpa Gestora de Recursos Ltda.
CSHG Top Ações FIC FIA	CSHG Wealth Management S.A.
Genial Alocação Renda Variável FIC FIA	BTG Pactual WM Gest. de Rec. Ltda.
Portofino Speciale Equity FIA IE	Portofino Gestão de Recursos Ltda.
Taler Retorno Absoluto Profission FIA IE	Taler Planejamentos Financeiros Ltda.

Assim, o Delphos da Trígono tem maior exposição no setor industrial, incluindo Metal Leve, Tupy, Kepler Weber e São Martinho, além de Ferbasa, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Irani. Na Guepardo, destacam-se Vulcabras, Grupo Ultra, Rumo e Vibra.

“São empresas sem graça”, brinca Esteves, sublinhando a importância da disciplina de comprar com muito desconto, reduzir a posição quando a empresa se aproxima do valor justo e fazer caixa quando não tem o que comprar. “Eu não tento pensar num futuro, não tento acertar se o juro vai cair ou subir, quero construir um portfólio blindado de qualquer cenário — porque ninguém previu uma pandemia.”

Exterior Boa parte dos produtos, antes restritos ao private, tem proteção contra a variação cambial

Aumenta oferta de ativos internacionais

Rejane Aguiar
Para o Valor, de São Paulo

A antiga máxima que diz que não se deve colocar todos os ovos numa mesma cesta ganhou um novo ingrediente para os investidores de varejo: a possibilidade de alocação em ativos internacionais. Antes uma opção restrita ao segmento private, a diversificação geográfica está a cada dia mais acessível para bolsos de vários tamanhos. E com boa parte dos produtos protegidos contra a variação cambial, o que garante exposição apenas aos ativos em si e com uma carteira sem correlação com a economia brasileira.

Embora seja possível aplicar no exterior por meio da abertura de conta em uma corretora que opere fora do país, os fundos de investimento podem ser o caminho mais fácil para esse tipo de alocação. Isso tem a ver, inclusive, com a variedade de ativos disponíveis no mercado internacional. De ações de grandes empresas de tecnologia, passando por startups promissoras e crédito privado imobiliário, são muitas as alternativas. Encontrar os melhores ativos, a relação entre risco e retorno mais vantajosa e montar a melhor estratégia são tarefas complexas, a que se dedicam os gestores dos fundos.

Nem todos os fundos com maior rentabilidade na categoria estão disponíveis para o varejo, e essa é uma questão que não tem apenas a ver com a estratégia comercial das gestoras. Antes da entrada em vigor da Instrução 175 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os fundos de varejo só poderiam investir no máximo 20% do patrimônio no exterior. A limitação caiu, mas muitas gestoras ainda estão num momento de adaptação à nova regulação.

> "A ideia aqui é aproveitar também o potencial de companhias que atuam na transição energética"
> *Luiz Assadurian*

Investimentos no exterior

10 mais rentáveis	
Bradesco AQR LB Equities Ágora FIC FIM IE	BRAM – Bradesco Asset Management
BTG AQR Long-Biased Equities FIC FIM IE	BTG Pactual A. M. SA DTVM
Franklin Clearbridge EUA Growth FIA IE	Franklin Templeton Invest. (BR) Ltda.
Franklin Clearbridge Infra Value FIA IE	Franklin Templeton Invest. (BR) Ltda.
Itaú Index US Tech FIC FIA IE	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Itaú US Tech FIC FIA IE	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Leste Credit ABS I FIC FIM C Priv IE	Leste Credit GDR Ltda.
Santander GO Gbl Equity ESG Reais FIM IE	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.
XP Systematica Blue Trend Adv FIC FIM IE	XP Allocation A. M. Ltda.
XP Wellington European Equity Adv FIA IE	XP Allocation A. M. Ltda.
5 maiores patrimônios	
BB Global Select Equity FIM IE	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
Gama Oaktree Glbal Credit BRL FIC FIM IE	Gama Investimentos Ltda.
Gama Oaktree Global Credit BRL FIM IE	Gama Investimentos Ltda.
Santander GlblEqut Dólar Mstr FIC FIM IE	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.
XP MS Glbl Opp Dólar Adv FIC FIA IE	XP Allocation A. M. Ltda.
5 com mais cotistas	
Gama Oaktree Glbal Credit BRL FIC FIM IE	Gama Investimentos Ltda.
Itaú Asset Carteira Inter FIC FIM IE	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Itaú Index US Tech FIC FIA IE	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Vitreo Emprcs Moneybets Bdr Nvl I FIA IE	Empiricus Gestão de Recursos Ltda.
XP MS Glbl Opp Dólar Adv FIC FIA IE	XP Allocation A. M. Ltda.

Ações no exterior

10 mais rentáveis	
Bradesco Bolsa FIC FIM	BRAM – Bradesco Asset Management
Bradesco Private S&P 500 BRL FIC FIM	BRAM – Bradesco Asset Management
Bradesco Western US Index 500 Ágora FIC FIM	BRAM – Bradesco Asset Management
BTG S&P 500 BRL FIM	BTG Pactual A. M. SA DTVM
Caixa Indexa Bolsa Americana FIM LP	Caixa DTVM
Itaú Private S&P500 BRL FIC FIM	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Sicredi Bolsa Americana FIC FIM LP	Confederação Sicredi
Warren USA FIA	Warren BR. Gest. e Adm. de Rec. Ltda.
Western Asset US Index 500 FIM	Western A.M. Company DTVM Ltda.
XP Trend Bolsa Americana Alavancado FIA	XP Allocation A. M. Ltda.
5 maiores patrimônios	
BB Ações Globais Instit Bdr Nível I FIA	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BB Bolsa Americana FIA	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
Caixa Indexa Bolsa Americana FIM LP	Caixa DTVM
Itaú Private S&P500 BRL FIC FIM	Itaú Unibanco A. M. Ltda.
Western Asset BDR Nível I FIA	Western A.M. Company DTVM Ltda.
5 com mais cotistas	
BB Bolsa Americana FIA	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
BB BolsasGblAtivoBDR ETF Nível I FIC FIA	BB Gest. de Rec. DTVM S.A.
Bradesco Bolsa FIC FIM	BRAM – Bradesco Asset Management
Western Asset BDR Nível I FIA	Western A.M. Company DTVM Ltda.
Western Asset US Index 500 FIM	Western A.M. Company DTVM Ltda.

Diante de um cenário nada positivo para a renda variável, o fundo BTG AQR Long-Biased Equities FIC FIM IE, da BTG Pactual Asset Management, tem apresentado retornos consistentes nos últimos três anos. Segundo o head de Third Party Distribution do BTG Pactual, Will Landers, trata-se de um fundo quantitativo alavancado que opera com posições compradas e vendidas em ações de empresas de alta qualidade. Como um fundo "quant", é um algoritmo que toma as decisões de alocação, mas esse modelo, segundo Landers, é constantemente alimentado por novas variáveis, selecionadas por profissionais que se dedicam a acompanhar as tendências do mercado.

"Esse é um fundo de ações global sem viés setorial, com 25% de exposição a empresas de tecnologia", detalha. Por ora, o produto é voltado a investidores qualificados, mas a gestora estuda ofertá-lo também no varejo. No ranking, a gestora tem também o fundo BTG S&P 500 BRL FIM, multimercado voltado a investidores de varejo cujo benchmark é o S&P 500, índice que reúne as maiores empresas listadas no mercado americano.

SM2 FOTOGRAFIA
Tucci, da Itaú Asset; fundos com foco em grandes empresas de tecnologia

A aposta no avanço de empresas de tecnologia, incluindo aquelas que atuam no desenvolvimento de inteligência artificial, é o pano de fundo do Franklin Clearbridge EUA Growth FIA IE, da Franklin Templeton. É um produto de gestão ativa com hedge cambial, que compra ações de companhias listadas nos Estados Unidos. "Esse fundo dá ao investidor acesso às empresas que mais tendem a crescer nesse ciclo econômico", comenta o sales director da gestora, Luiz Felipe Assadurian. Além de tecnologia, o portfólio tem ações de empresas de setores como serviços financeiros e de saúde, transporte ferroviário e energias renováveis. Entre as techs, o fundo investe, por exemplo, na Nvidia, posição montada em 2018, quando o preço do papel era bem mais baixo.

A gestora tem um segundo fundo no top 10 deste guia, o Franklin Clearbridge Infra Value FIA IE, dedicado a encontrar boas oportunidades no segmento de infraestrutura, em todo o mundo. Assadurian destaca que esse fundo não tem apenas uma característica defensiva, como é comum nos investimentos de empresas do setor que já têm receita estável. "A ideia aqui é aproveitar também o potencial de companhias que atuam, por exemplo, na transição energética", acrescenta. Assim como o outro fundo ranqueado da Franklin Templeton, este também — por enquanto — está aberto apenas a investidores qualificados e tem proteção cambial.

Tecnologia é igualmente o foco de dois fundos da Itaú Asset ranqueados no top 10. Como explica Renato Eid Tucci, superintendente de estratégias indexadas e investimento responsável da gestora, são produtos que dão aos investidores acesso a teses que não estão disponíveis entre os ativos brasileiros. Com proteção cambial, o Itaú Index US Tech FIC FIA IE e o Itaú US Tech FIC FIA IE têm foco em ações de grandes empresas do setor, como Meta, Microsoft, Apple e Nvidia. "Esses fundos oferecem acesso amplo ao tema, que tem se mostrado muito eficiente em termos de retornos", afirma Tucci, lembrando que a estratégia tenta desviar de oscilações de curto prazo, se concentrando mais no potencial de crescimento exponencial dessas companhias.

Para quem gosta do setor imobiliário, também há oportunidades no exterior. Com escritórios nos Estados Unidos, o Grupo Leste tem no top 10 do ranking o Leste Credit ABS I FIC FIM C Priv IE. De acordo com o diretor de investimentos em créditos imobiliários, Ricardo Gennari, a carteira é composta por créditos concedidos a diversos agentes do mercado imobiliário americano, em segmentos como o residencial e o de construção sob medida de imóveis para serem alugados a grandes empresas. Gennari ressalta que o próprio grupo faz a originação dos créditos. "Esse produto oferece ao investidor acesso a um mercado estável, e com a expertise de uma gestora que conhece bem as particularidades do setor de imóveis no país", completa.

A XP Asset tem dois fundos no top 10. O XP Wellington European Equity ADV FIA IE busca retornos absolutos de longo prazo por meio de gestão ativa de ações listadas na Europa. Voltado para investidores qualificados, o produto é indicado para um perfil de maior apetite a risco e, segundo Danilo Gabriel, gestor de fundos indexados e internacionais da XP Asset, tem versões com e sem hedge cambial. Já o XP Systematica Blue Trend Adv FIC FIM IE, também para qualificados, é um fundo quantitativo que opera em múltiplas classes e em diferentes geografias.

Bons retornos em momentos de volatilidade

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

Os fundos long and short e long biased são considerados alternativas de diversificação de portfólio para investidores interessados em alocar parcela do patrimônio em renda variável, visando bons retornos em momentos de maior volatilidade. Isso, porque ambos pertencem à classe de fundos que podem ganhar tanto na alta, quanto na baixa do mercado de ações, já que operam nas duas pontas, comprados (long) e vendidos (short). Os que se destacaram no "Guia de Valor de Fundos de Investimento" aqueles que ofereceram as melhores relações de risco/retorno nos três últimos anos encerrados em 31 de março.

O Icatu Vanguarda Igaraté Long Biased é um deles. Os gestores creditam o bom desempenho a dois fatores básicos: análise sistemática do cenário macroeconômico e das empresas que compõem o portfólio do fundo, além de derivativos para proteger posições tomadas, em maior escala que os demais da mesma categoria. "Nos diferenciamos pela gestão ativa em relação à exposição em bolsa, de zero a cem, dependendo do cenário macro. Nos preocupamos com o aspecto macro e micro e com a proteção do portfólio", diz Luiz Missagia, gestor do Igaraté. A volatilidade é baixa, girando em torno de 6%, bem inferior aos cerca de 20% do Ibovespa. "A relação risco/retorno é nosso grande foco".

O fundo, com patrimônio de cerca de R$ 700 milhões, pode alocar até 20% em ativos no exterior (a opção recaiu sobre os Estados Unidos, Nasdaq e S&P), alternativa usada para melhorar a diversificação. "Temos dois terços em ações e cobrimos essa posição com derivativos". A gestão também se vale de futuro de dólar e de renda fixa como hedge da carteira, composta por ações líquidas, como Petrobras, Itaú, BTG Pactual, Sabesp e papéis da Nasdaq. O benchmark do fundo é o IMA-B 5.

As perspectivas para 2024 são de manutenção de patamar de juros no mercado americano, decorrente do nível de atividade forte da economia e da resiliência da inflação no setor de serviços. No Brasil, a tendência é de Selic em queda, mas inferior ao ritmo projetado pelo mercado. "Vai ser um ano turbulento. A discussão é sobre quando e a que passo os juros cairão. O mercado não subirá em linha reta, vai oscilar", diz. A troca de comando do Banco Central, no fim do ano, gera incerteza, mas o pano de fundo é positivo. O maior estresse vem da subida do dólar, no curto prazo, e da questão fiscal. "Os ativos estão baratos, tanto bolsa quanto renda fixa, porém precisamos ver mais serenidade fiscal", avalia Missagia.

A Ibiuna Investimentos é gestora de dois fundos que se destacaram em duas categorias, Long Short e Long Biased. O primeiro, o Ibiuna L&S, com R$ 2,1 bilhões de patrimônio, só opera com ações em carteira, tanto na compra quanto na venda de papéis de empresas correlacionadas. Por exemplo, comprando um banco e vendendo uma seguradora. A estratégia é montar posições combinadas long e short, protegendo a carteira de riscos de mercado que não podem ser controlados, como o de juros e moeda. "Procuramos ter posições protegidas, é o que faz a diferença. Estamos comprados em Petrobras e uma das coisas que usamos como hedge é vendermos uma parte da posição em Petrobras em óleo futuro e em índice futuro. Esse combo tira o risco de oscilações de preço do petróleo", diz André Lion, sócio e diretor da gestora. A estratégia deu resultado. "Ganhamos bastante dinheiro com Petrobras", diz.

> "Em momentos ruins ficamos alocados, e nos de maior euforia, vendemos e fazemos caixa"
> *Roberto Esteves*

O universo de cobertura do fundo, que tem o CDI como benchamark, são empresas brasileiras, incluindo as que operam nos Estados Unidos. A escolha das investidas demanda uma equipe de 12 pessoas que acompanham de perto o desempenho de 150 companhias, submetidas à análise fundamentalista. "Projetamos os resultados para avaliar se ação está cara, barata ou ok. Se estiver cara, é uma candidata para fazer um short, se estiver barata, long", diz Lion. Vivo, TIM, Petrobras, Renner, Localiza, Itaú, BRF, JBS, Porto Seguro, Bradesco, Santander e BB Seguridade estão no radar. As posições nunca são setoriais; a escolha é da empresa. A estratégia do long biased segue essa linha, com a diferença de captar o movimento do mercado, do Ibovespa, operando com cerca de 50% a 70% comprado.

Outro destaque foi o long biased da Guepardo, gestora com R$ 4,5 bilhões em carteira. Focado em cerca de 14 empresas, o fundo obtém ganhos com operações compradas, embora o mandato permita posições vendidas. "É um fundo mais tático. Em momentos ruins ficamos totalmente alocados, e nos de maior euforia, quando os ativos estão próximos do valor justo, vendemos e fazemos caixa", diz Roberto Esteves, sócio e diretor da Guepardo.

Nos últimos três anos, houve momentos em que o fundo estava cerca de 60% (a diferença é aplicada em títulos públicos) comprado; em outros, 100%. "Quando investimos, olhamos vários anos à frente. Não ficamos comprados em Ibovespa, mas em empresas selecionadas pela qualidade e pelo valor justo. Algumas, sequer estão no Ibovespa. Temos um filtro qualitativo que exclui cerca de 80% da bolsa. Gostamos de distribuição de combustível, shopping center, papel e celulose", afirma.

Long & short

10 com melhor relação risco retorno	
AZ Quest Total Return FIC FIM	AZ Quest Investimentos Ltda.
Bradesco Equity Hedge FIC FIM	BRAM – Bradesco Asset Management
Claritas Long Short FIC FIM	Claritas Administração de Recursos Ltda
Ibiuna L&S STLS FIC FIM	Ibiuna Ações Gestão de Recursos Ltda.
Moat Capital Equity Hedge FIC FIM	Moat Capital Gestão de Recursos Ltda
Navi Long Short FIC FIM	Navi Capital Adm. e Gest. de Rec. Fin. Ltda.
Real Investor FIC FIM	Real Investor Gestão de Recursos Ltda.
Sharp Long Short Feeder 2X FIC FIM	Sharp Capital Gestora de Recursos Ltda.
Solana Long And Short FIC FIM	Solana Gestora de Recursos Ltda.
Távola Equity Hedge 15 FIM	Távola Capital GDR Ltda.
5 maiores patrimônios	
Ibiuna L&S STLS FIC FIM	Ibiuna Ações Gestão de Recursos Ltda.
Moat Capital Equity Hedge FIC FIM	Moat Capital Gestão de Recursos Ltda.
Real Investor FIC FIM	Real Investor Gestão de Recursos Ltda.
Sharp Long Short Feeder 2X FIC FIM	Sharp Capital Gestora de Recursos Ltda.
Solana Long And Short FIC FIM	Solana Gestora de Recursos Ltda.
5 com mais cotistas	
Moat Capital Equity Hedge FIC FIM	Moat Capital Gestão de Recursos Ltda.
Real Investor FIC FIM	Real Investor Gestão de Recursos Ltda.
Santander Alocação Long & Short FIC FIM	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.
Solana Long And Short FIC FIM	Solana Gestora de Recursos Ltda
Távola Equity Hedge 15 FIM	Távola Capital GDR Ltda.

Long biased

10 mais rentáveis	
Absolute Pace Long Biased FIC FIA	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.
AZ Quest Bayes Long Biased Sistmtc FIM	AZ Quest Investimentos Ltda.
Dao Multifactor Long Biased FIC FIM	Dao Capital Ltda.
Guepardo Long Bias FIM LP	Guepardo Investimentos Ltda.
Ibiuna Long Biased FIC FIM	Ibiuna Ações Gestão de Recursos Ltda.
Icatu Vanguarda Igaraté Long Biased FIM	Icatu Vanguarda Gest. de Rec. Ltda.
Navi Long Biased FIC FIM	Navi Capital Adm. e Gest. de Rec. Fin. Ltda.
Norte Long Bias FIC FIM	Norte A. M. Gest. de Rec. S.A.
Squadra Long Biased FIC FIA	Squadra Investimentos Gest. de Rec. Ltda.
XP Investor Long Biased Dominus FIC FIM	XP Gestão de Recursos Ltda.
5 maiores patrimônios	
Absolute Pace Long Biased FIC FIA	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.
Meraki Long Biased FIC FIM	Meraki Capital Gestão de Recursos Ltda.
Norte Long Bias FIC FIM	Norte A.M. Gest. de Rec. S.A.
Oceana Long Biased FIC FIA	Oceana Investimentos ADCVM Ltda.
Squadra Long Biased FIC FIA	Squadra Inv. Gest. de Rec. Ltda.
5 com mais cotistas	
Absolute Pace Long Biased FIC FIA	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.
Safari 30 II FIC FIM	Safari Capital GDR Ltda.
Santander Seleção Long Biased FIC FIM	Santander BR Gest. de Rec. Ltda.
XP Investor Long Biased 30 FIC FIM	XP Gestão de Recursos Ltda.
XP Selection Long Biased FIC FIM	XP Advisory GDR Ltda.

Futebol
Clubes tradicionais, como o Cruzeiro, ex-time de Ronaldo, transformam-se em empresas G7

Aniversariantes
Itaú e Unisys são as mais recentes companhias a completar cem anos G3

Alimentação
Pressão por produtos saudáveis renova portfólio no setor G4

Boas práticas
Aumenta a adesão a metas sociais, ambientais e de governança G6

O elixir da longa vida

Gestão Com adoção de novas tecnologias e respostas rápidas às mudanças demandadas pela sociedade, negócios conquistam perenidade no mercado

Katia Simões
Para o Valor, de São Paulo

O que te trouxe até aqui não necessariamente te levará aos próximos cem anos. É com esse pensamento que boa parte das empresas centenárias passaram a investir mais fortemente nas últimas décadas em tecnologia e inovação.

Não se sabe ao certo quantas são no país. A mais antiga é a Casa da Moeda, fundada em 1694 e que não se acomodou na zona de conforto. Em 2023, colocou para rodar a primeira plataforma de rastreabilidade segura, que permite a monitoração das transações e procedência do ouro via aplicativo.

Não há uma receita única para sobreviver tanto tempo, mas um comportamento é comum entre as companhias longevas: disposição para mudar e se adaptar às novas realidades do mercado, sem abrir mão do que faz a empresa alcançar bons resultados por tanto tempo e garantir a fidelidade dos clientes. Não é uma equação fácil de ser resolvida, admitem os especialistas. Por mais que a base do negócio continue a mesma, é fundamental se adequar às transformações da sociedade e isso impõe novas maneiras de pensar a gestão, adoção de tecnologia de ponta e resposta rápida às mudanças.

Maior empresa brasileira de produção de aço, com 123 anos de operação, a Gerdau entendeu em 2014 que era preciso criar diferentes modelos de atuação se desejasse aumentar a competitividade e melhorar a experiência do cliente. Em 2018, desenhou o projeto Gerdau do Futuro, que definiu como meta a geração de 20% da receita — até meados de 2030 — a partir de novos negócios relacionados à cadeia do aço.

Dois anos depois, a companhia criou a Gerdau Next, responsável pela incorporação de novas empresas em segmentos estratégicos — construtech, sustentabilidade, mobilidade e tecnologia —, e a Gerdau Next Ventures, fundo de corporate venture e aceleradora de startups. Dos US$ 80 milhões disponíveis para investimento, já aportou US$ 30 milhões.

"Era preciso revisitar comportamentos, processos e sistemas que faziam parte da cultura da companhia", afirma Gustavo França, líder global de transformação de negócios e TI da Gerdau. A empresa buscou maior interação com o mercado, colocou os conceitos de inovação aberta em prática, se aproximou de hubs de inovação e construiu a própria estrutura para acelerar startups.

"Há um ano criamos o IA Inovation Center, com desenvolvimento de iniciativas de IA generativa com foco em cliente, supply chain, matéria-prima, back office", diz França. "Usamos a tecnologia para leitura de especificações encaminhadas pelos clientes para compra de aço. Integrada à nossa capacidade de produção, ela nos permitiu reduzir a resposta de 30 dias para poucas horas."

A IA também está em várias frentes na Bayer, presente no Brasil desde 1896, que globalmente destinou € 5,371 bilhões para pesquisa e desenvolvimento (P&D) em 2024. Até 2023, mantinha o LiveHub SP, espaço aberto para processos de cocriação e mentoria com startups, pesquisadores, parceiros e clientes. "Entendemos, porém, que descentralizar fazia mais sentido, garantindo às equipes autonomia para buscar parceiros pontuais de acordo com a necessidade de cada projeto", diz Gustavo Belchior, líder de inovação aberta e parcerias estratégicas da Bayer Latam.

Entre as soluções digitais que integram a IA em diferentes etapas do processo, Belchior destaca a plataforma Digital ClimateFieldView, as pesquisas de novos defensivos agrícolas, e a Agri-Copilot, ferramenta que utiliza IA generativa para fornecer respostas personalizadas às perguntas dos agricultores usando conjunto de dados agrícolas e ambientais.

Na área de RH, a Bayer Brasil é responsável pela criação da Retention Tool, que mapeia com uso de IA os motivos das saídas voluntárias dos colaboradores, auxiliando os líderes na melhor análise de promoções e reconhecimento. "Entre 2022 e 2023 houve uma diminuição de cerca de 23% das saídas voluntárias", diz Camila Gianetti, diretora de ativação digital e people analytics.

Para Jefferson Denti, chief disruption officer da Deloitte, um dos principais desafios para adoção de tecnologias disruptivas como a IA, está na cultura. "Justamente um dos pilares que leva a companhia a ser centenária pode retardar a transformação digital", afirma. "A capacidade de mudar a cultura está vinculada à maneira como a empresa se renova." Segundo ele, a inovação precisa acontecer com fluidez e ter modelo escalável. "Isso só se faz com ecossistema orquestrado, envolvendo trocas de conhecimento com startups, universidades, bigtechs, centros de pesquisa."

De acordo com a consultoria IDC, em 2024 serão destinados R$ 8,3 bilhões a plataformas de análise de dados e inteligência artificial no país. O estudo IBM Global AI Adoption Index 2023, por sua vez, revela que 67% das empresas na América Latina aceleraram a implementação de IA nos últimos dois anos, acima da média global, que é de 59%.

A Melhoramentos, com empresas do setor editorial, negócios de base florestal renovável e imobiliário, está entre elas. Com receita líquida de R$ 208,4 milhões e 133 anos de operação, implantou em 2020 uma área de inovação para desenvolvimento de novas receitas. "A estratégia foi criar novos negócios com a ajuda de startups e implementar tecnologias baseadas em IA", revela o CEO, Rafael Gibini. Na primeira frente, lançou em parceria com a startup A Taba, o "Imagina Mundo", livro interativo e digital voltado a alunos do ensino fundamental. Já em relação à IA tem projetos pilotos rodando para validação de contratos e na área florestal.

> "A capacidade de mudar a cultura está vinculada à maneira como a empresa se renova"
> *Jefferson Denti*

"Uma das maiores dores é como apoiar a aceleração do crescimento da floresta de um ano para outro", diz o CEO. "Antes, o trabalho era basicamente manual. Hoje o sobrevoo é feito com drones, que, aliando realidade aumentada e IA, produzem o inventário da floresta, avaliando quantidades de árvores e apontando qual talhão apresenta dificuldade de crescimento. No futuro, com a adoção de blockchain, teremos a segurança de vender exatamente o que tem em determinada área."

Ciente da necessidade de estar próximo do ambiente de inovação, o Grupo Malwee, fundado em 1906, já incubou empresas nascentes, criou uma área de inovação aberta e, em 2023, adotou a estratégia de olhar para startups mais maduras, revelando menos apetite de risco.

"Desde 2021, testamos o uso de IA para previsão de demanda mais assertiva de nossas coleções e ainda não encontramos a melhor ferramenta", diz Luciano Baramarchi, gerente de TI do Grupo Malwee. "Também adotamos a IA generativa para desenho e cadastro de produtos." O grupo investe de 1,5% a 2% do faturamento anual, que gira em torno de R$ 1,5 bilhão, em transformação digital.

Para Julio Camargo, gerente de tecnologia digital da Drogaria Araujo — rede fundada em 1906 que tem 320 lojas —, a receita para equilibrar tradição e modernidade é olhar os avanços da tecnologia com pragmatismo. "O crescimento tem de ser sustentável, a tecnologia tem de ter aderência à cultura da companhia", afirma.

Transição Uma troca de comando bem-sucedida, com preparação das novas gerações desde cedo, é chave para evitar que companhias desapareçam

Negócios familiares resistentes têm plano sucessório definido

DIVULGAÇÃO

Mauro Gasperin, da Aida Alimentos, e as filhas Janaína (esq.) e Mariana, que passaram por diversos áreas na empresa

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

Empresas com perfil familiar são maioria no Brasil, mas poucas resistem aos desafios impostos pelo tempo. A maior parte, 89%, não vai adiante após a terceira geração, conforme pesquisa do IBGE. Entre as raras que comemoram centenário com mesmo sobrenome, ter um plano sucessório definido é a senha para a longevidade bem-sucedida.

Experiências de companhias como a catarinense Altenburg, fabricante de travesseiros e roupas de cama, e a gaúcha Aida Alimentos, dos italianos Gasperin, produtora de embutidos premium, reforçam a tese. Em ambas, netos e bisnetos foram preparados para assumir o comando. A quarta geração começou cedo nos negócios da família, ainda que atendendo telefone na adolescência nas férias escolares.

A empresa era uma espécie de extensão da casa. Em ambas, os descendentes se interessaram desde cedo pela história de negócios da família e tiveram formação acadêmica adequada, com as devidas especializações. Apenas uma, a Altenburg, optou pela gestão profissional, em 2017, mesmo assim por três anos apenas, retornando depois ao comando da família que dá nome da companhia.

Hoje, o leme está nas mãos de Tiago Altenburg, bisneto da criadora, a catarinense de origem alemã Johanna Altenburg, que decidiu produzir em casa travesseiros de algodão, lã de carneiro e penas de ganso quando se viu viúva e sem renda, em 1922. A primeira loja veio em 1969. A terceira geração, a do neto Rui, tomou à frente dos negócios em 1970, e ficou 50 anos.

“O Rui, meu pai, assumiu sozinho, assim como meu avô. Isso é muito raro e acho que facilitou bastante nosso desenvolvimento. Muitas vezes os conflitos familiares acabam impedindo o crescimento do negócio. Agora, pela primeira vez, teremos uma sociedade de irmãos”, diz Tiago, um dos três filhos de Rui, que teve o primeiro cargo executivo na empresa, com sede em Blumenau, em 2007, aos 23 anos. Antes disso, passou pelas áreas de projeto, de qualidade, de vendas, até chegar a diretor industrial, diretor comercial e de marketing e a vice-presidente. “Desde o primeiro dia, acompanho as principais decisões da empresa. Para mim, tanto nos acertos quanto nos erros, foi um processo de aprendizado muito relevante. Foi um MBA de gestão”, diz Tiago, que assumiu a presidência em janeiro de 2024. Rui, com 75 anos, preside o conselho de administração.

> “Muitas vezes os conflitos familiares acabam impedindo o crescimento”
> *Tiago Altenburg*

Os três filhos do patriarca têm participação acionária idêntica na companhia, mas apenas Tiago permaneceu na empresa. “Estamos fazendo o planejamento sucessório de passagem das ações para as holdings de cada um dos núcleos familiares. Meus pais também constituíram uma holding e pela primeira vez minha mãe figura como acionista, movimento importante que dá solidez e segurança para que os irmãos continuem tendo mediação da geração anterior. É um cuidado importante no nosso planejamento sucessório”, conta.

Há mudanças à vista. A decisão de crescer resultou em investimentos que preveem expansão de faturamento dos atuais R$ 700 milhões para R$ 1,2 bilhão em 2027. Acelerar a terceirização ao redor do mundo, reestruturar a área de vendas, marketing e consolidar a plataforma B2B para atender o mercado multimarcas, além de ampliar as franquias. A quarta geração quer manter visão de longo prazo e preservar a unidade patrimonial.

A centenária Aida Alimentos mantém a sede em Bento Gonçalves com as mesmas paredes de madeira da casa fundada em 1922. Hoje, a quarta geração da família, de origem italiana, composta pelas duas bisnetas de Ernesto Gasperin, comanda o frigorífico ao lado do pai, Mauro, presidente da Aida, que passou a liderar a empresa nos anos 70 e foi responsável pelo crescimento do negócio. Janaína e Mariana, suas filhas formadas em propaganda e administração, cresceram trabalhando no frigorífico. “Nosso contato com a empresa é de uma vida inteira. Nunca pensei em fazer outra coisa. Passar por todos os setores foi definindo quais eram os melhores perfis para minha irmã e para mim. Isso perdurou por 18 anos”, diz Mariana, que esteve à frente do setor financeiro e hoje atua na área comercial e de marketing. O processo sucessório foi feito a partir da experiência familiar, sem consultorias especializadas.

A chegada das bisnetas levou a mudanças. A primeira gestão feminina Gasperin ampliou o número de mulheres na empresa. “Hoje é muito mais um trabalho em equipe. Compartilhamos muito mais”, diz Mariana. A quarta geração também trouxe foco na charcutaria de cortes nobres, com produção mensal de 30 toneladas, novas embalagens que passaram a valorizar o produto centenário, expansão e diversificação de mercados. No futuro, não está descartada uma gestão profissional, embora ainda não haja consenso em relação a isso. Por ora, o ano de 2024 será o de expansão regional. “Será um marco para nós. O cliente poder substituir um importado por um produto nosso é muito importante, assim como acontece com o vinho e o queijo da Canastra”, diz Mariana.

Inovar e se adaptar é a lição dos casos de sucesso

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Adaptação constante, sempre de olho na inovação. Essa é a fórmula para que uma empresa chegue aos cem anos e siga saudável, de acordo com especialistas em gestão.

“A boa governança precisa ser implementada desde o momento zero”, diz Dilma Souza Campos, CEO e sócia da ESG Tech Nossa Praia, que já prestou serviço para mais de 500 marcas, elaborando planejamento para iniciativas de avanço sustentável.

Embora sejam de segmentos variados, as trajetórias das empresas White Martins (oxigênio hospitalar), Casa da Moeda (papel-moeda), Instituto Presbiteriano Mackenzie (ensino), CPFL (energia) e Hospital Sírio-Libanês (saúde) revelam padrões de ações e decisões semelhantes que parecem conduzir à longevidade e ao sucesso.

“Essas empresas fornecem produtos e serviços fundamentais”, aponta Paulo Vicente dos Santos Alves, professor da Fundação Dom Cabral (FDC). “Mas isso não basta. Assim como os organismos vivos organizados em ecossistemas, as companhias precisam evoluir dentro do ambiente de negócios, fazendo ajustes ao longo do tempo. Continuam na ativa aquelas que sabem se adaptar.”

O renome é uma das fortalezas do Hospital Sírio-Libanês. Fundado em 1921 pela comunidade de imigrantes sírio-libaneses em São Paulo, conquistou ao longo do tempo a reputação de excelência. A instituição conta com 544 leitos operacionais em unidades da capital paulista e Distrito Federal, somando mais de 163 mil atendimentos. Foi eleito pelo quinto ano consecutivo um dos melhores hospitais do mundo pelo ranking World’s Best Hospitals 2024.

Em 2022, inaugurou a nova unidade no Morumbi, projeto que contou com investimentos de R$ 150 milhões. E como parte do plano de inovação e para chegar à frente da concorrência, a instituição inaugurou em abril um espaço de apoio a pacientes internacionais no aeroporto de Guarulhos. Segundo Denise Jafet, presidente da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês, a expectativa é abrir entre 10 e 15 novas clínicas de especialidade nos próximos seis anos. “O Sírio-Libanês visa ampliar sua presença geográfica e fomentar um sistema de saúde integrado e inteligente.”

Fôlego secular
Relevância no passado e no presente

Companhia	Fundação	Setor	Conquistas recentes
Casa da Moeda do Brasil	1694	Fabricação de papel-moeda	Em 2023, fabricou 1,121 bilhão de moedas, o maior número em oito anos, e emitiu 2,4 milhões de passaportes
Instituto Presbiteriano Mackenzie	1870	Ensino	36 mil alunos matriculados na graduação, 400 bancas de pós-graduação, 1.099 publicações e 1.324 professores, sendo 76% de mestres e doutores
White Martins	1912	Fabricação de oxigênio hospitalar	Em 2022, se tornou a primeira empresa a produzir o hidrogênio verde certificado em escala industrial no Brasil e na América do Sul
CPFL	1912	Energia	56 usinas hidrelétricas, 49 parques eólicos, oito usinas movidas a biomassa, duas usinas termelétricas e uma usina solar, em 11 Estados do Brasil
Hospital Sírio-Libanês	1921	Saúde	Eleito pelo quinto ano consecutivo um dos melhores hospitais do mundo pelo ranking World's Best Hospitals 2024

A White Martins inaugurou a primeira usina de oxigênio do Brasil em 1912, no Rio de Janeiro (RJ). Nos anos 1960, ao alcançar a produção diária de 220 toneladas de oxigênio, assumiu a liderança do mercado. Em 2022 se tornou a primeira empresa a produzir o hidrogênio verde certificado em escala industrial no Brasil e na América do Sul, com produção de 156 toneladas por ano. “Vamos ampliar a produção de hidrogênio verde com a construção e operação de uma nova planta em Jacareí [SP] para atender o Sudeste do Brasil já em 2025”, afirma Gilney Bastos, presidente da White Martins na América do Sul.

Em um dos momentos críticos da epidemia de covid-19, no início de 2021, a empresa foi cobrada, juntamente com a área de saúde dos governos, pelo desabastecimento de oxigênio em Manaus (AM), que pode ter causado a morte de até 40 pessoas, segundo o sindicato dos médicos do Amazonas. De acordo com Bastos, a resposta da empresa ao problema foi passar a fornecer para a região quantidades de oxigênio “muito além das obrigações contratuais com clientes públicos e privados”.

“Incrementamos a logística de distribuição, investimos em novos equipamentos, nossas unidades passaram a operar 24/7 e reativamos plantas de produção para atender à demanda exponencial”, diz o presidente. A principal meta da empresa para o futuro é zerar as emissões dos gases do efeito estufa (GEE) até 2050.

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) também volta a atenção à sustentabilidade. As mudanças climáticas são o maior obstáculo ao crescimento da empresa, de acordo com o CEO, Gustavo Estrella. “Eventos climáticos fora dos padrões exigem sistemas elétricos resilientes”, diz. “Por isso dobramos o investimento nos últimos cinco anos. Em 2023, investimos R$ 3,8 bilhões, com particular direcionamento às distribuidoras.”

A mais longeva na lista, a Casa da Moeda do Brasil, completou 330 anos de existência. Em 2023, fabricou 1,121 bilhão de moedas, o maior número em oito anos, e produziu 2,4 milhões de passaportes, o que representou aumento de 5% em comparação com a quantidade de 2022.

O novo passaporte traz itens de segurança como marcas d’água e holográfica aprimoradas, foto codificada e outros recursos de proteção contra falsificações, funcionalidades que levaram o documento a receber o prêmio internacional Melhor Novo Passaporte 2023, conferido pela High Security Printing Latin America. Desde janeiro, a CMB passou a contratar energia elétrica no mercado livre de energia. A estimativa é de que a migração resulte em uma economia de R$ 13 milhões por ano.

O Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM) iniciou atividades em 1870 na capital paulista. O IPM mantém e administra unidades de ensino superior, médio e de educação básica no Estado de São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins. “Desde o princípio, e até hoje, recebemos estudantes sem fazer distinção de sexo, credo ou etnia”, diz Milton Flávio Moura, presidente do IPM.

Casa da Boia

DIVULGAÇÃO

Tradicional revendedora de produtos de cobre e metais não ferrosos, a Casa da Boia resiste ao tempo e à concorrência no mesmo endereço, na rua Florêncio de Abreu, região central da capital paulista, desde sua fundação em 1898 por Rizkallah Jorge Tahan (foto). Hoje, o estabelecimento, que ocupa um casarão histórico, tombado pela Secretaria Municipal de Cultura, é comandado pelo neto Mario Roberto Rizkallah. Para ele, a sobrevivência do negócio tem como base o tratamento diferenciado que é reservado aos clientes. “Trabalhamos com uma política de preços justos, comprometimento em todas as fases — do atendimento inicial ao pós-venda”, diz o representante da terceira geração da família no comando do estabelecimento. Rizkallah atribui a superação de desafios como os planos econômicos que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, as oscilações nos mercados, e, mais recentemente, a pandemia de covid-19 à resiliência e à boa reputação da empresa. (Lourdes Rodrigues)

Longevidade é marca do setor têxtil

Leticia Lopes
O Globo, do Rio

De pequenas tecelagens a imensas fábricas com maquinário de ponta, a produção de tecidos e roupas está na gênese da industrialização brasileira. Por isso, o setor é um dos que mais acumula empresas centenárias no país.

Só entre as afiliadas da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), 26 têm mais de um século de história. A indústria têxtil brasileira deu os primeiros passos ainda no período colonial, mas se expandiu largamente na virada do século XX, com uma habilidade ímpar para atravessar altos e baixos econômicos e enfrentar a dura concorrência com os importados, lembra Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Abit: “O Brasil possui um mercado consumidor grande, o que garante demanda constante para os produtos têxteis. Isso foi fundamental para o crescimento das companhias. A tradição gerou conhecimento e expertise que foram transmitidos ao longo das gerações, contribuindo para a longevidade dessas empresas.”

Da produção de fios e tecidos até roupas e têxteis específicos para outras indústrias, como a de calçados, o setor se diversificou ao longo das décadas, apostando em novas tecnologias e no desenvolvimento de produtos: “Apesar de não sermos um grande player internacional, as empresas brasileiras têm se internacionalizado cada vez mais”, destaca Pimentel.

É o caso da catarinense Karsten. Com 142 anos, a marca de cama, mesa e banho começou com uma pequena tecelagem com teares importados da Alemanha para o vale do Itajaí, e hoje seus produtos chegam a mais de 20 países.

Fundado há 118 anos, o Grupo Malwee era originalmente dedicado ao comércio de queijos e carnes. Os negócios da família Weege foram se expandindo ao longo dos anos, passando por atividades tão diferentes quanto postos de combustíveis e lojas de departamentos. Em 1968, quando Wandér Weege, da terceira geração da família, formou-se técnico têxtil, surgiu a ideia de concentrar os negócios na indústria têxtil, com a inauguração de uma fábrica unindo malharia, tinturaria, estamparia, corte, costura e expedição. Foi o início do crescimento acelerado do grupo, atualmente um dos principais fabricantes de roupas do país.

Para Guilherme Weege, presidente do conselho de administração da companhia, não basta oferecer produtos com qualidade e durabilidade ao comércio. É preciso ajustar a cadeia produtiva para se adaptar às demandas atuais, como a da sustentabilidade, ele observa. A empresa tem projetos de reciclagem de tecidos, por exemplo. “Em cem anos muitas coisas mudaram. E seguem mudando em uma velocidade cada vez maior. As empresas precisam saber se adaptar a essas mudanças tendo clareza dos valores que são inegociáveis”, afirma Weege.

Novos sócios do "clube" Itaú, Unisys, Copacabana Palace e Lorenzetti completaram um século

Visão de futuro é base dos primeiros cem anos

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

Visão de futuro e capacidade de adaptação às mudanças são características comuns da nova leva de companhias centenárias.

Em 2024, o Itaú Unibanco está comemorando cem anos. "Sem dúvida, a capacidade de antever cenários e se reinventar possibilitou ao Itaú Unibanco chegar aos cem anos em plena forma. A disciplina na gestão de riscos é outra marca do banco para crescer de forma sustentável", diz Pâmela Vaiano, superintendente de Comunicação Corporativa do Itaú Unibanco.

O marco do início das atividades foi 27 de setembro de 1924, quando o governo federal concedeu a carta de patente para funcionamento da seção bancária da Casa Moreira Salles, em Poços de Caldas (MG), que deu origem ao Itaú Unibanco, fruto da fusão entre as instituições, em 2008.

Ao longo de sua história, evoluiu e ganhou relevância, atravessando períodos desafiadores como hiperinflação e crises econômicas no país e no mundo. Hoje, o Itaú Unibanco é uma das maiores instituições financeiras do mundo e o maior banco da América Latina, com valor de mercado em torno de US$ 68 bilhões.

O banco atende mais de 70 milhões de clientes e oferece todos os tipos de soluções financeiras e investimentos. Sua carteira de crédito chegou a R$ 1,18 trilhão, equivalente a 10% do PIB.

O Itaú coleciona realizações inovadoras. Foi o primeiro a implementar caixa eletrônico no Brasil, em 1983, e pioneiro a oferecer a opção de abertura de conta corrente via WhatsApp, em 2022. Segundo Pâmela, a instituição investe continuamente em novas tecnologias e mantém relacionamento com o ecossistema de inovação. Um dos principais canais é o Cubo, hub de empreendedorismo mantido pelo banco, que conecta mais de 400 startups e 90 corporações parceiras.

"Com o Cubo, conseguimos conectar propósitos e construir grandes cases de inovação. Assim, ampliamos a oferta de produtos e serviços, seguindo na vanguarda", destaca a superintendente. Essas também são respostas à concorrência, que veio se acirrando no setor nos últimos anos. "O uso de dados tem sido fundamental, o que certamente ganhará mais força com o desenvolvimento e adoção da inteligência artificial, o que já começamos a fazer no banco", acrescenta Pâmela.

Entre as iniciativas para marcar o centenário, o Itaú lançou a nova marca e o movimento Feito de Futuro, ou seja, uma campanha refletindo sobre o legado e longevidade. O show da Madonna no Rio de Janeiro fez parte dessa estratégia.

No setor de tecnologia, a Unisys completará cem anos de atuação no país no próximo mês. Em 12 de junho de 1924, a multinacional registrou uma das suas linhas de produtos na Junta Comercial do Rio de Janeiro. "Naquela época, a computação como conhecemos não tinha começado. A empresa comercializava máquinas somadoras mecânicas", conta Marcel Valverde, general manager da Unisys para o Brasil. Hoje, a companhia oferece soluções de tecnologia para os setores de varejo, financeiro e de logística.

DIVULGAÇÃO

"A capacidade de antever cenários possibilitou chegar aos cem anos" *Pâmela Vaiano*

"Pesquisa e desenvolvimento é crucial para nós, que temos foco em soluções inovadoras e disruptivas", ressalta. Outra preocupação é com a formação de profissionais. A empresa oferece treinamentos e mantém uma universidade interna.

Ao longo da sua história, a Unisys coleciona marcos. Em 1950, ao abrir sua primeira unidade no Brasil, na cidade de São Paulo, lançou o que seria o começo da automação bancária, na verdade, um caixa que fazia autenticação mecânica. A Unisys é uma das pioneiras da computação no mundo e trouxe ao Brasil, em 1957, um sistema de processamento de dados, equipamento que foi utilizado pelo IBGE para processar o censo brasileiro de 1960.

Nos anos 90, a Unisys iniciou o processo de automação no varejo com seu sistema de código de barras. Em 1996, foi responsável pelo início da implementação da urna eletrônica no país. Mais recentemente, participou de um dos consórcios para a montagem dos centros de controle e vigilância da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016. "Nosso desafio atual é a preparação para esse novo momento da inteligência artificial", comenta Valverde. Para seu centenário de Brasil, a Unisys já lançou um logotipo especial e contará com celebrações em todas as suas unidades.

No ramo hoteleiro, o famoso Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, fez seu centésimo aniversário no dia 13 de agosto de 2023, totalizando mais de 10 milhões de hospedagens (pessoa por noite). A própria construção do hotel foi uma inovação, pois não existiam no local hotéis à beira-mar. O empresário Octávio Guinle, fundador do Copacabana Palace, era um grande visionário e criou o cassino e o teatro do Copa — que foi reinaugurado em 2021, depois de 27 anos desativado —, além do primeiro grande espaço de shows da América do Sul, o Golden Room.

A Belmond adquiriu o hotel em 1989 e, desde então, vieram grandes investimentos para manter alto padrão de qualidade e relevância. "Os investimentos mais significativos foram em estrutura, profissionais, eventos e gastronomia", afirma Ulisses Marreiros, area managing director da Belmond no Brasil.

Na avaliação do executivo, os anos 80 foram desafiadores, pois houve um boom de novos hotéis, ou seja, a concorrência aumentou e o Copa precisou de fortes aportes. Mais recentemente, a pandemia foi o momento mais difícil, pois o hotel fechou as portas por 132 dias.

No ano passado, as comemorações foram marcantes, com uma série de eventos que reuniu grandes nomes como Gilberto Gil, Jorge Ben Jor, Alok e Gustavo Kuerten. Um dos pontos altos foi o baile de carnaval dos cem anos. Também houve o lançamento do livro "Copacabana Palace: Where Rio Starts".

Por sua vez, a Lorenzetti, líder na produção de duchas, chuveiros, torneiras elétricas e aquecedores de água a gás, fez cem anos em outubro do ano passado. A empresa, que conta com cinco fábricas e emprega 4.000 colaboradores, alcançou faturamento anual de R$ 2,5 bilhões.

"A longevidade é resultado de estratégias sólidas e adaptações constantes ao mercado. Os três pilares que sustentaram nosso sucesso são a inovação, pulverização dos pontos de vendas e atenção às mudanças de comportamento do consumidor", afirma Eduardo Coli, CEO da Lorenzetti. Conforme ele, historicamente a companhia investe cerca de 6,5% da receita líquida em pesquisa e desenvolvimento.

Entre os muitos exemplos da abordagem inovadora da Lorenzetti, destaca-se o pioneirismo na fabricação de motores elétricos 100HP na década de 30 e do chuveiro elétrico automático na década de 50. Entre os desafios atuais, Eduardo Coli aponta a expansão da transformação digital das plantas. Na comemoração do seu centésimo aniversário, a empresa fez uma campanha publicitária e lançou mais de 70 produtos.

Reinventar o foco das operações é saída para conseguir sobreviver

Nelson Rocco
Para o Valor, de São Paulo

Conseguir se reinventar ao ritmo das mudanças globais é o mantra por trás do sucesso de empresas ou grupos que já contam com mais de um século de existência. Para sobreviver ao longo das décadas é importante ter resiliência, correr os riscos necessários e não desperdiçar oportunidades. O mundo empresarial brasileiro é farto em exemplos. O Grupo Cornélio Brennand, o Grupo Votorantim, a fabricante de alimentos Catupiry e os Correios são apenas alguns.

Fundado em 1917, em Recife (PE), o Grupo Cornélio Brennand (GCB) soube aproveitar oportunidades de mercado. Iniciou as atividades com a produção de cerâmica, com a Cerâmica São João. Em 1954, quando no Brasil só existiam duas fábricas de azulejos e mais de 50% das peças usadas por construtores eram importadas, o empreendedor Ricardo Lacerda de Almeida Brennand decidiu criar a Iasa (Indústria de Azulejos S.A).

"Esse olhar empreendedor seria a nossa porta de entrada também no setor de embalagens e utilidades de vidro, com a Companhia Industrial de Vidros, em 1958", conta Léo Mendes de Farias, presidente do GCB. Duas décadas depois, o grupo diversificou mais uma vez, ao entrar no ramo de cimento e, mais recentemente, nas áreas de energia e imóveis.

Hoje, o GCB fatura R$ 1,25 bilhão, de acordo com os últimos dados disponíveis, de 2022. Fazem parte do grupo as empresas Atiaia Renováveis, de geração e comercialização de energia renovável; Vivix Vidros Planos; e a Iron House Desenvolvimento Imobiliário. O GCB tem ainda participações no JW Marriott Hotel São Paulo, e na Cimento Bravo.

Na opinião de Rodrigo Rodrigues, vice-presidente da consultoria Falconi, o que falta aos empresários é a "percepção para a mudança dos tempos". Segundo ele, não é necessário criar negócios em áreas diferenciadas, mas é importante "ser disruptivo". Denis Medina, professor de Finanças da Business School São Paulo, vai na mesma linha. "A empresa precisa encontrar um caminho para a renovação, para se reinventar, acompanhando as mudanças do mercado, ou se torna irrelevante."

O Grupo Votorantim, com receita consolidada de mais de R$ 48 bilhões no ano passado, está em constante reinvenção. Iniciou as atividades em 1918, com uma fábrica de tecidos em Sorocaba, interior de São Paulo. Entre a fundação e a década de 1950, passou a atuar na indústria química, de cimento, de aços longos e de alumínio. Nas quatro décadas seguintes, a Votorantim entrou nos setores de energia, zinco, papel e celulose, suco de laranja e financeiro. A partir dos anos 2000, partiu para a internacionalização, com a aquisições na América do Norte e Europa.

DIVULGAÇÃO

Relegando cartas e telegramas, Correios hoje se definem como operadora logística

O período de 2015 a 2022 foi marcado pela evolução da governança e do posicionamento do grupo. "Tivemos novos movimentos, como a abertura de capital da Nexa [mineração e metalurgia], da CBA [alumínio] e da Auren [energia], bem como importantes parcerias com o CPP Investments, em energia renovável, e a CDPQ, em cimentos, na América do Norte", lembra João Schmidt, diretor-presidente do Votorantim.

Schmidt conta que a diversificação não parou por aí. Entre 2021 e 2022, houve a entrada em novas áreas, com a Altre (mercado imobiliário), CCR (infraestrutura), 23S Capital (private equity, em parceria com o Temasek), Hypera (farmacêutica) e Reservas Votorantim (gestão ambiental).

Os Correios, estatal que conta com 361 anos de atividade, também vêm se reinventando ao longo da história, ainda que mantendo a trajetória no mesmo setor. Tradicional entregadora de cartas, telegramas e encomendas, hoje a companhia se define como operadora logística. "Somos a maior empresa de logística da América Latina. Temos uma frota de mais de 23 mil veículos, mais de dez linhas de transporte aéreo de carga, mais de 8.000 unidades operacionais e mais de 10 mil agências no país", enumera Fabiano Silva dos Santos, presidente dos Correios.

A transformação dos Correios tem sido rápida, com o atendimento às demandas do e-commerce, dos novos negócios e do aumento da comunicação por meios eletrônicos. Segundo Santos, entre 2008 e 2022, o envio de mensagens caiu 73% e o de encomendas cresceu 210%. "Precisamos evoluir para atender às necessidades das pessoas, das empresas. A mudança visa garantir a sustentabilidade da companhia."

Apesar de manter se firme no setor de alimentos, a Catupiry, criada em 1911, vem desenvolvendo novos produtos a cada dia. Dona do tradicional requeijão cremoso, a companhia conta com uma gama de mais de cem itens, entre várias versões de requeijão, cream cheese, fondue, pães de queijo, quitutes, salgados e pizzas artesanais, além de itens específicos para restaurantes e outras fabricantes de alimentos.

'Rebranding' pode criar elo com novos públicos

Carlos Vasconcellos
Para o Valor, do Rio

O que a tradicional varejista brasileira Pernambucanas e a fabricante austríaca de cristais Swarovsky têm em comum? Ambas são marcas centenárias em seus respectivos segmentos, que passaram por processo de reposicionamento nos últimos anos. O chamado rebranding tem motivações que vão desde a busca por conexão com as novas gerações até a necessidade de refletir um novo posicionamento estratégico.

Este último foi o caso da marca RD Saúde. "Deixamos de ser apenas uma rede de varejo de farmácias para sermos uma empresa voltada para a saúde", conta Daniel Campos, diretor-executivo de marketing da companhia, que reúne as redes Raia e Drogasil. No processo, a empresa dobrou a verba de marketing voltada para 'awareness' da marca corporativa em 2024, aumentou as verbas de divulgação de suas bandeiras no varejo e lançou uma campanha nacional em diferentes mídias.

"A RD Saúde era uma marca low-profile e a gente queria explicar ao público o que vinha fazendo", explica Campos. Segundo o diretor, o 'rebranding' não é uma ruptura, mas uma evolução que fortalece as marcas das redes varejistas da empresa. "Raia e Drogasil são marcas muito poderosas, que estão entre as 50 maiores do Brasil", diz. "Buscamos preservar esses valores junto ao público."

Um dos maiores complexos hospitalares privados da América Latina, com 157 anos, a Beneficência Portuguesa de São Paulo criou em 2016 a marca BP - A Beneficência Portuguesa de São Paulo. "A adoção da sigla curta, em 2016, sem abandonar o nome completo, teve como objetivo sintetizar a nova segmentação de serviços que já estávamos oferecendo", explica Maria Alice Rocha, diretora-executiva de pessoas, experiência do cliente, marketing, sustentabilidade e impacto social da BP.

O processo de rebranding da BP envolveu um investimento significativo. Apenas para a renovação completa do enxoval do hospital, incluindo a nova logomarca, e para as reformas das instalações internas e externas, foram investidos cerca de R$ 40 milhões. "O processo também envolveu a modernização das instalações, a criação de novas áreas médicas e, principalmente, o desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada para um atendimento excepcional aos clientes", diz Maria Alice.

A diretora lembra que a BP passava por um profundo momento de transformação, e a marca precisava refletir essa mudança. "A instituição havia superado um período de operações deficitárias e adotava um plano estratégico para o negócio, com visão de futuro mais clara", lembra Maria Alice.

Para Ana Duque Estrada, professora de branding da ESPM, o maior risco de um processo de 'rebranding' em uma marca centenária é alienar o público fiel à marca sem conquistar os novos clientes. Apesar dos riscos, a jornada de transformação pode ser bem-sucedida. "As Pernambucanas, por exemplo, vêm fazendo um bom trabalho, e no mercado de luxo, temos transformações importantes em marcas como a Louis Vuitton."

Segundo Ana, não se trata apenas de levar a marca tradicional para novas mídias. "Não adianta ir para o TikTok e soar como um tiozão no meio da garotada. É preciso encontrar esse ponto de equilíbrio", explica. "E não se limitar aos aspectos intangíveis da marca. A oferta de valor, os produtos, os serviços devem refletir a mudança ou a transformação pode ser vazia."

Para o consultor de branding Jaime Troiano, o desafio do reposicionamento é "não jogar o bebê fora, junto com a água da bacia". "Há alguns casos clássicos que justificam o rebranding: a pressão da concorrência e do mercado, a mudança da oferta para o mercado, que precisa ser sinalizada ao público e aos stakeholders."

157 anos tem a Beneficência de SP

Setor alimentício Desafio das empresas é agradar ao paladar do consumidor e ao mesmo tempo oferecer nutrientes e baixa composição calórica

Veteranas enfrentam novas demandas por produtos saudáveis

DIVULGAÇÃO
Gisele Pavin, executiva da Nestlé Brasil: a composição dos produtos varia conforme as regulações de cada país

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

No setor alimentício, as empresas centenárias enfrentaram grandes desafios ao longo do tempo, como construir suas reputações, aprimorar produtos, embalagens e encontrar a linguagem certa para seu consumidor nas campanhas publicitárias. Recentemente, a grande tarefa dessas empresas é a de seguir produzindo alimentos que agradem ao paladar e ao mesmo tempo atendam às exigências por produtos mais saudáveis, nutritivos e menos calóricos.

A maior produtora de alimentos do mundo, Nestlé, no Brasil há mais de cem anos, presente em 99% dos lares do país, segundo pesquisa da Kantar Worldpanel, afirma que, para permanecer relevante ao longo do tempo, a empresa acompanha de perto os hábitos e escolhas da população, assim como a evolução do conceito de saudabilidade, observando uma crescente preocupação com a saúde e o bem-estar, o que inclui a alimentação.

A head de nutrição, saúde e bem-estar da Nestlé Brasil, Gisele Pavin, afirma que a empresa tem uma estratégia bem definida, dividida em dois grandes pilares — sendo o primeiro ter um portfólio que atenda às necessidades dos consumidores, o que inclui a aquisição de outras empresas (como Nature's Heart, em 2018, e a Pura Vida, em 2022), a reformulação de produtos existentes, como o Ninho com adição de fibras e o Nescau com as versões 30% e 60% cacau, além da inovação com lançamentos de novos produtos, como Aveia Corte Rústico e Ninho Adulto.

"O segundo pilar é a comunicação e os serviços que entregamos aos consumidores, além do incentivo à escolha consciente e ao consumo equilibrado dos alimentos", diz a executiva.

A respeito das críticas recebidas por adicionar mais açúcar em produtos como Ninho e Mucilon nos países em desenvolvimento, enquanto na Europa os produtos não contêm açúcar, Pavin afirma que a composição dos produtos varia conforme as regulações de cada país e a disponibilidade dos ingredientes.

"No Brasil, o Ninho não contém açúcar adicionado, já no Mucilon a fórmula está de acordo com os limites da Anvisa. Durante a última década, reduzimos em 11% o total de açúcares adicionados nos produtos infantis em todo o mundo", completa.

Ricardo Selmi, CEO da Pastifício Selmi, que produz entre outros o macarrão Renata, afirma que para manter a boa qualidade dos alimentos são necessários dois fatores muito importantes — a qualidade da matéria-prima e o investimento em novas tecnologias. A empresa opera há 136 anos.

"Procuramos os melhores fornecedores de trigo, que é a matéria-prima principal da nossa empresa. Também vamos atrás de uma boa variedade de grãos, do que tem de melhor nos produtos para agregar, além da tecnologia, investimentos em novos equipamentos que propiciam um cozimento mais adequado, deixando os produtos melhores e com mais sabor", afirma Selmi.

> "É crescente a demanda por uma alimentação mais equilibrada"
> *César Llamas*

A empresa catarinense Hemmer hoje faz parte do grupo Kraft Heinz, mas está no mercado há quase 110 anos, com portfólio de mais de 300 itens. "A longevidade e solidez da empresa são consequência da seriedade e dedicação investidas pelos colaboradores, garantindo um cuidado que reflete na qualidade e sabor de todos os produtos que chegam até o consumidor", diz a CMO da Kraft Heinz Brasil, Cristina Monteiro.

Para a Vigor, de 107 anos, parte do processo de aprimoramento dos produtos está em identificar as mudanças de hábitos dos consumidores e determinar como é possível atender às necessidades das pessoas com aquilo que faz mais sentido para o seu momento.

"Na construção do portfólio, sempre estudamos com cuidado ingredientes e processos que possam despertar em nossos consumidores sensações de prazer em todos os momentos e temos observado uma crescente demanda por opções para uma alimentação mais equilibrada. No geral, entendemos que trazer mais diversidade para perfis diferentes é uma forma eficaz de nos conectar com as pessoas", diz o CEO da Vigor, César de Los Santos Llamas.

No Brasil há 119 anos, a Bunge se consolidou como a maior processadora de soja e trigo do país. O gerente sênior de pesquisa e desenvolvimento da marca, Roger Mizushima, diz que as equipes atuam na busca de novas tecnologias e no avanço de pesquisa científica voltada tanto a produtos saudáveis quanto às categorias dos chamados indulgentes.

"O óleo é essencial na culinária brasileira, além de ser base para o preparo de muitos dos pratos mais populares do país, é um ingrediente importante para a alimentação, pois além de ser considerado como fonte de energia, possibilita que vitaminas lipossolúveis sejam absorvidas pelo corpo", completa Mizushima.

Restaurantes históricos põem autenticidade no menu

Marleine Cohen
Para o Valor, de São Paulo

No Brasil, ser um restaurante longevo é atributo de bem poucos. Diferentemente de outros lugares do mundo, a perenidade entre os empreendimentos do setor se conta nos dedos de uma mão. Para que um negócio possa ostentar uma vida longa, alguns fatores devem se concatenar e se somar a um cardápio que seja do gosto do público. Hospitalidade e autenticidade são alguns, mas, além disso, outros aspectos compõem a fórmula da antiguidade.

O Leite, 142 anos; Casa Cavé, 164 anos: o que têm em comum essas duas empresas, além do fato de terem surgido no século XIX? "Manter a tradição, sem esquecer de incorporar novas tecnologias, adaptando-se às tendências de mercado e às circunstâncias", é uma iniciativa desejável, explica Rosa Moraes, embaixadora de gastronomia e hospitalidade da Ânima Educação.

Sem abrir mão da mesma receita do filé à Chateaubriand que encantou Gilberto Freyre, Orson Welles e políticos pernambucanos, Daniela da Fonte, segunda geração na linha de sucessão dos proprietários do restaurante, seguiu à risca a cartilha da inovação: manteve no cardápio pratos tradicionais como o bacalhau à Manoel Leite — em homenagem ao imigrante português que em 1882 inaugurou o local na forma de um quiosque às margens do rio Capiberibe, em Recife — e conjugou autenticidade com um robusto serviço de delivery e a presença nas redes sociais. Incorporou saladas mais leves e abriu espaço para a cozinha local, mesclando-a com a portuguesa.

Mais que tudo, Daniela está ampliando O Leite, graças à aquisição de um imóvel vizinho, que permitirá dobrar sua capacidade e atender bem mais que os cerca de 300 frequentadores que vão almoçar aos domingos. "O novo local é tombado e nós tivemos o cuidado de manter portas, arcos e cadeiras originais", explica. E, para perpetuar os ares de antigamente, o toque final será voltar a usar os talheres de prata e as toalhas de Portugal que o fundador havia trazido da Europa.

No Rio de Janeiro, a Casa Cavé cultiva o mesmo zelo em relação à passagem do tempo. Inaugurada em 1860 pelo francês Charles Auguste Cavé, a mais perene das confeitarias do Rio Antigo não deve o sucesso apenas ao sabor dos doces franceses, aos quais acrescentou, mais tarde, uma seleção de iguarias portuguesas, como o pastel de nata e o bolinho de bacalhau, para se adaptar às exigências do mercado. "O comprometimento de todos com a história e a cultura da Casa Cavé é inabalável", enfatiza Clarene Bernardo, proprietária.

Depois de se aventurar pela reformulação do cardápio, a casa decidiu se manter fiel aos mil-folhas e ovos moles de Aveiro: "Não existe mais aquele glamour dos velhos tempos no centro", sentencia Clarene, lamentando ser a Cavé um dos poucos bastiões da tradição europeia.

O Armazém São Thiago, inaugurado há 105 anos no bairro de Santa Teresa pelo espanhol Jesus Pose Garcia, se beneficia da sua boa localização na cidade carioca. "Santa Teresa se tornou uma zona residencial, inicialmente povoada por estrangeiros e políticos abastados, que fugiam da cólera, que se alastrava nos mangues. Meu avô viu ali uma oportunidade de abrir um negócio de secos & molhados. Com o tempo, ele deu lugar ao bar, onde, tradicionalmente, as pessoas vinham beber algo diante do balcão, em pé", conta o atual proprietário, Ricardo Pose Garcia.

Contribuindo para a sensação de tempo parado que proporciona o bairro, o Armazém São Thiago funcionar em um imóvel tombado e ostenta móveis e objetos de decoração restaurados com zelo pelo atual dono. Tem também um cardápio que evoca a colonização do Brasil: o bacalhau à negreira, o sanduíche de mortadela tão farto como nos velhos tempos e um autêntico rabo de galo servido à moda antiga.

Em São Paulo, a padaria 14 de Julho, fundada em 1897 por Rafaelli Franciulli, italiano de Santa Maria di Castellabate, está no mesmo bairro do Bixiga, onde busca perpetuar as tradições, "soprando canela de fora para dentro da casa e salpicando farinha na calçada uma vez por mês", como explica Alexandre Franciulli, da segunda geração de proprietários.

> "Manter a tradição, sem esquecer de incorporar novas tecnologias"
> *Rosa Moraes*

Ele conta que o bairro já não é mais um reduto de italianos, como no passado, mas, ainda assim, o costume de comer um prato típico no Bixiga está tão arraigado entre os paulistanos que eles se deslocam até lá para saborear um pão de linguiça, uma "porpeta" ou um involtino de carne.

Mais que um cardápio autêntico e uma localização privilegiada, há outro aspecto que, segundo a consultora Rosa Moraes, a 14 de Julho observa para obter tanto sucesso: a gestão de pessoas. A exemplo da dedicação de Alexandre Franciulli, que durante toda a vida conduziu os negócios da família, a "brigada da cozinha" da 14 de Julho conta agora com a ajuda de seus dois filhos, Lucca e Fernando, para dar continuidade à jornada.

DIVULGAÇÃO
Ambiente do restaurante O Leite, que funciona há 142 anos no Recife

DIVULGAÇÃO
A tradicional padaria paulistana 14 de Julho oferece pão de linguiça e "porpeta"

Mercado Modelo

LUCAS MOURA/SECOM PMS/DIVULGAÇÃO

Um dos principais centros de artesanato do país e importante ponto turístico de Salvador (BA), o Mercado Modelo funciona desde 1912, mas só passou a ocupar o imóvel onde está atualmente, o prédio da antiga Alfândega de Salvador, em 1971. Administrado pela prefeitura, com apoio da Associação dos Comerciantes do Mercado Modelo, o local reúne 226 lojas de artesanato, dois restaurantes de grande porte, 27 bares e restaurantes menores e uma barbearia. Reformado no final do ano passado, com investimento superior a R$ 22 milhões, o mercado ganhou uma galeria de arte subterrânea, a Galeria Mercado. "Essa revitalização não apenas respeita a importância histórica do Mercado, mas também garante que ele continue a ser um símbolo da nossa identidade, um local onde o passado e o presente se encontram", diz Bruno Reis, prefeito de Salvador. Em seus 112 anos de existência, o Mercado Modelo resistiu a cinco incêndios, diversas crises econômicas e à pandemia. Reis atribui essa capacidade às famílias dos permissionários que atuam no local em uma tradição de gerações de comerciantes de artesanato. "A resiliência que eles têm de se adaptar aos momentos difíceis e de se reinventar depois é o que mantém vivo esse ícone da cidade." (Lourdes Rodrigues)

INÊS 249

Sustentabilidade Iniciativas e projetos buscam boas práticas sociais, ambientais e de governança

Cresce o compromisso com a agenda ESG

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

No seleto grupo de empresas com mais de cem anos, há crescente preocupação com certificações, indicadores e metas para garantir maior efetividade, credibilidade e transparência às práticas ESG (ambientais, sociais e de governança corporativa). Além de demonstrarem suas iniciativas sustentáveis cada vez mais demandadas pela sociedade, dissociam-se de casos de greenwashing ("maquiagem verde"), ações meramente de marketing sem respaldo na prática.

A Klabin, maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do país, que completou 125 anos em abril, já nasceu com um modelo de negócios sustentável. "Desde os primórdios, foi adotado um sistema reconhecido mundialmente de manejo florestal de mosaico, que entremeia floresta preservada com plantada. Isso traz resultados visíveis de preservação da fauna e da flora", diz Marcos Ivo, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Klabin.

Para construir uma relação de confiança com stakeholders, a companhia buscou se adequar a selos verdes. A Klabin foi a primeira empresa do hemisfério Sul a obter a certificação global FSC (Forest Stewardship Council), que atesta que a cadeia de produção respeita aspectos de sustentabilidade. Além disso, é a única empresa brasileira com nota máxima, Triple A, concedida pelo CDP (Carbon Disclosure Project) nos critérios mudanças climáticas, florestas e segurança hídrica.

Em 2020, a Klabin estabeleceu 23 metas para 2030 alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). No site da empresa, há um painel com o status de cada uma delas. Por exemplo, uma das meta foi superada antes do tempo, que é utilizar uma matriz energética, no mínimo, 92% renovável — o índice já é de 92,3%.

A Klabin praticamente zerou a destinação de resíduos industriais para aterros devido ao reuso e reciclagem. "Trabalhamos com indicadores baseados na ciência", ressalta Marcos Ivo.

A RD Saúde é fruto da união entre Droga Raia, fundada em 1905, e Drogasil (1935). "São duas marcas que já viviam o conceito de sustentabilidade há dezenas de anos, pautadas na ética do cuidado, na valorização das pessoas e na qualidade da relação e valor oferecido aos clientes", diz Maria Suzana de Souza, vice-presidente de Gente e Cultura da empresa.

Contudo, a partir da fusão em 2011, em meio ao trabalho de integração, reposicionamento de marca e construção de identidade, o tema ESG ganhou mais força. Foram estabelecidos 35 compromissos até 2030 nos pilares pessoas, negócios e planeta mais saudáveis, atrelados às metas e métricas de negócios, bem como ao sistema de incentivos da alta gestão. Dentre eles, a empresa já passou a investir 1% do seu lucro líquido anual em projetos sociais de saúde. Atualmente, 75% das suas mais de 3.000 farmácias contam com abastecimento de energia proveniente de fontes renováveis, sendo que o objetivo é chegar a 90%.

A RD conta com um comitê de executivo de ESG, um espaço para discutir e monitorar iniciativas, bem como para o letramento sobre temas complexos, recebendo consultores especializados em clima, diversidade, entre outros.

DIVULGAÇÃO

Marcos Ivo, da Klabin: "Trabalhamos com indicadores baseados na ciência"

Com sua trajetória centenária no agro, a Yara evoluiu de uma empresa fabricante de fertilizantes nitrogenados para uma parceira dos produtores agrícolas. Nesse sentido, tem apostado em inovação, tecnologia e parcerias. A companhia investe na startup Varda, uma ferramenta de identificação geoespacial de propriedades agrícolas, que auxilia na rastreabilidade de produtos. Somado a isso, lançou a Agoro Carbon Alliance, que capacita agricultores para adotarem práticas positivas para o clima.

"Para além da descarbonização e nossos compromissos 'net zero', estamos inseridos em grandes discussões e outros compromissos assumidos, como segurança e saúde dos nossos colaboradores", diz Mônica Bacchiega, coordenadora de Sustentabilidade da Yara Brasil. Segundo ela, a subsidiária brasileira ganhou recentemente o Prêmio Pacto Global no Movimento Mente em Foco pelos seus programas de saúde mental. Na frente voltada à diversidade, uma das metas assumidas é de ampliar a participação de mulheres em cargos de gerência sênior para 40% ou mais.

Na área de tecnologia, a Siemens começou a operar no Brasil em 1867, com a instalação da linha telegráfica entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul e, em 1905, fundou sua unidade no país.

Em um processo de transição, a companhia deixou de ser um conglomerado industrial, tornando-se uma empresa de tecnologia — e ESG virou parte relevante do core business. A Siemens passou a focar em soluções de automação industrial e softwares de controle de iluminação, temperatura, consumo de energia e de água, além de mobilidade urbana. "Hoje, mais de 90% dos negócios da Siemens permitem que clientes tenham impacto positivo na sustentabilidade", ressalta Luis Mosquera, vice-presidente Jurídico, de Assuntos Governamentais e Sustentabilidade da Siemens Brasil.

Em um passado recente, a multinacional de origem alemã foi pivô de um escândalo de corrupção. Em 2006, uma investigação revelou que a Siemens havia pagado propinas a autoridades governamentais de diversos países em troca de contratos públicos. A companhia foi penalizada com multas e chegou a perder valor de mercado. Porém, teve muitos aprendizados. Com reforços em controles e maior transparência, conseguiu se reerguer.

"Quanto à retomada da confiança de stakeholders, acreditamos que a Siemens conseguiu comunicar o seu compromisso pela integridade, por meio das ações imediatas na crise e, posteriormente, com o aprimoramento contínuo do programa de compliance", afirma Mosquera. Os funcionários passaram a ser treinados, foi implementado um código de conduta e um canal de denúncias.

Ele comenta que as estratégias ESG para a corporação são bem definidas. Em 2021, a Siemens tornou pública a sua estrutura DEGREE, com compromissos em descarbonização, ética, governança, recursos com uso eficiente, empregabilidade e equidade.

Em março deste ano, a Siemens lançou no Brasil o selo EcoTech para rastreabilidade de suas linhas de produtos. Essa certificação, em processo de implementação, considera critérios como materiais e embalagens sustentáveis e de baixo carbono, eficiência energética, longevidade e instruções de reciclagem. Outro aspecto é que todos os produtos EcoTech têm que ser fabricados usando 100% de energia renovável. "Essa é mais uma forma de darmos mais clareza aos nossos indicadores-chave", explica Luis Mosquera.

92,3%
é o índice de uso de energia renovável pela Klabin

Poluição preocupa setores de mineração e química

Lourdes Rodrigues
Para o Valor, de São Paulo

Contaminação do solo, de mananciais e emissão de gases de efeito estufa (GEE) são as principais consequências da maior atividade industrial ao longo do tempo.

Para Antonio Leite, vice-presidente de estratégia, inovação e sustentabilidade da Rhodia, é cada vez maior o número de empresas engajadas em reduzir seus impactos ambientais, incluindo empresas centenárias, que se adaptam às necessidades do planeta.

Surgida na França, a Rhodia está no Brasil desde 1919 e é signatária e certificada no Programa de Atuação Responsável, uma iniciativa voluntária da indústria química brasileira e mundial visando a melhoria contínua de seu desempenho em saúde, segurança e meio ambiente. "Uma das nossas principais metas é a neutralidade de carbono. Temos instalado na nossa fábrica de Paulínia [SP] o maior projeto de abatimento de GEE da América do Sul, que transforma o óxido nitroso em gases inertes ao meio ambiente", diz Leite.

A alemã Basf, no Brasil há 113 anos, se orgulha de ter iniciado estudos sobre emissão de poluentes na década de 1970, quando criou o catalisador de três vias. "O catalisador é um componente fundamental nos veículos, capaz de reduzir em mais de 90% os poluentes produzidos pelos motores a combustão, e já contribuiu para que mais de 1 bilhão de toneladas de poluentes como o monóxido de carbono [CO] e óxidos de nitrogênio [NOx] não fossem lançados na atmosfera", diz Rodolfo Viana, gerente sênior de sustentabilidade da Basf para a América do Sul.

Desde 1984, a Basf adota práticas de restauração de florestas em suas áreas produtivas. O Programa Mata Viva nasceu no Complexo Químico de Guaratinguetá (SP) para proteger a qualidade da água, conservar o solo e criar áreas de preservação ambiental ao longo do rio Paraíba do Sul. "Precisamos repensar negócios de maneira que criem valor para o meio ambiente e para a sociedade, sem perder a rentabilidade", afirma Viana.

"Os negócios devem criar valor para o meio ambiente" *Rodolfo Viana*

Líder mundial na produção de aço e um dos maiores em mineração, o grupo ArcelorMittal teve sua primeira unidade no país em Sabará (MG) como Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1921. De acordo com Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Brasil, a empresa aprimorou a sua gestão ambiental. "Priorizamos a gestão ambiental. Somos a única empresa do Brasil certificada pelo ResponsibleSteel, certificação referência em sustentabilidade."

De Paula cita a maior planta de dessalinização de água do mar para fins industriais na Unidade de Tubarão (ES) com investimento de R$ 50 milhões, com capacidade inicial para dessalinizar 500 m³ /hora de água. "Em nossa jornada pela descarbonização, anunciamos uma joint venture com a Casa dos Ventos para a construção de um dos maiores parques eólicos do país, que está sendo instalado na Bahia, com capacidade de produção de 553,5 MW e investimento de R$ 4,2 bilhões", diz De Paula.

DIVULGAÇÃO

Mina Cuiabá, da AngloGold Ashanti, em Sabará, que tem a primeira carregadeira de subsolo 100% elétrica no Brasil

A história da AngloGold Ashanti no Brasil completa, em 2024, 190 anos e teve início com a produção de ouro em Nova Lima (MG). "Temos a sustentabilidade como valor. Só em 2023, investimos R$ 31 milhões em ações relacionadas à gestão ambiental nas nossas operações no Brasil", diz Othon Maia, vice-presidente de Sustentabilidade e Assuntos Corporativos.

Segundo Maia, a AngloGold Ashanti tem o compromisso global de carbono zero até 2050. Em 2022, a meta de redução de 30% nas emissões, prevista para 2030, foi alcançada. "Parte desse trabalho é a primeira carregadeira 100% elétrica a operar em subsolo no Brasil, que começou este ano as suas atividades na Mina Cuiabá, em Sabará (MG)."

Leite, da Rhodia, acredita que a indústria, como agente poluidor, é mais cobrada do que os demais setores da economia. "Um exemplo disso, é o Projeto de Lei 182/24, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa [SBCE] e exclui os setores agropecuário e de uso da terra, responsáveis por 75% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil em 2022."

Memória afetiva da indústria da beleza atravessa gerações

Roni Filgueiras
O Globo, do Rio

Num país em que a idade média das empresas era de 11,4 anos em 2021, segundo levantamento do IBGE divulgado no fim do ano passado, surpreende que a certidão de nascimento de algumas delas remonte ao início do século XX ou ao XIX. Mas isso não é tão raro no setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, que coleciona marcas centenárias que estão na memória afetiva de várias gerações.

A história de algumas dessas marcas longevas revela lições de como um negócio pode preservar seu legado e, ao mesmo tempo, inovar para manter sua sintonia com o comportamento do consumidor, misturando passado e futuro no presente.

Fundada em 1870, há 30 anos a Granado mudou de mãos, comprada pelo inglês Christopher Freeman. Sob a nova direção, a indústria renovou seu portfólio, privilegiando justamente a tradição. "Quando se tem uma empresa centenária, a responsabilidade por sua manutenção e crescimento é maior. Meu pai e eu queremos inovar, valorizar o legado, torná-la globalizada e representante do cosmético do Brasil", diz Sissi Freeman, diretora de Marketing e Vendas do Grupo Granado Phebo.

Além da indústria de cosméticos e perfumes, a empresa tem 95 lojas no Brasil. Lá fora, há lojas em França, Portugal, EUA e Reino Unido. Para se atualizar e abrir frentes de crescimento, incorporou a agenda ESG com o compromisso de produção sustentável e logística reversa de embalagens. Segundo Freeman, o lucro em 2023 foi de R$ 215,4 milhões e deve ficar em um patamar próximo, de R$ 205 milhões, neste ano.

Para Clotilde Perez, professora titular de semiótica da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Conselho Firjan de Mulheres, os pilares tradição e qualidade são as bases da inovação e da permanência no mercado de beleza e cuidados pessoais. "Só é possível ser inovador a partir da excelência e do conhecimento profundo do mercado, incluindo as pessoas", analisa a pesquisadora de publicidade, marcas e comportamento do consumidor.

A suíça Weleda é uma centenária que assumiu práticas ESG para se modernizar. Construiu uma sólida reputação de 103 anos com cosméticos naturais, orgânicos e sustentáveis e medicamentos antroposóficos.

No Brasil, onde busca uma sintonia com os novos tempos, a Weleda faturou R$ 100 milhões no ano passado, correspondentes a 3% da operação global. Seus produtos, feitos com óleos vegetais e essenciais e extratos são certificados pela Natrue, associação internacional fabricantes de cosméticos naturais e orgânicos.

Seguir os princípios da agricultura biodinâmica, que renuncia a elementos industrializados, sintéticos e químicos, exigiu que a marca mantivesse oito cultivares, um deles com 30 espécies de plantas, em São Roque, no interior de São Paulo.

"Nossas consumidoras têm ou estão construindo um estilo de vida mais natural, sustentável e consciente, pautado em escolhas como alimentação saudável; consumo e descarte responsável de produtos; uso de cosméticos, medicamentos, terapias holísticas e integrativas", descreve a farmacêutica-bioquímica Maria Claudia Villaboim Pontes, CEO da Weleda no Brasil e na América Latina.

Demorou, mas a Minancora, fundada em Joinville (SC) em 1915, destaque do segmento de cuidado dermatológico tópico, entrou nas redes sociais em 2017. O apelo inicial para esse passo na modernidade foi justamente falar do passado. O mote de que sua pomada "o Brasil inteiro conhece, usa e sabe que nunca existiu igual", aos poucos, agregou um humor leve. Mas o foco das mensagens é a atualíssima agenda dos movimentos identitários, como o feminismo e até a comunidade LGBTQIA+. "O humor foi um caminho para quebrar o gelo em busca de uma linguagem mais coloquial", diz Lourdes Maria Duarte, gestora-presidente da marca, que destaca que a empresa não deixa passivo ambiental nem faz testes em animais.

Tecnologia BB e Caixa perderam a clientela cativa dos funcionários públicos após a criação do crédito consignado e da conta salário

Bancos estatais lutam para acompanhar inovações

William Salasar
Para o Valor, de São Paulo

Se Banco do Brasil e Caixa contavam com uma clientela cativa entre funcionários públicos, essa característica vem sendo corroída pelo menos desde o início dos anos 2000, com a criação do crédito consignado e da conta salário, e nos últimos dez anos pelas mudanças tecnológicas e regulatórias que abriram espaço para fintechs, bancos digitais, open banking e o próprio Pix.

"É verdade que os bancos públicos têm uma atuação muito forte junto a prefeituras e governos estaduais, tinham até uma certa hegemonia", admite o analista Luis Miguel Santacreu, da agência classificadora de riscos Austin Rating. "Mas com o crédito consignado os bancos privados entraram no mercado dos funcionários públicos, e governos estaduais e prefeituras fizeram verdadeiros leilões de suas folhas de pagamentos para os privados disputarem com os estatais", lembra.

De fato, dados do Banco Central publicados no "Relatório de Economia Bancária" (RBE) de 2023 (base 2022) mostram que "outros" bancos, que não os cinco maiores (Bradesco, BB, Caixa, Itaú e Santander) dominam o mercado de crédito consignado, com 25,62% das operações, ficando o BB em segundo lugar (20,35%) e a Caixa, terceiro (16,37%).

"Me dá um dinheiro aí"
Os bancos estatais em números

	Banco do Brasil	Caixa
Fundação	12 de outubro de 1808	12 de janeiro de 1861
Clientes	83 milhões	150 milhões
Agências	10.740	26,4 mil
Funcionários	87.067	86,8 mil
Ativos administrados	R$ 2,305 trilhões	R$ 1,9 trilhão
Empréstimos/ financiamentos por ano	R$ 1,138 trilhão	R$ 1,144 trilhão

Fonte: Banco do Brasil e Caixa

O professor Armando Castelar Pinheiro, da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas, observa que, se os bancos estatais eram vistos como importantes por atender públicos que o setor privado não tinha interesse, "hoje, com banco digital, ter acesso ao sistema financeiro não depende de banco público", como no passado. "Mesmo o financiamento imobiliário ou o crédito agrícola não são mais o que eram quando só Caixa e BB operavam. Hoje tem Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)", sustenta Castelar, pesquisador do IBRE e um dos organizadores do estudo "Mercado de Capitais e Bancos Públicos".

Para o professor de economia da Unicamp Fernando Nogueira da Costa, que foi vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa de 2003 a 2007, "os grandes conglomerados dividem entre si as diversas áreas de atuação, focalizando certos nichos de mercado, embora tenham presença em todos": a Caixa domina o financiamento habitacional, com 66,25%; seguida pelo Itaú (11,46%) e o Bradesco (8,95%). Já o BB abarca 51,3% do financiamento rural e agrícola a pessoa física e jurídica, ficando "outros bancos" com 31,77%. O Bradesco, por sua vez, é o maior dos conglomerados no capital de giro, com 16,31% do mercado, enquanto 36,45% pertencem a "outros" bancos. Na aquisição de recebíveis, o Bradesco tem 22,82% de market share, atrás dos "outros" (29,11%). Já o Santander domina o financiamento de veículos, com 23% do segmento.

Costa, autor de diversos livros sobre o sistema bancário brasileiro, entre os quais "O Brasil dos Bancos" e "Bancos Públicos no Brasil", também ressalta a maior capacidade de investimento em tecnologia dos cinco grandes para lançar produtos novos e oferecer melhor atendimento.

A vice-presidente de negócios digitais e tecnologia do BB, Marisa Reghini, reconhece a necessidade da instituição monitorar tendências e tecnologias emergentes. "Já temos áreas de atendimento, meios de pagamentos e apoio administrativo, por exemplo, utilizando inteligência artificial generativa e continuamos avançando nos estudos com o objetivo de alavancar o uso dessa tecnologia", diz ela — que só no primeiro trimestre deste ano alocou R$ 1,4 bilhão para atender novas demandas do negócio, como dar conta dos 19,7 milhões de clientes que preferem tratar com o banco via WhatsApp.

A Caixa, que tem agências e pontos de atendimento em 99% dos municípios brasileiros, informou, em nota, ter adotado um programa visando "acelerar a transformação digital no banco, incentivando novas formas de pensar e de fazer e uma cultura de agilidade, experimentação e aprendizagem contínua".

Nesse quesito das tendências e inovações, o BB e a Caixa realizaram a primeira transferência de recursos entre bancos públicos através do real digital, o Drex, em um piloto estruturado pelo BC.

A Caixa detalhou que a expectativa com o Drex e o uso de tecnologias blockchain e tokenização é de melhorar, baratear e democratizar serviços financeiros. "A viabilização da moeda digital vai significar maior agilidade nas transações financeiras, por exemplo, em financiamentos imobiliários, podendo diminuir o tempo de espera pela liberação dos recursos", indica a instituição.

"Os bancos públicos têm ciência de que precisam oferecer apps aos clientes, como fez a caixa com o Caixa Tem, para atender uma parcela da população brasileira que ou não é bancarizada ainda ou tem uma certa dificuldade em usar aplicativos. Isso não é uma desculpa para não inovar e não concorrer com as fintechs", resume Santacreu.

Sicredi

DIVULGAÇÃO

Com 122 anos e mais de cem cooperativas, o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) é considerado a primeira instituição financeira do gênero no Brasil. "Nossa trajetória tem início com a vinda do padre suíço Theodor Amstad [foto] para o Sul do Brasil no final do século XIX. Para auxiliar os agricultores, ele incentivou o modelo de cooperativismo de crédito, que já existia na Europa", conta Fernando Dall'Agnese, presidente do conselho de administração. (Lourdes Rodrigues)

Mais de um século depois, futebol se profissionaliza

Thales de Menezes
Para o Valor, de São Paulo

Formados há mais de um século por amigos que às vezes precisavam arrecadar dinheiro até para comprar uma bola, alguns clubes brasileiros discutem hoje quanto vale o seu futebol. O Athletico (PR), uma marca que vale R$ 2 bilhões segundo a consultoria especializada Sports Value, procura um investidor para adquirir a maior parte das ações de sua SAF. O clube afirma não ter pressa de fechar negociação, mas a mudança de gestão será neste ano, que celebra o centenário do clube.

O esporte entrou definitivamente na era das Sociedades Autônomas de Futebol, grupos administrativos que atendem pela sigla SAF. Há tempos o futebol passou a ser um grande negócio, movimentando bilhões de dólares por ano em todo o planeta, mas agora a maioria dos clubes aparenta ter assimilado que é hora de serem administrados como as grandes empresas que são. Na disputa da Série A do Campeonato Brasileiro, nove agremiações adotam essa gestão: Atlético-MG, Athletico, Bahia, Botafogo, Cruzeiro, Cuiabá, Fortaleza, Red Bull Bragantino e Vasco da Gama. Na Série B, figuram mais dois, América-MG e Coritiba. Todos centenários, exceto Bragantino, com 97 anos, e Cuiabá, o "bebê" da turma, com 22 anos.

A maneira grosseira de explicar o que é SAF é dizer que alguém "compra o time". Agora, em detalhes: o clube decide passar a administração de seu departamento de futebol profissional para uma empresa, algo que precisa ser aprovado por conselheiros e sócios da agremiação. Então os interessados fazem ofertas. Em quase todos os times brasileiros nessa gestão, o investidor compra 90% das ações da SAF, restando 10% a uma organização civil criada pelos sócios do clube. A SAF não pode gerenciar o lado social do clube, apenas o futebol profissional. Nos contratos das SAFs costumam estar detalhados limites como, por exemplo, não mudar o nome do clube nem o uniforme dos atletas.

Na Europa, o modelo é largamente adotado há mais de 20 anos. Segundo números da Uefa, federação que une as ligas de futebol europeias, um novo fenômeno está em curso. A maioria das SAFs agora é adquirida por empresas "multi-club ownership"

> Na Europa, o modelo é largamente adotado há mais de 20 anos

("proprietário de vários clubes"), chamadas de MCOs, grupos com muitos clubes sob sua administração. Desde 2019, 124 clubes da Europa tiveram SAFs compradas dessa forma.

O Brasil tem clubes inseridos nesse modelo: o Red Bull Bragantino, desde 2020 ligado ao braço esportivo da gigante Red Bull, e o Bahia, que acertou a aquisição da SAF pelo Grupo City, holding que comanda 13 times pelo mundo, entre eles o Manchester City, que acaba de se sagrar tetracampeão inglês. O CEO do City, Ferran Soriano, destaca que o Bahia é o segundo maior time do grupo. "O Bahia é excepcional pelo tamanho da torcida e também pela sua função social. Entendemos muito bem que o clube faz parte do tecido social de Salvador e do Estado."

A SAF é encarada prioritariamente como uma maneira de tirar o clube de uma situação financeira calamitosa. Os dirigentes adoram essa tábua de salvação, mas muitos torcedores criticam investidores que pensam apenas na valorização de jogadores em vendas futuras, e não em manter um time capaz de vencer campeonatos. O Red Bull Bragantino é o único que assume ser uma incubadora de jovens jogadores para venda a times europeus.

O Atlético mineiro é exemplo dessa salvação da lavoura promovida pela SAF. Mesmo com títulos relevantes recentes, a dívida do clube chegou a R$ 2,1 bilhões. Balanço anunciado após um ano de SAF aponta que a dívida caiu para R$ 1,4 bilhão. E o time continua bem em campo, formando com Flamengo e Palmeiras a trinca de favoritos aos principais títulos.

Protagonista de uma SAF badalada, o Cruzeiro cedeu seu futebol a Ronaldo Nazário. A chegada de um ídolo histórico foi saudada pelos torcedores, que viam o time na Série B do Brasileirão. Mas, mesmo levando o Cruzeiro de volta à elite nacional, Ronaldo foi criticado por investimentos baixos no clube. Ele acaba de vender seus 90% da SAF para o empresário mineiro Pedro Lourenço, que acena a vinda de jogadores renomados e caros, como o recém-contratado goleiro Cássio, ex-Corinthians.

No Rio de Janeiro, Botafogo e Vasco exibem SAFs sob tensão. John Textor, americano dono do futebol botafoguense, é figura polêmica e seus ataques à CBF parecem afetar o desempenho do time, que decepciona a torcida. No Vasco, o presidente recém-eleito do clube, o ex-jogador Pedrinho, e o presidente da 777 Partners, Josh Wander, dono da SAF, travam batalha judicial pelo controle do futebol, sob contestação dos termos do contrato feito na administração anterior do clube. Entre a lua de mel e o inferno, o modelo de gestão com as SAFs parece irreversível, no Brasil e no mundo.

Aprovação do torcedor às SAFs é condicionada aos resultados do time

De São Paulo

Um dos maiores atacantes da história do futebol, Ronaldo Nazário, o "Fenômeno", passou 21 anos como atleta profissional, seguidos de outros 12 como ídolo "aposentado", para só então receber pela primeira vez críticas agressivas de torcedores. Parece inconcebível que uma faixa de protesto "Tchau Ronaldo" tenha sido exibida no Mineirão, mas a arquibancada expõe a frustração provocada pela SAF que assumiu o Cruzeiro, sob comando do ex-jogador.

A reação da torcida é passional. Numa análise criteriosa, a passagem de Ronaldo à frente do time foi bem-sucedida. Ele pegou o clube rebaixado à segunda divisão do Campeonato Brasileiro, depois de atribuladas administrações anteriores que levaram o Cruzeiro a uma dívida enorme. Ele estabilizou um pouco as finanças e contratou bons jogadores que conseguiram levar o clube de volta à Série A. Mas, para decepção geral, não trouxe grandes estrelas.

"O problema é ele ser o Ronaldo", argumenta Hélio Aparecido, cruzeirense folclórico e figurinha fácil nas arquibancadas. "Na cabeça de todo mundo, Ronaldo é um bilionário do futebol. A gente pensou que ele iria chegar e sair contratando o Messi, o Cavani, um monte de craques. Mas ele juntou só um time mais ou menos, o suficiente para subir para a Séria A, mas sem a menor condição de disputar o título."

Para derrubar ainda mais o ânimo do torcedor, o arquirrival Atlético-MG vive fase de títulos. "Pior é ver o Galo com Hulk, Paulinho, um monte de cara bom!"

É possível dizer que o torcedor brasileiro segue um comportamento padrão diante do modelo de gestão. Se ganhar os jogos, aplaude e comemora. Se perder, põe a culpa na SAF. Talvez não exista exemplo melhor do que o Botafogo. Nas mãos do empresário americano John Textor, o time teve na primeira fase do Brasileirão de 2023 a melhor campanha já vista na história do campeonato, liderando com ampla vantagem. No segundo turno, a equipe caiu de produção e acabou entregando o título nas mãos do Palmeiras. Na boa fase, a torcida criou até cânticos em exaltação a Textor. Depois, pediu sua cabeça.

O empresário é a pior propaganda negativa das SAFs. Em grupos da internet, alguns torcedores se dizem envergonhados. Diante da derrocada do time, Textor passou a denunciar um suposto complô da CBF para favorecer o Palmeiras. Isso aconteceu a partir da derrota para o time paulista por 4 a 3 no Maracanã, nas rodadas finais do certame. De lá para cá, Textor não parou de levantar várias suspeitas sobre arbitragens e favorecimento a outros times. Ele prometeu exibir provas, sem apresentar nenhuma, nem mesmo diante de sua mais séria acusação. Ele afirmou que jogadores do São Paulo teriam entregado o jogo para o Palmeiras no Brasileiro, vencido pelo alviverde por 5 a 0. Essas presepadas levaram Textor a ganhar dos torcedores o apelido de "Elon Musk do futebol".

ANDRÉ ARAUJO/ONZEX PRESS E IMAGENS/FOLHAPRESS

Torcida exibe faixa contra Ronaldo antes da partida entre Cruzeiro e Vitória, em abril, pelo campeonato brasileiro

Tudo aponta que o desempenho em campo é mesmo o determinante da aceitação das SAFs. Os clubes com bons resultados nas últimas temporadas, como Fortaleza e Atlético-MG, passaram pela mudança administrativa sem oposição das arquibancadas. Mas os torcedores parecem não demonstrar grande entusiasmo. Para Walter Guimarães, o "Waltão", que afirma ter comparecido a todos os jogos do Atlético disputados em Belo Horizonte nos últimos 12 anos, basta que a SAF "saiba se comportar". "Dinheiro é com os dirigentes, a gente não está nem aí. O Hulk chegou para jogar aqui antes da SAF, a coisa já estava indo bem. Se os caras não aprontarem nada radical, sei lá, tipo mudar a camisa do clube ou algo assim, eles podem continuar tocando o negócio sossegados. Mas ninguém torce pela SAF, né?" *(TM)*

Transição de comando Para o consultor Renato Bernhoeft, famílias devem definir regras claras para evitar conflitos que ameacem o negócio

Brigas de parentes são maior causa de fracasso de empresas

Do Rio

Cerca de 70% das empresas familiares fracassam por conta de conflitos entre parentes. É o que diz Renato Bernhoeft, fundador e presidente do conselho de sócios da consultoria höft - bernhoeft & teixeira, especializada em sucessão familiar nos negócios. Ele é autor de "Empresas Brasileiras Centenárias - A História de Sucesso de Empresas Familiares", com a jornalista Chris Martinez, e de mais de uma dezena de outros títulos nas áreas de administração e qualidade de vida.

Ele diz que a receita de ouro para uma transição pacífica em empresas familiares longevas é estabelecer acordos entre herdeiros com regras de sucessão claras. Para Bernhoeft, tão importante quanto acompanhar novas tecnologias e se preparar para a ascensão de rivais é pensar antecipadamente os processos de sucessão e profissionalização do comando das empresas. Pai de cinco filhos, o consultor já colocou em prática o que aprendeu: sua filha e o genro estão hoje à frente da empresa que ele fundou.

Valor: *O senhor vem estudando empresas centenárias no Brasil. É possível encontrar um ponto comum entre elas? O que é fundamental para a longevidade?*

Renato Bernhoeft: Um ponto comum e importante é o preparo da estrutura familiar. E muitas empresas descuidam disso. No início, você tem a presença do fundador. A figura patriarcal que lidera, gerencia e comanda tudo, inclusive em termos de estrutura familiar. Ele é o dono, não faz assembleia. Resolve e faz o que quer. Só na geração seguinte veremos duas ou três pessoas com ele, os herdeiros. Mas, mesmo quando é filho único, pode não haver interesse em assumir o negócio. Então, é preciso constituir um conselho de família, que é quando se prepara as novas gerações. Ali serão estabelecidos os parâmetros jurídicos, de gestão e de sucessão. Haverá o filho que quer ser médico ou advogado. Esse pode se tornar acionista, vai herdar um pedaço da sociedade. Assim, o capital vai se pulverizando, dividindo-se a cada geração. Temos empresas unifamiliares, mas também as multifamiliares, quando dois ou mais amigos se tornam sócios. O processo de transição nesse último tipo de empresa é ainda mais complexo, mais delicado. Para cada um desses tipos, cada geração terá que construir o seu modelo de transição.

Valor: *No Brasil, a partir de dados coletados em suas pesquisas, sabe-se que cerca de 70% das empresas sucumbem diante de conflitos familiares. Como lidar com isso à medida em que as famílias empresárias vão gerando mais herdeiros?*

Bernhoeft: Na sucessão familiar, a primeira geração é um núcleo, a segunda é outro, fica cada vez mais complexa a gestão dos herdeiros. A projeção da estrutura familiar para se tornar uma família empresária é fundamental. A preparação da sucessão não quer dizer que os herdeiros vão necessariamente entrar na gestão da empresa. Alguns podem entrar se tiverem interesse, capacidade, condições. Mas o grande desafio é transformar herdeiros e irmãos em sócios. Uma boa irmandade não garante uma boa sociedade. Por exemplo: um empresário que faleceu recentemente teve problemas ao longo de toda a sua história com a família e outros sócios. Ele era um brilhante executivo, mas lidar com sócios e herdeiros requer uma capacidade grande além da de gestão. Vale registrar que as figuras femininas, que antes ficavam muito excluídas desse processo, hoje são vistas à frente de conselhos familiares e têm apresentado maior habilidade para conflitos, sabendo contorná-los.

Valor: *Trabalhando para empresas desse tipo e pesquisando para o livro, o que mais chamou sua atenção nos casos que examinou?*

> "Um dos equívocos comuns é quando o fundador indica seu sucessor"

Bernhoeft: O estudioso John A. Davis criou o conceito de três sistemas: família, propriedade e gestão. A ideia é organizar a família para entender sua relação com a empresa. Esse processo educativo tem como figura fundamental um protocolo a ser estabelecido entre herdeiros, que viram sócios, com direitos e obrigações de cada um. Fica estabelecido lá que quem quiser sair da sociedade pode sair e como essa retirada vai acontecer. Se alguém quiser entrar, quais são os critérios aos quais tem de se sujeitar? A remuneração e direitos dos que trabalham na gestão e dos que estão fora, mas são sócios. Surge uma segunda figura que é aquela que cuida das questões societárias, patrimoniais e financeiras, da estratégia de crescimento e de continuidade da empresa. Esse protocolo é muito importante, mas precisa ser construído em conjunto, não dá para levar modelo pronto, pois cada família terá suas prioridades.

Valor: *No cenário internacional há empresas com mais de 200 anos. As características que as mantêm longevas têm relação com fatores culturais e locais?*

Bernhoeft: As empresas mais antigas do mundo estão no Japão. E por quê? Porque a cultura japonesa privilegia o mais idoso. Lá não existe muito essa disputa sobre liderança. Ela recai sobre o mais velho, é cultural. Nos EUA, a estrutura familiar é completamente diferente. Os filhos saem de casa muito cedo. Isso não é típico da família latina, que fica segurando os filhos por perto. Isso influencia o comportamento das empresas familiares, a questão cultural é realmente importante. Há alguns anos, levamos empresários brasileiros para visitar empresas familiares na Europa. Chegamos ao Piemonte, uma região da Itália, onde há um banco regional que está na 14ª geração. Eles têm um historiador e mantêm um museu da família. Perguntei como conseguiram chegar tão longe, e um dos sócios disse: "Na nossa família, há mortos que estão vivos e vivos que estão mortos". Ou seja, muitos fundadores, aquela figura brilhante que fica e que marca, são mencionados até hoje, pois foram simbólicos, muito importantes. E, por outro lado, há herdeiros, que, com as vantagens e facilidades que o patrimônio lhes deu, não deixam legado à empresa.

DIVULGAÇÃO

> "O grande desafio é transformar herdeiros e irmãos em sócios"
> *Renato Bernhoeft*

Valor: *Considerando a passagem das décadas e diante das mudanças tecnológicas e de gestão, quais seriam os desafios atuais para empresas longevas?*

Bernhoeft: Na continuidade das empresas familiares há três aspectos provocando muito impacto hoje. O aumento da longevidade: temos fundadores de 80, 90 anos que não querem abrir mão do poder e postergam o processo de sucessão. O segundo aspecto é a mudança dos modelos familiares. Uma pesquisa nos EUA chegou à conclusão de que existem 46 modelos diferentes de composição. A família é uma entidade em profunda transformação e isso tem impacto nas empresas. O terceiro aspecto é a tecnologia. Hoje não temos privacidade. Então, um membro que eventualmente exponha algo dos familiares na internet, por exemplo, pode criar problemas na família e na empresa.

Valor: *É possível apontar um ou mais fatores que se repetem nas empresas que fracassam e não conseguem chegar tão longe?*

Bernhoeft: Um dos equívocos comuns é quando o fundador indica seu sucessor. Uma liderança não pode vir apenas da preferência do fundador, precisa conquistar seu espaço entre os irmãos ou primos, entre os sócios. Precisa ser legitimado pelos demais por sua capacidade de liderança, na questão familiar, no âmbito societário ou na gestão. Há muitos casos nos quais a melhor solução é contratar um gestor não familiar. Mas a escolha tem de ser feita com muito cuidado. Ele precisa ser apoiado por todos, não apenas por uma facção ou um lado da família. Outro aspecto comum é tratar da sucessão apenas na perspectiva da gestão. Muitas consultorias procuram um sucessor sem levar em conta as questões familiares e societárias. Só a gestão não vai resolver, porque o gestor vai ficar submetido aos conflitos de uma estrutura familiar com os quais não tem elementos para lidar.

Valor: *Como agregar os colaboradores para que continuem engajados no legado da família? Os modelos de gestão de recursos humanos vêm mudando. Como empresas longevas lidam com a experiência e a cultura acumuladas e repassam isso ao longo do tempo?*

Bernhoeft: Em geral, quando o fundador está vivo, os funcionários têm uma lealdade à sua figura, não necessariamente à empresa. Quando há uma transição para a segunda geração, esse assunto deve ser visto com atenção, pois é também um processo de transição na gestão da empresa. Quem assume deve ter habilidade para criar uma lealdade dos funcionários à corporação. Tem sido muito discutido o processo intergeracional, o quanto as empresas estão preparadas para fazer uma integração entre o antigo e o novo funcionário.

Valor: *Os avanços tecnológicos têm colocado desafios para as empresas, para internalizar novos recursos ou acompanhar a velocidade das mudanças e dos concorrentes. Como a tecnologia afeta as empresas centenárias?*

Bernhoeft: Esse processo ainda está em andamento. Hoje um indivíduo pode ser acionado a qualquer momento via internet. Há uma discussão sobre trabalho virtual e o presencial. A relação com clientes e fornecedores também passa por mudanças. As empresas que conseguiram somar a tecnologia estão seguindo adiante, mas, há muitos desafios no caminho, como estabelecer espaços de trabalho efetivo, relações de caráter mais estruturado e considerar os fatores comportamentais para o futuro das empresas. São questões fundamentais para o futuro das empresas. ***(Thais Sena Schettino, do Globo)***

Lupo

DIVULGAÇÃO

Resiliência para enfrentar os inúmeros desafios ao longo dos anos. Este é um dos fatores que explica a longevidade da Lupo, segundo Liliana Aufiero, diretora-presidente da fabricante de moda íntima, meias e roupas esportivas. Ela (na foto, ao lado de um busto do fundador, seu avô Henrique Lupo) destaca o pioneirismo da empresa, surgida em 1921 em Araraquara (SP). "Somos os primeiros em muitos pontos na indústria têxtil brasileira como, por exemplo, no uso de fio de nylon." Sobre a concorrência, ela diz que sempre foi positiva, pois representa um desafio constante ao impulsionar o desenvolvimento de produtos inovadores, além de estimular um novo olhar sobre o mercado. "Mas é claro que, quando falamos de empresas internacionais, nem sempre as mesmas regras em níveis fiscal e regulatório são aplicadas, o que pode ser desfavorável para empresas nacionais e 100% comprometidas com as regulamentações brasileiras." Aufiero diz que a Lupo vivenciou dois desafios marcantes ao longo de sua história. "O primeiro, em 1990 com o Plano Collor, quando ocorreu o súbito sequestro dos recursos e a autorização para importação de produtos prontos e de máquinas para produzi-los, sem condições de reação da indústria nacional por falta de equipamentos adequados. Nessa ocasião, investimos no desenvolvimento interno de teares." O segundo desafio foi a pandemia. "Em questão de dias, tudo estava fechado, e naquele momento vimos que poderíamos ajudar adaptando nossa fábrica para a produção de máscaras." (LR)

Bondinho Pão de Açúcar

DIVULGAÇÃO

Símbolo do Rio de Janeiro, o Parque Bondinho Pão de Açúcar tem atraído turistas não só do Brasil, mas também do exterior, há 111 anos. Desde a sua fundação, o parque já recebeu mais de 50 milhões de visitantes, com uma média de 5.000 ingressos diários. "Comemoramos esse marco em outubro de 2023 com muito orgulho e conquistas memoráveis. Mais do que um ponto turístico, o Parque Bondinho tem um grande compromisso em deixar um legado para a cidade do Rio de Janeiro, sempre respeitando o meio ambiente e a sociedade", diz o gerente-geral Gustavo Maciel. Segundo ele, tudo o que foi construído ao longo de mais de um século reflete os valores de paixão por encantar, inovar, garantir segurança, integridade, sustentabilidade e foco em resultados. "Somos o teleférico mais antigo em operação no mundo, mas temos visão de futuro e seguimos inovando. Foi isso que nos fez chegar até aqui e que vai nos possibilitar avançar para os próximos 111 anos." Maciel diz que a pandemia foi um dos principais desafios enfrentados durante toda a existência do Bondinho. "Na verdade, foi desafiador para o trade turístico como um todo, mas conseguimos superar graças ao empenho de todos os colaboradores. Em 2022, batemos a meta de 1 milhão de visitantes no pós-pandemia. Esse resultado mostra que estamos no caminho certo. Por aqui, seguimos aprimorando a experiência de cariocas e turistas, visando a segurança de nossos visitantes e o respeito ao patrimônio e ao meio ambiente", complementa Maciel. (Lourdes Rodrigues)